

Mensagem à Assembleia Legislativa



PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

2011

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

TITULARES DO PODER EXECUTIVO

CARLOS ALBERTO RICHA

Governador do Estado

FLÁVIO JOSÉ ARNS

Vice-Governador do Estado

JOSÉ DURVAL MATTOS DO AMARAL

Secretário Chefe da Casa Civil

Coronel ADILSON CASTILHO CASITAS

Secretário Chefe da Casa Militar

MAURO MUNHOZ

Secretário de Controle Interno

JULIO CESAR ZEM CARDOZO

Procurador Geral do Estado

LUIZ EDUARDO DA VEIGA SEBASTIANI

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

ALÍPIO SANTOS LEAL NETO

Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

MARCELO SIMAS DO AMARAL CATANI

Secretário de Estado da Comunicação Social

PAULINO VIAPIANA

Secretário de Estado da Cultura

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano

FLÁVIO JOSÉ ARNS

Secretário de Estado da Educação

FERNANDA BERNARDI VIEIRA RICHA

Secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social

LUIZ CARLOS JORGE HAULY

Secretário de Estado da Fazenda

RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS

Secretário de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul

MARIA TEREZA UILLE GOMES

Secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

MICHELE CAPUTO NETO

Secretário de Estado da Saúde

REINALDO DE ALMEIDA CÉSAR SOBRINHO

Secretário de Estado da Segurança Pública

JOSÉ RICHA FILHO

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

JONEL NAZARENO IURK

Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CASSIO TANIGUCHI

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária

FAISAL SALEH

Secretário de Estado do Turismo

MARIO CELSO PUGLIELLI DA CUNHA

Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014

CID MARCUS VASQUES

Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

EVANDRO ROGÉRIO ROMAN

Secretário de Estado do Esporte

WILSON LUIZ DARIENZO QUINTEIRO

Secretário Especial de Relações com a Comunidade

EDSON LUIZ CASAGRANDE

Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

DEONILSON ROLDO

Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Boa tarde a todos.

É uma honra vir à Assembleia Legislativa prestar contas dos atos do nosso primeiro ano de governo à frente do Estado do Paraná.

E é sempre com grande satisfação que retorno a esta Casa, onde tive o privilégio de exercer dois mandatos de deputado.

Foi um aprendizado fundamental para os desafios que me esperavam na Prefeitura de Curitiba e, agora, no governo estadual.

Aprendizado enriquecido pelas amizades que guardo até hoje, não apenas dos caros deputados, mas também de estimados servidores públicos com quem tive o prazer de trabalhar.

O relacionamento que mantive com a Assembleia neste período inicial de governo reflete de forma emblemática os valores que imprimimos à nossa gestão: a austeridade, a transparência e, sobretudo, o diálogo, que reputo à marca maior de nossa administração.

A mesma relação de respeito que mantivemos com o Legislativo se reproduziu na estreita interação com o Poder Judiciário, o Tribunal de Contas do Estado e o Ministério Público.

Para além do diálogo, fui buscar apoio na experiência e no talento de homens e mulheres destas instâncias públicas que hoje dão sua contribuição em postos importantes de nosso governo.

Lançamos uma extensa ponte em direção aos municípios, através da qual firmamos com todos os prefeitos, sem uma única exceção, uma sólida parceria administrativa.

Uma sinergia que começa a produzir seus frutos na forma de obras, convênios e programas de governo em benefício da população.

Eu me orgulho pessoalmente do fecundo relacionamento que estamos construindo com as 399 prefeituras do Estado.

Tenho ciência de que é mera obrigação do governante interagir democraticamente com os municípios.

Mas graças a este relacionamento de respeito mútuo, que põe à parte as eventuais diferenças partidárias, será possível pavimentar um atalho rumo à gradual eliminação dos desequilíbrios regionais que ainda hoje afetam a gente paranaense.

Pois muitos municípios, devido a uma série de fatores, ainda não têm as mesmas oportunidades para atingir seu pleno potencial social e econômico.

Para enfrentar esse desafio, estabelecemos um saudável processo de cooperação com o governo federal.

Trabalhamos em várias frentes, especialmente na habitação, na educação, na saúde, na segurança pública e na infraestrutura.

E a intervenção de nossa bancada federal em Brasília tem sido fundamental no sentido de ampliar recursos e investimentos federais no Estado, através de emendas ao orçamento da União e com unidade na sua ação política e parlamentar.

Também nos aproximamos da sociedade civil, multiplicando o número de consultas e audiências públicas que legitimam a adoção de novas políticas públicas.

Cito como exemplos o Plano Estadual de Moradia de Interesse Social, que só recebeu seu ponto final depois de um exaustivo mapeamento da situação da habitação popular no Estado, e o projeto de lei de Incentivo Cultural, aprovado por esta Assembleia após várias audiências no interior e na capital.

Também ouvimos as minorias étnicas e sociais.

Fomos às aldeias colher informações a fim de implantar novos programas de saúde e moradia para as tribos indígenas.

E abrimos com o MST um canal de diálogo talvez sem precedentes desde a criação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, 30 anos atrás.

Assumimos o compromisso de levar paz ao campo e provamos que é possível conciliar o acesso a terra com a inviolabilidade da propriedade rural produtiva.

Não tenho certeza absoluta das estatísticas. Mas não me lembro de um ano como o de 2011 em que o Paraná não registrou uma única invasão de terras.

As antigas ocupações estão sendo solucionadas pela via pacífica da negociação, sem conflitos.

E por iniciativas concretas de apoio, na forma de crédito, insumos e assistência técnica, para que os assentamentos sejam efetivamente integrados aos mercados de consumo e se tornem sustentáveis.

Também estamos resgatando os compromissos que assumimos com o setor produtivo rural, autêntico dínamo da economia paranaense.

Já sancionamos a lei de criação da Agência de Defesa Agropecuária, que será um instrumento decisivo em nossos planos de abrir novos mercados internacionais à produção agropecuária e no objetivo específico de tornar o Estado livre de aftosa sem vacinação até 2013.

Também sancionamos a lei de criação da Agência Paraná de Desenvolvimento, que terá um papel abrangente na definição do nosso planejamento estratégico de desenvolvimento.

Aliás, o desenvolvimento econômico paranaense é uma obsessão do meu governo.

O extraordinário potencial do Estado foi desperdiçado por vários anos, especialmente no período em que a conjuntura internacional, antes da crise de 2007, favorecia os investimentos externos.

Por isso, era preciso recuperar o tempo perdido. Mobilizar todas as nossas forças na atração de capitais produtivos que geram empregos, renda e riqueza.

Esse esforço foi recompensado muito além de nossas melhores expectativas.

Basta dizer que, um ano após a criação do Paraná Competitivo, o Estado atraiu R\$ 9 bilhões em novos investimentos e gerou 157 mil empregos com carteira assinada, 100 mil deles no interior do Paraná, atingindo um recorde histórico.

Seria cansativo relacionar todas as empresas que decidiram investir no Estado ou ampliar suas atividades já desenvolvidas em nosso território.

Basta assinalar o caso da Renault, cujo investimento de R\$ 1,5 bilhão solidifica o *status* do Paraná de segundo maior polo automotivo nacional.

O Paraná Competitivo não é apenas um programa de incentivos fiscais.

Ele está no centro de uma nova política industrial, que busca equacionar questões como a inovação tecnológica, na qual as universidades estaduais terão um papel ainda mais relevante, a geração de empregos de qualidade e de impostos em larga escala e a sintonia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental.

Outros aportes de grande envergadura, em gestão nas secretarias da Fazenda e da Indústria e Comércio, serão confirmados nos próximos meses.

A consolidação desse novo ciclo de industrialização foi sinalizada já em 2011, ano em que o crescimento do setor, no Paraná, foi muito superior à média nacional.

Apesar de todas essas boas notícias, temos preocupações a considerar.

Para não travar o círculo virtuoso da industrialização e das cadeias produtivas em formação, destacadamente na agroindústria, o Estado precisa ampliar e modernizar a sua infraestrutura.

E todos sabem que seria impossível romper os gargalos de transporte e logística sem antes recompor a capacidade de investimento do Estado.

Foi por isso que, na primeira hora, instituímos o programa de saneamento das finanças estaduais.

O ajuste das contas é um momento doloroso, em qualquer circunstância. Mas tínhamos consciência de que, sem equilíbrio fiscal, condenaríamos o Paraná a um estado de paralisia, ou até, o que seria mais grave, de atrofia.

E o sacrifício valeu a pena. Ao economizar quase 20% das despesas correntes ao longo do ano, pusemos a casa em ordem e já recebemos a chancela da União para contratar operações de crédito que financiarão novos investimentos no Porto de Paranaguá, nos aeroportos, nas ferrovias, nas estradas rurais e nas rodovias.

O plano de investimentos começa com R\$ 700 milhões para melhoria e conservação de 10 mil quilômetros da malha viária estadual, obras cujas licitações serão concluídas ainda neste mês.

E outros R\$ 72 milhões que serão destinados à contratação de 30 patrulhas rodoviárias para adequação de estradas rurais neste ano.

Os investimentos no Porto de Paranaguá foram retomados nos primeiros dias de 2011, com a dragagem emergencial de berços, que não era realizada havia vários anos.

E serão intensificados neste ano, com recursos próprios e verbas federais.

Paranaguá e Antonina receberão investimentos de R\$ 1 bilhão para o aprofundamento do cais, a dragagem do Canal da Galheta e a ampliação do corredor de exportações, duplicando a sua capacidade operacional.

Vamos também investir na modernização do sistema de segurança portuária, na compra de equipamentos e em terminais de armazenagem para exportação e importação.

Também no início do governo tomamos providências quanto à educação, prioridade número um da minha gestão, dobrando os recursos para o transporte escolar municipal, que passaram de R\$ 27 milhões para R\$ 58 milhões.

Lançamos um pacote de obras para a construção e reforma de escolas no valor de R\$ 126 milhões e iniciamos a equiparação salarial dos professores aos profissionais de nível superior do Estado.

Na saúde, garantimos a implantação do HospSus, programa ao qual já estão integrados 50 hospitais públicos e filantrópicos, e a viabilização de hospitais inaugurados em 2010 sem equipamentos e sem nenhuma condição de funcionamento.

Para este ano, vamos ampliar o orçamento da saúde em R\$ 340 milhões, o que nos garante, pela primeira vez na história, o cumprimento da Emenda 29, que determina a aplicação de pelo menos 12% das receitas correntes em saúde.

Isso quer dizer que os investimentos em saneamento, agora ampliados significativamente, não serão mais contabilizados para inflar artificialmente a rubrica orçamentária da saúde.

Livre das disputas judiciais, a Sanepar teve uma fantástica valorização de 66% de suas ações em bolsa, e finalmente pôde retomar os seus investimentos.

Serão R\$ 2 bilhões até 2014, o que deverá ampliar de 62% para 72% a cobertura da rede de coleta e tratamento de esgoto nos 345 municípios em que ela atua.

A Copel realizará neste ano o maior programa de investimentos desde que a empresa foi criada, num total de R\$ 2 bilhões e 250 milhões.

A Copel vai manter seu foco na melhoria da qualidade do atendimento ao consumidor, investindo na geração, transmissão e distribuição de energia, e para isso concluirá neste ano a Usina de Mauá, entre outras obras.

Mas agora, por sua estatura e excelência, a Copel prospecta horizontes de atuação mais amplos.

A empresa está construindo uma hidrelétrica no Mato Grosso, toca obras importantes em São Paulo e logo iniciará outras no Maranhão, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Por essas iniciativas, a Copel se consolida hoje como empresa de relevância nacional no setor elétrico, ombro a ombro com os gigantes do setor, como ficou cabalmente demonstrado nos recentes leilões da Aneel.

Paralelamente, vai ampliar seu sistema de telecomunicações, cuja rede de fibras óticas vai abranger os 399 municípios do Estado até o final deste ano.

Os investimentos em infraestrutura social e urbana são essenciais para a boa implementação do programa de habitação, que prevê aportes de R\$ 4 bilhões, em quatro anos, para o atendimento de cem mil famílias, numa parceria entre a Cohapar e a Caixa Econômica.

Parceria também firmada no Família Paranaense, programa social que até 2014 atenderá a cem mil famílias carentes do Estado, com foco nas regiões de menor IDH.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

A escalada da violência nos últimos anos, no Estado e em todo o País, exigia uma reação à altura das expectativas dos cidadãos.

Uma reação contundente para conter os índices alarmantes de criminalidade, especialmente na Região Metropolitana de Curitiba e na área de fronteira, incluída na rota internacional do tráfico de drogas e do contrabando de armas.

Essa situação se agravou ainda mais com a contínua redução dos quadros policiais, cujas baixas havia muitos anos não tinham a devida reposição.

Municípios inteiros sem um único soldado, comarcas sem delegados de polícia e cadáveres se decompondo no IML. Esta era a realidade terrível que herdamos.

A dramática situação dos IMLs foi solucionada com a contratação emergencial de profissionais e a aquisição de viaturas.

E, mesmo com os escassos recursos do orçamento de 2011, conseguimos reduzir o índice de homicídios em 9% em Curitiba e em 4% na Região Metropolitana.

Números modestos, mas que apontam para uma inflexão na funesta curva das estatísticas do crime.

Tenho absoluta convicção de que a execução do programa Paraná Seguro, que lançamos no ano passado, reduzirá substancialmente esses números macabros.

Iniciamos a contratação gradual de dez mil policiais, sendo oito mil soldados para a PM e dois mil efetivos para a Polícia Civil, entre agentes, delegados e técnicos especialistas.

É a maior contratação de policiais já vista neste Estado, garantida pela elevação do orçamento da segurança pública, que será dobrado até 2014, e pelo Fundo Especial de Segurança Pública, que criamos no final do ano passado.

Esses recursos viabilizarão neste ano a construção de 40 delegacias, 150 módulos policiais móveis, o início das obras dos IMLs de Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, 1.500 viaturas com alta tecnologia embarcada e uma melhoria consistente no atendimento do 190.

Já implantamos a Defensoria Pública do Estado, que está revisando todos os processos de presos, e conseguimos o compromisso do Ministério da Justiça de investir R\$ 135 milhões na construção de novos presídios, recursos que terão contrapartida do Estado, somando um pacote de R\$ 160 milhões.

Com essas medidas, nossa meta é reduzir continuamente o número de homicídios em todo o Estado.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Trabalhamos incansavelmente neste primeiro ano de governo para começar a cumprir, no prazo mais breve possível, os compromissos que assumimos perante os cidadãos, em todas as áreas da administração.

Tive desta Casa, em todas as ocasiões, o apoio e a compreensão das senhoras e senhores na consecução dos nossos objetivos, na formulação das leis que dão fundamento jurídico às nossas políticas públicas.

E se não bastasse a aprovação às nossas mensagens, ainda recebi da Assembleia, graças à iniciativa da atual mesa executiva e da colaboração de todos os deputados e deputadas, a devolução de R\$ 90 milhões economizados pela Casa e que foram integralmente aplicados em programas sociais, sobretudo na área da saúde.

O Paraná, tenham certeza, agradece a austeridade desta Assembleia no trato do dinheiro público e o seu compromisso de legislar em favor de todos os paranaenses.

Ainda neste ato, cumpro o dever constitucional de encaminhar ao Presidente da Assembleia, Deputado Valdir Rossoni, o relatório de ações do nosso governo em 2011.

Ele não exprime uma revolução política ou administrativa, como poderiam pretender alguns.

Mas reflete fielmente uma visão transformadora da realidade paranaense, fortalecida por contratos de gestão que alcançam a todos os secretários e dirigentes de órgãos públicos.

Uma transformação gradual, que se fortalece a cada dia na disposição inquebrantável de mudar para melhor a vida das famílias paranaenses.

Os resultados alcançados indicam que escolhemos o caminho certo, com diálogo, equilíbrio e respeito.

Sem fantasias ideológicas, sem autoritarismo e sem a soberba da arrogância.

Por isso vamos perseverar de forma ainda mais obstinada na realização de nosso plano de trabalho.

Muito obrigado. E que Deus nos ilumine a todos.

Curitiba, 1º de fevereiro de 2012

Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

SUMÁRIO

A Economia Paranaense no ano de 2011	21
1 Casa Civil (CC)	27
1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil	27
1.2 Diretoria Geral.....	27
1.3 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE).....	28
1.4 Núcleo de Informática e Informações (NII).....	28
1.5 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA).....	28
1.6 Centro de Apoio Operacional da Casa Civil (CAO).....	29
1.7 Grupo de Planejamento Setorial (GPS).....	29
1.8 Grupo Administrativo Setorial (GAS).....	29
1.9 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)	29
1.10 Grupo Financeiro Setorial (GFS)	30
1.11 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI).....	30
1.12 Coordenadoria Técnico Jurídica (CTJ).....	31
1.13 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)	31
1.14 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP).....	31
1.15 Escritório de Representação do Paraná	32
2 Casa Militar	37
2.1 Transporte Aéreo	37
2.2 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil	37
3 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)	41
3.1 Diretoria de Projetos (DIPR)	41
3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO).....	42
3.3 Diretoria Administrativa Financeira (DIAF).....	45
3.4 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias	47
3.5 Superintendência de Urbanismo (SUUR).....	47
3.6 Superintendência Jurídica (SUJU)	47
3.7 Gabinete da Presidência (GABI).....	48
3.8 Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS-PR).....	48
4 Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)	53
4.1 Mercado e Investimentos	53
4.2 Concessões	54
4.3 Fontes de Financiamento	54
4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).....	54
4.5 Outras Fontes de Recursos.....	55
4.6 Resultados Financeiros.....	55
4.7 Meio Ambiente.....	55
4.8 Tarifa Social.....	55
5 Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	59
5.1 Destaques de 2011.....	59
5.2 Modelo de Excelência da Gestão	59
5.3 Geração de Energia Elétrica	59
5.3.1 Operação e Manutenção de Usinas	59
5.3.2 Expansão da Geração de Energia	60

5.3.3	Novos Empreendimentos	61
5.3.4	Outras Fontes de Energia Renovável	61
5.4	Transmissão de Energia Elétrica	61
5.4.1	Operação e Manutenção da Rede Básica	62
5.5	Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Inovação Tecnológica.....	62
5.6	Distribuição de Energia Elétrica	63
5.6.1	Novas Ligações	63
5.6.2	Mercado de Energia Elétrica	63
5.7	Telecomunicações	65
5.8	Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais.....	65
5.9	Administração - Gestão de Pessoas.....	69
5.10	Tecnologia da Informação	69
5.11	Resultados Econômico-Financeiros	70
5.12	Reconhecimentos	71
6	Coordenação de Controle Interno.....	77
7	Defensoria Pública do Estado do Paraná	81
8	Procuradoria Geral do Estado (PGE).....	87
9	Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP).....	93
9.1	Departamento de Recursos Humanos (DRH).....	93
9.1.1	Escola de Governo	94
9.2	Departamento de Seguridade Funcional (DSF).....	94
9.3	Departamento de Assistência à Saúde (DAS)	94
9.4	Departamento de Administração de Material (DEAM).....	95
9.5	Departamento de Transporte Oficial (DETO).....	95
9.6	Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS)	96
9.7	Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE).....	98
9.8	Unidade de Gerenciamento - Contrato de Gestão	98
9.9	Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP).....	98
10	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB).....	103
10.1	Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO)	103
10.1.1	Divisão de Produção Agropecuária.....	103
10.1.2	Divisão de Agronegócio Familiar	104
10.1.3	Divisão de Desenvolvimento Rural	105
10.1.4	Divisão de Cultivos Florestais	106
10.1.5	Divisão de Apoio Técnico.....	106
10.2	Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS)	107
10.2.1	Divisão de Defesa Sanitária Animal (DDSA)	107
10.2.2	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA).....	108
10.2.3	Divisão de Apoio Estratégico a Defesa Agropecuária (DAEDA)	109
10.2.4	Centro de Diagnósticos Marcos Enrietti (CDME)	109
10.2.5	Divisão de Fiscalização de Insumos e Serviços Agrícolas (DFI)	110
10.2.6	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal (DDSV).....	110
10.3	Departamento de Economia Rural (DERAL)	111
10.3.1	Divisão de Conjuntura Agropecuária (DCA).....	111
10.3.2	Divisão de Estatística Básica (DEB).....	111
10.3.3	Divisão de Planejamento Agropecuário (DPA)	112
10.4	Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)	113

10.4.1	Abordagem Territorial e Desenvolvimento Rural.....	114
10.4.2	Ações de Meio Ambiente	114
10.4.3	Apoio à Geração de Renda da Agricultura Familiar	114
10.4.4	Inclusão Social	115
10.4.5	Crédito Rural	115
10.4.6	Aquisição de Veículos	116
10.5	Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)	116
10.5.1	Lançamento de Novas Variedades Vegetais.....	116
10.5.2	Ações de Pesquisa em Recursos Naturais.....	117
10.5.3	Ações de Pesquisa em Produção Vegetal.....	117
10.5.4	Ações de Pesquisa em Produção Animal.....	119
10.5.5	Ações de Pesquisa em Sistemas de Produção e Agroecologia.....	120
10.5.6	Serviços Tecnológicos	120
10.5.7	Publicações, Eventos, Cursos e Palestras	121
10.5.8	Prêmios	121
10.5.9	Visitas Recebidas.....	122
10.5.10	Outras Ações Institucionais	122
10.6	Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)	124
10.6.1	Comercialização.....	124
10.6.2	Abastecimento Social – Armazém da Família e Mercado Popular.....	125
10.6.3	Banco de Alimentos.....	125
10.7	Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR).....	125
10.8	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR).....	126
10.9	Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)	128
10.9.1	Coordenação de Produção e Bem-Estar Animal	128
10.9.2	Coordenação de Recursos Naturais e Produção Vegetal Integrada	128
10.9.3	Coordenação de Operações e Difusão	129
10.9.4	Relações Interinstitucionais.....	129
10.10	Ações Especiais	129
10.10.1	Programa Leite das Crianças (PLC).....	129
10.10.2	Programa Leite Paraná (PLP).....	130
10.10.3	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF).....	131
10.10.4	Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas (PGAİM)	131
11	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)	135
11.1	Sistema Estadual de Ensino Superior	136
11.2	Realizações.....	139
11.3	Informações Adicionais.....	143
12	Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS)	147
12.1	Coordenadoria de Marketing.....	147
12.2	Coordenadoria de Imprensa.....	147
13	Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)	151
13.1	Diretoria Geral.....	151
13.2	Coordenação de Ação Cultural (CAC)	151
13.3	Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM)	152
13.4	Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC)	153
13.5	Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)	153
13.6	Museu da Imagem e do Som (MIS)	153

13.7	Biblioteca Pública do Paraná (BPP).....	153
13.8	Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG).....	156
13.9	Rádio TV Educativa - e-PARANÁ	157
14	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU)	161
14.1	Desenvolvimento Territorial	161
14.2	Infraestrutura Urbana	162
14.3	Qualificação de servidores municipais.....	162
14.4	Gestão Administrativa.....	163
14.5	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC).....	166
14.5.1	Estruturação Física da Região Metropolitana de Curitiba.....	166
14.5.2	Proteção e Recuperação Ambiental.....	167
14.5.3	Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC.....	168
14.5.4	Gestão do Transporte Coletivo Metropolitano	169
14.6	Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.....	170
14.6.1	Ações Administrativas.....	170
14.6.2	Ações Operacionais.....	170
15	Secretaria de Estado da Educação (SEED)	175
15.1	Destaques na Educação 2011	175
15.1.1	Recursos Humanos.....	175
15.1.2	Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional	176
15.1.3	Diretoria de Tecnologia Educacional.....	177
15.1.4	Políticas e Programas Educacionais	178
15.1.5	Departamento de Educação Básica.....	180
15.1.6	Educação Integral	181
15.1.7	Departamento de Legislação Escolar	182
15.1.8	Educação Profissional – Educação e Trabalho.....	184
15.1.9	Superintendência de Desenvolvimento Educacional	185
15.1.10	Capacitação de Recursos Humanos.....	187
15.1.11	Departamento de Diversidade	187
15.2	Entidade Vinculada - Colégio Estadual do Paraná (CEPR)	188
16	Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS)	193
16.1	Coordenação de Gestão do SUAS (CGS).....	194
16.2	Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB).....	194
16.2.1	Centros de Referências de Assistência Social (CRAS).....	194
16.2.2	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	195
16.2.3	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	195
16.2.4	Programa Atitude	196
16.2.5	Centros da Juventude	196
16.2.6	Guarda Mirim do Paraná	197
16.2.7	Programa Família Paranaense.....	197
16.3	Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)	198
16.3.1	Acompanhamento e Monitoramento	198
16.3.2	Programas e Convênios.....	198
16.4	Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN)	199
16.4.1	Cozinhas Comunitárias, PRODUSA e Hortas Comunitárias	199
16.4.2	Programa Leite das Crianças.....	199
16.4.3	Consolidação/Implantação do SISAN.....	200

16.5	Coordenação de Renda de Cidadania (CRC).....	200
16.5.1	Cadastro Único.....	201
16.5.2	Programa Bolsa Família (PBF).....	201
16.5.3	IGD-E e IGD-M.....	202
16.5.4	Programa Luz Fraterna.....	202
16.5.5	Ação Intersetorial.....	202
16.6	Coordenação de Medidas Protetivas e Socioeducativas (CMS).....	203
16.6.1	Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade (Semiliberdade).....	203
16.6.2	Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade (Internação).....	203
16.6.3	Programa de Educação das Unidades Socioeducativas (PROEDUSE).....	203
16.6.4	Cursos Profissionalizantes.....	204
16.6.5	Oficinas Artísticas e Culturação.....	204
16.6.6	Programa de Apoio ao Jovem Educando (AJE).....	204
16.6.7	Programa da Apoio às Famílias.....	204
16.6.8	Convênio com Comunidades Terapêuticas.....	205
16.6.9	Investimento em Obras.....	205
16.6.10	Programa Estadual de Aprendizagem – Programa Aprendiz.....	205
16.6.11	Assessoria Especial aos Conselhos Tutelares.....	206
16.6.12	Laboratório de Teste para Comprovação de Paternidade.....	206
16.6.13	Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.....	206
16.7	Controle Social.....	206
16.7.1	Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR).....	207
16.7.2	Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR).....	207
16.7.3	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR).....	208
16.8	Escritórios Regionais.....	208
16.9	Síntese da Execução Orçamentária Financeira.....	208
17	Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).....	213
17.1	Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE).....	213
17.1.1	Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF).....	214
17.1.2	Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública (DIRED).....	214
17.1.3	Divisão de Controle da Despesa (DIDEP).....	215
17.1.4	Divisão de Contabilidade Geral (DICON).....	215
17.1.5	Divisão de Processamento de Dados (DIPRO).....	216
17.2	Coordenação da Receita do Estado (CRE).....	217
17.2.1	Corregedoria (COR).....	217
17.2.2	Delegacia de Julgamento (DJ).....	217
17.2.3	Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH).....	218
17.2.4	Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF).....	218
17.2.5	Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação (AGTI).....	219
17.2.6	Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN).....	220
17.2.7	Escola de Administração Tributária (ESAT).....	220
17.2.8	Inspetoria Geral de Tributação (IGT).....	221
17.2.9	Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA).....	221
17.2.10	Inspetoria Geral de Fiscalização (IGF).....	223
17.3	Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC).....	225
17.3.1	Assessoria Econômica.....	225
17.3.2	Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	226

17.4	Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)	227
17.5	Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais (CACP)	228
17.6	Entidades Vinculadas.....	229
17.7	Gestão Financeira e Tributária	230
18	Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM)	235
18.1	Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)	235
18.2	Coordenadorias de Assuntos do MERCOSUL (CAM) e de Assuntos Internacionais (CAI) ...	236
18.3	Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI).....	237
18.4	Ambiental Paraná Florestas S.A.	237
18.5	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)	238
18.5.1	Dados Estatísticos.....	238
18.5.2	Ações de Divulgação e de Inserção das Políticas Públicas	240
18.6	Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)	241
18.7	Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR).....	241
18.8	Minerais do Paraná S.A. (MINEROPAR)	242
19	Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)	247
19.1	Sistema Penitenciário	248
19.1.1	Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN)	248
19.2	Políticas de Cidadania e Direitos Humanos.....	252
19.2.1	Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC).....	252
19.2.2	Coordenadoria Antidrogas.....	256
19.2.3	Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR).....	256
20	Secretaria de Estado da Saúde (SESA)	263
20.1	Mapa Estratégico	263
20.2	Ações Estruturantes do Programa Saúde Para Todo Paraná	264
20.3	Enfrentamento da Dengue.....	266
20.4	Reestruturação Organizacional da SESA	267
20.5	Educação Permanente	267
20.6	Gestão de Pessoas	268
20.7	Participação da Sociedade.....	269
20.8	Investimentos na Infraestrutura da Rede Própria da SESA	269
20.9	Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29.....	269
21	Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)	273
22	Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)	289
22.1	Gestão de Programas e Projetos de Infraestrutura e Logística (GPP)	289
22.2	Infraestrutura Rodoviária	290
22.2.1	Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais Municipais - Patrolhas Mecanizadas	291
22.2.2	Programa de Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual.....	292
22.2.3	Ações Emergenciais	292
22.2.4	Programa de Concessões.....	295
22.2.5	Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística.....	295
22.3	Infraestrutura Aeroportuária.....	296
22.4	Infraestrutura Ferroviária	296
22.4.1	Produção.....	297
22.4.2	Ações	298
22.4.3	Ações Integradas.....	298

22.5	Infraestrutura Aquaviária.....	298
22.5.1	Porto Público.....	299
22.6	Edificações de Prédios Públicos	302
23	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)	307
23.1	Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná.....	307
23.2	Educação Ambiental e Jardins Botânicos	309
23.3	Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA).....	310
23.4	Mudanças Climáticas e Qualidade Atmosférica	310
23.5	Recursos Hídricos e Atmosféricos.....	312
23.6	Saneamento Básico	312
23.7	Biodiversidade e Florestas.....	312
23.8	Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná (COLIT).....	313
23.9	Planejamento e Projetos.....	314
23.10	Instituto Ambiental do Paraná (IAP)	315
23.10.1	Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI).....	315
23.10.2	Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA).....	315
23.10.3	Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM).....	316
23.10.4	Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM).....	317
23.10.5	Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF)	319
23.10.6	Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)	321
23.11	Instituto das Águas do Paraná.....	325
23.12	Instituto de Terras, Cartografia e Geociência (ITC)	327
23.12.1	Diretoria de Terras.....	327
23.12.2	Diretoria de Geociências.....	327
24	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)	333
24.1	Coordenação de Modernização Institucional (CMI).....	333
24.2	Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA).....	334
24.3	Coordenação de Orçamento e Programação (COP)	335
24.4	Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG).....	336
24.4.1	Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação.....	336
24.4.2	Parcerias Público-Privadas	337
24.4.3	Acordo de Cooperação Internacional.....	337
24.4.4	Projetos e Programas em Execução.....	338
24.5	Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).....	340
24.6	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)	340
24.6.1	Diretoria de Pesquisa	341
24.6.2	Centro Estadual de Estatística (CEE)	342
24.7	Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR)	343
24.7.1	Serviços Voltados ao Governo	344
24.7.2	Serviços Voltados ao Cidadão.....	345
24.7.3	Tecnologia	346
24.7.4	Internet.....	346
24.7.5	Projetos Especiais.....	347
24.7.6	CELEPAR em Números.....	348
25	Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS)	351
25.1	Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER) ...	351

25.1.1	Programa Intermediação de Mão de Obra	351
25.1.2	Programa Habilitação ao Seguro-Desemprego.....	353
25.1.3	Programa de Microcrédito Orientado e Assistido – Banco Social	354
25.1.4	Operação Litoral	354
25.1.5	Programa de Qualificação Social e Profissional	355
25.1.6	Programa Orientação Profissional do Trabalhador	355
25.1.7	Programa Certificação Profissional.....	355
25.1.8	Programa Central do Empreendedor Individual.....	355
25.1.9	Programa do Artesanato Paranaense.....	356
25.2	Departamento de Economia Solidária (DESOL).....	356
25.3	Departamento de Relações do Trabalho.....	358
26	Secretaria de Estado do Turismo (SETU)	361
26.1	Administração Direta.....	362
26.2	Paraná Turismo (PRTUR).....	367
26.3	ECOPARANÁ.....	369
26.4	Centro de Convenções de Curitiba S/A (CCC)	370
27	Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014.....	375
28	Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral	379
28.1	Corregedoria Geral.....	379
28.2	Ouvidoria Geral.....	381
29	Secretaria de Estado do Esporte (SEES)	385
29.1	Paraná Esporte	385
30	Secretário Especial de Relações com a Comunidade	391
31	Secretário Especial para Assuntos Estratégicos	395
31.1	Telecentros.....	395
31.2	Desburocratização.....	396
31.3	Outras Ações.....	396

Economia Paranaense

2011

A Economia Paranaense no ano de 2011

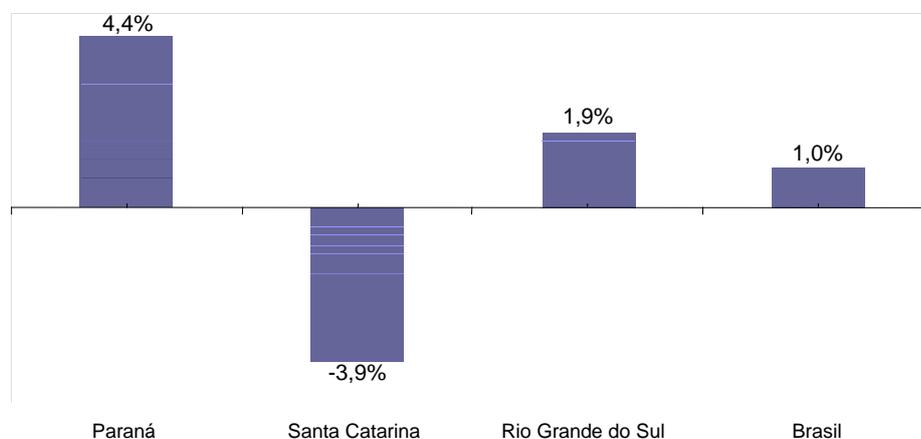
Este texto descreve o desempenho da economia paranaense no primeiro ano da atual gestão estadual, com base nas estatísticas disponíveis no final de novembro de 2011. Portanto, em comparação a análises futuras amparadas em dados referentes à integralidade do exercício em questão, são esperadas pequenas diferenças numéricas, que certamente não invalidarão os movimentos da economia local apresentados neste trabalho.

Em primeiro lugar, segundo projeções do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), verifica-se que o Produto Interno Bruto (PIB) do Paraná deverá crescer 4,1% em 2011, acima da expansão de 3,2% estimada para a economia brasileira pelo Banco Central (BC). Esse diferencial favorável ao Estado pode ser imputado sobretudo ao setor industrial, que vem registrando resultados significativos em âmbito regional, não obstante o cenário internacional pouco propício, marcado pela desaceleração das atividades produtivas nos países centrais.

De acordo com o IBGE, a produção física da indústria de transformação paranaense avançou 4,4% no acumulado de janeiro a setembro de 2011, no confronto com igual período de 2010, suplantando a variação de 1,0% anotada pelo secundário nacional. No âmbito da Região Sul, o resultado do Paraná também se destaca, considerando que os segmentos manufatureiros do Rio Grande do Sul e Santa Catarina contabilizaram taxas de 1,9% e -3,9%, respectivamente, no intervalo em avaliação (gráfico 1).

A relevante performance da indústria do Estado reflete sobremaneira o aumento da fabricação de veículos automotores, que, por sua vez, deriva da condição positiva do mercado de trabalho, com elevação real dos rendimentos dos trabalhadores e baixa taxa de desocupação, e da continuidade da expansão do crédito. Ademais, a intensificação da atividade industrial decorre, em menor grau, dos bons desempenhos dos ramos de refino de petróleo, material elétrico, produtos de metal, madeira, alimentos e minerais não metálicos, evidenciando a abrangência do crescimento recente da produção manufatureira local.

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - ESTADOS DA REGIÃO SUL E BRASIL - JANEIRO A SETEMBRO DE 2011



FONTE: IBGE

Por outro lado, foi confirmada a diminuição da oferta agrícola. Conforme levantamento do IBGE, a colheita de grãos na safra paranaense 2010/2011 totalizou 31,6 milhões de toneladas, volume 3% inferior ao registrado na temporada anterior (tabela 1). Como se sabe, essa queda se deve aos grãos de inverno, cuja produção foi afetada pela ocorrência de intensas geadas em meados de 2011.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS - PARANÁ - SAFRAS 2009/2010 E 2010/2011

PRODUTO	PRODUÇÃO (toneladas)		VARIACÃO (%)
	Safra 2009/2010	Safra 2010/2011	
Arroz	166 848	187 657	12,5
Aveia	143 007	107 795	-24,6
Café	139 054	109 611	-21,2
Centeio	700	1 171	67,3
Cevada	181 810	190 251	4,6
Feijão	792 010	815 998	3,0
Milho	13 567 096	12 300 738	-9,3
Soja	14 091 829	15 438 375	9,6
Trigo	3 442 660	2 411 488	-30,0
Triticale	72 664	63 972	-12,0
TOTAL	32 597 678	31 627 056	-3,0

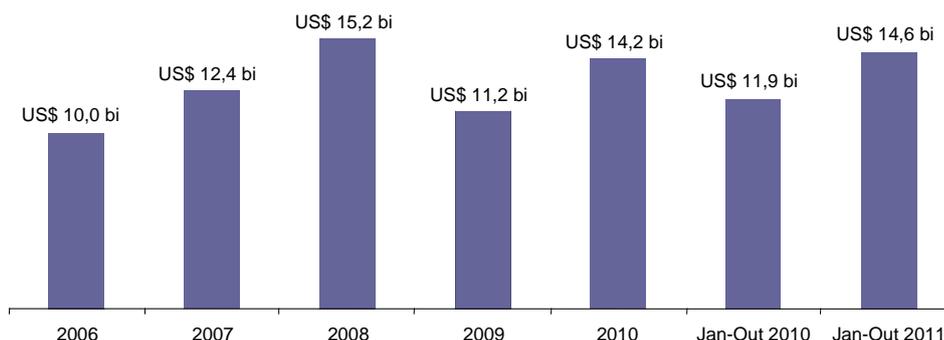
FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola

Principal lavoura da mencionada estação, o trigo alcançou uma produção de 2,4 milhões de toneladas, quantidade largamente superada pelo resultado do ano passado (3,4 milhões de toneladas). Em trajetória igualmente descendente, a produção de milho apresentou variação de -9,3%, refletindo, em grande medida, o menor rendimento físico por unidade de área na 2ª safra (inverno), embora não tenha sido ameaçada a primeira posição do Estado no ranking nacional da oferta do cereal, permanecendo muito à frente do Mato Grosso.

A propósito, no caso da soja, *commodity* cujos maiores produtores também são Mato Grosso e Paraná, é apontada uma produção de 15,4 milhões de toneladas na temporada 2010/2011, acima das 14,1 milhões contabilizadas em 2009/2010. Esse acréscimo, inclusive, vem contribuindo para o notável aumento das exportações do Paraná, não somente em virtude das crescentes vendas externas da soja em grão, mas devido também ao expressivo incremento nos embarques dos derivados da oleaginosa.

Tanto é assim que as receitas das exportações estaduais de soja *in natura*, farelo e óleo bruto avançaram, respectivamente, 30,4%, 45,7% e 67,2% no período de janeiro a outubro de 2011, em comparação a idêntico intervalo de 2010. Como exemplos de bom desempenho das exportações, podem ser citados ainda a carne de frango *in natura* (elevação de 19,3% das receitas em dólares), o açúcar bruto (50,1%), os cereais (39,2%), o café solúvel (26,9%) e os veículos de carga (34,9%), produtos que têm importante participação na ampliação de 22,8% do total das divisas geradas pelo comércio de bens paranaenses no exterior, o que leva a uma perspectiva de superação, no encerramento do presente exercício, do recorde anual de 2008 (gráfico 2).

GRÁFICO 2 - VALOR DAS EXPORTAÇÕES - PARANÁ - 2006-2011



FORNTE: MDIC

Passando ao setor terciário, observa-se expansão de 9,9% do volume de vendas do comércio varejista do Estado no acumulado dos nove primeiros meses de 2011, em decorrência principalmente do aumento das quantidades comercializadas pelos ramos de móveis e eletrodomésticos (16,4%), artigos farmacêuticos (16,6%), veículos e motocicletas (15,2%), material de construção (11,9%) e hipermercados e supermercados (5,0%). Novamente, as condições favoráveis do mercado de trabalho, ressaltadas pelos ganhos auferidos pelos trabalhadores, explicam os resultados significativamente positivos, que denotam ampliação da demanda interna.

Nesse sentido, finalizando o balanço econômico do Paraná em 2011, é possível verificar forte geração de ocupações formais no período de janeiro a outubro, com as admissões suplantando os desligamentos empregatícios em 140,9 mil vagas, abaixo apenas dos números de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados com contingentes populacionais muito superiores. Em uma desagregação setorial, nota-se importante contribuição dos serviços nesse pronunciado resultado, havendo também, em sintonia com a elevação da produção, considerável participação da atividade industrial (tabela 2).

TABELA 2 - SALDO DO EMPREGO FORMAL - PARANÁ - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

SEGMENTO	SALDO
Indústria	40 549
Construção Civil	14 823
Comércio	26 565
Serviços e Administração Pública	54 151
Agropecuária	4 804
TOTAL	140 892

FORNTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

1

Casa Civil



1 Casa Civil (CC)

O campo de atuação da Casa Civil, de acordo com as diretrizes do governo, envolveu atribuições, tarefas e responsabilidades diretas, advindas de sua existência como órgão do primeiro nível hierárquico da administração pública estadual, típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo direto ao Chefe do Poder Executivo, além de tarefas de apoio, conforme determina a legislação vigente, a unidades e órgãos desprovidos, ou providos apenas parcialmente, de estrutura própria, entre eles o Secretário Especial de Relações com a Comunidade, o Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos, o Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014, o Secretário de Controle Interno, o Secretário Chefe de Gabinete do Governador e o Escritório de Representação do Paraná em Brasília.

As atividades realizadas em 2011 estão relatadas a seguir.

1.1 Gabinete do Chefe da Casa Civil

A atuação do Gabinete envolveu o planejamento, a coordenação, a organização e a promoção do relacionamento do Poder Executivo Estadual, intermediando contatos e relações com autoridades e organizações dos diferentes níveis governamentais; a prestação de assistência direta e imediata ao Governador; o acompanhamento das atividades relativas ao processo político legislativo, bem como o relacionamento com as lideranças políticas do governo; o atendimento a deputados federais, estaduais, secretários de Estado, prefeitos, vereadores, presidentes de partidos e de câmaras municipais, representantes de movimentos classistas, de sindicatos e público em geral.

1.2 Diretoria Geral

Acompanhou os processos de nomeação de pessoal do Estado e atendeu demandas apresentadas por diversos órgãos. Manteve constante contato principalmente com as Secretarias de Estado da Administração e da Previdência (SEAP); do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL); e da Fazenda (SEFA), a fim de efetuar o alinhamento necessário às diretrizes do novo governo. Também se fez presente nas reuniões do Comitê Especial do Secretariado Meio, instituído pelo Decreto nº 31/2011, e do Comitê de Gestão, instituído pelo Decreto nº 1.198/2011.

No âmbito interno, desenvolveu suas atribuições envolvendo: a coordenação técnica e administrativa das unidades que compõem a Casa Civil da Governadoria, mantendo contato permanente com os responsáveis dos setores; a promoção da administração geral do órgão, em estreita observância aos dispositivos legais e normativos da administração pública; a manutenção do Palácio das Araucárias e das residências oficiais; a coordenação da reforma do Palácio Iguazu; a

elaboração de minutas e análises, bem como a efetuação do controle e encaminhamento dos documentos submetidos ao Chefe da Casa Civil e ao Governador do Estado.

Foram efetuadas pela Assessoria da Diretoria-Geral e pela Diretora Geral em torno de 8.500 análises de processos no período.

1.3 Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE)

Prestou assessoramento ao governador do Estado, ao Chefe da Casa Civil, a Diretora Geral e às unidades da Casa Civil, na preparação das matérias que necessitam de formalização documental. Atendeu também outros órgãos ligados diretamente ao Palácio das Araucárias, tais como o Gabinete do Vice-Governador, a Assessoria Especial do Governador, a Secretaria de Estado da Comunicação Social, o Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014, a Coordenação de Controle Interno e o Comitê de Gestão, assim como as unidades da própria pasta (Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, Núcleo de Informática e Informações, Coordenadoria Técnico Legislativa) e, esporadicamente, outros setores.

No exercício de 2011, foram elaborados e expedidos 103.109 expedientes, entre ofícios, cartas, telegramas, fax, e-mails, cartões e mensagens, bem como efetuados o registro e a guarda dos documentos.

1.4 Núcleo de Informática e Informações (NII)

Promoveu a manutenção da estrutura de informática da Governadoria no Palácio das Araucárias, preservando a segurança e a integridade dos dados e equipamentos; o suporte aos usuários na utilização de software básico, rede local, internet e recursos multimídia; o desenvolvimento de aplicativos e instalação de software nas plataformas windows e linux, a implantação, operacionalização, otimização e disponibilização de ferramentas de consulta "GEO" e "BI", no sistema de Gestão Governamental (G-gov), em conjunto com os Órgãos da Administração Estadual; ajustes operacionais no sistema de controle de processos – GCC, "Workflow" em substituição ao sistema GI-Palácio; análise, encaminhamento e resposta aos pleitos endereçados ao Chefe da Casa Civil, via e-mail (Fale com a Casa Civil); o desenvolvimento dos sistemas SIAP (apoio político) e G-Cau para o ambiente web; a análise e adequação dos projetos de infraestrutura de telefonia e lógica do Palácio Iguazu, em conjunto com o setor técnico da CELEPAR e SEIL, o suporte na aquisição de equipamentos, mobiliários e softwares para o Palácio Iguazu.

1.5 Centro de Redação de Atos Oficiais (CRA)

Manteve atualizado o controle dos cargos de provimento em comissão de todas as Secretarias de Estado e suas vinculadas, assim como o controle de legislação, inclusive dos Conselhos, para consultas e informações.

Foram lavrados 3.563 decretos, 06 resoluções da Casa Civil, 02 resoluções conjuntas, 03 circulares, além de inúmeros títulos de nomeações.

1.6 Centro de Apoio Operacional da Casa Civil (CAO)

Promoveu a análise prévia e o encaminhamento de 13.953 documentos às unidades afins; a elaboração de 1.995 despachos proferidos pelo Governador; 135 proferidos pelo Chefe da Casa Civil; 12 atas do Comitê do Secretariado Meio; 13 atas do Comitê de Gestão; o preparo de processos de 866 disposições funcionais; 03 circulares e o controle e divulgação de atos oficiais junto à Imprensa Oficial, de decretos, resoluções do Chefe da Casa Civil, dos Secretários Especiais, resoluções conjuntas; e o encaminhamento de 2.859 correspondências e convites.

1.7 Grupo de Planejamento Setorial (GPS)

Prestou orientação técnica, coordenação e elaboração da Proposta Orçamentária Anual 2012 e PPA 2012-2015 da Casa Civil, Casa Militar, DIOE, SANEPAR, COHAPAR, COPEL e Secretários Especiais; elaborou estudos e pareceres sobre questões técnicas da administração direta e indireta, no tocante ao planejamento e orçamento; orientou as unidades de execução da Chefia do Poder Executivo (CPE) e Secretários Especiais em relação aos Decretos Estaduais nº 031/2011 e nº 1198/2011; produziu em torno de 160 informações técnicas solicitadas pela Direção Superior da Casa Civil e pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral; elaborou declarações de disponibilidade orçamentária e declaração de adequação de despesa; acompanhou e atualizou os planos e programas sob a ótica orçamentária e programática das unidades da CPE; promoveu a divulgação sistemática das informações técnicas geradas pelo Sistema Estadual de Planejamento; elaborou em torno 260 processos de alterações orçamentárias para ajuste de contas e suplementações de recursos do órgão; coleta e preparo das informações necessárias à elaboração do Relatório Anual de Atividades e o Relatório Anual de Acompanhamento Físico e Financeiro da Casa Civil, Casa Militar, economias mistas e Secretários Especiais.

1.8 Grupo Administrativo Setorial (GAS)

Executou a administração dos serviços meio necessários ao funcionamento da Casa Civil e dos Secretários Especiais, diretamente ou por meio da interveniência de empresas prestadoras de serviços, privilegiando questões relacionadas com: a administração de materiais do SIDEAM com 454 itens cadastrados; administração patrimonial num total de 8.595 itens principais; administração do protocolo geral num total aproximado de 75.942 documentos; manutenção do serviço de biblioteca com acervo de 4.271 livros registrados, 386 volumes de Decretos, 218 volumes de Leis e 102 atendimentos.

1.9 Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS)

Realizou a integração funcional entre a SEAP e a Casa Civil, nas questões que envolvem a administração de pessoal; a manutenção dos sistemas de controle de pessoal, com relação a pagamento, registros funcionais, movimentação, locação, admissão e demissão, férias e licenças;

orientação sobre gestão de pessoal para as entidades vinculadas e outros órgãos do Estado; conclusão dos trabalhos de encerramento das atividades do SERLOPAR; auditoria permanente dos dados funcionais dos funcionários efetivos da Casa Civil; manutenção e controle de pensões a serem pagas por funcionários ativos; controle e manutenção de consignações em folha de pagamento.

Reavaliado o projeto de gestão do Programa de Escolarização dos Funcionários da Casa Civil – ensino fundamental e segundo grau e do Programa de treinamento de funcionários da Casa Civil; revitalização de procedimentos administrativos internos; estudo sobre reavaliação de procedimentos técnicos/administrativos, sobre disposições funcionais dentro do setor público; e implementação do projeto “Recadastramento de pessoal ativo do Poder Executivo”.

1.10 Grupo Financeiro Setorial (GFS)

Gerenciou os recursos financeiros, pela execução orçamentária por meio de processos de empenho, liquidação e pagamento de despesas geradas pelas Unidades da CPE e Secretários Especiais, mantendo registros contábeis para o efetivo controle dos atos financeiros e orçamentários.

1.11 Coordenadoria do Cerimonial e de Relações Internacionais (CCRI)

As ações desenvolveram-se por meio do planejamento, coordenação, organização, direção e controle das atividades relativas à observância e aplicação das Normas do Cerimonial Público e da Ordem Geral de Precedência, bem como a coordenação das atividades de apoio administrativo na organização de recepções, eventos e festividades.

Em 2011, cabe destacar as seguintes atividades:

- Apoio às viagens oficiais do Governador, Primeira Dama e Vice-Governador ao Exterior.
- Apoio ao Governador e a Embaixadores de países estrangeiros em visita oficial ao Estado: Embaixadora da Suécia no Brasil, Embaixador da França no Brasil, Embaixador do Reino dos Países Baixos, Embaixador do Irã, Embaixador da República Tcheca, Vice Embaixador da República de Cuba, Embaixador da Ucrânia, Embaixador da República da Coreia, Embaixador do Reino Unido, 27 Embaixadores Africanos, Embaixador do Brasil no Paraguai, Embaixador da República da Argentina e Embaixador da Áustria.
- Apoio a outras autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Estado: Cônsul Geral da Alemanha em São Paulo, Cônsul Geral de Israel em São Paulo, Governador da Região de Wielkopolska (Polônia), Governador do Estado de Khartoum (Sudão), Vice-Presidente da República do Paraguai, empresários da Avic Xi’an Aircraft Industry – China, Cônsul Geral do Paraguai para o Estado do Paraná, Secretário Geral do Comitê Provincial do Partido e Diretor Geral da Assembleia Popular Provincial de Zhejiang (China), Primeiro Ministro e Embaixador da Alemanha, Governador do Estado de Baden-Wuerttemberg (Alemanha), Vice-Presidente do Senado da República Tcheca e Cônsul Geral do Reino da Bélgica.

- Apoio ao Chefe do Executivo em viagens realizadas aos municípios do Estado do Paraná, viagens a outros Estados e ao Distrito Federal.
- Apoio a eventos realizados na Capital com lideranças políticas e apoio a 228 outros eventos realizados.

1.12 Coordenadoria Técnico Jurídica (CTJ)

Prestou serviço de assessoramento jurídico objetivando subsidiar decisões governamentais mediante exame, instrução e emissão de pareceres em processos submetidos à apreciação do Chefe do Poder Executivo e os de competência do Secretário Chefe da Casa Civil.

Analizou 6.510 processos; emitiu 3.320 pareceres, elaborou 2.282 informações, 638 correções/ alterações; promoveu o preparo de 235 processos para posterior análise do Comitê Especial do Secretariado Meio e 1.470 processos para posterior análise do Comitê de Gestão, além de atendimentos e informações pessoais e por telefone.

1.13 Coordenadoria Técnico Legislativa (CTL)

No que diz respeito ao exame, informação e instrução de expedientes oriundos da Assembleia Legislativa, foram elaborados: 144 projetos de lei fundamentados para sanção que foram convertidos em Leis; 03 projetos de Lei Complementar fundamentados para sanção que foram convertidos em Leis Complementares; 11 projetos de lei fundamentados para razões de veto total do Governador e 01 de veto parcial; estimando-se ainda em torno de 40 projetos de lei para sanção, veto ou veto parcial.

Elaboradas e encaminhadas ao Poder Legislativo 76 mensagens de interesse do Governo com estimativa de mais 15, e restituído 01 projeto de lei ao Poder Legislativo (Lei nº. 16.815).

1.14 Coordenadoria de Assuntos Políticos (COAP)

Tem como objetivo estreitar o relacionamento da Casa Civil com as Câmaras Municipais, Prefeituras, o Poder Legislativo Estadual e com as entidades de representação da Sociedade Civil Organizada.

Em 2011, promoveu as seguintes ações:

- Atendimento às solicitações dos outros poderes e segmentos da sociedade, nas mais abrangentes áreas, em conjunto com a Chefia de Gabinete da Casa Civil.
- Relacionamento do Governo do Estado com as lideranças políticas e outras esferas de Poder.
- Acompanhamento dos eventos e fatos políticos de interesse do Estado.

- Acompanhamento e articulação da agenda política do Governador e do Chefe da Casa Civil.
- Coleta e manutenção de informações dos sistemas de cunho político, de uso exclusivo do Governador, com o apoio do NII da Casa Civil, além da articulação com todos os demais órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, responsáveis pela geração desses dados.
- Manutenção e prestação de informações relativas ao acompanhamento das reivindicações junto ao Governador.
- Coordenação, em consonância com a Casa Militar e a Coordenadoria do Cerimonial e Relações Internacionais, das atividades afetas às viagens do Governador.
- Orientação e encaminhamento de reivindicações das entidades assistenciais paranaenses e de solicitações às diversas Secretarias de Estado e entidades vinculadas.
- Apoio e atendimento às Prefeituras e Câmaras Municipais, como também o acompanhamento nas demais Secretarias.
- Atendimento médio diário em torno de 35 pessoas, perfazendo um total de 700 pessoas/mês.

1.15 Escritório de Representação do Paraná em Brasília

O Escritório tem por finalidade atender os interesses do Estado do Paraná em Brasília, servindo de base e apoio à articulação do governo com os diferentes organismos da Administração Pública Federal, com atuação voltada especialmente para as áreas de suporte técnico, político e administrativo aos órgãos da Administração Direta e Indireta e à iniciativa privada junto às instituições federais sediadas na Capital Federal e apoio do Estado do Paraná junto aos órgãos de comunicação social, em aspectos econômicos, políticos e sociais.

As atividades mais representativas, realizadas em 2011, foram:

- Atuação efetiva junto a Bancada Federal, defendendo as prioridades do Governo Estadual quanto à liberação de verbas da Lei Orçamentária Anual (LOA) e do Plano Plurianual (PPA).
- Assessoramento e suprimento de infraestrutura operacional ao Governador e Vice-Governador durante permanência em Brasília.
- Atendimento às autoridades estaduais, sendo Secretários, Superintendentes, Presidentes de Entidades, Diretores, Prefeitos e Assessores quando estiveram em Brasília.
- Suporte no relacionamento público a empresas privadas do Estado.
- Encaminhamento e acompanhamento de documentação para passaportes e de serviços diplomáticos, quando solicitados pelos órgãos estaduais.

- Agendamento e acompanhamento às solicitações de audiências e reuniões junto aos diversos órgãos federais.
- Representação de dirigentes estaduais, a pedido, em eventos em Brasília.
- Recepção, distribuição e protocolo de correspondências recebidas, via malote da Casa Civil, a diversos órgãos federais.
- Suprimento de infraestrutura física e operacional para os parlamentares paranaenses que atuam no Congresso Nacional.
- Seleção, divulgação e arquivamento de matérias de interesse do Estado do Paraná.
- Elaboração e fornecimento aos interessados de listagens das autoridades do Estado do Paraná - Governador, Secretários, titulares de diversos órgãos, Senadores e Deputados Federais e Estaduais, Prefeitos e Vereadores.
- Atendimento a pedidos de informações sobre o Estado com fornecimento de publicações e dados estatísticos, entre outros.
- Divulgação do Paraná com distribuição de material folclórico, turístico, mapa político e rodoviário do Estado, principalmente aos órgãos relacionados à divulgação cultural.
- Atendimento a pedidos de escolas de doação e empréstimos de exemplares da Constituição Estadual, livros, bandeira do Estado, matérias de divulgação do Paraná, tais como folderes, revistas, mapas e material folclórico para realização de feiras e demais eventos.
- Acompanhamento do trâmite de processos de interesse do Estado junto aos Ministérios, Tribunais e demais órgãos do Governo Federal, sempre que solicitado.
- Prestação de serviços de assessoria técnica e administrativa aos órgãos da administração direta e indireta do Estado do Paraná, junto ao Governo Federal, em Brasília, abrangendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.
- Suporte administrativo para funcionamento da Procuradoria Geral do Estado do Paraná em Brasília e de uma Unidade do IAPAR, instaladas nas dependências físicas da Representação.

Os dispêndios efetuados para custeio da Representação, até setembro, foram cobertos com recursos provenientes de convênio firmado pelo Governo do Paraná com a APPA, a CELEPAR, a COHAPAR, a COPEL, o DETRAN e a MINEROPAR e, a partir de outubro, com recursos da Casa Civil.

Casa Militar



2 Casa Militar

Órgão de primeiro nível hierárquico de assessoramento e apoio direto ao Governador. Seu âmbito de ação compreende a assistência direta e imediata ao Governador no trato e apreciação de assuntos policiais militares de natureza protocolar; a coordenação das relações do Chefe do Poder Executivo com autoridades militares; a segurança do Governador, Vice-Governador e familiares, do Palácio e das residências oficiais; a recepção, estudo e triagens dos expedientes policiais militares encaminhados ao Governador; a transmissão e controle da execução das ordens emanadas do Governador; a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e o transporte aéreo do Chefe do Poder Executivo e demais autoridades.

Ações mais relevantes:

2.1 Transporte Aéreo

Diante das adversidades climáticas, do aumento da demanda para o transporte de órgãos humanos doados e da implantação do serviço de traslado de urgência de pacientes, que necessitam de serviços especializados nos grandes centros hospitalares, as missões humanitárias têm se equiparado, e por vezes superado a missão principal.

MISSÕES REALIZADAS	TOTAL
Transporte de Autoridades	36
Em atendimento a Central Estadual de Transplantes	34
Em atendimento a Central de Leitos	18
Em atendimento a Defesa Civil	12
Atendimento com helicópteros locados às vítimas da enchente e deslizamentos de terra no Litoral Paranaense, no mês de março, em apoio a Defesa Civil	21
TOTAL	121

2.2 Coordenadoria Estadual de Defesa Civil

Atuação em diversas frentes de trabalho, tanto nas fases que antecedem um desastre (preparação e prevenção), quanto nas fases de recuperação e reconstrução dos locais atingidos, como demonstrado a seguir:

- Distribuição de Telhas de Fibrocimento em 2011

MUNICÍPIO	DATA DO EVENTO	TIPO DE DESASTRE	QUANTIDADE
Fazenda Rio Grande	09/abr.	Granizo	10.000
Capanema	25/jun.	Granizo	6.000
Capitão Leônidas Marques	25/jun.	Granizo	15.000
Cantagalo	25/jul.	Granizo	3.000
Boa Vista Aparecida	25/jun.	Granizo	2.000
Reserva	09/ago.	Granizo	13.513
Reserva	09/ago.	Granizo	12.000
Santo Antônio do Sudoeste	19/ago.	Granizo	3.000
Salto do Lontra	29/ago.	Granizo	3.000
Reserva do Iguaçu	29/ago.	Granizo	3.000
Mangueirinha	29/ago.	Granizo	6.000
Pirai do Sul	06/out.	Granizo	1.300
Prudentópolis	01/out.	Granizo	1.300
Vera Cruz do Oeste	29/out.	Vendaval	8.887
Vera Cruz do Oeste	29/out.	Vendaval	11.113
Jussara	29/out.	Vendaval	1.000
São Pedro do Iguaçu	29/out.	Granizo	2.500
Santa Cruz do Monte Castelo	29/out.	Vendaval	506
São Tomé	29/out.	Vendaval	500
Santa Isabel do Ivaí	29/out.	Vendaval	2.000
Total de telhas enviadas			105.619

- Apoio aos Municípios na Obtenção de Recursos Federais - início de funcionamento da Seção Técnica e de Convênios da Divisão de Defesa Civil da Casa Militar, responsável, dentre outras atribuições, pelo auxílio aos municípios vitimados por algum desastre, na confecção e organização da documentação exigida pelo Governo Federal para análise da necessidade de liberação de recursos à recuperação dos municípios.
- Simulado de Abandono Emergencial - exercício de evacuação realizado em 12 de novembro, no município de Antonina, com o objetivo de preparar a população para agir em situações de desastre, além de integrar todas as instituições que em uma situação real de risco farão parte das ações de resposta. Participaram aproximadamente 100 famílias que residem em área considerada de risco. O exercício mobilizou, além da Casa Militar, diversos órgãos estatais, dentre os quais: Bombeiro Militar, Polícia Militar, Polícia Civil, SIMEPAR, MINEROPAR, Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), Rede Estadual de Rádio Amadores (REER), Grupamento Aeropolicial Resgate Aéreo (GRAER) e Prefeitura de Antonina.
- Arrecadação de Donativos – a) Rio de Janeiro: ações de incentivo a doações, centralização das arrecadações e envio de aproximadamente 122 toneladas de donativos ao Estado assolado, no início do ano, por fortes chuvas, que além de perdas humanas, resultaram em grandes prejuízos, o que demandou uma articulação em âmbito nacional; b) Santa Catarina: mobilização da sociedade paranaense para envio de donativos ao Estado vizinho, que no início do ano sofreu com fortes chuvas. Enviadas aproximadamente 42 toneladas de donativos, e disponibilizada uma aeronave para auxiliar nas ações de resposta ao desastre.

Companhia de Habitação do Paraná



3 Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR)

A COHAPAR, vem realizando suas atribuições como órgão responsável pela execução da política habitacional no Estado, com a certeza de que o trabalho é da maior importância para as famílias paranaenses de menor poder aquisitivo.

No exercício de 2011, buscou-se reestruturar a empresa com a adoção de importantes ajustes, possibilitando a conclusão da maioria das obras contratadas, que estavam praticamente paralisadas. Ao todo encontram-se em fase de conclusão 218 obras, beneficiando 2.195 famílias paranaenses. Nos 23 contratos em execução, ligados ao Governo Federal por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), as ações realizadas possibilitaram uma evolução do percentual de evolução médio das obras de 22,1%.

No que se refere as ações vinculadas ao novo Programa Habitacional do Governo Estadual o Morar Bem Paraná, foram executadas inúmeras iniciativas que possibilitarão moradia digna a quase 30 mil famílias paranaenses.

Foram, ainda, desenvolvidas ações que ultrapassam a simples execução da unidade habitacional, ampliando os serviços para atendimento da população de menor renda com infraestrutura de qualidade, equipamentos urbanos e assistência jurídica no que se refere à posse da terra. Nesse sentido, a COHAPAR está executando obras e serviços para atendimento a mais de 20 mil famílias moradoras em áreas irregulares, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba e em 21 municípios no interior do Estado, em um importante resgate social dessa população.

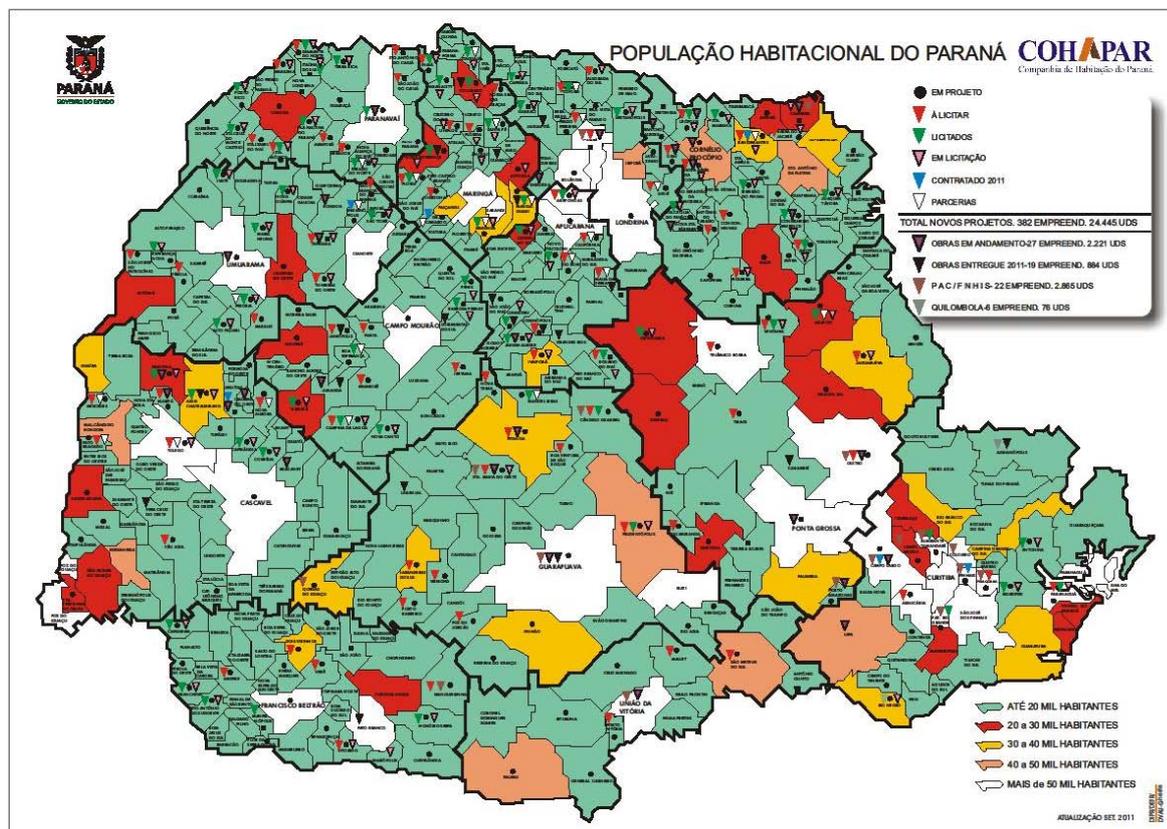
3.1 Diretoria de Projetos (DIPR)

Responsável pela viabilização técnica e social dos empreendimentos habitacionais produzidos pela COHAPAR. Participa desde a escolha da área, o desenvolvimento de projetos, o envio para os agentes financeiros até a sua contratação.

Projetos Prontos ou em Desenvolvimento:

MODALIDADE	UNIDADES
Hipoteca	8.191
Parcerias	2907
FAR COHAPAR	1.481
FAR - CAIXA	4.299
FNHIS/PAC URBANIZAÇÃO	4.415
Autogestão	2.070
Rural	3.415
Outros (Saneamento, SOS Litoral)	1.178
Subtotal	27.956
Titulação	3.788
Total	31.744

Mapa de Projetos em Andamento:



3.2 Diretoria de Programas e Obras (DIPO)

Segmento responsável pelo desenvolvimento de programas, planos, estudos de viabilidade técnico-econômico, bem como predirigir as atividades de execução e supervisão das obras, baseando-se na programação estabelecida.

Principais ações:

- Aporte de Recursos Adicionais – referente a contratos dos anos de 2007, 2008 e 2009 que não haviam sido licitados, sendo que o Governo do Estado alocou recursos adicionais no valor de R\$ 2,3 milhões em 2011, para viabilizar o atendimento a 451 famílias, conforme segue:

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	PROGRAMA	VALOR DO APORTE	VALOR DO INVESTIMENTO
Cambé	62	FNHIS 2007	180.000,00	2.274.876,64
Campo Largo	96	FNHIS 2007	189.017,00	2.890.476,56
Almirante Tamandaré 1ª e 2ª Etapa	69 UH + INFRA	FNHIS 2008	425.000,00	3.240.734,65
Fazenda Rio Grande 2ª Etapa	53 UH + INFRA	FNHIS 2008	260.000,00	3.211.333,70
Piraquara	152	FNHIS 2009	1.100.000,00	6.251.300,00
Cândido de Abreu	19	FNHIS 2008	200.000,00	707.432,47
TOTAL	451		2.354.017,00	18.576.154,02

- Licitação de novas Unidades Habitacionais e Obras de Infraestrutura PAC/FNHIS - realizado processo de licitação para contratação de 370 unidades habitacionais e obras de infraestrutura, no valor total de R\$ 23,8 milhões, nos Programas PAC e FNHIS, das seguintes obras:

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	PROGRAMA	VALOR
Cambé	62 UH	FNHIS 2008	1.733.949,38
Almirante Tamandaré 1º e 2ª Etapa	69 UH + INFRA	FNHIS 2008	2.542.000,00
Fazenda Rio Grande 2ª Etapa	53 UH + INFRA	FNHIS 2008	2.995.817,39
Cândido de Abreu	19 UH	FNHIS 2008	400.075,21
Colombo	167 UH + INFRA	PAC	5.119.073,46
Piraquara	Pavimentação e drenagem	PAC	11.019.230,87
TOTAL	370		23.810.146,31

- Emissão de Ordens de Serviço, no valor total de R\$ 7,7 milhões, relativas aos seguintes contratos:

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	PROGRAMA	VALOR
Pinhais	110 UH	PAC	2.547.171,64
Pinhais	145 UH	PAC	3.343.831,10
Pinhais	187 UH	PAC	4.907.960,69
Pinhais	192 UH	PAC	5.041.438,08
Cambé	62 UH	FNHIS 2008	1.733.949,38
Campo Magro	175 UH	PAC	4.056.479,24
Campo Largo	96 UH	FNHIS 2007	2.338.943,41
Almirante Tamandaré	69 UH + INFRA	FNHIS 2008	2.542.000,00
Fazenda Rio Grande 2ª Etapa	53 UH + INFRA	FNHIS 2008	2.995.817,39
Cândido de Abreu	19 UH	FNHIS 2008	400.075,21
TOTAL	1.108		7.671.841,98

- Desembolso Financeiro e retomada das obras - retomada a normalidade de execução de obra, com a regularização dos pagamentos, onde foram desembolsados R\$ 17,9 milhões relativos aos seguintes contratos:

MUNICÍPIO	FAMÍLIAS	PROGRAMA	VALOR PAGO 2011
Campo Magro	175 UH	PAC	2.583.254,19
Colombo	59 UH	PAC	216.129,80
Pinhais	113 UH + INFRA	PAC	4.036.874,93
Piraquara	694 UH + INFRA	PAC	8.120.641,46
Campo Largo	96 UH	FNHIS 2007	1.194.758,89
União da Vitória*	43 UH	FNHIS 2007	467.779,34
Cambará	28 UH	FNHIS 2008	345.595,33
Guarapuava	19 UH	FNHIS 2008	101.248,06
Castro	27 UH	FNHIS 2008	224.166,29
Porto Amazonas	27 UH	FNHIS 2008	331.980,28
Pitanga	29 UH	FNHIS 2008	320.603,44
TOTAL	1.310		17.945.043,01

*Obra abandonada pelo empreiteiro e retomada em 2011. Atualmente com 70% de execução física.

- Retomada da Obra PAC – GUARITUBA / PIRAQUARA decorrente do atraso nas obras do PAC GUARITUBA, contratado em 2007, apresentados orçamentos atualizados, ao Ministério das Cidades, demonstrando a necessidade do aporte adicional de aproximadamente R\$ 30,0 milhões para a conclusão do projeto original. Devido a negativa do Ministério da Cidades, foi apresentada uma nova proposta, onde manteve-se o atendimento as famílias mais precárias, permanecendo o enquadramento previsto. Após esta redefinição, foram executadas as seguintes ações: a) rescisão do contrato com a empresa gerenciadora da obra, propiciando uma economia de R\$ 713,2 mil, absorvido o trabalho pelo quadro técnico da COHAPAR; solução aprovada pela CAIXA, agente financeiro; b) revisão de todo o projeto de drenagem pluvial, junto ao Instituto das Águas do Paraná, destacando dois engenheiros da COHAPAR, o que propiciou a licitação da primeira etapa das obras de infraestrutura do sistema viário no valor de R\$ 11,0 milhões; c) conclusão e aprovação junto a CAIXA do Projeto Técnico do Trabalho Social no valor de R\$ 2,3 milhões; d) retomada e avanço na execução de casas no assentamento 1, com previsão de entrega para março de 2012, atendendo 694 famílias; e) execução da terraplenagem, por meio da retomada da parceria com o DER, permitindo iniciar o último lote de casas do assentamento 1; f) regularização dos fluxos de pagamentos das empresas VIAPLAN, FORTE CASTELO e PRUMO, inclusive com o pagamento do reajuste do contrato, pendente desde 2010, viabilizando a retomada das obras pelas empresas; g) recuperação do contrato FNHIS 2009, onde foram aportados novos recursos pelo Governo do Paraná, viabilizando o atendimento a 152 famílias.
- Retomada de 45 obras contratadas junto à CAIXA - nas modalidades Caução e Hipoteca, cujos contratos são dos anos de 2006, 2007 e 2008, que encontravam-se com baixo ou nulo percentual de execução (algumas delas, como as obras da Lapa, não haviam iniciado). Finalizadas e entregues a maioria das obras, ficando somente cinco para entrega no primeiro trimestre de 2012. Com isso, a CAIXA voltou a permitir que a COHAPAR apresente novos projetos. O percentual médio de execução dessas obras que era de 1,5% passou a ser de 7%. A COHAPAR, na qualidade de entidade organizadora e anuente junto às Associações de Moradores da referida obra, viabilizou a compra de cimento no atacado, iniciativa que gerou uma economia de R\$ 208,3 mil, representando 37,4%, num total de 26.004 sacos comprados no período de 30 de maio a 03 de dezembro, conforme demonstra o quadro:

PREÇOS PACTUADOS	UNIDADE (EM R\$)	QUANT.	TOTAL (R\$)
Média de mercado	21,43	26.004	557.265,72
Atacado	16,36	26.004	348.973,68
Economia Obtida	5,07		208.292,04

- Ações na Área Rural – a) retomada do convênio nº 5.556/2008, com a COOPERHAF, que havia pendência de pagamento, com revisão de todo o processo e busca de documentos que permitiram a regularização do convênio e da parceria. Atualmente, a COOPERHAF mantém estreita parceria com a COHAPAR e assinou novo convênio para atendimento de mais 1.000 famílias de agricultores; b) implantação do programa de Habitação Rural, em parceria com a SEAB e o EMATER, com treinamento das equipes, disseminação entre as prefeituras, sindicatos, cooperativas e outras entidades, com a seleção de 3.415 famílias, que atualmente tem seus contratos protocolados junto à CAIXA, vários já assinados; c) retomada da parceria com a FETAEP, resgatando o convênio PSH que não foi contratado e que atenderá 250 famílias de agricultores familiares que aguardavam desde 2008. Além disso, levou à assinatura de convênio entre a COHAPAR e a FETAEP para atendimento de mais 750 famílias de agricultores, totalizando atendimento, com a FETAEP, de 1.000 famílias.

3.3 Diretoria Administrativa Financeira (DIAF)

Por meio de Gestão da Política Administrativa, Econômica e Financeira da Companhia a DIAF realizou as ações a seguir.

Na Área Financeira, o montante das operações realizadas, excetuando-se os recursos pagos relativos a dívida imobiliária com a União (R\$ 93,6 milhões) totalizaram R\$ 70,3 milhões, assim distribuídos:

- Recursos do Tesouro Estadual - R\$ 28,7 milhões, investidos em obras de caução, hipoteca e, a título de contrapartida do Estado, em obras do PAC.
- Repasses da União para cumprimento de Contratos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – R\$ 17,3 milhões.
- Recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço captados por meio da Caixa Econômica Federal para investimento em obras (caução e hipoteca) = R\$ 24,3 milhões.

Ações realizadas pela Área Imobiliária:

- Remuneração da Carteira Própria – a arrecadação de créditos imobiliários atingirá o montante de R\$ 44,7 milhões.
- Emissão de Certificados de Quitação e Atendimentos Realizados - emitidos mais de 4.340 certificados de quitação e deverão ser atendidas 61.420 ligações pelo sistema de atendimento ao mutuário.
- Renegociação de Dívidas - por meio de esforço concentrado, nos termos da legislação vigente, a COHAPAR renegociou com a União, oferecendo como garantia da operação recebíveis (R\$ 100,0 milhões) que possui junto ao Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS). A operação permite ao Governo Estadual uma carência no pagamento

mensal da dívida de alguns contratos habitacionais, representando assim uma abertura para investimento na Política Habitacional Estadual no valor de R\$ 45,0 milhões anuais.

- Outras Operações Imobiliárias - transferências, revendas, substituições, vendas e prorrogações de termos de permissão de uso, com 1.759 processos; além de 302 Processos de Sinistros indenizados (R\$ 1,3 milhão).

Dentre as ações realizadas pela Área Administrativa, cabe destacar:

- Qualificação do Quadro de Colaboradores - foram investidos R\$ 95,1 mil em treinamento para 106 servidores.
- Processos Licitatórios/Contratos Assinados - foram abertos 76 processos licitatórios, sendo 32 concluídos - estas ações tiveram como consequência 111 contratos firmados, 102 Termos Aditivos formalizados e 08 apostilamentos.
- Iniciativas em Processo de Execução – a) contratação da Fundação Dom Cabral – prestação de serviços de treinamento em gestão e planejamento estratégico, mediante um processo inovador de intercâmbio e aprendizagem; b) realização de concurso público com mais de 12.000 inscritos, para provimento de 96 vagas e cadastro reserva, último concurso realizado em 2001; c) Plano de Cargos e Salários – contratação por licitação da empresa NEO LABOR para a elaboração e implantação do plano de cargos e salários para os funcionários; d) capacitação – disponibilização nas diversas áreas da empresa de cursos aos colaboradores na busca de atualizações e inovações em setores estratégicos; e) otimização das áreas de trabalho - implementadas estações de trabalho para melhor distribuição e otimização dos espaços, obtendo-se um aproveitamento de 25 a 30% em relação ao layout anterior; f) renovação da frota de veículos - em trâmite processo para renovação da frota onde serão disponibilizados 62 veículos novos; g) reforma do Edifício Sede - em estudo.

Na Área de Tecnologia da Informação, os serviços executados foram:

- Planejamento Estratégico de Tecnologia.
- Revisão dos Contratos de Informática (telefonia, manutenção de equipamentos e sistemas), contemplando renegociações.
- Construção do novo site Internet/Intranet da COHAPAR, nos padrões da Secretaria de Estado da Comunicação Social.
- Levantamento do parque de equipamentos, com aquisição e substituição inicial para atendimento a operacionalidade da Companhia.
- Levantamento dos sistemas de informação existente para reestruturação, substituição e utilização de potencialidades.
- Reestruturação dos serviços de suporte e atendimento das áreas da Companhia.
- Reestruturação da infraestrutura elétrica, lógica e telefônica dos Escritórios Regionais.

3.4 Diretoria de Regularização Fundiária e Relações Comunitárias

Objetivando ordenar e desenvolver as funções sociais das cidades paranaenses e da propriedade, garantindo ao cidadão o direito à terra e à moradia, teve como principais ações:

- Contratação de 13 obras de Regularização Fundiária envolvendo serviços de urbanização e realocação que beneficiarão mais de 3.000 famílias.
- Regularização e titulação de mais de 250 vilas rurais.
- Elaboração e entrega de mais de 350 escrituras resultante do esforço concentrado da SURF na ação denominada Mutirão das Escrituras.
- Entrega de títulos de legitimação de posse para mais de 300 famílias em parceria com os municípios.
- Início da execução de mais de 30 projetos de titulação que atenderão mais de 10.000 famílias.

3.5 Superintendência de Urbanismo (SUUR)

Atuando junto a política social de terra urbana e aplicação de instrumentos de acesso à ela, com vistas a orientar os municípios paranaenses quanto à provisão de terra urbanizada e bem localizada para fins de habitação de interesse social, a seguir estão elencadas as principais ações realizadas pela Superintendência.

- Participação na coordenação do Plano Estadual de Interesse Social (PEHIS) e na realização dos seminários regionais.
- Realização do Curso de Regularização Fundiária, nos dias 01 e 02 de outubro, com o instituto Polis-SP e Ministério das Cidades.
- Organização e realização do Seminário sobre Assentamentos Precários nos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, em 28 de setembro.
- Criação do Programa Estadual de Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários (PEURAP) - a) Sub Programa 1: Família Paranaense – Banco Interamericano de Desenvolvimento – 1.760 domicílios em favela; b) Sub Programa 2: Municípios de Fronteira – 7.609 domicílios; c) Sub Programa 3: PAC 2/ 2ª fase – 18.073 domicílios em favela.

3.6 Superintendência Jurídica (SUJU)

Dotando a COHAPAR de suporte necessário, no que concerne aos assuntos jurídicos, a SUJU, além de administrar um contencioso judicial de 6.013 ações cadastradas e 5.638 ações ativas, realizou as ações a seguir.

ITEM	QUANTIDADE
Pareceres	814
Minutas de contratos/convênios	163
Análises e vistos em contratos/convênios	304
Vistos em contratos/convênios e aprovação de pareceres	1.092
Declarações de advogado em processos licitatórios	14
Despachos administrativos	4.518
Consultas	3.526
Pesquisas	2.342
Procurações	89
Certidões	175
Expedições de memorandos e ofícios e respostas a ofícios	2.027
Petições/recursos cíveis e trabalhistas	500
Controles de prazos e petições de escritório terceirizado cível e trabalhista	4.080
Lançamentos administrativos	4.817
Telefonemas administrativos e faxes	9.340

3.7 Gabinete da Presidência (GABI)

- 1.593 processos protocolados pelo Sistema Integrado de Documentos.
- 78 Atas de Reuniões do Conselho Diretor.
- 10 Atas de Reuniões do Conselho de Administração.
- 05 Atas de Assembleia Geral de Acionistas.

3.8 Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS-PR)

A elaboração dos PEHIS e Planos Locais de Habitação de Interesse Social (PLHIS) são requisitos da Lei Federal nº 11.124/2005 e da Resolução nº 02/2006 do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para adesão ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS).

De acordo com o art. 17 da referida Lei “os Estados que aderirem ao SNHIS deverão atuar como articuladores das ações do setor habitacional no âmbito do seu território, promovendo a integração dos planos habitacionais dos municípios aos planos de desenvolvimento regional, coordenando atuações integradas que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação, e dando apoio aos municípios para a implantação dos seus programas habitacionais e das suas políticas de subsídios.”

O Paraná aderiu ao SNHIS, criou o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social (SEHIS), o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social (COEHIS) e o Fundo Estadual de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social (FEHRIS), conforme Lei Complementar Estadual nº 119/2007 e com prazo até dezembro de 2011 para elaborar o seu PEHIS e regulamentar o FEHRIS.

O Governo do Paraná, por meio da COHAPAR, captou recursos para elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) junto ao Ministério das Cidades/CAIXA – Contrato de Repasse nº 270.912-29/2008.

Seguindo orientação do Ministério das Cidades, o PEHIS-PR se compõe da seguinte estrutura: I – Proposta Metodológica; II – Diagnóstico; III – Plano de Ação.

A Proposta Metodológica foi elaborada pela Equipe de Coordenação, e tem como base o processo participativo. Neste sentido, foi feito o lançamento do PEHIS-PR em 27/07/2010, com a participação de mais de 600 pessoas/instituições representativas de toda a sociedade – executivo, legislativo e judiciário, sociedade civil organizada, movimentos sociais, empresariado, sindicatos.

O Diagnóstico foi elaborado pela equipe de coordenação e o IPARDES, além de uma empresa contratada para a elaboração dos cenários. Todas as etapas foram concluídas e encaminhadas à CAIXA para aprovação. Para que a Etapa II – Diagnóstico, fosse cumprida, foram realizadas: 13 de Oficinas Regionais de Capacitação para a realização da Pesquisa de Necessidades Habitacionais junto aos 399 municípios do Paraná; 08 Oficinas Setoriais – Construção civil, legislativo, movimentos sociais, sindicatos, judiciário, universidades, etc; 05 Seminários Regionais que discutiram com todos os setores, o Diagnóstico e estabeleceram as Estratégias de Ação – Etapa III do PEHIS-PR; e Banco de Dados com a sistematização da Pesquisa de Necessidades Habitacionais.

A Etapa III - Plano de Ação, foi finalizada e encaminhada à CAIXA para aprovação.

Cabe destacar a realização, em 15 de dezembro, de um Seminário Estadual para homologação do PEHIS-PR e encaminhado Projeto de Lei para ser transformado em Lei. O PEHIS é pré requisito para repasse de recurso federal para habitação aos estados, assim como o PLHIS para os municípios.

Companhia de Saneamento do Paraná



4 Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR)

A atuação da SANEPAR em 2011 demonstra o firme propósito da sua direção na manutenção do crescimento sustentado, contribuindo de forma significativa para o desenvolvimento socioeconômico do Estado do Paraná.

A SANEPAR obteve uma receita operacional de R\$ 1,4 bilhão e um resultado líquido de R\$ 210,0 milhões para remunerar os acionistas e aplicar em novos investimentos (até setembro).

Os esforços operacionais seguiram ampliando a abrangência dos serviços de saneamento básico, fator essencial para garantir saúde e qualidade de vida à população. Mantendo toda a população urbana atendida com água tratada, vem cumprindo as metas de expansão dos serviços de esgoto.

A responsabilidade social é visível na ampliação dos serviços de saneamento básico e nos esforços para garantir a qualidade da água distribuída à população, além da preocupação com a preservação do meio ambiente. A Companhia mantém uma série de programas com o objetivo não só de eliminar o passivo ambiental, mas acima de tudo adequar seus processos a práticas sociais justas e ambientalmente adequadas.

4.1 Mercado e Investimentos

Com investimentos de R\$ 259,0 milhões, nos nove primeiros meses de 2011, a SANEPAR manteve uma política transparente, voltada à universalização dos serviços de saneamento básico. São investimentos decisivos para permitir a continuidade do cumprimento de uma de suas principais metas, que é a redução do *déficit* de saneamento do Estado do Paraná.

Em relação à água tratada, a SANEPAR atende 100% da população urbana nos municípios nos quais atua, ou seja, em torno de 9,5 milhões de pessoas consomem a água produzida e distribuída pela Companhia.

Para manter esse índice, com qualidade na prestação dos serviços, os investimentos chegaram a R\$ 87,2 milhões nos sistemas de abastecimento de água (até setembro). Houve o incremento de 63.711 novas ligações e o volume de água faturado cresceu 3,5% nesse período. Os sistemas de água representam um patrimônio físico, técnico e tecnológico equivalente a mais de R\$ 2,8 bilhões. São 177 estações de tratamento, 253 captações superficiais, 927 captações subterrâneas, 43.061.961 metros de redes de água e 2.611.099 ligações totais.

Em relação ao esgotamento sanitário, a prestação desse serviço vem apresentando uma evolução constante, considerada prioridade pela Companhia. Ao todo, seis milhões de pessoas têm acesso à rede de coleta de esgotos, ou seja, 63,2% da população urbana paranaense conta com serviços de esgotamento sanitário. Houve o incremento de 60.673 novas ligações e o volume de esgoto faturado cresceu 5,8% nesse período. Os sistemas de esgoto sanitário representam um

patrimônio físico, técnico e tecnológico equivalente a mais de R\$ 2,5 bilhões. São 225 estações de tratamento, 24.920.178 metros de redes coletoras de esgoto e 1.343.193 ligações prediais.

A Companhia trata 100% do esgoto coletado, um dos melhores índices nacionais. Foram investidos, até setembro, R\$ 153,2 milhões nos sistemas de coleta e tratamento de esgoto.

4.2 Concessões

A SANEPAR presta serviços de tratamento e distribuição de água tratada em 345 sedes municipais e em 289 distritos ou localidades de menor porte no Estado do Paraná e um em Santa Catarina.

Em 30 de novembro foi assinado o Contrato de Programa, com o município de Rio Branco do Sul, passando a operar o sistema de abastecimento de água de mais um município paranaense.

Em relação à coleta e ao tratamento de esgoto, a Companhia atende a 163 sedes municipais e seis distritos.

As concessões para a prestação dos serviços são renovadas à medida que vencem os contratos entre a SANEPAR e os municípios, de acordo com a Lei nº. 11.445/2007 (Lei Nacional do Saneamento).

4.3 Fontes de Financiamento

Para garantir os recursos necessários à manutenção do plano de investimentos, a SANEPAR recorre a várias fontes de financiamento, além dos recursos próprios que representaram R\$ 163,7 milhões.

No exercício, foram investidos com recursos do FGTS (CEF) e do FAT (BNDES) um total de R\$ 261,7 milhões. No período de 2003 a 2010 foram investidos R\$ 2,7 bilhões em obras, sendo R\$ 1,2 bilhão de água e R\$ 1,5 bilhão de esgoto, proporcionando a geração de emprego e renda para 355.000 pessoas. Para o período de 2012 a 2013, a Empresa irá investir mais R\$ 1,3 bilhão, que irão gerar emprego e renda para mais de 192.000 pessoas.

4.4 Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Para dar continuidade ao programa de investimentos a SANEPAR obteve junto ao Governo Federal novos recursos do PAC, quais sejam:

- PAC fase 1 - empreendimentos no valor de R\$ 1,0 bilhão, assim distribuídos: 52 empreendimentos com recursos do FAT/BNDES (R\$ 363,7 milhões); 99 empreendimentos com recursos do FGTS/CEF (R\$ 654,6 milhões); 02 empreendimentos com recursos do OGU (R\$ 13,2 milhões).
- PAC fase 2 (cidades com população menor que 150.000 habitantes) - serão investidos mais de R\$ 121,0 milhões, recursos assegurados via BNDES e em fase de elaboração dos projetos e execução das obras.

4.5 Outras Fontes de Recursos

Mediante a emissão de Debêntures pelo BNDES, foram garantidos recursos na ordem de R\$ 464,8 milhões, compreendendo 166 empreendimentos.

4.6 Resultados Financeiros

A Receita Operacional Bruta da SANEPAR, de janeiro a setembro, foi de R\$ 1,4 bilhão. Os custos dos produtos e serviços totalizaram R\$ 534,3 milhões. Com isso, o EBITDA do período foi de R\$ 562,3 milhões.

Os ativos totais somaram R\$ 5,5 bilhões, enquanto as dívidas somaram R\$ 3,2 bilhões, o que representa um endividamento de 58,0% sobre os ativos.

O Patrimônio Líquido da SANEPAR, no final de setembro, era de R\$ 2,3 bilhões.

4.7 Meio Ambiente

Na SANEPAR todas as ações devem obedecer a uma visão sistêmica para a construção de uma gestão integrada. Por meio dela, a operação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário está perfeitamente integrada e interligada com a responsabilidade ambiental, ou seja, do mesmo modo que pesquisa soluções técnicas para racionalizar o uso dos recursos hídricos, a Companhia preocupa-se em minimizar os impactos ambientais decorrentes das ações de saneamento.

4.8 Tarifa Social

Lançada oficialmente em janeiro de 2004, essa forma de tarifa reduzida é destinada a famílias de baixa renda, beneficiando 172.558 famílias que pagam R\$ 5,80 por mês para água e R\$ 2,90 por mês para esgoto.

A SANEPAR beneficia 455 instituições com a tarifa de água filantrópica e 4.238 empresas têm a tarifa diferenciada para micro e pequenos comércios.

Companhia Paranaense de Energia



5 Companhia Paranaense de Energia (COPEL)

A COPEL, criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia, além de telecomunicações.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico, com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição e um moderno e poderoso sistema óptico de telecomunicações que integra as principais cidades do Estado.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade e sua visão é ser simplesmente a melhor da década.

5.1 Destaques de 2011

Merce destaque o programa de investimentos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, o maior em toda a história da Companhia, quase o dobro do que foi investido em 2010, e o alinhamento dos principais objetivos da atual gestão: simplificar e tornar mais ágil o atendimento à população, investir em tecnologia para melhorar os serviços prestados ao público, reduzir custos e buscar novos investimentos em geração e transmissão de energia elétrica.

O Planejamento Estratégico Integrado da COPEL foi elaborado de acordo com o Referencial Estratégico - Missão, Visão, Valores e Diretrizes Estratégicas - que estabelece e baliza o posicionamento futuro, o qual foi redefinido em abril, a partir do trabalho desenvolvido por profissionais de todas as diretorias da empresa.

Este planejamento visa levar à conquista de sua Visão de ser "Simplemente a Melhor da Década" nos negócios que compõem seu core business: Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica.

5.2 Modelo de Excelência da Gestão

A Diretoria da Companhia adotou o Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), que tem o objetivo de promover a melhoria da gestão empresarial, tendo como referência os fundamentos de excelência, reconhecidos internacionalmente e que são encontrados em organizações líderes de Classe Mundial.

5.3 Geração de Energia Elétrica

5.3.1 Operação e Manutenção de Usinas

No âmbito de operação e manutenção do parque gerador, encontra-se em andamento obras e projetos para garantir maior confiabilidade ao sistema elétrico como um todo. Entre eles, destaca-se:

- Modernização da Usina Hidrelétrica Salto do Vau (União da Vitória), incluindo automação de forma a possibilitar a operação remota por meio do Centro de Operação da Geração, em Curitiba.
- Desenvolvimento do projeto do novo Centro de Operação da Geração.
- Elaboração de projeto e aquisição de equipamentos e materiais para modernização da Usina Hidrelétrica Gov. Parigot de Souza, em Antonina, visando o início do processo em 2012.
- Coordenação técnica e comissionamento da Usina Hidrelétrica Mauá e das subestações Figueira, Mauá e Jaguariaíva.
- Serviços emergenciais para restabelecimento das condições operacionais das usinas Chaminé, em São José dos Pinhais, São Jorge e Pitangui, em Ponta Grossa, com vistas à recuperação de danos causados por enchentes ocorridas em 2011.
- Continuidade do processo de revitalização dos transformadores elevadores da Usina Hidrelétrica Gov. Ney Braga.
- Desenvolvimento do projeto de adequação dos sistemas de proteção das usinas contra descargas atmosféricas.
- Pintura dos equipamentos hidromecânicos da Usina Pitangui visando às comemorações do seu centenário em 2011.
- Contenção de talude, drenagem, recuperação e pavimentação do acesso principal da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto.
- Início do desenvolvimento do projeto de modernização da Usina Gov. Bento Munhoz da Rocha Netto, incluindo o projeto de instalação das unidades 5 e 6 e modernização dos equipamentos de elevação e transporte — pontes e pórticos rolantes.
- Substituição do sistema digital de controle das turbinas a gás e do sistema digital de controle dos equipamentos auxiliares da Usina Termelétrica de Araucária.

5.3.2 Expansão da Geração de Energia

Com início de sua construção em 2008, a Usina Hidrelétrica Mauá - UHE Mauá incorporará 361 MW de potência instalada aos parques geradores da COPEL e da ELETROSUL e será suficiente para atender cerca de um milhão de habitantes. O empreendimento está sendo implementado por meio do Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (CECS), que tem a participação da COPEL (51%) e da ELETROSUL (49%), e conta com investimento na ordem de R\$ 1,2 bilhão. Localizada no trecho médio do Rio Tibagi, na divisa dos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira, na região centro-leste do Paraná, é a maior obra em construção no Estado e entrará em operação comercial em 2012.

A Concessão do empreendimento UHE Colíder, com 300 MW de capacidade instalada, foi arrematada em leilão em julho de 2010 pela COPEL, e está localizado no Rio Teles Pires, nos municípios de Nova Canaã do Norte, Itaúba, Colíder e Cláudia no Estado do Mato Grosso. O Contrato de Concessão nº 001/2011 – MME – UHE Colíder foi firmado em 17/01/2011 e o projeto tem investimento total previsto da ordem de R\$ 1,6 bilhão. O início das obras ocorreu em março, com início da geração comercial previsto para dezembro de 2014.

A PCH Cavernoso II, com potência instalada de 19 MW, teve sua energia comercializada pela COPEL no Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em agosto de 2010, estando localizada no rio Cavernoso, entre os municípios de Virmond e Cândói. O início das obras de implantação ocorreu em abril e o início da operação comercial está previsto para o final de 2012. O Projeto tem investimento total previsto da ordem de R\$ 120,0 milhões.

5.3.3 Novos Empreendimentos

Em consonância com a estratégia de expansão da geração, a Companhia está se preparando para participar de leilões de energia na disputa por concessões de aproveitamentos de interesse em todas as regiões do Brasil, em especial os localizados no Paraná e em rios da Bacia do Tapajós, a atual fronteira de expansão de geração hidrelétrica no Brasil.

5.3.4 Outras Fontes de Energia Renovável

Aumentar a participação de fontes alternativas renováveis de energia na matriz energética, de forma rentável e sustentável, é uma das importantes diretrizes estratégicas estabelecidas para o negócio de geração da COPEL. Neste sentido, a Companhia vem pesquisando e prospectando novos negócios relativos a estas fontes de energias.

Os principais projetos e ações são:

- Levantamento de potencial eólico
- Projetos solares fotovoltaicos
- Poliduto
- Microalgas
- Resíduo Sólido Urbano

No ano de 2011, foi realizada a aquisição de 49,9% nos parques eólicos Farol (20 MW), Olho d'Água (30 MW), São Bento do Norte (30 MW) e Boa Vista (14 MW).

5.4 Transmissão de Energia Elétrica

A COPEL mantém seu desafio de executar um arrojado programa de obras de transmissão, estabelecendo contínuos recordes de construção de novas subestações a serem entregues à população paranaense.

No ano de 2011, foram conectadas ao sistema elétrico da COPEL, 11 novas subestações totalizando 258 MVA nas tensões de 34,5 kV até 138 kV.

Além dessas obras, foram ampliadas as subestações Olímpico, com 41 MVA em Cascavel, Mercês, 41 MVA em Curitiba, Distrito Industrial de São José dos Pinhais, com 150 MVA, Foz do Chopin, com 150 MVA, Posto Fiscal, com 150 MVA em Paranaguá, Guaíra com 150 MVA.

Novas linhas de transmissão foram concluídas, as quais acrescentaram 1.119 MVA de potência ao sistema e 297,49 km de novas linhas de transmissão, com investimento de R\$ 247,4

milhões. Essas obras refletem o compromisso com a população paranaense, contemplando todas as regiões do Estado com diversos empreendimentos, entre subestações e linhas de transmissão.

O marco de destaque foi a conclusão em 04/12/2011, da construção da linha de transmissão que interliga as subestações de Foz do Iguaçu a Cascavel Oeste, de 115,7 km, em 525 kV, com investimento de cerca de R\$ 100,0 milhões. Obra integrante do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), é fundamental para o Paraná e estratégica para a COPEL, que passará a transportar para os três Estados do Sul a cota da produção de energia da Usina de Itaipu, representando um acréscimo na receita anual de R\$ 8,4 milhões.

A COPEL ainda arrematou, em Consórcio com a ELETROSUL, o lote E do Leilão de Transmissão ANEEL 004/2011, ocorrido em 02/09/2011. O lote compreende a concessão de nova obra de transmissão de energia elétrica, com construção, operação e manutenção da linha de transmissão de 230 kV de Cascavel a Umuarama, de 143 km, e a subestação Umuarama de 300 MVA, 230/138kV. Para construção e administração deste empreendimento, com contrato de concessão de duração de 30 anos, foi constituída a empresa denominada Costa Oeste Transmissora de Energia S.A., onde a COPEL detém 51% e a ELETROSUL 49% do capital.

A COPEL deverá participar do leilão de transmissão 006/2011 da ANEEL, onde serão disputadas novas oportunidades de grandes empreendimentos em Subestações e Linhas de Transmissão.

5.4.1 Operação e Manutenção da Rede Básica

Quanto às atividades de operação e manutenção das instalações da COPEL na Rede Básica (acima de 230 kV), deu-se continuidade ao rigoroso e contínuo trabalho de melhorias, visando garantir os índices de disponibilidade dos 2.029 km de linhas de transmissão e 31 subestações.

Nesse contexto, destaca-se:

- Índice de disponibilidade de subestações e linhas de transmissão acima de 99,9%.
- Realização de obras de melhoria em diversas SEs, sem desligamentos acidentais, o que denota planejamento adequado das intervenções.
- Contratação de projeto piloto para inspeção detalhada de linhas de transmissão mediante filmagens e fotografias em alta definição, isentando os técnicos de contínuos voos de helicóptero.

5.5 Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Inovação Tecnológica

A COPEL realiza o fomento e a gestão de P&D e de inovação tecnológica dos negócios geração, transmissão e distribuição de energia, aplicando, em especial, os investimentos obrigatórios definidos pela Lei nº 9.991/2000 para as empresas concessionárias de energia.

Estão em execução 31 projetos de P&D, sendo 08 estratégicos, nos quais a COPEL participa de forma cooperada com outras empresas e cujos temas são estabelecidos pela ANEEL.

Como resultado de projeto de pesquisa e desenvolvimento da COPEL Distribuição, foi protocolizado o primeiro pedido de patente de produto para o “Sensor de Campo Elétrico Tridimensional Acoplado em Capacete de Segurança”, com finalidade de aumentar a segurança de trabalhadores. Foi protocolizado, também, o pedido de patente de invenção para a “Central Remota de Proteção de Transformadores de Distribuição Convencionais”.

5.6 Distribuição de Energia Elétrica

No âmbito de distribuição de energia, a Companhia apresenta, em relação aos anos anteriores, crescimento no número de consumidores de todas as classes:

5.6.1 Novas Ligações

O incremento de ligações previsto para 2011 é de 159,3 mil consumidores, sendo 126,5 mil residenciais, 11,9 industriais, 10,9 mil comerciais, 7,8 mil rurais e 2,3 mil das demais classes de consumo.

Desta forma estima-se que serão faturados 3.918,7 mil consumidores, número 4,2% superior ao verificado em 2010.

5.6.2 Mercado de Energia Elétrica

A tabela a seguir apresenta o mercado realizado em 2010, o estimado para 2011 e as respectivas taxas de crescimento:

CLASSE	CONSUMO POR CLASSE - GWH			NÚMERO DE CONSUMIDORES (X MIL) **		
	2011*	2010	Variação (%)	2011*	2010	Variação (%)
Residencial	6.245	5.925	5,4	3.091,3	2.964,8	4,3
Industrial	7.466	7.092	5,3	81,1	69,2	17,2
Comercial	4.771	4.466	6,8	319,9	309,0	3,5
Rural	1.867	1.774	5,2	374,5	366,7	2,1
Outros	2.126	2.047	3,8	52,0	49,7	4,6
TOTAL	22.474	21.304	5,5	3.918,7	3.759,4	4,2

* Estimativa

** O número de consumidores foi adequado ao novo sistema de faturamento CIS Energia que entrou em operação oficial a partir de maio / 2011.

Visando o aperfeiçoamento contínuo dos padrões de atendimento e produtividade, a Companhia implementou diversas ações e projetos para sua maior aproximação com os clientes, por meio de estruturação de canais de atendimento e melhoria da performance do sistema de distribuição de energia.

Entre tais ações destaca-se:

- Inauguração de 256 novos postos e agências de atendimento personalizado, totalizando 408 pontos de atendimento ao público no Paraná. Desta forma todos os

municípios passam a contar com o atendimento personalizado da COPEL. Entre janeiro e novembro, foram realizados mais de 2,3 milhões de atendimentos presenciais.

- Realização de 35 eventos em pequenas localidades e bairros dos grandes centros, por meio das 15 unidades volantes, chamadas Postos de Atendimento Móvel (PAM), com 2.149 atendimentos e aproximadamente 2.601 visitantes. Nestes eventos o cliente teve acesso a serviços comerciais, orientação sobre o uso seguro e eficiente da energia, direitos, deveres e programas sociais da COPEL. Além de 77 eventos externos à empresa, tais como participação em feiras e exposições, visita à entidades de classes e associações nos quais foram contatados cerca de 16.750 pessoas.
- Ampliação do sistema de leitura e impressão simultânea da fatura de energia, de 78% para 85% do número de consumidores urbanos atendidos em baixa tensão, que proporciona a economia de aproximadamente 150 toneladas de papel por ano, devido ao tamanho menor da fatura e por dispensar o uso de envelope.
- Reformulação da área de serviços no site da COPEL - Serviços Online – possibilitando maior facilidade de acesso pelos clientes, com visitas mensais de aproximadamente 400 mil.
- Divulgação ao público externo do projeto SMS (Short Message Service), onde os consumidores podem comunicar a falta de energia por meio de mensagem de texto de seu celular para o número 28593, informando a sigla SL (sem luz) acompanhada do número de identificação do cliente. Automaticamente, um aplicativo consulta a existência de desligamento programado ou manobra emergencial na área da unidade consumidora, e, caso esta última seja confirmada, registra a ocorrência e envia uma resposta ao cliente.
- Investimentos superiores a R\$ 209,0 milhões no Programa de Desenvolvimento da Distribuição (PDD), principal plano de investimentos da distribuição, aprovado pela ANEEL, com execução entre 2008 e 2012. Este valor somado aos R\$ 846,0 milhões já investidos nos anos anteriores resulta em 70,4% do montante de R\$ 1,5 bilhão previstos para as obras de expansão, melhoria e renovação de redes de distribuição, de alta, média e baixa tensão além do combate a perdas técnicas e não-técnicas.
- Realização de estudos e execução de projetos nas áreas de novas tecnologias de redes de distribuição, ferramentas computacionais de apoio aos processos, automação, proteção e controle do sistema elétrico, desenvolvimento de materiais, equipamentos e dispositivos que preparam o sistema da COPEL para as aplicações futuras de uma rede inteligente (Smart Grid). Este conjunto de ações constitui o Programa de Smart Grid, que visa planejar e desenvolver tecnologias para implantação – a curto, médio e longo prazo – no âmbito da distribuição de energia elétrica, para atender às exigências do consumidor e do órgão regulador, proporcionando a melhoria na qualidade da energia fornecida aos consumidores, a redução de custos operacionais, o aumento da segurança das atividades desenvolvidas e a otimização dos recursos e processos.

5.7 Telecomunicações

Aceleração na expansão da rede de fibras ópticas (anel principal) - a cada seis meses, a COPEL chega com sua fibra óptica em 45 novos municípios, devendo alcançar todos os 399 municípios paranaenses até o final de 2012.

Principais dados técnicos da COPEL Telecom em 2011:

- Cabos ópticos instalados no anel principal (backbone): 1.298 km (acumulado: 7.657 km).
- Cabos ópticos autossustentados instalados: 2.127 km (acumulado: 12.648 km).
- Número de novas cidades atendidas: 62 (acumulado: 304, sendo 302 no Paraná e 02 em Santa Catarina).
- Número de novos clientes: 348 (acumulado: 1.328).
- Número de escolas estaduais ligadas: 2.141.
- Número de atendimentos definitivos ao Governo: 160 (1.763 acumulado).
- Índice de disponibilidade média dos serviços: 99,96%.

Novos projetos:

- Lançamento, em Curitiba, do *BEL-Combo*: Internet para clientes corporativos em Banda Extra Larga juntamente com telefonia da SERCOMTEL. Esse pacote deverá ser progressivamente estendido aos demais municípios do Paraná a partir de 2012.
- Atuação na proliferação da internet popular para inclusão digital em todas as regiões do Paraná, atendendo 39 provedores no programa PEBL e 13 prefeituras.
- Consolidação do empreendimento *BEL-i9*, numa parceria entre a COPEL e o Sistema Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) para produção de conteúdos digitais e aplicações para as redes de banda larga, gerando novas receitas, produzindo renda para o Estado, gerando empregos qualificados e estimulando o desenvolvimento social, econômico, científico e tecnológico do Estado.

5.8 Responsabilidade Corporativa - Programas Socioambientais

- Programa Luz Fraterna - até outubro, aproximadamente 212 mil famílias carentes com consumo de energia até 100 kWh/mês foram beneficiadas com o pagamento mensal da conta pelo Governo do Estado do Paraná, envolvendo recursos na ordem de R\$ 23,1 milhões.
- Programa Luz para Todos - iniciado em 2004, beneficiou mais de 380 mil pessoas no Estado, por meio da ligação de 76 mil domicílios rurais, superando em mais de 110% a meta inicialmente estabelecida. As famílias, além de contarem com a construção gratuita das redes, foram beneficiadas com o postinho de luz e a instalação elétrica no interior da residência. De janeiro até 13 de dezembro foram ligados 3.639 domicílios rurais. Para 2012 estão previstas as ligações das comunidades isoladas do Estado, notadamente as localizadas nas ilhas e no litoral, por meio de redes especiais e sistemas solar fotovoltaico. Para estas ligações, além dos benefícios do Programa

Luz Para Todos, cada família receberá uma geladeira, um sistema de aquecimento solar para água e lâmpadas a LED, patrocinados pelo Programa de Eficiência Energética (PEE). Desta forma, a soma dos esforços da COPEL e dos governos estadual e federal propiciará a conclusão do processo de universalização do acesso ao serviço de energia elétrica em todo o Paraná.

- Programa Luz Legal - com preço acessível e pagamento facilitado (parcelado em 24 vezes, sem juros e sem correção monetária), já atendeu 6.506 famílias, sendo 85% da grande Curitiba e do litoral, onde há uma maior concentração urbana, com investimento em torno de R\$ 5,7 milhões. Proporciona melhoria nas condições de vida, cidadania e segurança nas comunidades, com a instalação de entradas de serviço e a ligação de energia nas unidades consumidoras. Destaca-se no ano de 2011 o incremento de 1076 famílias.
- Programa Irrigação Noturna, Avicultura Noturna, Suinocultura Noturna e Tarifa Rural Noturna - realizados em conjunto com a SEAB, Instituto EMATER, SEMA, entre outros órgãos, visam incentivar o aumento da produtividade mediante desconto na energia elétrica utilizada no período noturno, resultando em aumento da renda e melhoria da qualidade de vida do produtor rural. Os descontos variam de 60 a 70% da tarifa de energia elétrica mensal quando utilizada das 21h30 às 6h. Até novembro, foram beneficiados pela tarifa especial 2.934 agricultores (Programa de Irrigação Noturna), 3.899 avicultores, 87 suinocultores e 1.354 rurais (Programa Tarifa Rural Noturna).
- Telemedição Grupo A - a COPEL iniciou a instalação do sistema de leitura a distância em medidores de energia elétrica dos seus maiores clientes. São 1.000 consumidores, correspondendo a 31% do faturamento da empresa, cujos dados de faturamento são obtidos automaticamente, sem a necessidade de deslocamento de um leiturista, melhorando a qualidade do processo, eliminando erros e agregando valor, com a disponibilização dos dados aos próprios clientes via internet. Este sistema tem ainda a capacidade de monitorar o uso da energia elétrica, emitindo alarmes, quando situações anômalas ocorrem. A previsão é concluir o projeto em dezembro de 2012, com a instalação do sistema em todos os 11 mil clientes atendidos em alta tensão, os quais representam 48% do faturamento da empresa.
- Estudos Ambientais - o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Estudo Ambiental Simplificado (EAS) e Relatório Ambiental Simplificado (RAS) tem como objetivo: diagnosticar a situação local quanto aos meios físico, biótico e socioeconômico; identificar e avaliar os potenciais impactos socioambientais positivos e negativos das etapas de planejamento, construção e operação de um empreendimento; e propor medidas para minimizar os impactos negativos e potencializar os positivos. Em 2011, foram elaborados os estudos necessários para o licenciamento ambiental de todos os empreendimentos de maior impacto ambiental, tais como subestações, linhas de transmissão e usinas (qualquer que seja a fonte), conforme previsto na legislação ambiental vigente.
- Projeto Básico Ambiental (PBA) - faz parte do processo de licenciamento ambiental, em conformidade com a Resolução 001/86 - CONAMA. Tem por objetivo detalhar os

programas, as medidas preventivas, mitigadoras e reparadoras apresentadas no EIA/RIMA e atender aos requisitos do Órgão Ambiental, necessários à obtenção da Licença de Instalação (LI).

- Projeto Básico Ambiental da UHE Mauá - composto por 21 programas ambientais e 13 subprogramas, cujo desenvolvimento permitirá prevenir, mitigar e compensar os impactos negativos decorrentes da construção da UHE Mauá, bem como potencializar e otimizar os impactos positivos. Principais ações: a) Programa de Supressão Vegetal: a Supressão da Vegetação da Área do Futuro Reservatório da UHE Mauá é um Subprograma do Programa de Limpeza da Bacia de Acumulação do Projeto Básico Ambiental (PBA). As atividades de Supressão iniciaram em Janeiro e compreendem basicamente quatro etapas: derrubada, traçamento (separação do material com aproveitamento comercial dos resíduos), baldeio do material com aproveitamento comercial para fora da área do reservatório e finalização (enterrio dos resíduos vegetais). Até outubro, foi realizado aproximadamente 75% do previsto; b) Programa de conservação da flora e fauna, onde pode-se citar quatro Subprogramas: de Recuperação e Formação da Faixa de Proteção Ciliar; de Resgate de Flora; de Resgate e Salvamento Científico da Fauna; e de Resgate de Abelhas Nativas.
- Projeto Básico Ambiental da UHE Colíder - possui 32 Programas, contemplando os meios físico, biótico e socioeconômico. Em 2011, foi iniciada a execução de 14 programas ambientais e os demais estão em processo de planejamento, contratação ou em tratativa com instituições locais.
- Projeto Básico Ambiental da PCH Cavernoso II - possui 16 programas ambientais. As obras iniciaram em abril e os programas estão sendo implantados segundo o previsto no PBA, sem atrasos ou desvios relevantes.
- Projeto Básico Ambiental da LT Araraquara – Taubaté em São Paulo - é considerada obra prioritária do PAC. Principais ações realizadas: a) elaboração do EIA/RIMA e solicitação da Licença Prévia; b) vistorias em campo com a equipe da COPEL para analisar o traçado escolhido; c) audiências públicas sobre o EIA/RIMA da Linha de Transmissão em cinco cidades: Campinas, São José dos Campos, São Carlos, Bragança Paulista e Limeira; d) vistoria em campo com o corpo técnico da CETESB para avaliar ambientalmente o traçado.
- Licenciamento Ambiental - durante 2011, a COPEL protocolou 143 solicitações de licenças ambientais, para os empreendimentos de Geração, Transmissão e Distribuição, sendo que 69 foram emitidas e outras 74 aguardam manifestação do órgão ambiental.
- Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) – Regularização do Licenciamento Ambiental - com o objetivo de regularizar o licenciamento ambiental das Linhas de Transmissão e Subestações que iniciaram sua operação antes de 01/02/1986 (227 empreendimentos), a COPEL firmou com o IAP um Termo de Ajustamento de Conduta. Foram protocolados 58 processos junto ao órgão ambiental, recebendo 14 Licenças Ambientais. Os demais processos aguardam parecer do IAP.

- Auditoria Ambiental Compulsória - pré-requisito para renovação das Licenças de Operação de empreendimentos sujeitos a licenciamento ambiental. Foram realizadas 15 AACs, em 05 Pequenas Centrais hidrelétricas (PCHs), 04 Usinas Hidrelétricas (UHEs), 05 Linhas de Transmissão (LTs) e 01 Subestação (SE).
- Gestão Socioambiental de Reservatórios - programa que visa melhorar a qualidade e disponibilidade de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas da COPEL, bem como prover seu uso múltiplo e promover ações em prol da sustentabilidade. Principais ações desenvolvidas: detalhamento e estruturação do processo de gestão dos reservatórios; formalização da Comissão Local da UPCTA; início da implantação do processo no reservatório da Usina Governador Parigot de Souza (GPS).
- Programa Florestas Ciliares - tem como objetivo principal a recuperação dos ambientes naturais circunjacentes aos reservatórios das usinas que, de acordo com a posição fitoecológica da maior parte deles, deve ser essencialmente feita por meio de plantios florestais. Em 2011, foram plantadas 63.518 mudas, o que corresponde a uma área recuperada de 73,43 hectares. Também foi realizado o cercamento de 24.101 metros, para proteção das áreas reflorestadas.
- Programa de Arborização Urbana - incentiva a melhoria da arborização urbana dos municípios da área de concessão da COPEL por meio de ações junto as prefeituras, visando a convivência das redes de distribuição de energia e as árvores urbanas. Em 2011, foi finalizada a execução de 15 convênios, com a substituição de 2.006 árvores que ofereciam riscos às redes de energia e o fornecimento de 6.154 mudas adequadas à arborização de vias públicas e ao convívio com as redes de energia, além de firmados 10 novos convênios.
- Hortos Florestais - produzidas 330 mil mudas nos hortos florestais da Companhia. Como destaque, ocorreu a promoção do Horto Florestal de Faxinal do Céu (UHE GBM) ao status de Jardim Botânico, que na ocasião, foram incorporados mais 91ha à sua área atual (21ha).
- Programa de Monitoramento e Repovoamento de Ictiofauna - com o repovoamento, ainda atende às demandas de órgãos ambientais e governamentais em eventos promovidos em prol do meio ambiente. Entre os peixes produzidos está o surubim-do-lguaçu, maior peixe do Rio Iguaçu e ameaçado de extinção. Em 2011, teve continuidade o monitoramento da fauna de peixes em reservatórios e o repovoamento, com a produção de 936.600 indivíduos, dos quais 525.000 foram liberados nos reservatórios, 101.600 liberados em eventos ambientais e 310.000 cedidos ao IBAMA para uso em manejo ambiental.
- Programa de Gestão Corporativa de Efluentes - iniciado em 2011, visa diagnosticar e propor ações de adequação aos requisitos técnicos e legais vigentes e estabelecer procedimentos operacionais. Estas ações permitirão a adequação da COPEL aos requisitos legais, a racionalização e otimização destes sistemas e a definição de indicadores de desempenho operacional.

- Programa de Gestão Corporativa de Resíduos – tem por objetivo principal implantar, padronizar e sistematizar as melhores práticas de gestão de resíduos.
- Agenda COPEL de Mudanças Climáticas - o Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas tem como objetivos definir o posicionamento da COPEL frente ao tema, identificar oportunidades e riscos relacionados aos negócios da Companhia e incentivar a inovação em tecnologias e processos para promover a redução de emissões de gases de efeito estufa.
- Programa de Acessibilidade - tem o objetivo de tornar a Companhia rigorosamente adaptada nas questões de acessibilidade, por meio de reformas, projetos arquitetônicos e urbanísticos, implementação de recursos tecnológicos, aplicação de treinamento e campanhas educativas, para que seus empregados e partes interessadas, com algum tipo de deficiência, tenham pleno acesso às suas instalações, informações e serviços.

5.9 Administração - Gestão de Pessoas

- Quadro de empregados - admitidos 831 empregados, mediante concurso público, sendo 611 na carreira profissional de nível médio; 93 na carreira técnica de nível médio e 127 na carreira profissional de nível superior.
- Programa de Desenvolvimento de Lideranças (PDL) - voltado à formação e aperfeiçoamento dos gerentes, supervisores e potenciais líderes. Compreende os seguintes programas: Desenvolvimento Gerencial (DG), Formação de Gerentes de Agência (GA) e Formação de Potenciais Lideranças (PL). Participam do PDL 833 líderes. Até novembro, foram registradas 3.713 participações, o que corresponde a 48.880 homens/hora de treinamento; no GA foram realizados 14 eventos, com 448 participantes, o que corresponde a 10.752 h/h de treinamento.
- Capacitação e aperfeiçoamento dos empregados - até novembro foram registradas 33.321 participações em treinamento, o que equivale a 3,5 participações por empregado, com carga horária média de 59,9 horas de treinamento por empregado.
- Programa Aprendiz - contratados 112 jovens de 14 a 18 anos. Desde 2005, foram atendidos 740 adolescentes.

5.10 Tecnologia da Informação

A solução de Gestão de Consumidores (CIS) foi implantada em maio, bem como as customizações e integrações necessárias. A solução de Gestão Empresarial Integrada (ERP) está em fase de implantação integrado com os demais sistemas, customizações e carga dos dados necessários, com a operação prevista para o início de 2012. As contratações das soluções no mercado visam maior agilidade e confiabilidade das informações, assim como melhoria na produtividade dos processos da empresa.

Foram implantados, em toda COPEL, os principais sistemas de geoprocessamento integrantes do programa de modernização de tecnologia. Tais sistemas abrangem o cadastro da rede elétrica, projeto de redes elétricas, redes elétricas subterrâneas e cartografia (logradouros), que propiciam melhor controle dos ativos das redes de distribuição e são importantes ferramentas para análise e tomada de decisões para o planejamento e expansão da rede elétrica da empresa.

Modernização do Sistema de Automação de Subestações, que tem como principais objetivos aumentar a qualidade do fornecimento de energia elétrica por meio do controle automático coordenado de tensão e fator de potência, aumentar a disponibilidade do fornecimento de energia elétrica por meio da transferência automática entre circuitos fonte de diferentes subestações de energia e permitir a utilização do sistema em todo o parque de subestações para obter ganhos de escala em manutenção. Todas as subestações e centros regionais de operação estão automatizados com esse sistema, que é desenvolvido pela própria empresa.

Adequação dos sistemas às normas do MCPSE - Manual de Controle Patrimonial (Resolução 367/2009 da ANEEL), envolvendo sistemas que atendem a manutenção de subestações, linhas e usinas, bem como o sistema de cadastro da distribuição e o sistema de obras da distribuição e transmissão.

Desenvolvimento da nova versão do software de monitoramento de reservatórios (SMR), no qual foram implementados algoritmos elaborados pela gerência de recursos hídricos, que permitem um alto grau de parametrização, possibilitando além da atual monitoração, a implementação de novos reservatórios apenas com o fornecimento dos parâmetros relativos ao reservatório, vertedores e casas de força.

Atualizações nos sistemas de gestão comercial da distribuição: a) implantação de solução informatizada para atender às normas dos Procedimentos de Distribuição (PRODIST) da ANEEL, item 8, índices DIC/FIC/DMIC; e b) disponibilização de novos serviços ao cliente por meio de telefonia móvel (SMS).

Encontra-se em fase de implantação o projeto de virtualização de desktop, para otimizar o acesso aos novos postos de atendimento e agências da COPEL que precisam ser atendidos via satélite, melhorar a disponibilidade da infraestrutura da central de atendimento telefônico e a implantação do programa de modernização e atualização do sistema de geoprocessamento, além de melhorar a gestão sobre sistemas de software em uso na empresa.

Atualização tecnológica das estações de trabalho da empresa que hoje é de 82% de desktops e 18% de notebooks, passando para 60% de desktops e 40% de notebooks, trazendo aumento de produtividade pela agilidade que determinados processos e funções exigem.

5.11 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro, a receita operacional bruta da COPEL foi de R\$ 8.775,0 milhões, o que representou crescimento de 14,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 1.740,0 milhões, com variação de 14,5%, representando aumento de R\$ 220,0 milhões.

A COPEL registrou, até setembro, lucro líquido de R\$ 988,0 milhões.

O programa de investimentos realizado pela COPEL nos primeiros nove meses de 2011, considerando somente suas subsidiárias integrais, foi de R\$ 967,0 milhões, dos quais R\$ 544,0 milhões foram aplicados em projetos de geração e transmissão de energia; R\$ 369,0 milhões em obras de distribuição e R\$ 54,0 milhões em telecomunicações. Do total de R\$ 544,0 milhões investidos na geração e transmissão, R\$ 171,0 milhões foram aplicados na UHE Mauá, R\$ 231,0 milhões na UHE Colíder e R\$ 21,0 milhões na PCH Cavernoso II.

Quanto ao desempenho das ações, de janeiro a setembro, as ações ordinárias nominativas (ON) estiveram presentes em 91% dos pregões da BM&FBovespa e as ações preferenciais nominativas classe "B" (PNB) em 100%. As ações ON encerraram o período cotadas a R\$ 30,00 e as ações PNB a R\$ 33,90 com variações negativas de 21,1% e 18,3%, respectivamente. As ações PNB negociadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) também estiveram presentes em 100% dos pregões e registraram desvalorização de 27,7% no período, cotadas a US\$ 18,21. A Companhia também lista suas ações PNB na Europa, via Mercado de Valores Latino-Americano em Euros - Latibex, vinculado à Bolsa de Valores de Madri. Nesse mercado, as ações da COPEL estiveram presentes em 100% dos pregões, e registraram variação negativa de 28,2%, fechando o período em €13,40.

5.12 Reconhecimentos

- Prêmio Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica - ABRADEE - 2011 - a COPEL recebeu o prêmio de Melhor Avaliação pelo Cliente, entre as maiores Empresas de Distribuição de Energia do Brasil - pesquisa realizada em março/abril de 2011.
- As Melhores da Dinheiro – 2011 - COPEL – 3ª Melhor Empresa Brasileira do Setor de Energia - alcançou o terceiro lugar no ranking setorial de Energia Elétrica, acumulando 322,00 pontos. A avaliação foi efetuada com base em pesquisa que avalia as empresas brasileiras sob os aspectos: Sustentabilidade Financeira, Recursos Humanos, Inovação e Qualidade, Responsabilidade Social e Governança Corporativa (Revista Isto É Dinheiro - 19/08/2011).
- Prêmio CIER de Qualidade e Satisfação de Clientes 2011 - Categoria Ouro - das empresas com mais de 500.000 consumidores, a COPEL Distribuição conquistou a categoria ouro pela primeira vez. A premiação levou em conta os resultados de pesquisas feitas em cada país e empresa participante. Nessa edição participaram 55 empresas de 13 países da América Latina. (CIER - Comisión de Integración Energética Regional - América Latina, 18/11/2011 em Santiago do Chile).
- Grandes e Líderes - 2011 - 500 Maiores do Sul - COPEL e Controladas - Maior Empresa do Setor de Energia. A avaliação do porte e resultados obtidos pelas empresas para a classificação na listagem, foi feita pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, analisando os balanços publicados pelas empresas -Prêmio foi conferido pela Revista Amanhã.

- COPEL e Controladas - Maior Patrimônio Líquido do Paraná - a avaliação do porte e resultados obtidos pelas empresas para a classificação na listagem, foi feita pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, analisando os balanços publicados pelas empresas. (Prêmio foi conferido pela Revista Amanhã).
- COPEL e Controladas - 2ª maior Empresa do Paraná - ocupa o 4º lugar entre as 500 maiores do Sul - a avaliação do porte e resultados obtidos pelas empresas para a classificação na listagem, foi feita pela empresa de auditoria independente PricewaterhouseCoopers, analisando os balanços publicados pelas empresas. (Prêmio foi conferido pela Revista Amanhã).
- Prêmio internacional Special Achievement in GIS (Geographic Information System) – SAG – 2011.
- Projeto Migrageo - o prêmio é concedido a empresas de todo o mundo que têm projetos inovadores na área de geoprocessamento. A COPEL foi uma das quatro selecionadas, entre 1.600 empresas indicadas no mundo, que utilizam a plataforma da Esri como base para o seu sistema de geoprocessamento. (Prêmio concedido pela empresa Esri, em San Diego, Estados Unidos, em 14/07/2011).
- Prêmio SESI de Qualidade no Trabalho (PSQT) - Menção Honrosa na área temática Cultura Organizacional - a COPEL participou da 14ª edição do Prêmio SESI Qualidade no Trabalho (PSQT) entre as grandes empresas, com o Programa de Acessibilidade, sendo que, um dos principais critérios de avaliação foi a valorização pela diversidade e inclusão, sendo contemplada com o 2º lugar. O PSQT reconhece e valoriza as melhores práticas de gestão adotadas pelas indústrias para a melhoria da qualidade de vida dos seus colaboradores e do ambiente de trabalho. (Prêmio conferido pelo Serviço Social da Indústria - SESI Paraná em 23/03/2011, em Curitiba).
- Platts Top 250 - Global Energy Company – 2011 - Entre as Maiores do Mundo - a COPEL foi incluída entre as 250 melhores e maiores companhias energéticas do mundo e teve por base os dados do balanço anual de 2010. O levantamento foi feito pela agência de avaliação de mercado Platts, uma divisão da McGraw-Hill Companies, com sede em Nova Iorque.
- TOP OF MIND 2011 - Grande Empresa do Paraná - 1º lugar Top of Mind Paraná - 2011, a COPEL recebeu um índice de 5,7% na pesquisa, como a "mais lembrada" na categoria Grandes Empresas. (Prêmio conferido pela Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa).
- Empresa em que você gostaria de trabalhar (pela quinta vez consecutiva). A COPEL foi apontada com 5,3% da preferência dos entrevistados na categoria "Empresa em que você gostaria de trabalhar". (Prêmio conferido pela Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa).
- Empresa Pública Eficiente – apontada com 14,5% da preferência dos entrevistados na categoria Empresa Pública Eficiente. Prêmio conferido pela Revista Amanhã e Instituto Bonilha de Pesquisa.

- Prêmio IBQP – 2011 - mais uma vez apoiou o PPrQG e mereceu destaque com a participação de 11 profissionais da empresa que atuaram como examinadores voluntários. Coordenado pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP).
- Prêmio Honorífica Ordem do Pritaneu – 2011 - Prêmio Avelino Vieira 2011 - 1ª edição - recebeu o diploma de membro vitalício da Honorífica Ordem do Pritaneu do Rotary - conferido pelo Rotary Club de Curitiba Oeste, por ser uma empresa socialmente responsável. O prêmio é concedido a empresas que adotaram o modelo de gestão da responsabilidade social corporativa. O reconhecimento indica que a Companhia está alinhada às novas necessidades globalizadas e tem a sustentabilidade inserida no seu planejamento estratégico.

Controle Interno



6 Coordenação de Controle Interno

A Coordenação de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, instituída pela Lei nº. 15.524/2007, realizou nos primeiros 11 meses de Governo, ações administrativas e técnicas objetivando a efetiva implantação do Órgão de Controle Interno, cujas principais atividades destaca-se a seguir.

- *Site* do Controle Interno – criado e implantado em janeiro, na internet, em conjunto com a CELEPAR, serviu de modelo para as páginas dos demais órgãos do Poder Executivo. A página visa informar as principais ações da Pasta e legislações que envolvem o Controle Interno e conta com mais de 30.000 visitas e uma média de 110 visitantes/dia.
- Diagnóstico de Gestão - coordenou e apresentou ao governo e à sociedade um relatório apontando e especificando a “herança” da gestão anterior, mostrando os déficits, restos a pagar e os problemas estruturais, de todas as áreas.
- Atendimento aos órgãos de Estado nas análises processuais – atuou como orientador nos assuntos relacionados a gestão de despesa, inclusive com a edição da cartilha denominada de “Compromisso com a austeridade, competência, eficiência e eficácia na gestão”, que serve de base à todos ordenadores de despesa. Também atuou nas orientações e acompanhamento das políticas deliberadas pelo Comitê de Gestão, que devem ser realizadas em cada órgão da administração.
- Atendimento ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PR) – acompanhamento junto aos órgãos do Poder Executivo Estadual das ações que visam atender as ressalvas, determinações e recomendações exaradas pelo TCE-PR, quando do julgamento das contas anuais do Chefe do Poder Executivo, especialmente as relativas aos exercícios de 2009 e 2010.
- Participação no Comitê de Gestão – acompanhamento das reuniões do Comitê e assessoramento das orientações técnicas, além do acompanhamento das decisões do colegiado junto aos órgãos da administração estadual.
- Sistema de Controle Interno – a equipe projetou e estruturou o sistema de avaliação de Controle Interno, que encontra-se na CELEPAR para desenvolvimento e informatização da ferramenta. Promovido o curso de capacitação denominado “1 Semana de Controle Interno”, no período de 21 a 25 de novembro, visando a estruturação do Controle Interno, de forma correta e efetiva, com a participação de representantes das Secretarias de Estado e dos integrantes da Coordenação, que tiveram a oportunidade de ouvir as palestras proferidas pelo Secretário do Controle Interno; da Chefe da Controladoria Regional da União do Estado do Paraná (CGU); do Coordenador do Núcleo de Ações de Prevenção (NAP) e do Chefe da Divisão da CGU Regional do Paraná; e de Analista de Controle do Tribunal de Contas do Paraná.

- Coordenação de ações relativas ao estado de emergência decretado no litoral paranaense – atuou conforme o Decreto nº 836/2011 e a Resolução nº 19/2011 no assessoramento às ações administrativas necessárias ao atendimento da população atingida pelas chuvas no litoral. Coordenou várias reuniões com os órgãos estaduais envolvidos visando equacionar os problemas de ordem legal e técnica ocorridos especialmente na retirada do material lenhoso depositado nos rios da região afetada.
- Decreto que Regulamenta o Controle Interno Setorial - elaborado pela equipe do Controle Interno, regulamenta as funções da Coordenação de Controle Interno, instituída pela Lei nº 15.524/2007 (que não havia sido regulamentada nem cumprida até o final do exercício de 2010), bem como dos agentes do Controle Interno Setorial, Decreto nº 3.886, de 1º/12/2011, regulamenta o Sistema de Controle Interno.
- 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL) - ação que converge com o programa de governo “O Novo Jeito de Governar” que contempla ações para aumentar a transparência e o controle social do Estado, aproximando o Governo e o cidadão. Vem ao encontro das ações da Coordenação e, por assim entender, o Governador delegou ao Secretário de Controle Interno a missão de organizar e coordenar o evento no Estado (Decreto nº 1.648/2011). A Coordenação estruturou, capacitou e coordenou 18 conferências, em parceria com a CGU, nas microrregiões que abrangem todo o Estado e planeja a etapa Estadual, a ser realizada no período de 12 a 14 de março de 2012.

Defensoria Pública



7 Defensoria Pública do Estado do Paraná

Garantida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Constituição do Estado do Paraná, a Defensoria Pública do Paraná criada pela Lei Complementar Estadual nº 55, em 04 de fevereiro de 1991, foi regulamentada após 20 anos, por meio da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, honrando o compromisso estabelecido nas Metas de Governo 2011-2014 e consolidando o direito à assistência jurídica integral e gratuita àqueles cidadãos que comprovem insuficiência de recursos para sua defesa.

A Lei contempla a criação da carreira de Defensor Público, com 333 cargos, com a garantia de pelo menos um para cada Comarca do Estado e demais profissionais, conforme abaixo:

DENOMINAÇÃO	QUANTIDADE DE CARGOS A SEREM CRIADOS
Defensor Público do Estado	333
Ouvidor Geral da Defensoria Pública do Estado	1
Assessor Jurídico	337
Superior em Secretariado Executivo	11
Superior em Administração	9
Superior em Contabilidade	7
Superior em Economia	2
Superior em Estatística	1
Superior em Comunicação Social	2
Superior em Informática	2
Superior em Psicologia	62
Superior em Sociologia	1
Superior em Psiquiatria	1
Superior em Serviço Social	63
Superior em Medicina Clínica	1
Superior em Engenharia	1
Técnico Administrativo	154
Técnico em Informática	1
Técnico em Redes de Computador	1
Técnico de Recursos Humanos	2
TOTAL	992

Realizado o processo de opção pela Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná, onde 10 servidores integrantes da Carreira Especial de Advogados do Estado foram homologados pelo Governador, e tornaram-se os primeiros Defensores Públicos do Estado, sendo também escolhida a primeira Defensora Pública Geral do Estado do Paraná, conforme previsto em Lei, que tomou posse no dia 25 de outubro.

Para iniciar as atividades de implementação da estrutura administrativa foi celebrado Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), para a conjugação de esforços visando a prestação dos serviços intrínsecos à Defensoria Pública do Estado do Paraná, o que abrange os atos administrativos necessários à sua efetiva estruturação, das áreas de recursos humanos, planejamento, financeira, administrativa,

jurídica, licitação e contratos e, especialmente, no tocante aos atos necessários à realização do primeiro concurso público para a Carreira de Defensor Público do Estado do Paraná, do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública.

Como primeira ação, foram contratados, por meio de teste seletivo, 150 Assessores de Estabelecimentos Penais, responsáveis pelo mapeamento da situação dos 30 mil presos em todos os estabelecimentos prisionais do Paraná. Promovendo, dessa forma, o atendimento permanente da situação carcerária de milhares de presos pobres, o que resultará com certeza na diminuição da superlotação carcerária no Estado. Cada Assessor assumirá 200 presos e preparará um relatório detalhado sobre a situação de cada um, para que os Defensores Públicos iniciem os respectivos processos de acompanhamento. Para auxiliar nesta tarefa foi elaborado o Manual de Práticas Jurídicas e a capacitação destes assessores, na expectativa de apoiar os procedimentos e a atuação.

Em continuidade a estruturação administrativa, foram adquiridos 580 computadores, com investimento de R\$ 530,7 mil; e, encontra-se em andamento, a aquisição de equipamentos de informática, com investimento previsto de R\$ 1,5 milhão, e veículos, com um investimento de R\$ 435,1 mil.

No cumprimento da sua função institucional de assistência jurídica e judiciária gratuita aos economicamente necessitados, em todas as instâncias e tribunas, planejando e executando a política de assistência judiciária em todo o Estado, a Defensoria Pública realizou, em 2011, as seguintes ações:

- Atendimento nas Áreas Cível e de Família – contando com 10 Defensores Públicos, 10 Advogados do Quadro Especial de Advogados e 150 Assessores Jurídicos, atendeu mais de 40.000 processos judiciais.
- Processos Distribuídos – realizados 9.599 atendimentos judiciais e extrajudiciais (893 das Varas Cíveis, 5.728 de Família, 234 de Registros Públicos, 256 da Fazenda Pública, 1.287 Juizados Especiais Cíveis e 1.201 orientações em geral).
- Atendimentos na Área Criminal – cerca de 15.743 processos em trâmite atendidos e, segundo estimativas, dois terços de todos os processos em trâmite perante a justiça criminal são representados pela instituição.
- Atendimentos em Varas Especializadas – em sua atuação junto as Varas da Infância e Juventude; de Delitos de Trânsito; da Violência Doméstica, Adolescente Infratores e da Infância e Juventude, presta atendimento a cerca de dois terços de todos os casos em trâmite perante estas Varas.
- Paraná em Ação, Operação Litoral dos Juizados Especiais – projetos em caráter voluntário, desenvolvidos em sua grande maioria nos fins de semana e em diversos municípios do Estado, resultando no atendimento de mais de 6.000 pessoas.
- Solicitação de Documentos – atendidas cerca de 534 solicitações para Serventias Notariais e Registrais de todo o Brasil, incluindo documentos de antecedentes criminais, 2ª via de Certidões de Casamento, de Nascimento, de Óbito, de Imóvel, procuração por instrumento público e solicitação de extratos bancários para fins de alvará judicial.

- Atendimento Psicológico e de Serviço Social - atendimento permanente ao público, com média de 300 pessoas ao dia, com a realização de trabalhos de promoção, divulgação e defesa dos direitos da cidadania, além da realização de visitas in loco, empreendidas por assistentes sociais, em caso de urgência, a fim de anexar aos processos, relatórios com parecer social sobre condições de moradia, entre outras. Ainda, sobre a contribuição para a tramitação de processos, existe o apoio oferecido pelos psicólogos do órgão, que prestam atendimento a alguns dos assistidos e os acompanham até a finalização do processo ou enquanto necessário.
- Atendimento a demanda do Juizado da Violência Doméstica e, quando solicitada, da Vara de Família, contando com dois psicólogos.
- Auxílio aos Defensores Públicos, prestado por 100 estagiários (estudantes de direito, ensino médio e menor aprendiz).

Procuradoria Geral do Estado



65 ANOS



8 Procuradoria Geral do Estado (PGE)

A PGE, constitui em órgão de assessoramento e apoio direto ao Governador e tem suas principais competências estabelecidas no art. 124 da Constituição Estadual.

Para realizar suas atribuições a PGE é subdividida, na Capital, em Procuradorias especializadas, com distribuição por matéria: Trabalhista (PRT), Fiscal (PRF), Administrativa (PRA), do Patrimônio (PRP), de Execuções de Decisões Judiciais (PRE), de Recursos e Ações Rescisórias (CRR), da Região Metropolitana (PRM), Coordenadoria do Interior (COI), de Previdência Funcional (PPF), a Procuradoria de Proteção Ambiental e outros Interesses Difusos (PAM), Coordenadoria Jurídica da Administração Pública (CJA), Coordenadoria da Dívida Ativa Ajuizada (CDA). Fora de Curitiba a Procuradoria possui 15 Procuradorias Regionais, que realizam toda a defesa do Estado no âmbito de suas respectivas jurisdições, além da Regional de Brasília.

No exercício de suas competências a PGE realizou os seguintes atos judiciais na defesa do Estado (dados do sistema de controle de processos da PGE, denominado SPJ - de 30/09/10 à 01/10/11):

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Atos processuais	469.098
Aguarda julgamento em Brasília	87
Requerimentos em processos judiciais	62.610
Atos internos	105.468
Agravos	3.670
Apelação da PGE	3.738
Interposto agravo pela parte contraria	579
Comparecimento em audiências	1.207
Bloqueio do veiculo	844
Manifestações diversas em processos judiciais	2.445
Citação	2
Contrarrazões da PGE	9.793
Contestação cível / resposta trabalhista	5.450
Devolução de a.s. Por bsb - transitado julgado	1
Petição da PGE	79.467
Publ. S/ distribuição de processo no tribunal	2.919
Embargos	2.898
Desistência de recurso - delib do csPGE	20
Execução fiscal extinta	4.278
Expedição mandado citação/intimação	1
Impugnação da PGE	2.250
Excecao de incomp / susp / imped pela PGE	74
Requer execução/cumprimento de julgado(475-j)	716
Concorda com a proposta de honor periciais	5
Informação da PGE	1076
Inicial de exec. Fiscal distribuída em juízo	14.253
Ingresso da PGE em ms, acp, adi	76
Manifestações em ITCMD	16.224
Junta comprovante de pagamento do fePGE	82
Junta comprovante pagamento de rpv	168
Não executar honorários - justiça gratuita	11
Manifestação cessão credito	43
Memorial da PGE apresentado em 2 grau	104
Manifestação em precatório requisitório	30
Manifestação pedido de sequestro	3

TRAMITAÇÃO	TOTAL
Obrigação de fazer cumprida	398
Exceção de pre-executividade pela PGE	210
Pagamento de precatório requisitório	14
Reconversão	1
Recursos junto aos Tribunais Superiores	1.799
Razões finais (memoriais) em 1º grau	218
Ofício receita federal	1
Resposta PGE a impug/cont parte contr-treptic	38
Requisição de precatório	52
Requisição de pequeno valor	699
Suspensão da cessao - discussao do principal	2
Suspensão de exigibilidade-oficio cancelamento	46
Suspensão de exigibilidade- oficio inclusão	5
Sustentação oral da PGE	22
Suspensão da execução devedor sem bens	86
Susp de liminar ou anticip tutela junto ao tj	44
Substituição dos bens oferecidos a penhora	22
Requer suspensão	21.039
Tramitação desativada	38
Acordo trabalhista delib 108-08-csPGE	10
Requer extinção de execução fiscal	16.141
TOTAL	830.575

Especificamente quanto à cobrança da dívida ativa, o número de execuções fiscais, por unidade administrativa da PGE, em andamento, e os respectivos valores envolvidos foram:

PROCURADORIA	NÚMERO DE EXECUÇÕES	VALOR (R\$ mil)
Apucarana	4.993	627.984
Francisco Beltrão	2.105	153.789
Campo Mourão	2.072	229.399
Cornélio Procópio	1.399	145.753
Cascavel	5.862	711.769
Fiscal	46.968	5.557.920
Foz do Iguaçu	4.449	489.244
Guarapuava	5.061	452.226
Jacarezinho	3.375	585.836
Londrina	15.556	1.442.663
Metropolitana	19.335	2.042.860
Maringá	12.393	2.023.037
Pato Branco	2.485	127.237
Ponta Grossa	7.801	791.560
Paranaguá	2.792	245.323
Paranavaí	2.057	228.102
Umuarama	4.851	553.720
União da Vitória	4.054	257.263
PTJ Curitiba	803	126.112
PTS	52	18.424
Outros	7.444	505.895
TOTAL	155.907	17.316.116

No exercício da representação judicial do Estado do Paraná os Procuradores atuam na Capital junto às Varas da Fazenda Pública; da Justiça Federal e do Trabalho; no interior do Estado em todas as Comarcas, Varas do Trabalho e Varas Federais. No segundo grau, atuam junto aos Tribunais situados em Curitiba – Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal de Justiça - e ainda, junto

ao Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, e, em Brasília, junto aos Tribunais Superiores: Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, além das ações em que o Estado do Paraná figura como parte em outros estados da federação.

Pode-se destacar os seguintes feitos ocorridos em 2011:

- Adoção de medidas judiciais eficazes em face dos grandes deveres de tributos, como por exemplo ações de desconsideração de personalidades jurídicas e medidas cautelares, o que tem incrementado a arrecadação tributária, seja pelo bloqueio de ativos financeiros, seja por medidas constritivas de patrimônio que têm incentivado os devedores a regularizar suas situações fiscais.
- Foram reformadas decisões judiciais que afetavam o desenvolvimento normal da Administração Pública, como por exemplo interdições de cadeias públicas e de centros educacionais, suspensões de procedimentos licitatórios, etc; além disso, foram reformadas condenações vultosas em face do Estado.
- Foram evitadas imposições do Estado a fornecer medicamentos de competência federal.
- Obtidas ordens judiciais de desapropriações muito importantes para obras públicas relevantes.

No que diz respeito à consultoria jurídica e unificação da jurisprudência administrativa, a atuação da PGE (até novembro) possibilitou: a) apresentação de 343 informações e 139 pareceres jurídicos aprovados pelo Procurador-Geral por solicitação de diversos órgãos da Administração Direta e Indireta, além de informações prestadas em procedimentos administrativos; b) foram destacados Procuradores para núcleos jurídicos de Secretarias (SEAP, SEPL, SEED, SEIL e SESP) e para a Coordenação da Administração Direta, que auxilia juridicamente todas as demais pastas e autarquias.

Ressalte-se também que foram destacados três Procuradores do Estado para prestar serviços na Assembleia Legislativa, onde têm desenvolvido serviço importante de regularização jurídica do pessoal e de contratos do Poder Legislativo.

Além disso, a PGE possui ou possuiu assento, entre outros, nos seguintes Conselhos: Conselho Gestor criado pelo Decreto nº. 1.198/11, Superior da Procuradoria Geral do Estado, Diretor do Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, IAP, CODAPAR, COPEL, SANEPAR, CELEPAR, SEDS, Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Estadual do Meio Ambiente; da Polícia Civil; Penitenciário; Estadual de Assistência Social; Estadual da Cultura; de Contribuintes do Estado do Paraná; Comissão de Sistematização de Precatórios, e integra o Comitê de Gestão de Controle da Agência de Fomento do Estado.

O Procurador Geral do Estado, com o auxílio da Chefe de Gabinete e dos Procuradores Assessores, constantemente presta assessoramento jurídico ao Governador do Estado e aos demais Secretários de Estado.

Administração e Previdência



9 Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP)

Coube à SEAP, dentro das atribuições que lhe compete como responsável pelos Sistemas de Administração Pública, a adoção de medidas para gerar uma efetiva economia nos serviços de manutenção das estruturas públicas.

As ações realizadas no exercício 2011 estão a seguir descritas.

9.1 Departamento de Recursos Humanos (DRH)

O DRH investiu em práticas de gestão, com o objetivo de potencializar a qualidade e a produtividade dos serviços ofertados, a saber:

- Foco na recomposição dos quadros de pessoal, com ênfase nas áreas da saúde, segurança e educação.
- Estudos no que diz respeito a revisão do valor na concessão de benefícios aos servidores do Poder Executivo, quais sejam: auxílio alimentação, auxílio transporte, gratificação de atividade em unidade penal ou correccional intramuros.
- Elaboração de minutas de Projeto de Lei do Sistema de Avaliação de Desempenho para Estágio Probatório.
- Estudos visando a revisão de insalubridade e periculosidade e para a reestruturação de alguns planos de carreiras.
- Melhoria do espaço físico quanto a acessibilidade e a logística, propiciando um atendimento adequado aos servidores nas Juntas periciais, bem como a integração da rede lógica das juntas periciais do interior com a capital.
- Implantação de algumas de regras de parametrização da folha de pagamentos, migração de sistemas paralelos e homologação da estrutura do Sistema Integrado de Informações de Recursos Humanos, para melhor controle e acompanhamento dos gastos com pessoal, bem como o gerenciamento de dados estratégicos da gestão de pessoas do poder executivo.
- Adequação das chaves de acesso ao sistema de folha de pagamento, como mecanismo de segurança, escalonado em diferentes perfis como manutenção e consulta, nos diversos órgãos da Administração Direta e Indireta.
- Venda da gestão da folha de salários do funcionalismo do Governo do Paraná para o Banco do Brasil por R\$ 500,0 milhões, pelo prazo de cinco anos.

9.1.1 Escola de Governo

Teve na sua programação de Educação Continuada, nas modalidades presencial e à distância, a oferta de cursos de curta duração, para o desenvolvimento de competências comportamentais, competências de gestão, com temas de Gestão para Resultados e Desenvolvimento de Liderança e Competências Técnicas Setoriais, com cursos nas áreas administrativa, gestão de contratos e convênios, gestão documental, gestão de material, gestão de pessoas, planejamento e finanças, e palestras de temáticas variadas, além de cursos customizados para atender públicos específicos, com um total de 40 temas diferenciados.

Na educação formal, destaca-se a abertura do edital para o Mestrado Profissional em Políticas Públicas, além da continuidade do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Especialização em Engenharia de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais, Mestrado Profissional em Gestão da Informação e a Escolarização para servidores para conclusão dos estudos nos níveis fundamental e médio.

O concurso Servir com Arte foi desenvolvido com o patrocínio da Caixa Econômica Federal e com apoio da Fundação Araucária e da Secretaria de Estado da Cultura.

9.2 Departamento de Seguridade Funcional (DSF)

- Acompanhamento das atividades delineadas pelo Contrato de Gestão.
- Análise, parecer e encaminhamento no âmbito do Estado de Convênio com a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
- Análise de processos de aposentadorias e abono permanência encaminhadas ao Departamento.

9.3 Departamento de Assistência à Saúde (DAS)

- Estudos técnicos de viabilidade de um sistema de melhor qualidade para atendimento à saúde do servidor público, buscando selecionar modalidade que atenda às necessidades decorrentes dos problemas de saúde, com o objetivo de atingir o melhor custo/benefício.
- Avaliação de satisfação dos usuários do sistema SAS, por região administrativa, com o correspondente índice de utilização: a) implementação da Base de Ocorrência do DAS, com o objetivo de torná-lo mais eficaz e eficiente, e assim acompanhar os registros de reclamações e definir ações imediatas junto ao prestador de serviço para melhor atendimento aos beneficiários; b) reuniões com representantes de instituições que fazem a gestão de assistência à saúde; com seguradoras, tais como: Bradesco Seguros, Unimed Nacional e avaliação de modelos de autogestão (SANEPAR, COPEL etc.), buscando alternativas para o atendimento médico-hospitalar com participação financeira do servidor.

9.4 Departamento de Administração de Material (DEAM)

Ao DEAM coube a realização de processos licitatórios com diversos objetos, para atendimento aos órgãos da Administração Direta e Indireta.

- Realização de procedimentos licitatórios: a) 102 iniciados em 2010 e concluídos em 2011; b) 205 pregão eletrônico/presencial e 11 concorrências públicas em 2011. Tendo como resultado uma economia de 24,2% nas aquisições e contratações.
- Continuidade no atendimento aos Órgãos da Administração Pública de forma abrangente no que diz respeito aos poderes e esferas de governo, na adesão ao Sistema de Registro de Preços disponibilizado no endereço eletrônico – portal Compras Paraná, destacando-se que houve 425 solicitações para adesões a diversos itens registrados.
- Concluída a fase destinada a formação das informações necessárias aos processos do Sistema de Gestão Materiais e Serviços (GMS), em fase de conclusão; a) Catálogo de Materiais e Serviços – 5.150 itens registrados, sendo 2.650 em 2011; b) Módulo Almoxarifado – implantado em 33 unidades da Administração Direta e Indireta, e em 35 unidades em fase de implantação.

9.5 Departamento de Transporte Oficial (DETO)

- Atendendo o Sistema de Gestão da Frota do Estado, que visa modernizar e integrar rotinas administrativas do transporte oficial, houve avanço quanto ao cumprimento dos requisitos técnicos do sistema.
- Modernização do modelo de Gerenciamento de Combustível, inovando o processo de contratação para fornecimento e controle do uso de combustíveis na frota pública do Governo do Paraná, tendo sido efetuados: a) levantamento dos órgãos da administração que serão usuários do processo; b) identificação dos municípios de abrangência; c) definição dos quantitativos por tipo de combustível a serem adquiridos em cada município; d) levantamento do modelo de contratação utilizado por Órgãos no Estado (Ministério Público, COPEL e SANEPAR) e outros estados (São Paulo, Minas Gerais, Paraíba, etc.). Em andamento: a) apresentação do cartão magnético; b) levantamento dos custos operacionais dos postos próprios gerenciados por Órgãos da Administração para efeito comparativo com o modelo proposto.
- Abastecimento de Veículos - prestou serviços a aproximadamente 8.500 veículos da frota pública, distribuídos em 05 municípios da Capital e RMC e 36 no Interior, totalizando 79 postos próprios de abastecimento.
- Manutenção de veículos – 30.185 ordens de serviços processadas pelo sistema centralizado.
- Combustível adquirido no exercício: 6.405.000 litros de gasolina; 2.835.000 litros de álcool; e 3.925.000 litros de diesel.

- Central de viagens - promovidos o controle e a racionalização das despesas com viagens que proporcionou uma economia superior a 15%. A expansão dos serviços da Central com a inclusão da SESP e suas vinculadas, ampliando o número de usuários do sistema.
- Frota - visando a renovação e adequação da frota as novas diretrizes de governo, está sendo efetivado inicialmente o processo para a aquisição, em substituição de veículos, para atender as demandas das secretarias e autarquias. O número de veículos da frota do Estado, é de 23.887, entre próprios e locados, distribuídos nos municípios paranaenses.
- Leilão de Veículos – realizado um leilão de 171 veículos com ingresso de R\$ 638,1 mil e outro de 150 veículos com ingresso de R\$ 650,0 mil.
- Doação de veículos - iniciado processo de doação de veículos inservíveis/desnecessários da frota oficial, à Prefeituras e Entidades Filantrópicas, de, no mínimo, 2.913 unidades veiculares. Já efetivadas 88 doações com entrega das unidades aos solicitantes e em fase final de processamento mais 67 solicitações.

9.6 Coordenadoria de Administração de Serviços (CAS)

Como responsável pela coordenação dos Grupos Administrativos Setoriais da Administração Direta e Autárquica, com a atribuição de estabelecer normas de atuação, coordenação e uniformização da execução de atividades, estabeleceu critérios técnicos e objetivos no levantamento de necessidades de atendimento de serviços especializados não inerentes a função pública junto a todos os órgãos do Poder Executivo.

As atividades e procedimentos adotados para racionalizar e promover a contenção das despesas administrativas com a prestação de serviços terceirizados, estão relacionados a seguir:

- Limpeza, Asseio e Conservação - manteve a sistemática do Sistema de Registro de Preços, para as contratações dos serviços terceirizados, de forma centralizada, em função do Decreto nº 2.391/08 (Sistema de Registro de Preços). A CAS procurou promover a inovação dos procedimentos de contratações desses serviços, a princípio para os órgãos sediados na Capital, que representa 60% do total de mão de obra contratada, utilizando metodologia da formação da licitação e a base de cálculo, com base na área física (por m²), compreendendo o serviço por profissional/mês, observadas as peculiaridades como produtividade, periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições dos locais. Após consolidado na Capital, o método será implantado nas unidades administrativas instaladas no Interior, o que representa uma economia de 20%. O critério adotado permite a mensuração dos resultados, elimina a possibilidade de remunerar as empresas com base somente na quantidade de postos de trabalho, flexibilizando a execução da atividade ao longo do horário de expediente. A título de informação, o método foi implantando com êxito nas esferas Federal e Municipal. Merece destaque a adoção de procedimento licitatório com as especificações e detalhamentos estabelecidos pela própria SESA, para atender a área

hospitalar, com a finalidade de obter as adequadas condições de salubridade e higiene para os Hospitais da Rede Própria do Estado, em Curitiba, com tratamento diferenciado, conforme procedimentos.

- Vigilância Armada e Monitoramento Eletrônico - houve mudanças nos procedimentos de contratação de serviços de segurança. O novo processo de licitação, em andamento, visa dar atendimento a todas as unidades do Estado e a sistemática do Sistema de Registro de Preços, de forma centralizada. A contratação deve associar as contratações das empresas especializadas em serviços de vigilância armada às de monitoramento eletrônico, com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos de segurança, visando atingir aperfeiçoamento nos serviços e maior economicidade para atendimento às necessidades dos órgãos e entidades integrantes do processo. Esta foi uma forma de racionalizar, buscar a otimização da mão de obra e fatores econômicos realmente favoráveis à Administração Pública.
- Telefonia Móvel – encontra-se em andamento novo procedimento licitatório, na sistemática do Sistema de Registro de Preços, de forma centralizada. Este processo agrega aos serviços já existentes do Serviço Móvel Pessoal (SMP), local e de longa distância e de tráfego de dados, os Serviços de Mensagens Multimídia (MMS), Serviços de Mensagens Curtas (SMS), adicional de deslocamento, AD2 e DSL2 e os serviços de “sim card” para uso em equipamentos tablet, não contemplados no certame anterior. Permitirá atender de forma diferenciada a SEED, onde há escolas sem viabilidade da telefonia fixa, mas com sinal de telefonia móvel, sendo viabilizado principalmente àquelas instituições que estavam isoladas, sem nenhum meio de comunicação. Outra iniciativa a ser adotada em parceria com a CELEPAR, é a modificação nas concepções de telefonia fixa para móvel, a modalidade consiste em equipar o Sistema de Telefonia com recursos que permitirão ligações inteligentes, com portas específicas para celular, ou seja, ao efetuar uma ligação de fixo para móvel nas áreas de abrangência de prefixo 41 à 46, o sistema converterá em uma ligação de móvel para móvel. A implementação deste recurso, visa eliminar soluções dissociadas de uma política relacionada a área de telecomunicações, priorizando a economia, a eficiência e a qualidade dos serviços.
- Serviços de Impressão, Reprografia e Digitalização - alinhamento dos preços praticados no mercado com os preços máximos do certame, que resultou uma economia na ordem de 68%. A licitação adotou novas práticas, tais como: o pagamento por cópia retirada, sendo excluída a condição de franquias, a regionalização, dividida em oito lotes, tornando o processo mais competitivo, o acréscimo no número de equipamentos, avanços tecnológicos com equipamentos multifuncionais, acrescentando os serviços de digitalização, além dos serviços de reprodução e impressão, os suprimentos (exceto papel), a manutenção das máquinas e o fornecimento de software para o monitoramento e a gestão do serviço contratado, em fase de homologação.

9.7 Coordenadoria do Patrimônio do Estado (CPE)

Ações desenvolvidas:

- Conclusão de amplo levantamento visando cadastrar os imóveis em Curitiba e Região Metropolitana, por meio de contratação de empresa especializada, com recursos financeiros do Programa Nacional de Apoio a Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE).
- Gerenciamento do Sistema de Controle Patrimonial de Bens Imóveis e Móveis de propriedade do Estado.
- Análise de aproximadamente 500 processos de locação de imóvel; 3.500 processos de usucapião; e 300 processos de cessão/doação/permuta/transferência de uso de imóvel.

9.8 Unidade de Gerenciamento - Contrato de Gestão

Implantar a gestão pública para resultados por meio da celebração dos Contratos de Gestão entre as diversas áreas de governo com o Governador.

Visando a implantação da gestão pública para resultados e atingir as metas de racionalização de gastos da estrutura pública, foram definidos e elaborados documentos necessários à execução do Contrato de Gestão, firmados 27 termos de compromisso assinados entre o Governador e os Secretários de Estado, elaborada minuta das normas do Contrato de Gestão, a serem cumpridas com orientação prática em manual (em fase de preparação) e estruturação para acompanhamento dos resultados.

Algumas medidas voltadas à celebração do Contrato de Gestão de 2012 foram tomadas, como a indicação, por parte dos Secretários, de funcionários dos órgãos que farão a ligação com a Unidade Gestora dos contratos. Também foram promovidas oficinas e reuniões técnicas voltadas à qualificação desses servidores.

Por fim, com esse trabalho pode ser constatada uma economia de 19,5% nas despesas administrativas em relação à previsão orçamentária do exercício de 2011, portanto, foi além dos 15% que representavam o compromisso dos titulares dos órgãos com o Governador.

9.9 Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP)

No Programa de Gestão de Documentos (PGD), foram realizadas as seguintes atividades:

- Assessorias técnicas às Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos, constituídas nos órgãos da Administração Direta e Indireta para procedimentos de gestão documental, principalmente relativos ao descarte de documentos com prazos de guarda prescritos.
- Encaminhada minuta de Decreto impondo prazos para a criação das Comissões e para a elaboração de tabelas de temporalidade de documentos produzidos em função das

atividades fins dos órgãos do Poder Executivo. Este marco regulatório visa aprimorar os trabalhos de gestão documental no que tange à redução de gastos públicos e agilização do acesso à informação organizada.

- Atendidos os seguintes órgãos: SEED, SETI, IPARDES, SEAB, Instituto de Identificação, Instituto de Criminalística, SEAP, Centro Cultural Teatro Guaíra, Tribunal de Contas, Faculdade de Artes do Paraná, entre outros.
- Encaminhamento de Projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SEME), que consistirá em oficinas destinadas aos professores de ensino fundamental de História da mesma Secretaria.
- Realização do curso Introdução a Gestão de Arquivos, cursos de treinamento para servidores visando a efetiva implantação do Programa de Gestão de Documentos no Estado do Paraná. Foram realizados três cursos, propiciando treinamento a 117 servidores de diversos órgãos. Esta parceria com a Escola de Governo atende a uma atribuição do Arquivo Público no Programa de Gestão de Documentos.

Agricultura e Abastecimento



10 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB)

A estrutura organizacional da SEAB é integrada por: Administração Direta - Departamento de Desenvolvimento Agropecuário; Departamento de Economia Rural; e Departamento de Fiscalização; e Administração Indireta - Centro Paranaense de Referência em Agroecologia; Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná; Instituto Agrônômico do Paraná; Centrais de Abastecimento do Paraná S/A; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná; e Empresa Paranaense de Classificação de Produtos. Compete ainda a execução do Programa Leite das Crianças, a coordenação do Leite Paraná, a execução do Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas e as atividades do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar.

Os programas e/ou ações desenvolvidas pela Secretaria e suas vinculadas, no exercício de 2011, estão detalhados a seguir.

10.1 Departamento de Desenvolvimento Agropecuário (DEAGRO)

O Departamento segue as diretrizes que norteiam as ações da Secretaria, cujas bases são: fortalecimento das economias locais (territorialidade); acesso aos direitos de cidadania; sanidade animal e vegetal; e ações de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Por meio de suas Divisões, atuou conforme segue.

10.1.1 Divisão de Produção Agropecuária

- Sericultura - apoio à realização do XXIX Encontro Estadual de Sericultores, em Astorga; e ao VI Encontro Microrregional de Produtividade e Qualidade da Sericultura da safra 2011, em Nova Esperança.
- Leite das Crianças - acompanhamento e orientação técnica a 65 laticínios parceiros do Programa, implantação e aplicação de ferramentas de qualidade (PPHO, BPF e APPCC) em parceria com os responsáveis técnicos dos laticínios e levantamento de dados baseados em indicadores para a segunda etapa do trabalho de Caracterização e Monitoramento das Usinas de Beneficiamento de Leite.
- Pecuária Leiteira - análise técnica de demandas e projetos voltados à aquisição de equipamentos para uso comunitário.
- Carnes Nobres do Paraná - aproximação da produção dos pecuaristas aos centros consumidores, valorizando e agregando valor aos produtos de origem animal; apoio a

eventos (I Congresso Latino Americano de Suinocultura e Sustentabilidade Ambiental); e capacitação de todos os segmentos das cadeias produtivas.

- Bovinocultura de Corte - elaboração de proposta de desenvolvimento dos negócios.
- Cadeias Produtivas de Ovinos e Caprinos - a SEAB e suas vinculadas - EMATER-PR e IAPAR, em parceria com instituições públicas e privadas, executam um Programa Estadual de Estruturação das Cadeias Produtivas dos Ovinos e Caprinos, executado com o apoio das organizações de produtores (associações e cooperativas). Principais ações: tecnologias voltadas à produção das carnes; organização do produtor e da produção; capacitação dos elos das cadeias produtivas; fomento da produção e do consumo; comercialização e marketing das carnes; adequação do parque industrial de abate e transformação da produção. Principais resultados obtidos: repasse de 697 animais entre fêmeas e reprodutores, atendimento a 12 colégios agrícolas, 08 prefeituras municipais, 06 associações de criadores, 03 casas familiares rurais e 214 pequenos produtores. Realizados cursos para 40 profissionais em ovinocultura e caprinocultura e 44 técnicos para capacitação em inseminação artificial de caprinos; cursos gourmet capacitando 280 chefes de cozinha; cursos para 4.500 produtores, em parceria com o SENAR; além de seminários, palestras técnicas e dias de campo para 1.200 participantes. Também foram realizados: readequação/legalização de quatro unidades de frigoríficos e/ou abatedouros; apoio técnico para a organização de sete cooperativas de criadores (regiões de Guarapuava, Pato Branco, Francisco Beltrão, Toledo, Cascavel, Londrina e Castro); assistência técnica para organização de três associações de criadores (Cascavel, Maringá e Campina Grande do Sul); e a Implantação do Programa de Inseminação Artificial em Caprinos.

10.1.2 Divisão de Agronegócio Familiar

- Agroindústria Familiar - Fábrica do Agricultor - busca incentivar o agricultor familiar a transformar e industrializar sua produção para agregação de renda e geração de empregos, disponibilizando uma série de benefícios diretos e indiretos, tais como: integração ao mercado; processos de gestão; qualidade e sanidade; tecnologias apropriadas; estímulos e fomentos de apoio à decisão dos agricultores; parcerias institucionais e comprometedoras, dentre outras. Ao longo dos mais de 12 anos do Programa, foram capacitados mais de 50.000 agricultores familiares, apoiados mais de 3.600 famílias com regularização e organização, mais de 500 famílias no tema artesanato rural, mais de 250 famílias na promoção do Turismo Rural, realizadas mais de 170 Feiras Sabores do Paraná com perfil macro regional e mais de 35 Feiras Sabores do Paraná Estaduais, instalação de mais de 70 gôndolas em supermercados conveniados à APRAS, instalados dois centros regionais de comercialização, regulamentado o diferimento de ICMS para os produtos, com geração de mais de 1.500 empregos diretos e 7.000 indiretos, com uma prospecção de negócios na ordem de R\$ 45,0 milhões.

- Turismo Rural na Agricultura Familiar - coordenação do Projeto Caminhadas na Natureza no Paraná, com a realização de 15 oficinas municipais e apoio técnico a 56 circuitos distribuídos em 52 municípios, com a participação de 9.000 caminhantes; coordenação do Programa de Turismo Rural do Paraná, com a realização da Oficina Regional em Ivaiporã, com 45 participantes; participação na Reunião Nacional da Rede TRAF; realização de Reunião Interestadual de Turismo Rural (PR e SC); revisão do Termo de Cooperação SEAB/SETU; criação de Grupo de Trabalho do Turismo no Espaço Rural (Decreto a ser publicado); coordenação do Espaço Turismo Rural, na XII Feira Sabores do Paraná; organização e execução de dois Cursos de Turismo Rural para 70 Guias de Turismo e um Dia de Campo para 15 Guias de Turismo; e participação em eventos e palestras.

10.1.3 Divisão de Desenvolvimento Rural

- Desenvolvimento Territorial (Pró-Rural) - participação nas negociações, em conjunto com a Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG) da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL), com o Banco Mundial (BIRD) para a implementação do Programa Pró-Rural: Cidadania e Renda no Campo que objetiva aumentar a competitividade de agricultores familiares rurais de oito territórios rurais, localizados na região central do Estado e no Vale do Ribeira Paranaense. Considerando que a partir de 2011, o Programa passou a integrar o Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná, foram atualizados os seguintes documentos: Manual Operativo do Programa (MOP), Plano de Aquisições para os primeiros 18 meses, minutas de convênios com os parceiros executores do Programa - Instituto EMATER e ITC, Marco de Reassentamento Involuntário, Estratégia de Participação Indígena e Plano de Gestão Ambiental. Foi elaborado o Plano Operativo Anual do Programa 2012. Participação na organização do evento de lançamento do Pró-Rural no município de Irati que contou com a presença do Governador e um público de mais de 2.000 pessoas. Outras ações: participação no grupo de apoio para a elaboração dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) de seis Territórios Rurais; e no Comitê Gestor do Termo de Cooperação Técnica entre a COPEL, a SEPL, a SEAB e o EMATER que visa desenvolver ações nos municípios de Telêmaco Borba e Ortigueira no contexto da construção da UHE Mauá.
- Conselho de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF) - apoio a Secretaria Executiva do CEDRAF e representação da SEAB nas seguintes instâncias ligadas ao CEDRAF: Câmaras Setoriais de Juventude; de Mulheres; Câmaras Técnicas de Cadastramento de Instituições para Prestar ATER; de Análise de Projetos apoiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PRONAT); e Grupo de Acompanhamento de Programas de Aquisições Instituições (PAA e PNAE).

- Agroecologia - participação no Grupo de Trabalho para a elaboração do Programa Paraná Agroecológico que visa à conjugação de esforços para a implantação de ações integradas para o desenvolvimento da agroecologia no território paranaense; e representação da SEAB na Comissão de Produção Orgânica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no Paraná.
- Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) - apoio à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social (SEDS) na organização das Conferências Regionais e Estadual de SAN. Participação no Grupo de Trabalho para a elaboração do Plano de Ação do Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI) para a temática.
- Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - tem como objetivo central contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra, com acesso precário, ou com terra insuficiente para garantir o sustento da família. Foram desenvolvidas, entre outras, ações de capacitação, para novos técnicos das entidades parceiras (EMATER, ARCAFAR, COOPERIGUAÇU, FETAEP e FETRAF), bem como atualização para os já credenciados; capacitação dos Coordenados Regionais do PNCF do EMATER e a constituição e capacitação da equipe de Auditores Regionais do Crédito Fundiário, composta por um profissional em cada Núcleo Regional da SEAB, para acompanhar a execução física e financeira do Programa. Para a estruturação produtiva dos imóveis financiados pelo PNCF, os beneficiários acessam o PRONAF A investimento, que em 2011 contratou 111 projetos, num montante de R\$ 7,0 milhões. Os contratos firmados no exercício e o acumulado de 2005 a 2011 estão apresentados no quadro a seguir.

BENEFICIÁRIOS, ÁREA E VALORES DOS FINANCIAMENTOS DO PNCF EM 2011 E ACUMULADO 2005 A 2011

ANO	BENEFICIÁRIOS	ÁREA TOTAL ADQUIRIDA (há)	VALOR DOS CONTRATOS (R\$)
2011	150 famílias	1.028,38	9.669.060,92
2005 a 2011	2.479 famílias	13.443,60	101.907.343,53

10.1.4 Divisão de Cultivos Florestais

- Projeto Madeira - foram atendidos 8.228 agricultores familiares.

10.1.5 Divisão de Apoio Técnico

- Sementes e Mudas de Café - em fase de licitação para a aquisição de aproximadamente 2.200.000 mudas, no valor inicial de R\$ 798,6 mil, em parceria com o MAPA, onde o Estado participa com 20% e a União com 80% dos recursos, para atendimento a agricultores de 50 municípios do Norte Pioneiro, Norte e Noroeste do Paraná, encerrando-se em agosto de 2012.

- Abertura, Adequação e Melhorias de Estradas Rurais - término de obra de 208 km de estradas rurais, no valor de R\$ 5,4 milhões, tendo beneficiado 1.100 famílias no Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu.
- Projeto de Apoio ao Manejo e Fertilidade dos Solos (calcário) – investimento de R\$ 12,0 milhões, podendo beneficiar aproximadamente 230 municípios.
- Projeto de Recuperação da Trafegabilidade de Estradas Rurais – investimento aproximado de R\$ 4,9 milhões, podendo atender cerca de 160 municípios.
- Adequação de Estradas Rurais no município de Roncador - investimento de R\$ 988,0 mil.

10.2 Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária (DEFIS)

10.2.1 Divisão de Defesa Sanitária Animal (DDSA)

- Programa de Erradicação da Febre Aftosa - realizou a campanha de vacinação em maio, quando é obrigatória a vacinação de bovinos e búfalos até 24 meses de idade, tendo sido vacinados 4.106.697 animais em 186.934 propriedades, atingindo o índice de 97,02% de animais vacinados. A campanha de novembro, em andamento, tem como meta a vacinação de aproximadamente 9.300.000 bovídeos em 202.000 propriedades.
- Atividades de Vigilância - fiscalizadas 17.771 propriedades, com 1.679.207 animais suscetíveis a febre aftosa, e realizadas 439 fiscalizações em estabelecimentos de abate. A partir da ocorrência de febre aftosa no Paraguai, em setembro, o Paraná foi incluído pelo MAPA em situação de alerta sanitário, ampliando a vigilância na região de fronteira internacional e divisa com o Mato Grosso do Sul, cuja operação especial de vigilância, até 28 de outubro, resultou em 41.028 veículos inspecionados, 21.059 veículos desinfetados, 50.971 animais suscetíveis nos veículos inspecionados e 721 propriedades fiscalizadas com 25.323 animais suscetíveis à febre aftosa.
- Sanidade dos Suídeos - realizou 120 certificações (monitorias) nas 60 Granjas de Reprodutores de Suídeos Certificados (GRSC) existentes no Estado.
- Sanidade Avícola - efetuou 2.451 fiscalizações em propriedades avícolas industriais; 668 fiscalizações a estabelecimentos de reprodução e 624 fiscalizações a outros estabelecimentos avícolas; houve a colheita de 10.920 amostras em produção e outras 255.312 amostras na avicultura de reprodução; 2.291 fiscalizações de comércios de aves vivas e 1.529 fiscalizações em comércio de vacinas avícolas.
- Sanidade de Ovinos e Caprinos - examinados 6.973 animais para vigilância e diagnóstico das principais enfermidades que acometem estas espécies, com 6.157 produtores orientados na prevenção e controle.
- Sanidade dos Equídeos - visitadas 1.689 propriedades, das quais, em 183 houve atendimento com colheita de amostra para diagnóstico das principais enfermidades que acometem a espécie.

- Sanidade dos Animais Aquáticos (piscicultura) e bicho da seda (sericultura) - documentadas 1.427 orientações a piscicultores e sericultores.
- Sanidade Apícola - iniciadas as atividades de vigilância sanitária com a realização do I Curso de Sanidade Apícola para 23 profissionais da Defesa Sanitária Animal do Estado.
- Programa Estadual de Controle e Erradicação da Brucelose - no primeiro semestre, promoveu a vacinação de 338.900 bezerras em 39.235 propriedades rurais. Na área de certificação de propriedades para brucelose e tuberculose, foram certificadas/recertificadas 41 propriedades e outras 23 estão em fase final de testes, totalizando 64 propriedades certificadas/em certificação como Livres de Brucelose e de Tuberculose Animal no Estado.
- Prevenção da Raiva Bovina - visitadas 10.611 propriedades objetivando manter a vigilância sobre o aparecimento dessa enfermidade, com a colheita de 170 amostras de animais suspeitos de Raiva e a orientação de 27.877 criadores.
- Atividades Fiscalizatórias - licenciados 2.483 estabelecimentos que comercializam produtos de uso veterinário, e 19.621 fiscalizações. O controle do trânsito de animais no Paraná é realizado por 33 Postos de Fiscalização Sanitária Animal e Vegetal, apoiados por mais 410 barreiras volantes realizadas com 27.497.088 animais em 153.438 cargas fiscalizadas, tendo sido emitidas mais de 847.800 Guias de Trânsito Animal (GTA), sendo a área de rastreabilidade animal responsável pelo pioneirismo da informatização da GTA no Paraná em relação ao contexto nacional.
- Comissão Estadual de Exposições, Feiras Agropecuárias e Leilões de Raças Puras (COMEXPA) - promove a integração com as entidades promotoras dos maiores eventos realizados no Estado e homologa anualmente o Calendário Oficial. Em 2011, foram estimados 1.400 eventos agropecuários.

10.2.2 Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA)

- Realizados dois treinamentos para os profissionais do SIP/POA, na área de bem estar animal e abate humanitário e nas áreas de carne, leite, ovos mel, pescado, seus derivados e registro de produtos; 12 auditorias de conformidades junto às empresas registradas no SIP/POA/SISBI e para outras, a fim de verificar equivalência para o SISBI e para obtenção da padronização de ações sanitárias.
- Realizadas 474 análises de projetos de reforma, ampliação, adequação ou implantação de empresas a serem registradas no SIP/POA, e 939 análises de registro de produtos.
- Totalizaram 2.182 fiscalizações em estabelecimentos, 56 vistorias de construção, colhidas 775 amostras para análises laboratoriais, emitidos 406 laudos técnicos.
- Educação Sanitária - realizadas 449 atividades, entre palestras realizadas, participação em reuniões ou eventos, entre outras.
- O SIP/POA possui 439 estabelecimentos registrados sendo que nestes estabelecimentos passaram pela inspeção oficial 176.565 bovinos, 307.182 suínos, 10.582 ovinos, 1.626.705

aves, 1.439.673 kg de pescados, 32.678.614 kg de produtos em entrepostos de carne, 46.130.555 litros de leite, 9.918.655 kg de queijos, 1.256.081 outros derivados lácteos, 6.953.641 kg de embutidos e 1.100.314 derivados cárneos e lácteos fatiados.

10.2.3 Divisão de Apoio Estratégico a Defesa Agropecuária (DAEDA)

- Analisados 9.716 processos nas áreas de controle de amostras fiscais e arquivos, controle de autos de infração e dívida ativa, controle de cadastro e registro vegetal e controle de cadastro e registro animal.
- A Área de Educação Sanitária contou com a divulgação de 1.058 artigos para jornais, internet, rádios e televisão, realizadas 355 palestras e reuniões técnicas para 5.688 participantes e distribuídas 82.706 peças de material educativo das áreas vegetal e animal da Defesa Agropecuária.

10.2.4 Centro de Diagnósticos Marcos Enrietti (CDME)

- Realização de 32.062 análises laboratoriais em bacteriologia, parasitologia e virologia, para certificação semestral das granjas de reprodutores de suínos do Paraná, além de atender às demandas de algumas integrações nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e São Paulo.
- Diagnósticos de todas as amostras de animais oriundas dos estados do Paraná e de Santa Catarina, atendendo ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros.
- Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose (PNCEBT) - processadas amostras de soro sanguíneo colhidas para certificação de propriedades, bem como isolamento bacteriano de amostras de órgãos e lesões suspeitas de Tuberculose oriunda de linhas de abate.
- Confecção de 600 kits para coleta de amostras na vigilância ativa e passiva dentro do Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), assim como sorologia de 20.461 amostras para as doenças de Influenza aviária e Laringotraqueite Infeciosa das aves para exportação de material genético (avós e bisavós).
- Manutenção em todas as unidades da SEAB, com produção de 580 frascos de meios de coleta para enfermidades vesiculares, em atendimento ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa.
- Na área dos programas da defesa sanitária vegetal os diagnósticos realizados somaram 1.730 exames.
- Firmadas parcerias em projetos com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Departamento de Genética para o levantamento e mapeamento da Mancha Preta em citros na região norte e noroeste, e com o Departamento de Fitossanidade na produção integrada da cana de açúcar dentro do Estado.

- Levantamento da ocorrência de Nematóide de Cisto da soja nos municípios do Paraná.
- Identificou-se a ocorrência de *Brevipalpus californicus* e *Thrips palmi* em videiras na região noroeste, visando a certificação da produção de frutas (uva de mesa) para fins de exportação.
- Implantou-se o sistema de mitigação de risco (SMR) para *Anastrepha gradis* em cucurbitáceas (abóbora, melão, melancia, pepino) visando exportação desses produtos para o Mercosul.
- Vigilância da sanidade das essências florestais implantadas (pinus e eucalipto) monitorando a presença da vespa da madeira, brocas, pulgões, percevejo bronzeado e psíldeos.
- Participação em projeto do IAPAR, para o Desenvolvimento de Sistema de Produção de Batata Orgânica com qualidade e sustentabilidade da região centro-sul.

10.2.5 Divisão de Fiscalização de Insumos e Serviços Agrícolas (DFI)

Principais ações, em números, de janeiro a outubro:

- 4.077 inspeções em estabelecimentos comerciais (comerciantes de agrotóxicos, fertilizantes, sementes e mudas); 629 inspeções em propriedades rurais; e 263 inspeções em empresas prestadoras de serviços fitossanitários (serviços de expurgo, tratamento de sementes e aviação agrícola).
- 3.667 Coleta de amostras de insumos (sementes, mudas, fertilizantes e agrotóxicos), para aferição de qualidade e composição.
- Interdição de 517 toneladas de agrotóxicos (herbicidas, inseticidas e fungicidas); de 550 toneladas de fertilizantes sólidos e de 16.694 mil litros de fertilizantes líquidos.
- Coleta de 51 amostras de produtos agrícolas para análises de resíduos de agrotóxicos (frutas, oleícolas, soja, feijão).
- Lavratura de 511 notificações contra comerciantes, agricultores e profissionais; e de 394 Autos de Infração (instauração de processos administrativos).
- Produção de 56 artigos para educação sanitária (jornais, rádios e Tvs).
- Realização de 110 palestras e reuniões técnicas, com a participação de 1.252 pessoas.

10.2.6 Divisão de Defesa Sanitária Vegetal (DDSV)

- Trânsito Vegetal - efetuadas 2.671 operações de fiscalização em Postos de Fiscalização Sanitária e Fitossanitária (PFSF) e 537 operações de fiscalização em barreiras volantes.
- Sanidade das Grandes Culturas - especificamente para a cultura da soja, foram fiscalizadas 380 propriedades, coletadas 217 amostras e encaminhadas ao CDME. Além de 70 notificações e 38 autos de infração.

- Sanidade Florestal - inscritas três Unidades de Produção (UPs) e 27 Unidades de Consolidação (UCs); efetuadas 41 fiscalizações em UPs e 76 fiscalizações em UCs, sendo lavradas nove notificações.
- Sanidade da Horticultura - no plano de ação da Banicultura, foram fiscalizadas 21 propriedades; na Viticultura, foram fiscalizadas 18 propriedades, inscritas seis UPs e coletadas 21 amostras para análises laboratoriais; nas Frutas de Clima Temperado (maçã, pera, etc.), foram fiscalizadas 10 propriedades, instaladas 95 armadilhas em área urbana e realizadas 1.913 inspeções em armadilhas. Além disso, foram coletadas 49 amostras para análises laboratoriais.
- Citricultura - realizadas 185 fiscalizações em propriedades de citros e coletadas 70 amostras encaminhadas ao CDME. Além de 32 fiscalizações em CEASA, 32 em unidades de beneficiamento e 88 em pontos de varejo.
- Uso do Solo Agrícola - realizadas 339 fiscalizações em propriedades rurais e 43 em estradas rurais, tendo sido lavradas 84 notificações e 20 autos de infração.

10.3 Departamento de Economia Rural (DERAL)

10.3.1 Divisão de Conjuntura Agropecuária (DCA)

Foram realizados trabalhos de pesquisa, avaliação e pareceres técnicos, tais como:

- Elaboração e disponibilização na internet de 320 Boletins Informativos referente à situação de produtos agrícolas, silvícolas e da pecuária de corte e leite, bem como de 18 revistas digitais (prognósticos).
- Elaboração de informes técnicos e pareceres sobre preços de produtos agrícolas e pecuários; e de boletim técnico mensal para a página da EMBRAPA, conforme convênio.
- Elaboração, junto com entidades representativas da agricultura paranaense, de proposta de política agrícola para o plano safra das culturas de verão e de inverno.
- Participação diária em entrevistas para rádios e eventuais para televisão.
- Ministradas 13 palestras para entidades, agricultores e estudantes.
- Participação nas reuniões das Câmaras Técnicas das principais culturas, no Ministério da Agricultura; e na coordenação do Concurso Estadual de Café – Qualidade Paraná.
- Pesquisa trimestral de café em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), conforme Carta de Acordo.

10.3.2 Divisão de Estatística Básica (DEB)

- Pesquisas de Preços - visando registrar os valores praticados no mercado, pesquisa diariamente informações de preços em todas as regiões do Estado que resultam em séries históricas com diferentes frequências, de diárias a anuais, englobando pesquisas de preços

recebidos e pagos pelos agricultores e até mesmo de preços de varejo de produtos provindos do meio rural. Principais pesquisas: cotação diária (SIMA), preços recebidos pelos produtores, preços no atacado, preços no varejo, preços pagos pelos produtores.

- Índices de Custo - busca informações a respeito dos custos de produção de diversas cadeias agropecuárias de relevância, sendo estimado se o produtor, em média, está tendo lucro ou prejuízo em suas atividades.
- Previsão Subjetiva de Safras - visa fornecer um panorama semanal a respeito da situação de diversos produtos agrícolas, como condições das lavouras, fases, percentuais de plantio, colheita e comercialização, volumes estimados e perdas.
- Participação Mensal na elaboração dos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- Levantamento da Produção Agropecuária e da Silvicultura - pesquisa anual, objetivando traçar um mapa do meio rural paranaense e fornecer dados para o cálculo do VBP.
- Valor Bruto da Produção (VBP) - indicador publicado anualmente, em âmbito municipal, calculado a fim de mostrar o desempenho das cadeias agrícolas, pecuárias e florestais, além do desempenho municipal no meio rural.

10.3.3 Divisão de Planejamento Agropecuário (DPA)

- Programa Fundo de Aval (FAR/PR) – reestruturação no que tange ao controle contábil e financeiro, envolvendo o procedimento de registro das operações. O novo sistema de controle de operações envolve o Banco do Brasil, a Agência de Fomento do Paraná S.A. (AFPR), o Sistema de Controle da Coordenação Estadual do Programa e o EMATER. O saldo depositado em conta corrente específica para o Fundo, controlado pela AFPR, de aproximadamente R\$ 2,1 milhões, permite alavancar até R\$ 21,0 milhões em novas operações de investimento.
- Programa Trator, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - foram faturados 270 unidades, sendo 15 tratores de 55/CV e 255 unidades de 75/CV (julho a novembro) e o volume de recursos aplicados em valores nominais no Banco do Brasil foi de R\$ 16,6 milhões.
- Programa de Subvenção ao Prêmio do Trigo no Paraná (PSR/PR) - encontra-se em processo de contratação das empresas seguradoras e pagamento da subvenção ao prêmio de seguro rural/2011 aos produtores rurais. Credenciadas as Companhias Aliança do Brasil, Nobre, Allianz e UBF Seguros. Os produtores beneficiados foram os que contrataram o seguro com a Cia de Seguros Aliança do Brasil S/A, seguidos pela Cia. Nobre, Allianz e UBF Seguros. Pagos até o final de dezembro, cerca de R\$ 1,25 milhão em subvenção ao prêmio de seguro rural, para produtores de trigo - safra/2011.

10.4 Instituto Paranaense de Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER)

Em 2011, o EMATER prestou assistência a 142.263 pessoas do meio rural paranaense, sendo:

CATEGORIA	ATENDIDOS
Agricultores Familiares	98.725
Trabalhadores Rurais	3.466
Pescadores Artesanais	1.899
Jovens Rurais	4.351
Mulheres	10.802
Assentados	11.912
Outras Categorias	11.108
TOTAL	142.263

Este público foi atendido por uma estrutura de pessoal integrada por 1.164 técnicos (agrônomos, veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, engenheiros de pesca, engenheiros florestais e técnicos do setor de bem estar social), sendo 954 próprios e 210 disponibilizados por prefeituras municipais, bem como por uma estrutura de apoio técnico e administrativo integrada por 348 profissionais de diversas formações profissionais.

Para atendimento do público citado, foram executados 256.308 métodos extensionistas, sendo:

METODOLOGIA EXTENSIONISTA EXECUTADA	Nº EXECUTADO
Atendimentos Individuais	249.372
Reuniões Técnicas	4.169
Excursões para Intercâmbio Técnico	930
Cursos	722
Palestras Técnicas	394
Encontros	201
Oficinas	174
Dias de Campo	146
Seminários	59
Caminhadas	35
Exposições	31
Diagnósticos Participativos	24
Treinos Visita	23
Campanhas	20
Concursos	07
Ralis	01
TOTAL	256.308

Todo o trabalho foi executado em articulação e parceria com centenas de instituições e organizações da sociedade civil, visando consolidar e ampliar ações ligadas aos planos de desenvolvimento e programas de formação de líderes, bem como com os planos governamentais de desenvolvimento e de inclusão social.

10.4.1 Abordagem Territorial e Desenvolvimento Rural

O Instituto atuou no desenvolvimento territorial em 235 municípios das 21 regiões administrativas do Estado, com ênfase nos Territórios da Cidadania do Norte Pioneiro, Paraná Centro e Cantuquiriguaçu.

No trabalho foram envolvidos 342 técnicos, que atenderam 15.527 famílias.

Foram iniciados os trabalhos referentes a 05 Chamadas Públicas lançadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e vencidas pelo Instituto EMATER, visando incrementar o desenvolvimento em 03 Territórios da Cidadania do Estado (Norte Pioneiro, Paranacentro e Cantuquiriguaçu), no valor total de R\$ 7,0 milhões.

10.4.2 Ações de Meio Ambiente

Visando a preservação do meio ambiente, foram executadas importantes ações, destacando-se:

PRINCIPAIS AÇÕES DE MEIO AMBIENTE	PÚBLICO ATENDIDO
Manejo Correto de Solos e Água	10.317
Adequação Ambiental da Propriedade	2.279
Divulgação da Legislação Ambiental	3.666
Educação Ambiental	7.232
Integração Lavoura e Pecuária	446
Integração Lavoura, Pecuária e Floresta	327
Licenciamento Ambiental	190
Proteção de Nascentes de água	873
Recolhimento de Embalagens de Agrotóxicos	1.097
Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente	141
Recuperação e Proteção de Matas Ciliares	527
Uso de Práticas Conservacionistas	284

10.4.3 Apoio à Geração de Renda da Agricultura Familiar

Dentro do Trabalho na agricultura familiar, o Instituto Emater atendeu os seguintes projetos, com os respectivos beneficiários:

PROJETOS TRABALHADOS	PÚBLICO ATENDIDO	ÁREA (ha)	REBANHO (cab.)
Leite	35.562	588.806	449.350
Carnes	2.314	60.365	408.873
Grãos	35.322	338.690	
Olericultura	10.450	19.481	
Fruticultura	8.501	18.122	
Cultivos Florestais	8.228	57.341	
Fibras Têxteis	1.036	2.909	
Café	4.795	18.112	
Aquicultura e Pesca	3.301	-	
Mandioca	1.949	15.506	
Tomate	684	550	
Cebola	215	288	
Plantas Medicinais, Potenciais e Aromáticas	291	345	

10.4.4 Inclusão Social

Executado significativo trabalho no setor de Inclusão Social, em que trabalha de forma integrada os governos Federal e Estadual, que visam o acesso do público carente aos benefícios dos programas existentes, pelo qual foram atendidas milhares de pessoas nas diversas atividades, entre as quais:

INCLUSÃO SOCIAL – ATIVIDADES PRINCIPAIS	PESSOAS ATENDIDAS (nº)
- Mobilização para Acesso às Políticas Públicas	13.435
- Melhoria da Alimentação Familiar – Criação de Animais, Implantação de Pomares, Hortas, Lavouras de Subsistência e Transformação e Conservação de Alimentos de Subsistência	5.244
- Elaboração de Laudos e Cadastros para Acesso a Políticas Públicas	3.781
- Boas Práticas na Produção e Manipulação de Alimentos de Subsistência	1.552
- Capacitação e Formação de Mão de Obra	1.514
- Abastecimento de Água Domiciliar	1.075
- Articulação com Entidades	785

Além desses, o Instituto também atuou em diversos programas sociais instituídos pelos governos Federal e Estadual, voltados ao público rural carente, destacando-se:

PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	PESSOAS ATENDIDAS (nº)
- Luz para Todos – Cadastramento, Divulgação e Uso da Energia Elétrica	827
- PAA, PNAE – Atendimento em Comercialização da Agricultura Familiar	3.428
- Artesanato – Qualificação para a Produção de Produtos Artesanais	751

10.4.5 Crédito Rural

O trabalho em Crédito Rural foi intenso, conforme demonstrativo a seguir:

PRINCIPAIS AÇÕES EM CRÉDITO RURAL	PÚBLICO ATENDIDO (nº)	VALOR FINANCIADO (R\$)
- Divulgação de Linhas de Crédito	20.365	-
- Elaboração de Projetos de Crédito para Investimentos – Programa Mais Alimentos	11.545	201.400.304,15
- Elaboração de Projetos de Crédito para Jovens	8	32.404,90
- Elaboração de Projetos de Crédito para Mulheres	19	93.610,40
- Elaboração de Projetos para Investimentos – PRONAF B	21	114.550,00
- Elaboração de Projetos de outras linhas – exceto PRONAF	444	44.224.094,92
- Elaboração Projetos de Custeio - PRONAF	1.883	179.119.517,49
- Elaboração Projetos Investimentos – Exceto Mais Alimentos	3.429	68.104.064,15
- Emissão de DAP	12.834	-

10.4.6 Aquisição de Veículos

Iniciada, em março, a entrega de 250 veículos destinados ao trabalho da Extensão Rural e que vieram aliviar sobremaneira a situação crítica em que se encontrava a frota da Instituição, com sérias dificuldades para a execução do atendimento ao campo.

Os veículos foram adquiridos com recursos de convênio firmado entre o governo estadual/EMATER e o MDA.

Do total adquirido, 05 unidades são especiais, destinadas a técnicos portadores de limitações físicas para dirigir.

10.5 Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR)

No cumprimento de sua missão de prover soluções inovadoras para o meio rural e o agronegócio do Paraná, o IAPAR, em 2011, conduziu suas atividades consubstanciadas em 14 Programas de Pesquisa (Agroecologia, Agroenergia, Manejo de Solo e Água, Sistemas de Produção, Recursos Florestais, Produção Animal, Cereais de Inverno, Feijão, Milho, Algodão, Café, Fruticultura, Culturas Diversas e Propagação Vegetal), envolvendo 252 projetos.

A pesquisa no Instituto tem sido pautada em estratégias de longo prazo, seguindo três diretrizes: agroecológica, socioeconômica e de independência tecnológica e inovação. A partir destas, busca-se o desenvolvimento de tecnologias voltadas à criação de alternativas para a permanência dos agricultores e para o aumento da renda no campo, à recuperação e proteção dos recursos naturais e ao aumento da eficiência ou substituição de insumos na produção agropecuária. Tais atividades têm atuação articulada com os serviços de assistência técnica e extensão rural para a difusão da tecnologia gerada, bem como apoiam programas do Governo do Estado voltados ao meio rural, com o oferecimento de suporte técnico e metodológico.

Em 2011, o IAPAR contribuiu com serviços consolidados e reconhecidos, apoiando o avanço da agropecuária paranaense por meio da disponibilização de novas variedades de plantas, sementes genéticas e básicas de qualidade, novos métodos e processos para melhoria no manejo de culturas e recursos produtivos e equipamentos para uso agrícola, entre outras atividades de importância para a produção paranaense, cujos destaques são relacionados a seguir.

Cabe destacar também que o IAPAR iniciou seu processo de planejamento estratégico, alinhado com as orientações da SEAB, que visa definir seu plano de trabalho e as ações a serem desenvolvidas ao longo dos próximos quatro anos.

10.5.1 Lançamento de Novas Variedades Vegetais

- Feijão - IPR Campos Gerais - apresenta alto potencial de rendimento, ampla adaptação e porte ereto que favorece a colheita mecânica direta.

- Milho: IAPAR 164 - essa cultivar de polinização aberta apresenta boa produtividade tanto para o milho safra (1ª safra), quanto para o milho "safrinha" (2ª safra).
- Trigo: IPR Catuara TM - em 2011, seu cultivo foi liberado, inicialmente para os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul e, devido à ampla adaptação, foi solicitada a extensão para indicação de cultivo para São Paulo e Santa Catarina a partir de 2012.
- Envio de documentação e amostra viva das cultivares de trigo IPR Catuara TM e IPR 144 para fins de emissão do certificado de proteção de cultivares junto ao Serviço Nacional de Proteção de cultivares (SNPC-MAPA).
- Aveia granífera - envio de documentação para registro da 1ª cultivar de aveia granífera do IAPAR, IPR Afrodite, junto ao Ministério da Agricultura, aguarda-se deferimento e número de registro.
- Mandioca - pré-lançamento da nova cultivar denominada IPR União.
- Batata - preparação para registro e proteção do clone PCD AG03-11, direcionada para o mercado de indústria, na forma de fritura tipo palha.

10.5.2 Ações de Pesquisa em Recursos Naturais

- Estudo da aplicação dos dejetos de suínos - avaliadas as densidades do dejetos em laboratório por dois métodos – balão volumétrico e densímetro de vidro "Bouyoucos". Ambos aprovados. A adição de dejetos líquidos de suínos ao solo promove alterações em atributos químicos do solo, sendo o fósforo o nutriente que mais se acumula.
- Aprovação do projeto submetido à União Europeia - Optimising Subsidiary Crop Applications in Rotations, para aplicar em pesquisas com rotação de culturas e plantas de cobertura, por um período de quatro anos, em parceria com 20 instituições estrangeiras.
- Em Recursos Florestais, foram desenvolvidas as seguintes atividades: a) Participação na Câmara Setorial da Borracha Natural (MAPA), na Câmara Técnica da Erva Mate, no Conselho Gestor da Floresta Nacional de Pirai do Sul (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/IBAMA) e no Grupo de Trabalho para o Planejamento Estratégico do Setor Florestal; b) Apoio da equipe do Programa Recursos Florestais à pesquisa com o Sistema denominado "Integração Lavoura/Pecuária/Floresta".

10.5.3 Ações de Pesquisa em Produção Vegetal

- Feijão: a) Melhoramento genético - obtenção de 513 novas linhagens promissoras, sendo 292 do grupo comercial carioca e 221 do grupo preto; b) Produção de semente genética - para atender a produção de semente básica, foram estabelecidos campos de produção de semente genética da linhagem LP01-38, registrada como IPR Campos Gerais e das linhagens em vias de registro LP05-77, LP06-30, LP06-80, LP07-80 e Mult 5.

Também foram produzidas sementes genéticas das cultivares IPR Garça, pertencendo ao grupo comercial branco, IPR Tangará, IPR Colibri, IAPAR 81 e IPR Eldorado, todas do grupo comercial carioca. c) Fitossanidade - obtidas duas linhagens de feijoeiro do grupo comercial carioca, codificadas como MD1095 e MD1098, com alto potencial produtivo, boa qualidade comercial de grãos e resistência ao vírus do mosaico dourado a um nível adequado para cultivo em condições de alta incidência da doença; d) Qualidade Tecnológica e Nutricional dos Grãos - avaliadas 330 amostras de linhagens e cultivares para as características tecnológicas; e) Adubação e Nutrição - identificados genótipos de feijoeiro mais aptos para o cultivo em solos ácidos e baixa disponibilidade de fósforo. Esses materiais poderão ter uso imediato por agricultores, principalmente por aqueles com baixo uso de insumos, ou serem inseridos em programas de melhoramento genético convencional.

- Milho: a) Avaliação de cultivares comerciais e experimentais de milho - divulgados os Boletins Técnicos nº 73 e 74 com as mais recentes informações sobre os cultivares de milho indicados para cada região e época de semeadura no Paraná; b) Confirmação do milho Bt como estratégia do Manejo Integrado de Pragas (MIP) do milho - eliminando a necessidade de pulverizações para o controle da lagarta do milho.
- Café - o IAPAR desenvolve estudos sobre qualidade de café e de variedades que contribuem para caracterização das regiões cafeeiras, os quais servirão de base para a desmitificação da região de origem dos cafés como a do norte pioneiro. Foi realizado importante evento internacional, denominado "12º Concurso de Qualidade de Cafés do Brasil – Cup of Excellence 2011", trazendo 22 juízes degustadores e observadores provenientes de todos os continentes. Além de contribuir para a capacitação dos pesquisadores e técnicos do IAPAR e da EMATER, possibilitou demonstrar a qualidade dos cafés do Paraná para estes formadores de opinião, abrindo oportunidades de negociar cafés especiais do Estado.
- Mandioca - participação como membro junto a Câmara Setorial Nacional e Estadual da Mandioca.
- Açaí de juçara - contribuiu para o desenvolvimento da exploração sustentável de frutos de juçara para produção do açaí e de outros produtos, por meio da construção de um marco legal apropriado à atividade.
- Pupunha - publicação pelo IAPAR do folder "Palmito fresco de pupunha minimamente processada", que visa contribuir para a produção, comercialização e consumo do produto.
- Fruticultura: a) Início de estudo para a identificação da espécie do fungo (*Colletotrichum* spp) e estudo da biologia do patógeno (antracnose) com o objetivo de implementar medidas adequadas de controle dessa doença; b) No campo da biotecnologia e fitopatologia, resultados promissores para as principais doenças que afetam a citricultura, com a obtenção de plantas mais resistentes ao Cancro Cítrico (eventos stx-5 e stx-11); à CVC (eventos stx-3 e stx-12) e ao HLB (eventos stx-5 e stx-12);

c) Novos resultados com o uso de porta-enxertos para o cultivo de laranja; d) Resultados de Projeto de zoneamento climático concluído mostraram que o Paraná tem um grande potencial para expansão da viticultura para produção de sucos, vinhos e uvas finas; e) Implantação de experimento para estudo visando à definição de recomendação de adubação de pomares de abacaxi na região noroeste do Paraná; f) Início de projeto em parceria com a EMBRAPA para avaliação de cultivares de uva no Estado do Paraná e de projeto de pesquisa visando estudos para incrementar a fruticultura na Costa Oeste do Paraná.

- Algodão - herança de resistência genética a *Ramularia areola*: a) avaliadas populações da geração F2 derivadas do cruzamento entre a linhagem FMT02102996, como resistente, e a cultivar FMT 701, como suscetível; b) avaliadas as populações de retrocruzamentos (RC1F1r e RC1F1s); c) Demonstração do mecanismo de resistência genética e presença de diferentes genes de resistência a *Ramularia areola*, em dois genótipos do algodoeiro; d) Variabilidade genética entre isolados de *Colletotrichum gossypii* do algodoeiro; e) Identificação de variabilidade genética entre isolados de *Fusarium oxysporum* f. sp. *Vasinfectum*, e de métodos alternativos de controle de pragas.
- Propagação Vegetal - Produção de Sementes: a) Na safra 2010/2011 foram produzidas aproximadamente 600 toneladas de sementes genéticas e básicas das cultivares desenvolvidas pelo IAPAR; b) Interação com o setor produtivo, parcerias e transferência de tecnologia, tendo 175 contratos vigentes com 90 produtores de sementes (Paraná 46, Santa Catarina 12, Rio Grande do Sul 17, São Paulo 04, Mato Grosso 01, Mato Grosso do Sul 05, Minas Gerais 01, Goiás 03 e Paraguai 01); c) Certificação da Produção de Sementes - o IAPAR está credenciado junto ao MAPA como Certificador da Produção Própria de Sementes, emitindo regularmente os Atestados de Origem Genética e os Certificados de Sementes.

10.5.4 Ações de Pesquisa em Produção Animal

- Inclusão de torta de girassol, coproduto do biodiesel, no concentrado de vacas em lactação.
- Projeto Caprinos – a) promovidos cursos para produtores e técnicos, além de participação nas vitrines tecnológicas, em feiras e exposições; b) repassados caprinos seguindo a Programa Estadual de Caprinocultura; c) avaliação do manejo alimentar de caprinos, no inverno e verão, na Estação de Pato Branco.
- Projeto de Cruzamentos de Raças Bovinas em Paranaíba - continuidade do projeto enfatizando a caracterização dos cruzamentos quanto ao grau de acabamento de carcaça para abate.
- Divulgação na Via Rural da EXPO 2011 - Londrina, de animais originados dos projetos de avaliação de cruzamentos de Paranaíba: ½ Purunã x ½ Nelore e ½ Purunã x ½ Red Angus x Nelore.

- Divulgação de resultados com utilização de coprodutos do Biodiesel (torta de girassol e glicerina).
- Capim Milênio (*Panicum maximum*) - com adubações adequadas, tem possibilitado altas lotações e com isso intensificar a produção de carne, tendo como base o pasto.
- Projeto raça composta bovina – Purunã: o trabalho de consolidação do rebanho Purunã na Fazenda Modelo, em Ponta Grossa, encontra-se em andamento com a difusão da raça junto a pecuaristas, por meio de palestras e venda de material genético, inclusive com leilão de reprodutores.
- Fundação da Associação de Criadores de Purunã e eleição da primeira diretoria, em outubro, na cidade de Cascavel e andamento na documentação para registro da raça.
- Índices zootécnicos – os resultados obtidos nos sistemas de produção de búfalos mostraram o bom desempenho produtivo e reprodutivo da espécie bubalina na região litorânea do Paraná.
- Divulgação e difusão dos trabalhos nas formas de folderes, dias de campo, palestras, participação em seminários, orientação de graduandos em estágio e demais convênios.
- Validação de novo modelo de Assistência Técnica na Atividade Leiteira - Projeto Rede de Transferência Tecnológica desenvolvido junto a produtores de leite da COOPELER.

10.5.5 Ações de Pesquisa em Sistemas de Produção e Agroecologia

- Sistemas de Produção: a) Projeto Caracterização de Sistemas de Produção Tradicionais e Agroecológicos de erva-mate - visa a construção da identificação geográfica da produção, conta com recursos do edital MDA/SAF/MCT/SECIS/FNDCT/Ação Transversal I/CNPq e tem como parceiros a EPAGRI-SC, a EcoAraucária - Associação de Famílias de Agricultores Ecológicos, Experimentadores e Difusores em Agroecologia no bioma de floresta com araucária e o Instituto Chico Mendes; b) Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar - busca validar sistemas de produção melhorados e oferecer alternativas econômicas mais viáveis para a melhoria da qualidade de vida dos produtores. Destaque para os trabalhos com leite, principalmente na região Noroeste do Paraná.
- Agroecologia: a) desenvolvimento do plano de ação do Programa de Agroecologia; b) participação na elaboração do documento referencial para orientar ações de agroecologia no Estado; c) participação das reuniões do Sub Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento de Agroecologia do Oeste paranaense com apresentação dos projetos e plano de ação.

10.5.6 Serviços Tecnológicos

- Serviço Alerta Geada 2011 - em seu 16º ano de funcionamento, com expressivos resultados para o produtor do Estado.

- Software de monitoramento - parceria público-privada entre o IAPAR, o EMATER e a empresa LidaWeb no desenvolvimento de software de monitoramento com mais precisão de todas as propriedades integrantes das Redes de Referência para a Agricultura Familiar.

10.5.7 Publicações, Eventos, Cursos e Palestras

No exercício de 2011, o IAPAR lançou e contribuiu com diversos produtos editoriais, dentre os quais destaca-se a publicação de 06 obras que abordam temas como: nim, levantamento de solos, alternativas para cultivo de tabaco, homeopatia em agroecologia, viticultura e palmito pupunha.

Publicados mais de 160 trabalhos científicos em periódicos, congressos, eventos, com apresentação formal dos mesmos, em níveis nacional e internacional, com incentivo direto e/ou indireto do IAPAR.

Promovidos ou realizados em parceria com outras instituições, em torno de 40 eventos, entre congressos, seminários, dias de campo, reuniões técnicas e outros, com o objetivo de alcançar a missão institucional. Destaque para o Show Rural 2011 de Cascavel, VII Simpósio de Pesquisa dos Cafés do Brasil, curso de Atualização sobre a Cultura de Feijão no Paraná e o 12º Concurso de Qualidade Cafés do Brasil, em Londrina. Além da participação em 30 eventos no Brasil e Exterior.

Foram ofertados cerca de 30 cursos de capacitação a agricultores, produtores de sementes, profissionais da área, estudantes e comunidade, sendo realizadas atividades de extensão e ensino.

10.5.8 Prêmios

- Trabalhos nas áreas de agronomia, zootecnia e medicina veterinária, desenvolvidos na Estação Experimental Fazenda Modelo e Estação Experimental Ponta Grossa, do Polo de Pesquisa do IAPAR, foram premiados no III Ciclo de Atualização Agropecuária.
- O trabalho "Comportamento de genótipos de algodoeiro na presença de patógenos e nematoides, em 2010", feito em parceria entre IAC, IAPAR e outros, apresentado no VIII Congresso Brasileiro do Algodão, em setembro, foi premiado pela significativa contribuição para o avanço do conhecimento científico e para a cadeia produtiva do algodão.
- Pesquisador Marcos Traad do IAPAR recebeu título de cidadão honorário de Curitiba, em sessão solene na Câmara Municipal.
- Destaque em reportagem do caderno Caminhos do Campo; e para a pesquisa desenvolvida no uso de fungos para combate aos nematoides, no programa Negócios da Terra, veiculado na Rede Massa.

10.5.9 Visitas Recebidas

- Recebidas na Sede do IAPAR em Londrina, aproximadamente 1.700 pessoas, em quase 60 visitas, incluindo a participação de escolas particulares, municipais, estaduais, técnicas e especiais, universidades e entidades filantrópicas, além de 200 visitantes de Grupos Técnicos Internacionais e diversos membros da sociedade.
- Promovidas 11 visitas, entre parceiros, comunidade, grupos técnicos nacionais e internacionais, nos Polos de Pesquisa e nas Estações Experimentais.

10.5.10 Outras Ações Institucionais

- Plano Diretor do IAPAR 2011-2014 – elaborado pelos diretores juntamente com os assessores da Presidência, discutindo a nova missão, os valores, a visão institucional, os objetivos e as ações estratégicas, visando a elaboração das Agendas Estratégicas das respectivas Diretorias.
- Agendas Estratégicas dos Programas - com base na nova missão, visão e objetivos estratégicos, de maio a outubro, foram elaboradas as Agendas Estratégicas dos 14 programas do Instituto. O desenvolvimento e aprimoramento da metodologia de desenvolvimento do documento, foi responsabilidade da Diretoria de Inovação e Transferência Tecnológica (DIT) e do Grupo de Planejamento Institucional (GPI).
- Parceria entre IAPAR e Associação das Indústrias de Mandioca do Paraná (ATIMOP).
- Comitê Técnico Científico (CTC) - empossados os novos integrantes eleitos pelos servidores, que tem como objetivo prestar assessoramento aos diretores nos aspectos ligados às diretrizes de pesquisa da instituição.
- Programa de Iniciação Científica (ProIC) do IAPAR 2011/2012 - 91 bolsas de iniciação científica, oriundos das universidades (UEL, UEPG, UTFPR, UNIFIL, UENP e SESCAG), sob a orientação de 41 pesquisadores do Instituto.
- Realizado encontro, em Londrina, pela Direção do IAPAR, SEAB e Instituto Publix, para discutir a construção de modelos de gestão coerentes e capazes de integrar processos complexos com transparência à sociedade.
- Estação Experimental de Pato Branco - entregou 56 reprodutores de caprinos para colégios agrícolas, prefeituras, associações de produtores, Casas Familiares Rurais e diretamente para criadores cadastrados e treinados pelo EMATER. A ação é parte do Programa de Apoio à Estruturação das Cadeias Produtivas de Caprinos e Ovinos do Paraná.
- Observatório Internacional de Soberania Alimentar e Agroecologia (OSALA) – o IAPAR passou a integrar o Observatório, tendo como papel ser membro facilitador no Brasil.
- Ações de articulação institucional com CONSEPA, FUNDETEC, Itaipu, COPEL, Conselhos de Desenvolvimento Regionais, FEBRAPDP, prefeituras, IES, entre outras.

- Firmado protocolo de intenções de projeto objetivando transformar a região do Arenito em áreas de produção sustentável e geradoras de renda e emprego.
- Técnicos africanos visitam propriedades das Redes de Referências - pesquisadores do IAPAR participaram da comissão que recebeu 25 técnicos de nove países da África – Gana, Tanzânia, Quênia, Zâmbia, Moçambique, Malawi, Mali, Mauritânia e Lesotho.
- Pesquisador do IAPAR Gonçalo Signorelli de Farias, é eleito presidente da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS) para o biênio 2011-2013 - o pesquisador, do Polo de Pesquisas do IAPAR de Curitiba, foi indicado pelo Conselho Diretor da Sociedade, teve seu nome referendado durante o XXXIII Congresso Brasileiro de Ciência do Solo, em Uberlândia (MG), fato que evidencia o reconhecimento da comunidade científica brasileira, sendo referência nacional e internacional em manejo, conservação e recuperação de solos.
- Avaliação Estadual de Cultivares de Milho safra 2010-2011 – publicação disponibilizada aos profissionais da assistência técnica e produtores, pelo IAPAR e pela a Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Agronegócio (FAPEAGRO).
- Participação no Consórcio Internacional de Brusone do Trigo, envolvendo 18 entidades sediadas nos EUA, México, Japão, Alemanha, Paraguai, Bolívia, Argentina, Uruguai, França, Holanda, Reino Unido e Brasil.
- Estação Experimental do IAPAR, na Lapa - recebido certificado do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) que reconhece e atesta a qualidade da produção orgânica de leite de búfala na propriedade. Além da implantação e manutenção de um pomar modelo de fruteiras de clima temperado e subtropical na Estação.
- Parcerias e Convênios - manutenção da parceria com a Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa Agropecuária envolvendo pessoal, material e transferência de tecnologias; manutenção do convênio com a Cooperativa Union Curupaity Ltda, de Santa Rita no Paraguai, para multiplicação e comercialização das cultivares IPR 85, IPR 130, IPR 136, IPR 144 e IPR Catuara TM; discussão de parcerias com a EMBRAPA em pesquisa e difusão de tecnologias, objetivando estimular a pecuária leiteira como alternativa para impulsionar o desenvolvimento do Norte Pioneiro, além de cooperação nas áreas de pesquisa e transferência de tecnologia da cultura do feijão.
- Viagem técnica na região Centro Sul para conhecer os problemas e prospectar demandas em fruticultura em municípios da região.
- Reuniões com servidores com o objetivo de apresentar as diretrizes do novo Governo.
- O IAPAR passou a fazer parte do Fórum de Desenvolvimento do Agronegócio Paranaense; e foi convidado para missão técnica pelo Quênia.

10.6 Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. (CEASA/PR)

Destinada a orientar e disciplinar a distribuição e colocação de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, diretamente a varejistas e ou consumidores, além de efetuar a compra, a venda, transporte e abastecimento de gêneros alimentícios, exclusivamente quando compete a participação em programas sociais em sintonia com a política governamental.

Além das recuperações, adequações de áreas e demais investimentos nas unidades no valor estimado de R\$ 115,0 mil, foram realizadas as atividades descritas a seguir.

10.6.1 Comercialização

Conforme demonstrativo, os dados de volume (tonelada) e valor (em R\$ mil) da comercialização da CEASA, em 2011, foram.

TABELA - VOLUME E VALOR DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS NAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO

	CURITIBA		MARINGÁ		FOZ		LONDRINA		CASCAVEL		TOTAL PARANÁ	
	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)	Volume (t)	Valor (R\$ 1.000)
Janeiro	56.193,4	63.814,9	8.541,1	12.548,8	5.361,6	6.053,6	12.417,4	17.642,5	4.730,9	6.802,9	87.244,4	106.862,7
Fevereiro	57.410,9	71.516,2	8.657,0	11.688,0	5.437,0	6.414,4	12.655,7	19.951,4	4.636,8	7.233,1	88.797,4	116.803,1
Março	57.217,0	74.417,8	8.889,6	12.275,9	6.293,4	7.965,1	11.864,6	20.009,0	5.119,4	7.976,8	89.384,0	122.644,6
Abril	54.365,9	72.521,2	8.836,6	13.168,6	5.264,7	7.182,6	10.881,0	17.896,6	4.525,2	7.693,8	83.873,4	118.462,8
Mai	53.218,3	70.493,9	8.842,8	14.615,9	4.295,6	5.835,7	11.492,8	18.529,3	4.266,1	7.311,2	82.115,6	116.786,0
Junho	51.796,4	64.846,5	8.377,0	14.099,9	3.649,4	4.898,5	10.550,8	16.349,6	4.026,6	6.829,2	78.400,2	107.023,7
Julho	53.369,2	67.148,9	8.565,7	13.951,7	4.173,7	5.737,7	11.480,4	16.686,7	4.164,2	7.091,1	81.753,2	110.616,1
Agosto	58.212,6	76.974,8	9.888,2	14.623,2	4.988,9	7.117,6	13.831,0	21.391,7	7.899,5	8.400,3	94.820,2	128.507,6
Setembro	57.174,2	72.791,1	9.916,6	14.175,7	5.835,6	8.002,9	12.269,8	17.518,9	5.039,8	8.808,9	90.236,0	121.297,5
Outubro	63.689,1	78.449,2	10.271,8	15.308,4	7.398,5	10.944,8	12.454,0	16.439,8	5.231,2	8.886,1	99.044,6	130.028,3
VALORES ESTIMADOS												
Novembro	63.700,0	79.000,0	10.000,0	15.500,0	7.400,0	11.000,0	13.500,0	17.950,0	5.600,0	9.520,0	100.200,0	132.970,0
Dezembro	64.000,0	80.100,0	10.300,0	15.600,0	7.500,0	11.500,0	13.600,0	18.090,0	5.700,0	9.700,0	101.100,0	134.990,0
TOTAL	690.347,0	872.074,5	111.086,4	167.556,1	67.598,4	92.652,9	146.997,5	218.455,5	60.939,7	96.253,4	1.076.969,0	1.446.992,4
Média/Mês	57.528,9	72.672,9	9.257,2	13.963,0	5.633,2	7.721,1	12.249,8	18.204,6	5.078,3	8.021,1	89.747,4	120.582,7

FONTE: DITEC (Estimativa)

TABELA - MOVIMENTAÇÃO DE HORTIGRANJEIROS EM VOLUME E VALOR POR CENTRAL DE ABASTECIMENTO

UNIDADE	TONELADAS	R\$ (mil)
Curitiba	690.347,0	872.074,5
Maringá	111.086,4	167.556,1
Foz do Iguaçu	67.598,4	92.652,9
Londrina	146.997,5	218.455,5
Cascavel	60.939,7	96.253,4
TOTAL	1.076.969,0	1.446.992,4

FONTE: DITEC (Estimativa)

10.6.2 Abastecimento Social – Armazém da Família e Mercado Popular

O programa Armazém da Família sofreu interrupção em seu funcionamento até julho, em razão de reestruturação. A partir de agosto, voltou a funcionar incorporando modificações. Para o ano de 2012 está prevista a ampliação da ação para cinco novos municípios e o foco da ação será o atendimento a famílias em risco nutricional e alimentar.

TABELA - VOLUME E VALOR DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS POR UNIDADE DE ARMAZÉM DA FAMÍLIA – DESEMPENHO POR MUNICÍPIO

ITEM	MUNICÍPIOS	VOLUME (t)	VALOR (R\$ mil)	ATENDIMENTO
01	Guaraqueçaba	128	230	4.485
02	Tagaçaba	-	-	-
03	Superagui	-	-	-
04	Cerro Azul	80	106	10.573
TOTAL		208	377	15.058

FONTE: DIVAS

10.6.3 Banco de Alimentos

A proposta do programa é diminuir o desperdício de hortigranjeiros na cadeia produtiva, contribuir com a alimentação de populações carentes atendidas pelas entidades sociais, e iniciar ações de segurança alimentar e nutricional, na perspectiva de que toda pessoa tem o direito a alimentação saudável.

TABELA - VOLUME E VALOR DOS PRODUTOS DOADOS POR UNIDADE DE BANCO DE ALIMENTOS

MUNICÍPIOS	VOLUME (t)	VALOR (R\$ mil)	ENTIDADES	PESSOAS
Curitiba	2.804	3.352	92	19000
Casavel	1.708	1.826	145	42.227
Foz do Iguaçu	559	598	74	16.500
Londrina	1.112	1.190	54	12.500
Maringá	1.059	1.133	58	26.335
TOTAL	7.242	8.099	-	-

FONTE: DIVAS

10.7 Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR)

Atende as demandas da sociedade, em especial a do agronegócio paranaense, tendo como mote proporcionar a incorporação de ganhos ao produtor rural e na outra extremidade, apoiar a política estadual e federal em prol da segurança alimentar com vistas à proteção do consumidor, colocando a disposição a prestação de serviços de classificação produtos de origem vegetal por ocasião da sua comercialização, internalização e exportação.

Com 53 anos de atuação, a CLASPAR contribui para a edição de normas de padronização e classificação de produtos, em especial para a agricultura familiar com vistas à composição da merenda escolar; auxilia as demais entidades governamentais para coibição de fraudes nas

compras e vendas de estoques públicos de produtos agrícolas; com a capilaridade que possui em todo território paranaense, auxilia o produtor por ocasião da comercialização de sua produção evitando deságios indevidos; executa o controle de qualidade dos *commodities* soja, milho e farelo de soja destinados à exportação, mantendo-se as exigências dos padrões de classificação contratados no momento que os produtos são ingressados no Corredor de Exportação para formação dos lotes; em apoio ao MAPA, presta serviços auxiliares da classificação e de apoio laboratorial para que produtos padronizados sejam desembaraçados nos processos de importações; com três unidades laboratoriais é referência na execução dos serviços de análises de sementes ao produtor e como apoio às políticas de defesa sanitária vegetal no Estado do Paraná; e executa análises bromatológicas em produtos cuja classificação exigem quesitos físico-químicos.

Atividades realizadas quantificadas:

- Serviço arbitral da classificação de produtos agrícolas - 3.118.374 toneladas.
- Serviços de controle de qualidade com a classificação dos produtos na formação de lotes destinados à exportação pelo Porto de Paranaguá - 230.632 toneladas.
- Inspeção de embarques em navios - exportação - 792.424 toneladas.
- Classificação de produtos para mercado interno - 1.377.035 toneladas.
- Serviço auxiliar da classificação e apoio laboratorial – MAPA - 1.974.965 toneladas.
- Serviços de classificação de produtos - 20.493.430 toneladas.
- Serviços de análises laboratoriais bromatológicas - 7.985 amostras.
- Serviços de análises de sementes - 4.564 amostras.
- Serviço de amostragem para o MAPA – verificação das condições fitossanitárias dos produtos importados - 24.257 amostragens.
- Auditoria de processo de classificação – creditação de empresas privadas de classificação de produtos – atividade implantada no último quadrimestre tendo sido realizadas 19.546 operações.

10.8 Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR)

Atua na armazenagem de produtos diversos, sendo que em 2011, recebeu, processou e armazenou cerca de 200 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e congelados.

Por meio de suas 13 Unidades Armazenadoras, localizadas em diversos pontos do Estado, tem contribuído no beneficiamento (limpeza e secagem) e armazenamento da produção, possibilitando aguardar o melhor momento para a comercialização ou industrialização, agregando valor ao produto, especialmente aos pequenos produtores e a agricultura familiar.

O armazém frigorificado de Palmas, tem função estratégica para o desenvolvimento da fruticultura, especialmente da maçã, que face sua característica de fácil perecibilidade e elevada agregação de valor na entressafra, depende de condições adequadas de armazenamento para sua melhor comercialização.

O armazém frigorificado de Guarapuava, adaptado para operar com produtos congelados, tem sido estratégico especialmente para as empresas exportadoras localizadas no Oeste do Estado, bem como para a conservação de batatas semente dos produtores regionais.

A Unidade Armazenadora de Pinhais, atende ao Programa de Distribuição de Merenda e suprimentos escolares, armazenando alimentos da merenda escolar, móveis e livros escolares, destinados aos 399 municípios paranaenses, beneficiando mais de 1.330.000 alunos em 2.139 escolas públicas.

Administra também o Porto Seco de Cascavel e o entrepostamento de mercadorias, reinaugurado em novembro. Em 2011, a CODAPAR implementou investimentos de recuperação e ampliação da estrutura física de R\$ 4,2 milhões. O terminal é o único Porto Seco do Estado com entroncamento multimodal, rodoviário e ferroviário, e com a possibilidade de realização de movimentação, armazenamento, transbordo e entrepostamento de grãos que possibilita um maior dinamismo a região Oeste do Estado.

A companhia apresentou uma proposta, em parceria com a FERROESTE, da criação de um novo modelo logístico de exportação do agronegócio estadual, gerenciando e vinculando instituições públicas e privadas dos setores portuário, de armazenagem e transporte, interligando e interiorizando serviços ao longo dos corredores, em prol do aumento da eficiência logística e consequente redução de custos em todos os elos desse complexo sistema: a) Corredor Oeste: unidades armazenadoras de Cascavel (Porto Seco), Guarapuava, Curitiba e Araucária, inicia-se no modal ferroviário operado pela FERROESTE, a partir de Cascavel até a Unidade da CODAPAR em Guarapuava, por meio de parceria com as cooperativas de transporte até o Porto em Paranaguá. Esse corredor é o principal canal de escoamento dessas regiões produtoras e das safras agrícolas dos países vizinhos, possibilitando o escoamento nos modais ferroviário e rodoviário. Esta etapa se caracteriza como um projeto piloto e está em fase de preparação para abertura de processo licitatório com investimentos previstos de R\$ 3,7 milhões; b) Corredor Norte: unidades armazenadoras de Maringá, Ponta Grossa, Curitiba e Araucária, com escoamento das safras no modal rodo ferroviário, pela rodovia BR-376/277 e ferrovia operada pela América Latina Logística (ALL); c) Corredor Leste: Junção dos corredores de exportação norte e oeste, que têm seu principal canal de saída o Porto de Paranaguá, por meio de um sistema de armazenagem e expedição, coração desse sistema logístico de exportação, que é composto por um silo vertical "Pilão", com capacidade estática de 100 mil toneladas, 04 armazéns horizontais para 60 mil toneladas, 06 "chip loaders" em 03 berços de atracação e 07 terminais privados para 825 mil toneladas.

Na área de Engenharia Rural, atuou no apoio às ações emergenciais aos municípios do litoral atingidos pelas fortes chuvas de março, que causaram inúmeros danos materiais e vitimas fatais. Nos municípios de Paranaguá e Morretes foram realizados trabalhos de abertura de vias de acesso com retirada de entulhos e entraves diversos, construção de pontes molhadas (locais para travessias de córregos nos próprios leitos sobre pedras estruturadas), nas aberturas de valas, drenagens, colocações de tubos, aprofundamento de leito nos córregos, readequação de estradas, buscando restabelecer as condições mínimas de acesso e fornecimento de bens de consumo, especialmente de água potável.

Além disso, cabe destacar as seguintes ações:

- Atendimento emergencial ao município de Guaratuba para implantação de uma célula provisória para recebimento do lixo, até que se viabilizasse recursos para implantação do aterro sanitário definitivo.
- Iniciadas as obras de instalação do lote 2 do aterro sanitário de Guaratuba, com área total de 21.590 m².
- Readequação de 13,33 km de estrada rural no município de Roncador. Contrato com a SEAB para o trecho denominado Gleba 48 (São Domingos) à PR-239.
- Apoio a diversas prefeituras com trabalhos de melhoria de estradas rurais, terraplenagem, etc.
- Elaboração de projetos de readequação de estradas rurais nos municípios de Corbélia, Assis Chateaubriand, Diamante do Oeste, Boa Esperança e Piraquara, totalizando 104,00 km; bem como de cerca de 20 km de estradas dentro dos Parques Estaduais do Monge na Lapa e das Lauráceas em Adrianópolis.
- Estruturação do Programa Estadual de Trafegabilidade, em conjunto com o Sistema Estadual de Agricultura e a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, em atendimento ao Plano de Governo. Para tanto, foram demandadas discussões com diversas instâncias do Governo, Associação dos Municípios do Paraná e visita a CODASP em São Paulo para conhecer experiências em trabalhos similares.

10.9 Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA)

10.9.1 Coordenação de Produção e Bem-Estar Animal

- Produção Ecológica de Leite – 09 visitas e 14 eventos, entre palestras, reuniões e oficinas (Sistemas Silvopastoris, Homeopatia, Certificação Orgânica e Rede de Pesquisa em Leite), com 324 pessoas capacitadas.

10.9.2 Coordenação de Recursos Naturais e Produção Vegetal Integrada

- Olericultura orgânica, plantas Medicinais, Aromáticas e Condimentares – 03 visitas e um minicurso em Produção de Sementes Olerícolas, com 116 pessoas capacitadas.
- Fruticultura Orgânica e Agricultura Geral – 06 visitas e 02 Oficinas de Podas, com 199 pessoas capacitadas.
- Bio construções e Educação Ambiental – 04 visitas, 05 Oficinas de Uso Sustentável do Bambu, 07 aulas práticas de educação ambiental, Oficina Aquecedor Solar e Pintura Ecológica e ação voluntária de plantio de árvores, com um total de 381 pessoas capacitadas.
- Manejo de Dejetos e Outras Áreas – 06 visitas, 04 Oficinas de Agricultura Biodinâmica e uma palestra, com 226 pessoas capacitadas.

10.9.3 Coordenação de Operações e Difusão

- Realizados 06 cursos de Meliponídeos, 05 capacitações em operação de tratores agrícolas e 07 eventos do sistema SEAGRI, com 137 pessoas capacitadas.

10.9.4 Relações Interinstitucionais

- Formulação de uma proposta de reestruturação do CPRA, após a análise de seu funcionamento.
- Publicação de duas cartilhas “Pastoreio Racional Voisin” e “Estufa Ecológica - Uso do Bambu em Bio construções”.
- Participação em Conselhos, Câmaras e Grupos de Trabalho que buscam o desenvolvimento da agroecologia.

10.10 Ações Especiais

10.10.1 Programa Leite das Crianças (PLC)

Executado pelas Secretarias de Estado: da Agricultura e do Abastecimento, do Planejamento e Coordenação Geral, da Educação, da Saúde e do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, sendo coordenado pela SEAB, contando com o apoio estratégico de suas vinculadas: IPARDES, CEASA e EMATER. O Programa tem por objetivo a redução da desnutrição infantil de crianças de 6 a 36 meses de idade, gestantes e nutrízes, por meio da distribuição diária de um litro de leite pasteurizado, no mínimo, com 3% de gordura e enriquecido com ferro quelato e vitaminas “A” e “D”.

No eixo da agro industrialização do setor leiteiro, tem a finalidade de estimular, mediante a compra do leite, essa cadeia produtiva, apoiando os arranjos produtivos locais e regionais e a melhoria da qualidade do leite produzido, mantendo preços condizentes aos produtores e, com isso, ajudando a manter e fixar a população no meio rural.

Durante o ano de 2011, foram atendidas 239.356 crianças, cadastradas pelos 411 Conselhos Gestores Municipais, organizados e assessorados pela SETS, o quais envolvem mais de 2.350 entidades da sociedade civil organizada.

Por meio de editais de credenciamento de usinas, foram adquiridos 52.913.708 litros de leite, com investimentos de R\$ 69,6 milhões. Para o enriquecimento do leite foram adquiridos 1.275 kg de Premix (ferro+vitaminas A e D), ao custo de R\$ 248,6 mil. Portanto, os investimentos com leite enriquecido totalizam R\$ 69,8 milhões.

Desde seu lançamento, o Programa adquiriu 431.109.778 litros de leite, a um custo de R\$ 469,3 milhões; 16.462kg de Premix, a um custo de R\$ 3,0 milhões, totalizando investimentos na ordem de R\$ 472,3 milhões; tendo beneficiado 1.347.739 crianças, com atendimento, em média, de 148.000 crianças, todos os dias.

O custo médio por litro de leite adquirido no ano foi de R\$ 1,32 e desde o início do Programa o custo médio foi de R\$ 1,09 por litro.

A estrutura do Programa, por meio da SEED, adquiriu 2.500 refrigeradores instalados nas escolas da rede estadual de ensino e mais de 7.150 caixas térmicas utilizadas na redistribuição do leite no interior dos municípios. O Programa envolve, na distribuição do leite, mais de 1.350 estabelecimentos estaduais de ensino e mais de 830 outros locais de redistribuição, como: escolas municipais, igrejas, associações, CRAS, etc., contando com o envolvimento direto e indireto de pelo menos 2.650 servidores públicos estaduais e municipais.

Sob a orientação da SESA, realizou o acompanhamento nutricional das crianças, envolvendo as Unidades Básicas de Saúde Municipais (UBSs), sendo que, no primeiro semestre, 91% das crianças avaliadas estavam com o estado nutricional adequados para a idade, 1,59% apresentavam baixo peso, 0,55% muito baixo peso e 6,85% peso elevado em relação ao adequado para a idade.

Nota-se, nos controles do Programa, que a qualidade do leite pasteurizado, melhorou, sendo esta, também, uma grande contribuição do Governo ao setor leiteiro, que possui relevante importância socioeconômica no Estado.

Em relação ao controle da qualidade do leite dos produtores, a SEAB possibilitou a realização de mais de 4.732.996 análises no laboratório da Rede Brasileira de Qualidade do Leite (RBQL), em convênio direto com a Associação Paranaense de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa (APCBRH), em parceria com a UFPR.

A partir dos resultados dos laudos, as usinas, a SEAB, o EMATER e as prefeituras, além do SENAR, SENAI e do SESCOOP, realizam orientações às usinas e aos produtores. Assim, o leite produzido apresenta padrões 37% melhores que aquele produzido antes da existência do Programa, podendo ser comparado com o leite produzido em países, tradicionalmente, produtores de leite, ou seja: gordura = 3,7%; proteína = 3,2%; extrato seco total = 12,4%; contagem de células somáticas = 321.000 cs/ml; contagem bacteriana total = 125.000 bac/ml.

O PLC exige que o leite seja classificado por qualidade e com preço diferenciado, assim, um produtor que entregou, no ano, o leite com a melhor qualidade, para a usina, vem recebendo, em média, R\$ 0,82 por litro, ou seja, 20% a mais que o leite de menor qualidade.

O Programa cumpre na plenitude seus objetivos de diminuir a desnutrição e mortalidade infantil, bem como de contribuir para a melhoria da pecuária leiteira paranaense, estimulando a melhoria da qualidade, a agro industrialização regionalizada e permitindo que os produtores permaneçam em suas localidades.

10.10.2 Programa Leite Paraná (PLP)

Tem por objetivo combater a desnutrição infantil e auxiliar o tratamento médico do público alvo, mediante o fornecimento de leite pasteurizado às 2.114 escolas da rede pública estadual, dentro da merenda escolar; aos internados em tratamento médico nos 27 hospitais

públicos da SESA; aos menores internos dos 21 Centros de Socioeducação (CENSEs) e à população carcerária em tratamento médico das 22 unidades da SEJU. Prioriza também a cadeia produtiva leiteira do Estado, com aquisição de matéria prima (leite) exclusivamente de produtores paranaenses fornecedores das Usinas de Leite credenciadas em todas as regiões (68 usinas), em especial agricultores familiares, estimulando assim a organização e a qualificação do segmento agroindustrial leiteiro, levando em consideração as bacias leiteiras locais e regionais. A partir de julho, foram celebrados novos contratos com 66 empresas credenciadas em todo o Estado.

A SEED, por determinação do MEC, elaborou Edital próprio, uma vez que o recurso para a aquisição do leite (merenda escolar) era federal.

Fazem parte do Programa a SEDS, a SEJU e a SESA, tendo sido beneficiados 110.000 alunos, com 447.358 litros de leite, no valor de R\$ 517,0 mil.

10.10.3 Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CEDRAF)

Composto por 36 instituições públicas e da sociedade civil que se relacionam com a Agricultura Familiar e o Desenvolvimento Rural, o CEDRAF aprovou aproximadamente R\$ 5,0 milhões em projetos do Programa de Infraestrutura (PROINF) aplicados nos Territórios Rurais e credenciou 11 entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural totalizando 21 entidades aptas a executarem os serviços.

Foram realizadas seis reuniões ordinárias e uma extraordinária, além das reuniões das Câmaras Setoriais e Técnicas.

Em 2011, foram criadas quatro Câmaras: Câmara Setorial de Agroecologia, Câmara Setorial de Mulheres da Agricultura Familiar, Câmara Setorial da Juventude Rural e Câmara Técnica da Meliponicultura. As Câmaras Setoriais de Sericicultura, Erva Mate, Ovinos e Caprinos e as Câmaras Técnicas de Credenciamento de ATER, do PRONAT/PROINF e do Crédito Fundiário já existiam em 2010.

10.10.4 Programa de Gestão Ambiental Integrada em Microbacias Hidrográficas (PGAIM)

O Programa buscava a melhoria da gestão ambiental de solos, água e biodiversidade em todo o Estado. Em grande parte, suas ações foram uma continuação do exercício de 2010, com a execução de convênios e com ações de mobilização popular, incluindo elaboração de diagnósticos participativos da situação ambiental, educação ambiental de adultos e de crianças, por meio da Agenda 21 Escolar e capacitação técnica, desenvolvidos em todos os municípios participantes.

No entanto, frente às propostas contidas nas Metas de Governo 2011-2014, o Programa foi reformulado, com modificações na forma de atuação, ampliação no número de microbacias atingidas e o fortalecimento de relacionamentos institucionais. Dois projetos foram preparados, um para o Banco Mundial, incluído em empréstimo multissetorial com assinatura prevista para 2012, e outro em parceria com a COPEL, para atuação nos municípios lindeiros a suas represas, com valores de R\$ 105,0 milhões e R\$ 4,0 milhões, respectivamente, projetos esses que deverão garantir a atuação do Estado na área nos próximos quatro anos.

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior



11 Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI)

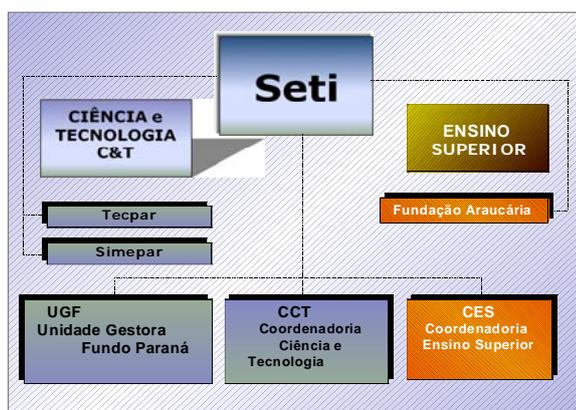
A SETI tem a missão de definir, coordenar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Sua estrutura é composta por Coordenadorias, Assessorias, Grupos Setoriais e Setores, e ainda conta com os seguintes órgãos e entidades a ela vinculados:

- Instituições de Ensino Superior (IEES) - compostas por sete Universidades Estaduais, com atividade de ensino presencial em 38 municípios.
- Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) - empresa pública dedicada à pesquisa, desenvolvimento e produção de bioenergia, imunobiológicos, antígenos e química fina, além de prestação de serviços tecnológicos.
- Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - Organização Privada de Interesse Público, destinada ao apoio à pesquisa.
- Instituto Tecnológico SIMEPAR – cuja natureza jurídica está sendo alterada para Serviço Social Autônomo, por meio de projeto de lei em tramitação, tem por finalidade prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceder, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional.

Dentre as Unidades da Administração Direta, além dos Grupos Setoriais, cabe destacar: Coordenadoria de Ciência e Tecnologia (CCT); Coordenadoria de Ensino Superior (CES); Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF); Assessoria de Planejamento de Ensino Superior (APES); Assessoria de Projetos Estratégicos do Gabinete (APEG), esta última, responsável por coordenar o Programa Universidade Sem Fronteiras e outros projetos estratégicos da Secretaria.

A figura a seguir demonstra resumidamente o Sistema SETI:



A SETI integra também mais de 60 conselhos estaduais, assim como participa de diversos fóruns, colegiados e câmaras técnicas, mediante atuação de membros titulares e suplentes no

campo da Educação Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, além de colaborar com outros órgãos dos setores público e privado.

O Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, presidido pelo Governador do Estado, é responsável pela definição das áreas prioritárias, a serem apoiadas com recurso do Fundo Paraná. Para atuar em consonância com as metas de Governo, foram definidas pelo CCT as seguintes áreas estratégicas:

- Ciências Biológicas e Biotecnologias (agrícola, avícola, florestal, saúde).
- Indústria Alimentar.
- Energias Renováveis.
- Metalomecânica.
- Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Ciências e Tecnologias Ambientais.
- Polos, Parques Tecnológicos e outros habitats de inovação.
- Ciências e Tecnologias Agrárias.
- Mobilidade
- Fortalecimentos dos ativos portadores de desenvolvimento tecnológico.
- Melhoria do Ensino Superior.

O Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP), criado em 2011, composto pelo Secretário desta Pasta e pelos reitores das Universidades, reúne-se mensalmente para discussão de assuntos de interesse comum entre a SETI, as IEES e demais órgãos e entidades relacionadas ao ensino superior, ciência, tecnologia e inovação.

A ciência, tecnologia e inovação estão intrinsecamente ligados ao ensino superior e têm experimentado avanços consideráveis nos últimos anos. Para se adequar às necessidades atuais, a SETI, após ampla discussão com a comunidade envolvida, elaborou projeto de Lei de Inovação, em trâmite na Assembleia Legislativa. A aprovação desta lei representa avanço considerável para o nosso Estado.

11.1 Sistema Estadual de Ensino Superior

Ao longo dos últimos trinta anos, a Educação Superior - competência do governo federal - tem recebido especial atenção do Governo do Estado do Paraná, o que resultou na significativa expansão da oferta deste grau de ensino público. Nesse mesmo período, impulsionado em parte pela ausência de vagas públicas, iniciou-se o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior no Estado que, em 2009, já representavam mais de 89,41% do total da oferta, repetindo fenômeno que ocorre no Brasil como um todo, conforme demonstram os dados da Tabela 1. Ressalta-se que no Estado do Paraná, das 19 instituições públicas de ensino superior, 13 eram mantidas pelo Governo do Estado.

TABELA 1 - NÚMERO E PERCENTUAL DE INSTITUIÇÕES, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA
BRASIL, REGIÃO SUL E ESTADO DO PARANÁ - 2009

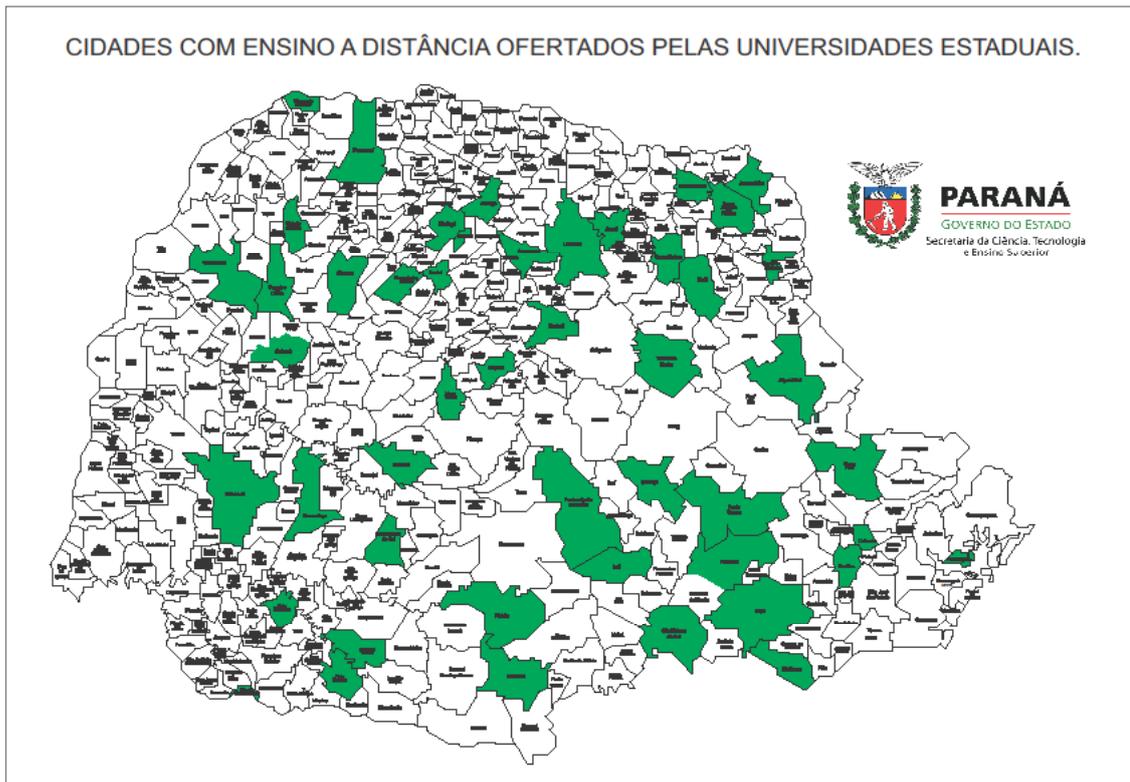
	INSTITUIÇÕES	NÚMERO	%
Brasil	Pública	245	10,59
	Privada	2.069	89,41
	Total	2.314	100,0
Região Sul	Pública	39	10
	Privada	347	90
	Total	386	100,0
Paraná	Pública	19*	10
	Privada	164	90
	Total	183	100

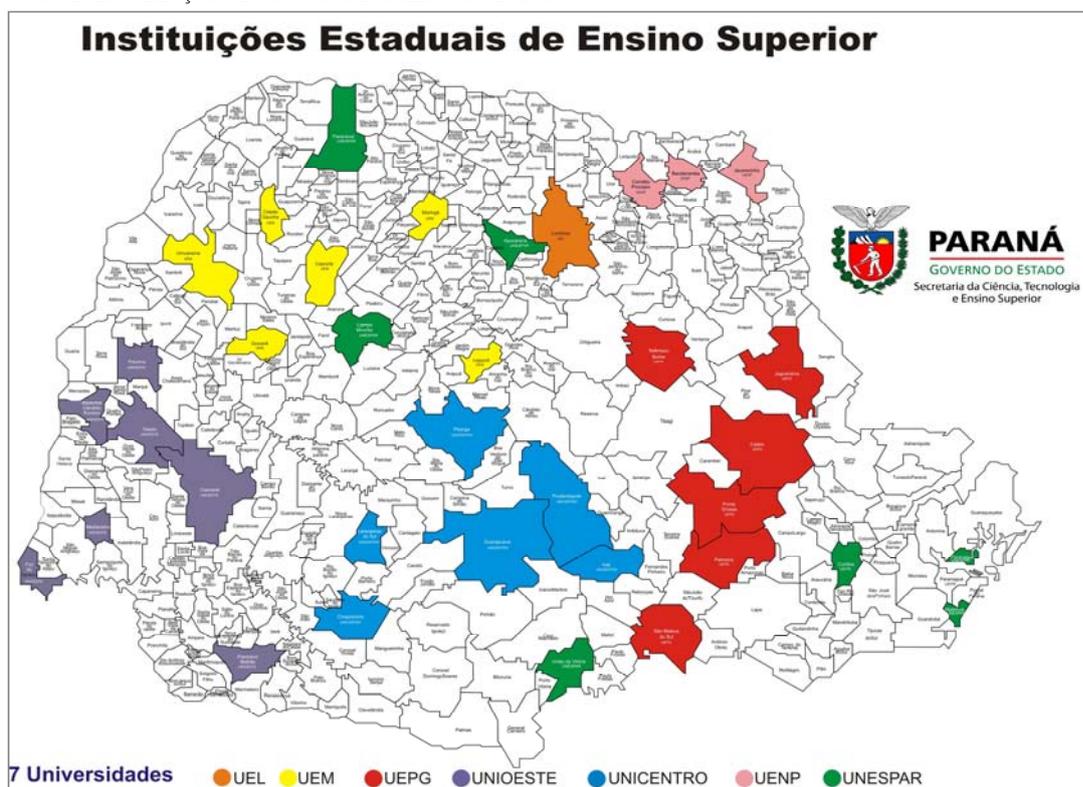
*13 Estaduais

FONTE: Deaes/INEP/MEC - 2009

Conforme mostrado no Mapa 1, o ensino superior presencial mantido pelo Estado espalha-se por 38 municípios, com abrangência em todas as regiões. Para efeito de comparação, o Mapa 2 indica a localização geográfica das instituições federais de ensino superior instaladas no Paraná.

MAPA 1 - ABRANGÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ





Apresenta-se a seguir os dados relativos ao Sistema Estadual de Ensino Superior:

DISCRIMINAÇÃO	Nº
Cursos de Graduação	285
Cursos de Especialização	302
Cursos de Mestrado	105
Cursos de Doutorado	45
Número de Alunos:	123.580
Número de Docentes - 85% com Mestrado e Doutorado	7.000
Número de Agentes Universitários	9.370

• Estrutura Organizacional resumida do Sistema Estadual:

DISCRIMINAÇÃO	Nº
Campus Universitários	30
Polos de Ensino à Distância, em 49 municípios (ver mapa)	83
Colégios de Aplicação Pedagógica	03
Hospitais Universitários	03
Hospitais Veterinários	06
Escritórios de Aplicação Jurídica	02
Centros Odontológicos	05
Clínica de Fisioterapia	01
Laboratórios de Análises Clínicas	04

Os três Hospitais Universitários existentes têm dupla função, uma acadêmica, como hospitais escola e, outra, como importantes polos de atendimento regional à saúde do Estado.

Conforme demonstrado, o Paraná tem uma ampla estrutura de ensino superior mantida pelo Estado. A meta da SETI, em termos gerais, é consolidar a estrutura existente, buscando meios para o alcance da excelência dos cursos e programas institucionais. Além disso, as Universidades Estaduais são importantes locais de produção de conhecimento científico e inovação tecnológica, sendo outra meta disseminar essa produção, ampliando parcerias e atraindo investimentos de diferentes órgãos de financiamento. Assim, pretende-se cumprir o previsto nas Metas do Governo, ou seja, o desenvolvimento do Estado com a finalidade de melhoria na qualidade de vida das pessoas. As universidades estão habilitadas e têm a responsabilidade de fomentar as diretrizes, metas e estratégias para impulsionar o desenvolvimento. Para manutenção do sistema em 2011 o Governo despendeu em torno de R\$ 1,5 bilhão.

11.2 Realizações

Ao iniciar a nova gestão, foram encontradas dificuldades importantes de ordem financeira, orçamentária, administrativa e político pedagógica, tais como, despesas efetivadas e não previstas em orçamento, previsões orçamentárias insuficientes para a condução das atividades-fim da Secretaria; criação de campus universitários sem a devida previsão orçamentária e financeira; reduzido número de servidores efetivos; número excessivamente alto de bolsistas não vinculados a projetos, entre outros, conforme exemplos a seguir:

- Falta de repasse na época oportuna (até 31/12/2010), no valor de R\$ 104,6 milhões (Fundo Paraná = R\$ 43,2 milhões; Fundação Araucária = R\$ 32,3 milhões; TECPAR = R\$ 10,4 milhões; manutenção das IESS = R\$ 18,7 milhões).
- Restos a pagar no valor de R\$ 2,0 milhões e despesas de exercícios anteriores na SETI e na UEM, referentes à água, luz, telefonia e informática, de cerca de R\$ 3,0 milhões.
- Orçamento de 2010 aprovado de forma deficitária.
- Criação de vários campus universitários sem os devidos trâmites legais e sem previsão de impacto orçamentário-financeiro.
- Irregularidades na alteração da sede da UNESPAR, de Jacarezinho para Curitiba, e locação desnecessária de imóvel para a mesma.
- Comprometimento dos recursos do Fundo Paraná em 2010, para ações a serem realizadas em 2011.
- Execução dos recursos do Fundo Paraná em desconformidade com a lei.
- Dificuldades financeiras e tecnológicas no TECPAR.
- Existência de um grande número de bolsistas exercendo atividades administrativas na SETI e no TECPAR.
- Dificuldades na liberação de recursos financeiros para custeio das IEEES.
- Grande descontentamento do pessoal das IESS em função da discrepância entre a carreira docente e dos agentes universitários, e ainda, em relação às ascensões promovidas ou deixadas de promover em função da Lei nº 15.050/2006.

O ano de 2011 foi de manutenção do sistema. Por meio da Assessoria de Planejamento de Ensino Superior (APES), criada em 2011, com base nos Programas Excelência no Ensino Superior e Paraná Inovador (criados por ocasião da elaboração do PPA 2012-2015), encontra-se em elaboração o planejamento para o Sistema de Ensino Superior do Paraná para quatro anos (2012-2015), para 10 anos e 20 anos, cujas metas estão sendo ali descritas.

Não obstante as dificuldades encontradas, resultados auspiciosos vêm sendo obtidos, como por exemplo:

- Avaliação pelo MEC (nota de 1 a 5) dos Cursos de Graduação: a grande maioria dos cursos com nota 4, alguns com nota 5, outros com nota 3 e poucos com nota 2. A maioria dos cursos foram muito bem classificados quando comparados ao nível do Brasil. No Índice Geral de Cursos (IGC), cuja nota varia de 1 a 5, quatro Universidades Estaduais obtiveram nota 4 e duas nota 3, estando muito bem reenquadradas quando comparadas com as demais do país.
- Situação similar ocorreu com a nota dos Programas de Mestrado e Doutorado do Sistema Estadual, que são avaliados pela CAPES.
- Desenvolvimento pelas Universidades de inúmeros Projetos de Extensão, atendendo principalmente municípios de baixo IDH, Projetos de Pesquisa que resultaram ou estão em fase de obtenção de patentes, Projetos de Cooperação Técnico-científica tanto com o setor público quanto com o setor produtivo.
- Ampliação significativa do número de convênios com Universidades e Instituições de outros países, o que tem possibilitado a mobilidade acadêmica de alunos e professores e o desenvolvimento da pesquisa em áreas estratégicas.
- Criação do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paranaenses (CRUEP), com reuniões periódicas.
- Elaboração e encaminhamento de Anteprojeto da Lei de Inovação do Paraná, após ouvida a sociedade em audiência pública.
- Elaboração de estudos para implantação do curso de Medicina na UNIOESTE de Francisco Beltrão.
- Negociação com o MEC, visando ao apoio financeiro para assistência estudantil, manutenção das atividades acadêmicas e infraestrutura, para expansão das vagas em cursos de graduação do Sistema Estadual de Ensino Superior do Paraná.
- Elaboração de estudos para criação da Universidade Virtual do Paraná (criação de 100 polos de Ensino a Distância no Estado).
- Pleito para elaboração de Emenda de Bancada, no Plano Plurianual Federal, no valor de R\$ 600,0 milhões, para aplicação nas Universidades Estaduais, no período 2012 a 2015.
- Pleito para elaboração de Emenda de Bancada na Lei Orçamentária Anual de 2012 do Governo do Federal, no valor de R\$ 60,0 milhões, visando reequipar as Universidades Estaduais.

- Investimento de R\$ 28,5 milhões para melhorias da infraestrutura das universidades estaduais.
- Liberação para elaboração de projetos referentes à Emenda de Bancada para as IEES, no valor de R\$ 15,0 milhões e de R\$ 12,0 milhões para o Curso de Medicina da UNIOESTE do município de Francisco Beltrão.
- Retomada da estruturação do Tecnoparque de Curitiba, a partir do imóvel do Governo do Estado, situado no Jardim Botânico (sede da SETI e de depósitos da SESA).
- Transferência de patrimônios (bens móveis e imóveis), localizados no município de Palmas, para o Instituto Federal do Paraná.
- Lançamento de editais do Programa de Extensão Universidade Sem Fronteiras, atendendo legislação estadual (Lei nº 16.643/2010).
- Negociação com a Prefeitura de Paranaguá e efetivação do recebimento em doação do imóvel onde está instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá (FAFIPAR).
- Desenvolvimento, pelo TECPAR, de Projeto de Parques Tecnológicos Virtuais.
- Proposição de elaboração de Programa de Demissão Voluntária (PDV), no âmbito do TECPAR, ora tramitando em outras esferas de governo.
- Enxugamento da folha de pagamento do TECPAR, que resultou na economia de R\$ 250,0 mil mensais.
- Economia na SETI de aproximadamente R\$ 1,0 milhão em despesas de custeio em relação ao exercício de 2010.
- Pagamento das dívidas pendentes (fornecedores; custeio básico de energia elétrica, água, esgoto e informática nas Universidades), herdadas de governos anteriores, assim como praticamente total regularização dos repasses à Fundação Araucária e TECPAR.
- Início de procedimentos para regularização de patrimônio vinculado a projetos gerenciados pelo Fundo Paraná, Programa Universidade Sem Fronteiras e pela Fundação Araucária.
- Estabelecimento das medidas necessárias à implementação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), criada há dez anos, com desfecho do processo previsto para o primeiro semestre de 2012.
- Conquista do primeiro lugar no Curso de Medicina do País, pela Universidade Estadual de Maringá, segundo critérios do MEC, assim como as boas notas em outros cursos de graduação, atendendo à busca incessante pela Excelência no Ensino Superior.
- Estabelecimento de novas e importantes parcerias entre o Estado, representado pela SETI, outras Secretarias, IEES, instituições privadas, inclusive do exterior, para ações ligadas às atividades-fim da Secretaria.
- Recuperação e fortalecimento paulatino do TECPAR, que se achava em situação pré-falimentar, mediante a contenção de gastos, busca de novas parcerias e oportunidades de negócios.

- Elaboração de novo projeto de lei para o SIMEPAR, ampliando o seu campo de atuação e dotando-o de mecanismos mais condizentes com as suas finalidades e seu papel técnico, científico e social.
- Atividades realizadas em conjunto com o SIMEPAR: a) início dos procedimentos para instalação do novo radar em Cascavel, no valor de R\$ 11,0 milhões, sendo R\$ 2,5 milhões do Fundo Paraná; b) assinatura de convênio entre a SETI, SIMEPAR e Casa Militar/Defesa Civil, para instalação de equipamentos para medição do nível da água dos rios do litoral, visando prevenir desastres causados pelas enchentes; c) apresentação pelo SIMEPAR de projeto a ser financiado pelo Fundo Paraná, para instalação dos mesmos equipamentos para medição em todo o Paraná, até o final desta gestão.
- Elaboração e encaminhamento de propostas para a reestruturação das carreiras docente e técnico-administrativa das IEES, com representantes da SETI, das IEES e dos Sindicatos do setor, ouvidas a SEPL, SEAP e SEFA, visando corrigir anomalias existentes.
- Elaboração de proposta visando à regularização dos cargos comissionados e funções gratificadas das IEES, objetivando atender legislação vigente.
- Ampliação e renovação, com apoio logístico da Secretaria, do grupo de trabalho direcionado para o enfrentamento do crack e outras drogas, com início de pesquisa em todas as IEES, visando levantar dados sobre o consumo de drogas.
- Obtenção do compromisso da CAPES e da FINEP/MEC de investir R\$ 2,80 a cada R\$ 1,00 aplicado pelo Governo do Paraná/SETI em ações de pesquisa no âmbito das Universidades Estaduais.
- Realização de diversas ações pela Fundação Araucária, tais como a publicação de editais para diversos programas de incentivo ao ensino e pesquisa, totalizando R\$ 123,1 milhões (Fundação Araucária = R\$ 52,1 milhões, CAPES = R\$ 70,8 milhões, CNPq = R\$ 190,8 mil).
- Estudos e providências para reestruturação dos Hospitais Universitários Estaduais, que dobrarão de número em face as demandas institucionais e comunitárias.
- Início dos trabalhos, em conjunto com a SESA, para transformação do Hospital Regional de Ponta Grossa em Hospital Universitário dos Campos Gerais, a ser administrado pela UEPG.
- Adoção da prática de visitas periódicas aos campi das IEES, visando à realização de reuniões com professores, técnicos, comunidade e alunos.
- Criação da Assessoria de Planejamento do Ensino Superior (APES).
- Ações, em conjunto com as IEES, para atendimento dos interesses da comunidade, tais como realização de licitação pela SETI para aquisição de carteiras, quadros, dedetização e reparos na FAFIPAR.
- Contratação de 167 docentes e 181 agentes universitários, até julho, para reposição de professores e agentes falecidos, exonerados ou aposentados, incluindo os hospitais universitários.
- Participação na elaboração da proposta do Paraná para o Plano Nacional de Educação (PNE).

- Participação do titular da Pasta como Vice-Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI), cuja representação tem capitalizado dividendos para o Estado do Paraná.
- Realização de Seminário Técnico, pela SETI, no Palácio das Araucárias, com a presença de Reitores e Pró-Reitores das Universidades Estaduais e do Secretário Nacional de Educação Superior, para tratar de projetos de parceria entre o MEC e a SETI, com a interveniência das Universidades Estaduais.
- Firmados entre as IEES e o Tribunal de Contas, com intermediação da SETI: a) convênio para realização do Programa de Fiscalização chamado PAF-Social; b) acordo para criação no TCE-PR de um grande Banco de Dados, com elementos fornecidos pelas IEES relativos aos gastos com pessoal.
- Lançamento do 25º Prêmio de Ciência e Tecnologia, em comemoração aos 25 anos da SETI.
- Assinatura de Convênio com o IPARDES e Ministério da Ciência e Tecnologia para realização de trabalho inédito visando o inventário de indicadores tecnológicos no Paraná.
- Desenvolvimento da primeira parte do Sistema GPEG para controle dos projetos financiados pelo Fundo Paraná e Universidade sem Fronteira.

11.3 Informações Adicionais

- Relacionamento com Outros Órgãos – a Secretaria manteve estreito relacionamento com os demais órgãos da administração estadual, tendo o seu titular recebido em seu gabinete Secretários de Estado, Parlamentares federais, estaduais e municipais, prefeitos, gestores de diversos órgãos públicos e privados, docentes, pesquisadores, sindicalistas e outros. Vários acordos foram firmados e/ou estão prestes a serem firmados envolvendo atividades de interesse comum.
- Recuperação do TECPAR - devido à situação de defasagem tecnológica e operacional que se encontrava, a sua Diretoria, com apoio da SETI, trabalhou no sentido de obter tecnologia de ponta, inclusive no exterior, para retomar em grande escala a produção de vacinas e de outros produtos relacionados, e ainda oferecer serviços altamente especializados.
- Unidade Gestora do Fundo Paraná (UGF) - tem como função principal a gestão executiva dos recursos do Fundo Paraná, atendendo os eixos e programas estabelecidos pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia (CCT/PR). Em atendimento à Lei nº 12.020/98, alterada pela Lei nº 15123/06, o atual sistema de fomento à Ciência e Tecnologia no Estado prevê que 2% da receita tributária estadual sejam transferidos ao Fundo Paraná, metade dos quais na forma de ativos pertencentes ao Estado (1% de ativos alocados na UEL, UEPG, UEM, TECPAR e IAPAR) e a outra metade, ou seja, 1%, na forma de recolhimento direto e automático à conta especial do Fundo Paraná. Desse montante, destinam-se 50% para Projetos Estratégicos UGF, 30% para Projetos

Acadêmicos da FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA e 20% para Projetos do TECPAR. Em 2011, a composição orçamentária do Fundo foi de R\$ 109,3 milhões, sendo: R\$ 53,1 milhões para Projetos Estratégicos UGF; R\$ 31,8 milhões para a FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA; R\$ 21,2 milhões para o TECPAR; e R\$ 3,2 milhões para Manutenção da UGF.

- Resolução do Caso Vizivali - após uma série de ações e iniciativas, a SETI e a SEED regularizaram a situação referente à obtenção e registro do diploma de Licenciado em Pedagogia aos estudantes e profissionais do Programa de Capacitação para a Docência dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e da Educação Infantil – CNS (Capacitação e Formação de Professores em Nível Superior, com licenciatura plena) da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu (VIZIVALI), entre 2002 e 2006. Para a regularização, está sendo realizada pelas Universidades Públicas do Estado do Paraná uma oferta especial do curso de Pedagogia – com aproveitamento de estudo – (art. 47 LDB), na modalidade à distância, com atividades presenciais nos 48 Polos de Apoio Presencial da Universidade Aberta do Brasil. Com isso resolveu-se uma questão que perdurava há anos.
- Atividades do Instituto Tecnológico SIMEPAR - sua finalidade é prover a sociedade de informações de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, bem como conceber, desenvolver e executar projetos de pesquisa científica e tecnológica, formação e capacitação profissional na sua área de atuação. É o responsável pelas ações do Centro Estadual de Meteorologia do Paraná, atendendo o Governo do Estado, fornecendo informações e produtos hidrometeorológicos para a SEAB, Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, SEMA, outras áreas de governo e sociedade em geral. Tem importantes parcerias com outras instituições e empresas do governo, como o IAPAR, UFPR, COPEL e IAP.

Comunicação Social



12 Secretaria de Estado da Comunicação Social (SECS)

A SECS cumpre a função de organizar, planejar, coordenar a execução e dirigir as ações relativas à comunicação do Governo do Paraná, atendendo a todas as unidades da administração direta e indireta. Desenvolve suas tarefas a partir da distribuição de atividades entre as áreas de coordenação de marketing e coordenação de imprensa.

Ao longo de 2011, em função da necessidade de reorganização dos processos, a Secretaria passou por ajustes que permitiram a execução de suas tarefas de maneira dinâmica e austera, conforme segue:

12.1 Coordenadoria de Marketing

Responsável pela gestão da publicidade legal e propaganda do Estado, pelo planejamento de campanhas e elaboração de peças de interesse social e utilidade pública. As ações mais relevantes foram:

- Padronização da nova comunicação do Governo, aplicação e normatização do Brasão do Estado.
- Mudança para o novo portal do Estado do Paraná, juntamente com a CELEPAR.
- Apoio à realização de 28 eventos com as demais Secretarias, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.
- Abertura de processo licitatório para contratação de seis agências de propaganda para a prestação de serviços de publicidade, visando atender a Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, incluídas as Empresas Públicas, Autarquias e Sociedades de Economia Mista.

12.2 Coordenadoria de Imprensa

Ocupa-se da produção jornalística de material editorial que é veiculado na Agência Estadual de Notícias e distribuído a centenas de meios de comunicação do Paraná e do Brasil em versões para mídia impressa e eletrônica (rádio e televisão).

Sob esta coordenação estão abrigadas as áreas de produção de textos e fotos jornalísticas para a mídia impressa, matérias jornalísticas para rádio e registros em vídeo para as emissoras de televisão. Todas as atividades de distribuição de informação são realizadas tendo como foco as ações das diversas esferas da administração pública estadual.

Dentre as ações mais relevantes destacam-se:

- Publicação no site da Agência de Notícias de 5.209 textos, 16.550 fotos e 5.374 áudios, no período de 01/01/2011 a 30/11/2011. No mesmo período, o site www.aenoticias.pr.gov.br recebeu 1.546.715 visitantes – com 4.858.218 visualizações de páginas. Em média, são

2.641 novas visitas por dia. A maioria dos acessos é de cidades paranaenses. Entre as que mais acessam estão: Curitiba, Maringá, Cascavel, Londrina e Ponta Grossa. No entanto, a página recebe visitas de internautas de vários estados, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

- Estímulo a visitação ao site de notícias do Governo do Paraná, mediante a utilização da rede social www.twitter.com, visando também facilitar a interação com a sociedade. Criado em julho de 2011, o perfil da SECS nesse espaço realizou mais de duas mil postagens de notícias, e agregou 820 seguidores. Entre eles estão profissionais de imprensa, empresas privadas, Secretarias do Estado e veículos de comunicação.



13 Secretaria de Estado da Cultura (SEEC)

A Cultura do Paraná está sendo pensada de forma a fortalecer suas três dimensões essenciais: cultura como manifestação da identidade coletiva; cultura como ferramenta de inclusão e cultura como valor de mercado. Isto compreende a realização de projetos, estratégias e ações que reconheçam, valorizem, fomentem, incentivem, promovam, difundam e garantam a perpetuação dos bens culturais – materiais e imateriais do Paraná.

Todos os projetos e programas desenvolvidos pela Secretaria e suas vinculadas tiveram como base essas premissas, conforme definido nas metas de governo para a área da Cultura.

Integram sua estrutura organizacional: Administração Direta – Diretoria Geral; Coordenação de Ação Cultural; Coordenação do Sistema de Museus; Coordenação de Incentivo à Cultura; Coordenação do Patrimônio Cultural; e Museu da Imagem e do Som; e Administração Indireta - Biblioteca Pública do Paraná; Centro Cultural Teatro Guaíra; e Rádio TV Educativa - e-PARANÁ.

13.1 Diretoria Geral

- Sistema de Informações e Indicadores Culturais do Paraná – em execução levantamento de informações junto aos 399 municípios do Paraná, com objetivo de formar um banco de dados que reúna informações como equipamentos, atividades, instituições e outras questões relacionadas à área cultural.
- Seminário de Economia Criativa – realizado no Auditório Poty Lazzarotto – MON, nos dias 09 e 10 de novembro, com o objetivo de desencadear o processo de elaboração do Plano de Economia Criativa do Paraná.

13.2 Coordenação de Ação Cultural (CAC)

- Biblioteca Cidadã - tem por objetivo promover a democratização do conhecimento. Em 2011, foram inauguradas 63 unidades. Atualmente o Estado conta com 264 concluídas e inauguradas; 23 concluídas e ainda não inauguradas e 16 contratadas/em construção. Até o final de 2012, as 303 unidades deverão estar em funcionamento.
- Mostra Cascavelense de Artes Visuais – realizada em Cascavel, em parceria com a Prefeitura, com o objetivo de estimular a arte contemporânea, a criatividade, a produção e o desenvolvimento artístico, apresentando novos talentos e consagrando artistas já conhecidos, teve a participação de quatro artistas premiados e 35 selecionados.
- Apoio às ações culturais nos municípios – atendimento a 17 solicitações de diferentes municípios e entidades para o desenvolvimento de ações nas áreas das artes cênicas, artes visuais e artes plásticas, música, dança, festas populares e outras, todas envolvendo a promoção e a difusão da cultura nas suas formas de manifestação local. Dentre elas, o carnaval de Guaratuba, onde o município obteve recursos da SEEC para sua realização.

- Outras ações – a) elaboração de Editais internos para apoio a Circulação de Espetáculos, formação em áreas artísticas e técnicas, Festas e Festivais; b) Corrente Cultural/Virada Cultural de Curitiba – organização de atrações para os espaços da SEEC, como apresentação do grupo Chorinho Infantil, de Paranaguá, no auditório do MON; apresentação de Corais na sede da Secretaria. Cerca de 10 mil pessoas participaram das atividades.

13.3 Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM)

Reestruturação e revitalização dos Museus Oficiais do Estado - Paranaense; Oscar Niemeyer; de Arte Contemporânea; Casa Andrade Muricy; Alfredo Andersen; da Imagem e do Som; Casa João Turin; do Expedicionário; Centro Juvenil de Artes Plásticas; Parque Estadual do Mate e Sala do Artista Popular. Para a revisão geral, conceitual e técnica dos Museus, visando um novo modelo de gestão dos acervos e da linguagem museológica, por meio da elaboração de política pública específica para a área, com planos de ação desenhados para os próximos 10 anos, estão sendo desenvolvidas as seguintes ações:

- Seminário “Museus de arte no Paraná – a construção do futuro” – realizados três encontros em Curitiba e um em Londrina, coordenado pelo crítico de arte e curador Paulo Herkenhoff, para elaboração do documento oficial que definirá a Política Museológica do Estado do Paraná, com público de 635 pessoas.
- Plano de Gestão Museológica – trabalho de campo, em paralelo ao Seminário, para levantamento, registro, análise e diagnóstico da situação física, estrutural, técnica e vocacional dos espaços museológicos oficiais do Paraná.
- Instalação do Conselho Consultivo do Sistema Estadual de Museus - desativado há anos, o Conselho foi reinstalado com personalidades de reconhecida competência na área museológica.
- Programa de Apoio Técnico às Unidades Museológicas do Paraná – em elaboração Plano de Ação Cultural para atendimento ao interior do Estado, que contabiliza 332 espaços museais (levantamento 2009-2010), além da realização de quatro cursos de capacitação para 335 profissionais do Sistema Estadual de Museus (Mediação Cultural em Museus; Gestão de Documentos; Museus Virtuais; Digitalização de Acervos e Oficinas de Conservação de acervo de papel e têxtil).
- Programa de Exposições nas Unidades da SEEC:

MUSEU	EXPOSIÇÕES	VISITANTES
Casa Andrade Muricy (CAM)	07	11.965
Casa João Turin (CJT)	06	2.772
Centro Juvenil de Artes Plásticas (CJAP)	02	261
Museu Alfredo Andersen (MAA)	07	3.420
Museu da Imagem e do Som do Paraná (MIS)	02	4.500
Museu de Arte Contemporânea do Paraná (MAC)	03	16.866
Museu Oscar Niemeyer (MON)	17	174.154
Museu Paranaense (MP)	06	3.500
Sala do Artista Popular (SAP)	04	10.628

13.4 Coordenação de Incentivo à Cultura (CIC)

- Estruturação do Sistema Estadual de Cultura: a) elaboração da proposta de criação do Programa Estadual de Fomento e Incentivo à Cultura (PROFICE) - Lei do Incentivo; b) elaboração do anteprojeto de lei que institui o Conselho Estadual de Cultura (CONSEC); c) realização de 20 audiências públicas, na Capital e no interior do Estado, para debater o PROFICE e o CONSEC.
- Encontros com as regionais de Cultura – realização de três encontros em Curitiba e organização e participação nos encontros com as Regionais em Corbélia, Ponta Grossa e Francisco Beltrão, para fortalecer a parceria com os representantes de cultura do Estado.
- Conta Cultura – retomada da ação que visa facilitar a parceria entre os empreendedores culturais e as estatais Agência de Fomento, COPEL, COMPAGÁS, SANEPAR e o BRDE, para o patrocínio de projetos aprovados pela Lei Rouanet. Foram realizadas duas edições, que propiciaram o atendimento de 63 projetos culturais de diversas regiões do Paraná, com recursos viabilizados pelas empresas no valor aproximado de R\$ 4,6 milhões.

13.5 Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC)

- Patrimônio Cultural – tombamento do Centro Cívico (Palácio Iguazu, Grupo Escolar Tiradentes, Praça 19 de Dezembro, Praça Nossa Senhora da Salete, Prefeitura, Casa da Criança, Tribunal do Júri, Palácio da Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas, Edifício Castelo Branco e toda a extensão da Avenida Cândido de Abreu, sem incluir as construções em seu entorno); conjunto da obra de João Turin; Capela São Bonifácio, em Maringá, e Palacete dos Garcia, em Londrina. Restauração e revitalização da Ponte Preta, em parceria com a construtora Thá, com início das obras em dezembro.

13.6 Museu da Imagem e do Som (MIS)

- Rede Luz de Cinema – com oito cidades participantes, visa a apresentação de sessões de cinema, simultaneamente, em vários municípios que tiveram instalações recuperadas e equipadas pelo Estado do Paraná, coordenado pelo MIS e realizado em parceria com a e-PARANÁ, COPEL e prefeituras.

13.7 Biblioteca Pública do Paraná (BPP)

A gestão da BPP iniciou um trabalho de atualização do acervo, criação de eventos literários – e culturais – e modernização da instituição.

Projetos realizados:

- Jornal literário, o Cândido – com grande repercussão na imprensa, entre leitores e intelectuais. Lançado em agosto, com tiragem de 5.000 exemplares e edição mensal, é distribuído em diversos pontos de cultura da cidade, como museus (da SEEC), cafés, livrarias e Faróis do Saber. Sua linha editorial é voltada para a difusão do livro, leitura e literatura. Publica textos sobre grandes nomes da literatura nacional e mundial, matérias sobre o mercado editorial, perfis e inéditos - contos, crônicas e poemas. Já contribuíram para o Cândido nomes como Amilcar Bettega, José Castello, Joca Reiners Terron, Ricardo Silvestrin, Ronaldo Correia de Brito, Alberto Martins, Marcelino Freire, entre outros. Em sua quinta edição, o jornal começa a ser conhecido nacionalmente, já que é distribuído em diversos pontos do país, por meio de um mailling dirigido que contempla escritores, jornalistas, editores e leitores.
- Um Escritor na Biblioteca - trouxe dez grandes nomes da literatura para conversar sobre suas experiências de leitura com os frequentadores da BPP, quais sejam: Cristovão Tezza, Luiz Ruffato, Antônio Torres, Elvira Vigna, Marçal Aquino, Reinaldo Moraes, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Milton Hatoum, Sérgio Sant' Anna e Ana Paula Maia. Os depoimentos do evento foram gravados em áudio e vídeo e transcritos no jornal Cândido mensalmente e, ainda, transmitidos pela e-PARANÁ, que gravou os bate-papos e os transformou em programas com uma hora de duração. Os eventos contaram com 428 participantes. Trata-se de uma releitura do projeto homônimo realizado pela BPP na década de 1980.
- Oficinas de Criação Literária – oferecidas mensalmente, desde abril, contaram com 128 participantes. Aliando teoria e prática à experiência dos convidados, colocaram o público em contato com diversos gêneros de escrita, como crônica (Humberto Werneck), romance (Luiz Ruffato), ficção (Michel Laub), conto (Miguel Sanches Neto), poesia (Marcelo Sandman), reportagem (Eliane Brum), texto dramático (Marcos Damasceno) e leitura (Sérgio Rodrigues). Também foi ofertada uma oficina de Ilustração Editorial, ministrada pelos artistas Bennett e Ricardo Humberto.
- Aventuras Literárias e Hora do Conto - participação de cerca de 8.700 crianças no projeto que reúne autores infanto juvenis para um bate-papo com o público jovem. Nomes como Leila Cordeiro, Marina Colasanti, Cléo Busatto, Almir Correia, Adriana Sydor, Ricardo Azevedo, Alexandre Santana Neto e Liana Leão participaram do evento.
- Teatro – realização de sete apresentações teatrais, que proporcionaram o contato com a arte e apreciação dessa atividade cultural a um público de 953 crianças.
- Rumos Cultural – realizado em maio, em parceria com o Rumos Itaú Cultural, do laboratório “Em Busca do Personagem: Um Olhar Singular”. Com 50 participantes, o evento foi coordenado pelo escritor, jornalista e crítico literário José Castello, e abordou temas relacionados à reportagem em jornalismo cultural, com destaque para a construção de personagens.

- Projetos Extremos – Círculo de Leitura de Ficções Radicais – em maio e setembro, com a participação de 30 pessoas, o projeto criado pelo escritor e crítico literário José Castello e pelo músico e diretor teatral Flávio Stein, consiste na leitura em voz alta de obras que desestabilizem o leitor e nele produzam interpretações e questionamentos sobre o mundo contemporâneo. Durante os quatro dias de evento, Castello e Stein leram e debateram com o público os livros “Um copo de cólera”, de Raduam Nassar, e “A hora da estrela”, romance de Clarice Lispector.
- Semana Nacional do Livro e da Biblioteca – realizada entre 24 e 29 de outubro uma série de eventos, exposições (3.000 visitantes) e palestras relativos à data. Além da apresentação do Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELLL) e palestra do escritor e crítico literário Affonso Romano de Sant'Anna, foram ofertados cursos, oficinas (35 inscritos) e 06 apresentações musicais ao longo de seis dias no hall de entrada da BPP, com aproximadamente 3.000 expectadores.
- Atendimento aos Municípios - Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP): a) realização de treinamento (Projeto Biblioteca Cidadã) a 179 pessoas que representaram 146 municípios. Pelo Sistema foram repassados 18.672 volumes de livros e 8.357 fascículos de periódicos para reforçar os acervos das bibliotecas públicas municipais do Paraná; b) realização de dois Encontros Regionais, um no município de Nova Esperança com a participação de 33 pessoas e a representação de 15 municípios e outro no município de Campo Mourão com a participação de 39 pessoas que representaram 13 municípios.
- Virada Cultural (acantonamento) – programação voltada ao público infantil durante a Virada Cultural, onde 45 crianças, de 07 a 13 anos, passaram Uma Noite na Biblioteca.
- Plano Estadual do Livro, Leitura e Literatura (PELL) – trabalho concluído conjunto com a SEEC, reúne políticas públicas que visam a democratização do acesso ao livro e a valorização da leitura, tendo sido apresentado em audiências públicas em Curitiba, Foz do Iguaçu e Maringá.
- Outros projetos – aquisição de cerca de 6.000 novos livros: obras de literatura clássica e contemporânea, infanto juvenis, história em quadrinhos e livros técnicos, que formam uma seleção plural que irá integrar o acervo de 530 mil títulos da Biblioteca (incluindo periódicos).
- Promoção de uma série de exposições, dentre as quais a mostra Letrados Caricatos, do artista gráfico Robson Vilalba, que traz 12 caricaturas de grandes escritores da literatura mundial.
- Firmada parceria com o SESC-PR, que passa a fazer a curadoria das exposições no hall de entrada da biblioteca. Os artistas selecionados nos editais do SESC, agora passam a expor também na BPP.

13.8 Centro Cultural Teatro Guaíra (CCTG)

Tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico culturais.

Além de suas próprias produções, viabilizou a realização em seus três auditórios e no Teatro José Maria Santos, de 600 apresentações de espetáculos e eventos de produções locais, nacionais e internacionais dos mais variados gêneros artísticos. Tais apresentações atingiram um público estimado de 245.155 espectadores.

Os corpos estáveis mantidos pelo CCTG desenvolveram as seguintes atividades:

- Balé Teatro Guaíra - além de espetáculos, oficinas e cursos, o balé também realizou projetos especiais como: a) Virada Cultural – apresentação de trabalho inédito para cerca de 2.000 pessoas: “Coreografias para Ambientes Preparados”, de Carmem Jorge, usou as fachadas e janelas do prédio histórico do Teatro Guaíra como cenário para apresentações dos bailarinos e projeções de videodança; b) Projeto 30 minutos - palestras e debates por convidados de diversas áreas, com cerca de mil participantes; c) Projeto Perfume - de cunho artístico educacional, visa a circulação de trabalhos da companhia em ambientes com menor acessibilidade à dança – 800 participantes; d) Perfume humanizando ambientes - apresentações para 500 participantes, de trabalhos de dança em hospitais, centros de recuperação e/ou locais onde a dança possa contribuir para a humanização do ambiente; e) Perfume formando plateias – apresentações de trabalhos de dança dirigidos a instituições de ensino, com bate-papo entre estudantes e bailarinos – 300 participantes; f) Perfume onde você está - oito apresentações de dança em Curitiba (em ruas, praças públicas, museus e outros locais para além do ambiente do teatro), para um público total de 7.935 pessoas.
- Orquestra Sinfônica do Paraná – a) apresentações de 26 concertos em Curitiba, além de concertos nas cidades de Arapongas, Apucarana, Londrina, Maringá, Toledo, Cascavel, Ponta Grossa e Rio Negro, para um total de 29.342 espectadores; b) concerto na Sala São Paulo-SP para um público de 712 espectadores e cinco concertos didáticos, no Canal da Música, para 1.550 alunos da rede estadual de ensino; c) Concertos de Câmara – parceria com a Associação dos Músicos Profissionais da Orquestra Sinfônica do Paraná, tendo por objetivo diversificar o repertório de música de câmara explorando obras poucas lembradas, atingiu um público 380 pessoas.
- Guaira 2 Cia de Dança – seis apresentações da coreografia *Blow Elliot Benjamin*, sendo cinco em Curitiba e uma em Araucária, para um público estimado de 1.611 pessoas.
- Projeto *Teatro para Piás e Gurias* – 26 apresentações de diferentes espetáculos no Teatro José Maria Santos, assistidas por um público estimado de 1.899 espectadores.
- Festival Espetacular de Teatro de Bonecos – 18ª edição realizada de 16 a 24 de julho, com 54 apresentações de 27 diferentes espetáculos dos 25 grupos participantes, em diversos espaços da cidade, atingindo um público de 9.247 pessoas.

- Escola de Dança Teatro Guaíra – participação em 22 eventos, sendo 21 em Curitiba e um em Itajaí-SC, atingindo um público estimado de 19.659 espectadores. A escola está voltada essencialmente ao ensino da dança clássica para alunos de 06 a 21 anos. Mantém cerca de 270 alunos em 10 diferentes níveis de formação. Como resultado das atividades didáticas, realiza apresentações públicas e participa de festivais de dança pelo país, com os grupos artísticos formados pelo seu corpo discente nas diferentes faixas etárias.

13.9 Rádio TV Educativa - e-PARANÁ

Composta por quatro unidades - TV e-PARANÁ, Rádio FM e-PARANÁ, Rádio AM e-PARANÁ e Canal da Música, tem como premissas básicas valorizar o produto cultural de qualidade e a estrutura estadual de distribuição de cultura; estimular o consumo de bens e serviços culturais, formar plateias para consumir bens e serviços culturais de qualidade, além de reforçar na população do Estado o sentimento de orgulho de ser paranaense.

Dentre as atividades realizadas, destaca-se:

- TV e-PARANÁ – a) adoção de nova denominação, marca e programação visual; b) alteração da programação, com inclusão dos melhores títulos da TV Cultura e do Canal Brasil, além de novas produções artísticas e jornalísticas próprias; c) produção e veiculação de 5.308 edições com títulos de produção própria, entre programas artísticos, jornalísticos e conteúdo para 45 espaços inter programas diários, valorizando especialmente o produto cultural paranaense.
- Rádio FM e-PARANÁ – a) alteração da denominação, marca, programação visual e programação focada em atender, preferencialmente, o público formador de opinião de Curitiba e Região Metropolitana; b) realização de 42 programas inéditos por semana, 30 inter programas semanais, 12 horas diárias de programação ao vivo (de segunda a sexta-feira), atualização de notícias e de agenda cultural de hora em hora, todos os dias das 6 às 19horas.
- Rádio AM e-PARANÁ – a) nova denominação, marca, identidade visual e nova programação ancorada por comunicadores, interagindo ao vivo com o público de Curitiba e Região Metropolitana, atendendo a demandas da população, prestando serviços de utilidade pública, informações e oferecendo entretenimento 24 horas por dia; b) realização de 30 programas inéditos por semana, 22 quadros fixos em programas, 05 inter programas semanais inéditos, 23 horas de programação diária ao vivo (de segunda a sexta-feira), 8 horas ao vivo nos finais de semana, 15 atualizações semanais de notícias (de segunda a sábado, ao vivo), introdução de programas de auditório, com produções mensais referentes a gêneros musicais diversos como choro, jazz, música de raiz, os tempos das cantoras do rádio, tango, forró, fandango, o tempo dos festivais, o samba.

- Canal da Música - a) recuperação completa de um auditório de 120 lugares, que hoje abriga espetáculos abertos ao público todas as semanas; b) criação de uma área de exposições no hall de entrada do prédio da RTVE; c) realização das mostras “Dia do Vinil” (a história da MPB contada por meio da produção de discos de vinil), “Despertando o olhar da criança para o Design” (associada a uma mostra de discos de vinil dedicados às crianças ao longo da história da MPB), “Violão Brasileiro” (mostra marcada pela homenagem aos 82 anos do maestro Waltel Branco); d) realização de 76 diferentes eventos, entre shows, reuniões institucionais de secretarias e órgãos do governo estadual e formaturas.
- Mudanças na Infraestrutura – a) reforma emergencial do prédio da RTVE (cobertura e muro); b) elaboração de editais de licitação para: compra de novos transmissores para as rádios FM e AM, compra de equipamentos para melhorar a qualidade de produção e transmissão da TV, e modernização das estações de trabalho de toda a organização; c) projeto para nova rede lógica e elétrica das instalações da e-PARANÁ (em elaboração); d) projeto para transformação do Canal da Música em Espaço Cultural (cinema, área para exposições, auditórios, biblioteca, café e loja), em elaboração.

Desenvolvimento Urbano



14 Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU)

Todo o planejamento da SEDU foi concebido levando-se em conta a sua missão: definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, além de integrar os municípios, a fim de ordenar o pleno desenvolvimento das cidades e garantir o bem-estar dos habitantes, bem como, o contido no Plano de Governo.

O Mapa Estratégico do Novo Paraná serviu como ponto de partida para a definição dos projetos prioritários da Secretaria.

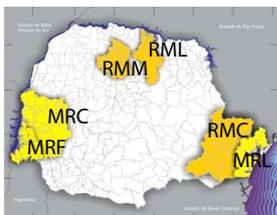
Em 2011, suas linhas de atuação estratégica concentraram-se fundamentalmente nas seguintes áreas: Desenvolvimento Territorial, Infraestrutura Urbana e Qualificação de Servidores Municipais, além da Gestão Administrativa propriamente dita e da condução dos trabalhos do Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES-PR).

Uma das principais atividades desenvolvidas foi a elaboração dos projetos que passariam a integrar o Plano Plurianual, os quais foram desenvolvidos pelas Coordenadorias: de Programas de Desenvolvimento Urbano (CPDU); dos Planos Regionais de Desenvolvimento (CPRD); das Regiões Metropolitanas Microrregiões e Conselho das Cidades (CRME); de Relações Institucionais e Qualificação (CRIQ), com o apoio dos demais departamentos que integram a estrutura da SEDU.

Foram desenvolvidos preliminarmente os projetos apresentados a seguir, agrupados por linha estratégica.

14.1 Desenvolvimento Territorial

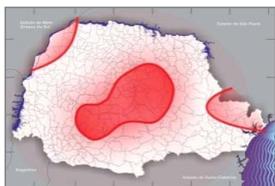
Tendo por objetivos: planejar e organizar a gestão regional - desenvolvimento integrado e sustentável; estabelecer estratégia de fortalecimento territorial para a criação de um novo ciclo de desenvolvimento, promovendo o resgate dos municípios socialmente críticos; os projetos vinculados a esta linha estratégica, foram:



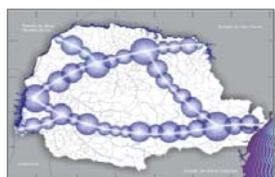
- Regiões Metropolitanas, Microrregiões e Aglomerados Urbanos - institucionalizar as microrregiões e adequar a estrutura governamental estadual e regional para implementar as ações previstas na política de desenvolvimento; planejar as regiões de acordo com as funções públicas de interesse comum.



- Planos Regionais Integrados de Desenvolvimento (PRID) - elaborar os Planos; considerar a integração, as vocações e potencialidades das diversas regiões e traçar a linha de conexão entre os municípios do Paraná.



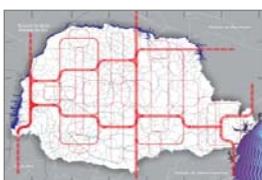
- Gestão Colaborativa dos Municípios Socialmente Críticos do Paraná - elaborar estratégia de inclusão das regiões oprimidas no processo de desenvolvimento; implantar estrutura física e intelectual em especial nos municípios socialmente críticos por meio de consórcios, parcerias e convênios.



- Desenvolvimento Territorial ancorado na acessibilidade logística - planejar o desenvolvimento territorial por meio do uso e ocupação do solo nos eixos estruturais do Estado; otimizar os recursos existentes ampliando as faixas de escoamento de mercadorias.

14.2 Infraestrutura Urbana

Tem por objetivo implantar infraestrutura urbana nos municípios de forma indutora do desenvolvimento. Os Projetos vinculados a esta linha estratégica, estão a seguir descritos.



- Mobilidade Urbana - integrar e incentivar os novos modais de transporte nos municípios do Paraná; auxiliar os municípios na definição de fontes de financiamento e modelos de negócios em transporte público.



- Cidadania Digital - melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas prefeituras e oportunizar o acesso gratuito, da população urbana e rural de baixa renda, aos recursos de Internet de banda larga com velocidade igual ou superior a 2 Mbps.



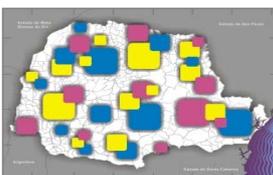
- Recuperação Asfáltica de Pavimentação (RECAP) - ampliar a acessibilidade nos municípios melhorando a infraestrutura urbana e a qualidade de vida da população.

14.3 Qualificação de servidores municipais

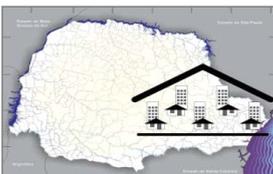
Tem por objetivo qualificar e capacitar os servidores para uma nova gestão de desenvolvimento. Projetos vinculados a esta linha estratégica:



- Seminários Regionais - construir coletivamente a pauta de ações estratégicas, fortalecendo a integração município e Governo do Estado, definindo os projetos prioritários em cada região; criar banco de dados das demandas municipais e orientar a captação de recursos.



- Cidades Criativas - implantar o conceito de Cidade Criativa - a cultura e a inovação promovem a renovação das cidades. Desenvolver ações de sensibilização para as boas práticas e estratégias do desenvolvimento urbano criativo.



- Conferência Estadual das Cidades - realizar as reuniões e a Conferência Estadual das Cidades.



- Qualificação de Servidores Municipais - qualificar e capacitar os agentes públicos municipais para ações estratégicas e empreendedoras, melhorando os indicadores socioeconômicos do Paraná (IDH-M); realizar ações que promovam a geração de emprego e renda, inclusão social, alfabetização e o desenvolvimento local e regional.

14.4 Gestão Administrativa

Tem por objetivo implementar mecanismos de gestão alinhados ao Novo Jeito de Governar, com a utilização de modernas tecnologias de informação e comunicação. Projetos vinculados a esta linha estratégica:



- SEDU Interativa - desenvolver sistemas que possibilitem o controle e a integração de informações, com tecnologia sensível ao toque (touch), o que possibilita aos gestores acesso rápido às diretrizes de crescimento, as deficiências e potencialidades de cada região ou município, subsidiando os processos de decisão da Secretaria.



- Sustentabilidade – transformação do Edifício Caetano Munhoz da Rocha em uma referência de sustentabilidade no Paraná. Solucionar os problemas existentes utilizando fontes alternativas de energia, materiais reciclados, soluções inovadoras e gerenciamento de construções sustentáveis.



- Gestão Administrativa da Secretaria - empregar técnicas modernas e avançadas de gestão para a solução dos problemas da SEDU.

A SEDU priorizou, também, o desenvolvimento de alguns trabalhos que tiveram como principal objetivo a geração de informações, úteis e oportunas, aos gestores municipais, disponibilizando-as em seu *site*, que passou por processo de ampla reestruturação.

Dentre estas atividades, destaca-se:

- Criação de um Banco de Dados, denominado Cadastro de Projetos Inovadores (PROMUN), objetivando colocar a disposição de todos os prefeitos do Estado, projetos inovadores implementados por municípios, que poderão ser consultados e servirão de instrumento de apoio para a solução de problemas comuns.
- Desenvolvimento de um sistema que possibilita a consulta de informações sobre Transferências Voluntárias para os Municípios do Paraná - OGU 2011. Permite que os gestores municipais tomem ciência dos recursos destinados ao Estado do Paraná, à Região Sul do Brasil e ao País como um todo. Esse sistema disponibiliza informações técnicas para apoiar e orientar os municípios na obtenção e captação de recursos federais.

Uma de suas metas é melhorar substancialmente a qualidade dos serviços prestados aos municípios, indistintamente. Para tanto, teve início o desenvolvimento de um trabalho que visa o mapeamento de todos os processos da Secretaria com o uso da metodologia *Business Process Modeling Notation* (BPMN), sendo esta apenas uma das ações previstas para que esta meta seja atingida.

Para o alcance dos objetivos, especialmente no que se refere à qualidade dos serviços prestados e à melhoria do processo de gestão, a SEDU incentivou e investiu na qualificação de seus servidores. Além da promoção de alguns eventos próprios estimulou a participação em eventos promovidos pela Escola de Governo.

CURSOS EM QUE SERVIDORES DA SEDU PARTICIPARAM NA CONDIÇÃO DE ALUNOS	QUANTIDADE
Licitação pública e contratos administrativos	2
Processos administrativos	6
Produção de textos e redação oficial	3
Técnica de eventos	3
Questões polêmicas nas licitações e contratos administrativos	8
Planejamento na administração pública com método <i>Balanced scorecard</i>	1
Informática: Windows, word e excel – nível básico	2

Além disso, foram realizadas as seguintes ações:

- Participação de 16 servidores em palestras sobre Captação de recursos federais e SICONV, promovido pela SEDU – palestra proferida por técnicos da Secretaria de Planejamento do Governo do Rio Grande do Sul. Além de cursos a servidores municipais de todo o Estado, em parceria com o Instituto Federal do Paraná (IFPR).
- Formatura de 6.050 alunos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, em março, Turma I. E, iniciaram o mesmo curso, Turma II, com 6.767 servidores municipais de todo o Estado.
- Tramitam com vistas à aprovação nos órgãos competentes, dois projetos, ambos em parceria com o IFPR: um para a oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão

Pública - Turma III - com 7.000 vagas e outro para oferta de Curso de Pós-Graduação em Gestão Pública com 16.000 vagas. Ambos os cursos na modalidade de Ensino a distância e com previsão de início em 2012.

- Realizados cursos visando à Qualificação dos Gestores do Transporte Escolar Municipal, com 860 servidores capacitados, em parceria com a SEED.
- A SEDU participou ainda dos seguintes eventos:

EVENTOS EM QUE SERVIDORES DA SEDU ESTIVERAM PRESENTES	QUANTIDADE
Conselho Nacional das Cidades (02 reuniões)	1
Internet nas cidades digitais - Empreendedorismo e Gestão	1
3º Congresso da Rede de Participação Política - Tema: Cidades digitais (palestrante)	3
1º Fórum Municipal de Desenvolvimento de Colombo	3
II Encontro Nacional de Tecnologia da Informação	1
18º Congresso Brasileiro de Transporte e Trânsito e VII INTRANS	2
Riscos e vulnerabilidade socioambiental – Construindo cidades resilientes	2
Como resolver o problema de Mobilidade Urbana em Curitiba	2
Conselho Temático de Desenvolvimento das Cidades	1
Conferência Internacional de Cidades Inovadoras	2
Seminário internacional de 10 anos do Estatuto das Cidades	1
9ª Bienal Internacional de Arquitetura	2
Forum de Desenvolvimento Regional da AMUSEP (palestrante)	1
XIV Semana de Estudos de Ciências Econômicas da UNICENTRO (palestrante)	1
Seminário Saneamento: um desafio de nossos tempos – por uma política estadual de saneamento básico (palestrante)	1

- Realizadas duas reuniões do Conselho Estadual das Cidades do Paraná (CONCIDADES PARANÁ), cuja presidência é exercida pelo titular da SEDU, cabendo ainda à Instituição a manutenção de estrutura de apoio, consubstanciada na Secretaria Executiva do Conselho, necessário à realização das reuniões do Conselho.

A Secretaria, por meio de seu corpo diretivo e técnico, é representada em: a) Conselhos Estaduais: do Meio Ambiente; de Recursos Hídricos; de Cartografia; de Turismo; de Habitação de Interesse Social; e de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense; b) em Comitês, Grupos de Trabalho e congêneres: Grupo Técnico do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social; Câmaras Temáticas de Infraestrutura e de Estádios da COPA 2014; Comissão de Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná; Rede Intersectorial de Atenção à Mulher em Situação de Violência; Coordenadoria de Defesa Civil do Paraná; e Comitê Estadual Esportivo e Paradesportivo, além de diversos Conselhos de Administração (PARANACIDADE, COMEC, AFPR, ECOPARANÁ, entre outros).

A SEDU organizou, com o apoio do Cerimonial do Governo do Estado, dois grandes eventos para divulgar o repasse de recursos aos municípios, principalmente referentes ao Projeto de Recapeamento asfáltico que, em 2011, contemplou 210 municípios, num total de R\$ 41,6 milhões. Além das obras viabilizadas com estes recursos, foram concluídas mais 72 obras contratadas em 2010.

Merece destaque também o trabalho desenvolvido para a resolução dos problemas detectados no início desta gestão nos contratos de 2010, em especial no que se refere à

prorrogação dos prazos para que as obras pudessem ser retomadas e concluídas e também as negociações para a consolidação (designação efetiva para a função) e definição das atividades dos Coordenadores de Regiões Metropolitanas e Microrregiões do Estado (Londrina e Maringá, e Cascavel, Foz do Iguaçu e Litoral), com o estabelecimento, se for o caso, de estrutura organizacional e de apoio administrativo e técnico para o desempenho da função.

Destaque-se ainda as atividades de coordenação e articulação, e de apoio quando solicitado, afetas a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), autarquia vinculada e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, ente vinculado por cooperação, cujas atividades estão relatadas a seguir.

14.5 Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC)

As ações desenvolvidas estão agrupadas em três grandes blocos, conforme segue.

14.5.1 Estruturação Física da Região Metropolitana de Curitiba

Estão agrupadas as ações de caráter estruturador do sistema viário metropolitano e as intervenções físicas da COMEC no espaço regional.

- Programa de Integração do Transporte Coletivo da RMC (PIT): a) conclusão da interseção e trincheira na Avenida das Torres; b) estudos e projetos - Estudos Geológicos e Geotécnicos – afundamento Kárstico na Avenida Domingos Scucaro e áreas adjacentes, em Almirante Tamandaré; e Projeto de Engenharia - recuperação da área afetada pelo afundamento Kárstico na Av. Domingos Scucato e áreas adjacentes, em Almirante Tamandaré.
- PAC da Mobilidade Urbana - Região Metropolitana de Curitiba - tem como objetivo melhorar as condições de mobilidade do Núcleo Urbano Central da RMC (NUC-RMC), em especial de seu pólo (Curitiba), criando um Corredor Metropolitano entre Colombo e Araucária, e vias radiais entre Curitiba e Pinhais, Curitiba e Colombo, Curitiba e São José dos Pinhais, além de melhorias na circulação viária de transporte coletivo pela Av. das Torres, Av. Salgado Filho e Av. Marechal Floriano Peixoto. Durante o ano de 2010 foi inserido como PAC da COPA sendo confeccionadas cartas consultas e encaminhadas ao Ministério das Cidades visando contrato de empréstimo do Governo do Estado junto à Caixa Econômica Federal, o qual foi assinado, para financiamento das obras previstas. Projetos em Andamento: a) Corredor Aeroporto/Rodoferroviária; b) Corredor Marechal Floriano; c) Rua da Pedreira; d) Avenida da Integração; e) Corredor Metropolitano – Lote 01; f) Corredor Metropolitano – Lote 02; g) Corredor Metropolitano – Lote 03; h) Sistema Integrado de Monitoramento Metropolitano (SIMM); i) Serviço de Apoio Tecnológico e Gerencial.

14.5.2 Proteção e Recuperação Ambiental

Estão relacionadas as ações com vistas à proteção e preservação do meio ambiente regional.

- PAC-2 Drenagem Região Metropolitana de Curitiba - o Governo do Estado do Paraná/COMEC, foi pré-selecionado pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC-2 Drenagem do Ministério das Cidades para obtenção de recursos a fundo perdido do Orçamento Geral da União, em cinco propostas relacionadas à drenagem da RMC. A COMEC desenvolveu os termos de referência para contratação dos Estudos de Concepção desses projetos, pré-avaliados pelo Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal, e estão sendo realizados os ajustes necessários para a assinatura dos Contratos entre Governo do Estado, COMEC e Caixa Econômica Federal, e posterior liberação dos recursos. As propostas são as seguintes:

MUNICÍPIO BENEFICIADO	INTERVENÇÃO	OGU (R\$ mil)
Pinhais	Projeto de Águas Pluviais Parque Ambiental do Palmital	106.700,00
Piraquara	Elaboração de estudo de concepção , projeto básico e projeto executivo Parque Ambiental Piraquara	350.000,00
São José dos Pinhais, Piraquara, Pinhais, Araucária, Fazenda Rio Grande, Curitiba, Contenda, Lapa e Balsa Nova	Elaboração de estudos, planos e projetos destinados à elaboração do Plano Diretor da Área de Interesse Especial Regional do Iguaçu	800.000,00
São José dos Pinhais	Elaboração de estudos de concepção, projeto básico e executivo para Implantação do Parque Ambiental do Itaqui	400.000,00
São José dos Pinhais, Piraquara	Elaboração de estudos e Projetos para implantação do Parque Metropolitano do Iguaçu.	950.000,00

- Conselho Gestor dos Mananciais da RMC - órgão colegiado com poderes consultivo, deliberativo e normativo, que tem por finalidade elaborar políticas acerca da qualidade ambiental das áreas de mananciais da RMC. A Presidência e a Secretaria Executiva são exercidas pela COMEC, além de possuir um representante como Conselheiro titular e um suplente. Foram realizadas 02 reuniões do Conselho com os seguintes temas tratados: discussão sobre o Grupo Integrado de Apoio Técnico (GIAT); apresentação e discussão sobre a APA do Rio Verde; sobre o Plano Diretor de Bocaiúva do Sul; e sobre o Plano Diretor de Rio Branco do Sul; apresentação de proposta de criação de Área de Interesse Social na UTP de Campo Magro (APA do Rio Verde). Derivado do Conselho Gestor dos Mananciais da RMC, foi criada a Câmara Técnica para Gestão da região do Karst da RMC, tendo sido realizadas 03 reuniões, deliberando sobre a aprovação de Planos Diretores dos municípios de Rio Branco do Sul e Bocaúva do Sul quanto a compatibilização do zoneamento do uso do solo e a proteção do Karst e aprovação do Plano Diretor de Abastecimento do Sistema Integrado da RMC – Água Subterrânea. A Presidência da Câmara é do Instituto das Águas do Paraná e a sua Secretária Executiva exercida pela COMEC.

- Por meio de representatividade de seus dirigentes e/ou técnicos, a COMEC participa, com representantes nas Câmaras de Apoio Técnico (CAT): Passaúna e Irai; Conselho Estadual de Recursos Hídricos; Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto do Ribeira, Projeto Águas do Amanhã; Câmara Técnica do Guarituba.

14.5.3 Estruturação Urbana e Fomento ao Desenvolvimento Econômico da RMC

Agrupadas as ações com interface direta com os municípios e/ou que tratam do desenvolvimento econômico regional.

- Planos Diretores Municipais – analisados os planos diretores de Bocaiúva do Sul e Rio Branco do Sul.
- Plano Estadual de Habitação – participação de reuniões e análise de documentação técnica.
- Plano Multimodal da RMC – Contornos Ferroviários – encaminhamento de diretrizes e recomendações relativas ao Plano junto ao DNIT, IPUC, INFRAERO, SPU e prefeituras, no que se refere ao afastamento dos ramais ferroviários do Núcleo Urbano Central e a integração de outros modais de transporte de cargas e passageiros. O DNIT é responsável pela elaboração dos estudos de viabilidade das alternativas dos desvios ferroviários.
- Contorno Norte – análise de alternativas propostas, com apresentação de sugestão de mais uma alternativa de traçado para deslocar o trânsito de cargas e de longa distância para além de áreas urbanas já consolidadas e para fora da APA Irai.
- Integração do Transporte Metropolitano através da Linha Verde – Curitiba/Fazenda Rio Grande – apresentado em conjunto com o IPPUC e Fazenda Rio Grande, de relatório de estudos preliminares de integração do Transporte Metropolitano da Linha Verde em Curitiba. OI até o Município de Fazenda Rio Grande, para a Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT) que o encaminhou ao DNIT e à Concessionária que administra a rodovia. Firmado Protocolo de Intenções entre o Governo do Paraná, com a interveniência da COMEC, com Curitiba, Fazenda Rio Grande, ANTT e Concessionária OHL – Planalto Sul, visando a implantação da Linha Verde Sul ao longo da BR-116, entre Curitiba e Fazenda Rio Grande.
- Controle do Uso e da Ocupação do Solo - análise referente a projetos de parcelamentos do solo (loteamentos e subdivisões) em áreas urbanas; autorização para registro de imóveis em partes ideais (condomínios), de acordo com o Ofício Circular nº 04/95 da Corregedoria da Justiça; consulta prévia à implantação de indústrias e/ou empreendimentos imobiliários, como parte do processo de licenciamento ambiental; regularização de loteamentos; análise de processos de usucapião; atendimento ao público em geral e orientação aos municípios da RMC nos procedimentos de parcelamento do solo. Realiza vistorias técnicas, inclusive em conjunto com outros órgãos, como IAP e MINEROPAR, e elaboração de relatórios das atividades do setor,

fornecendo informações para subsidiar a compreensão da dinâmica da expansão urbana em Curitiba e Região Metropolitana.

- Câmara Técnica de Cartografia e Geoprocessamento (CTCG) - participação de reuniões mensais da Câmara Técnica e do Grupo de Trabalho de Inventário.
- Sistema de Informações Metropolitanas – desenvolvimento de atividades na área de geoprocessamento, visando subsidiar o planejamento metropolitano e colaborar com o planejamento dos municípios integrantes da RMC. Nesse sentido, destaca-se algumas das atividades desenvolvidas, como: a) revisão e organização em base de dados espacial de desapropriações promovidas pela COMEC; b) localização de processos de áreas usucapiendas na RMC em tramitação na COMEC; c) análise de processos de usucapião em resposta a solicitação da PGE via SEAP/CPE; d) apoio na preparação de base de dados para o planejamento da RMC; e) apoio aos municípios da RMC no georreferenciamento de informações municipais; f) atualização e revisão da base de dados geoespacial quanto ao perímetro dos loteamentos dos municípios de Campo Largo, Piraquara e São José dos Pinhais.
- Análise de EIA/RIMA de projetos na RMC - analisados os Estudos dos projetos da COMPAGÁS, POLIMIX, METALESP e Reservatório do Miringuava.
- Fortalecimento da Gestão Urbana – solicitado ao Ministério das Cidades recursos visando fornecer assistência técnica para capacitação de técnicos municipais para elaboração de planos diretores participativos e implementação dos dispositivos legais do Estatuto das Cidades. Aguardando a definição dos projetos selecionados pelo Ministério das Cidades.
- Câmara Técnica do Sistema Viário da RMC.

14.5.4 Gestão do Transporte Coletivo Metropolitanas

A Diretoria de Transportes desenvolveu em conjunto com a Companhia de Urbanização de Curitiba (URBS) as atividades de Gestão do Sistema de Transporte Coletivo por ônibus da RMC.

Ações realizadas:

- Análise e encaminhamento de solicitações de alteração ou criação de novas linhas de transporte metropolitano, reclamações de usuários dos serviços de transporte metropolitano.
- Realização de reuniões interinstitucionais (COMEC/URBS/DER/CTRC), visando lançar o edital de licitação para 2012. Esta ação envolve os 26 municípios da RMC e contempla as linhas de transporte metropolitano integrado e não integrado e ainda as linhas metropolitanas rodoviárias. Envolve também parcerias com os municípios da RMC que possuem sistema de transporte local cujos ônibus urbanos ou intermunicipais alimentam o Sistema Metropolitanas.

14.6 Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

As ações desenvolvidas estão agrupadas em dois blocos, conforme segue:

14.6.1 Ações Administrativas

- Na área de infraestrutura institucional - avaliação e implantação das alterações nas normas do PARANACIDADE, em decorrência da Lei nº 15.211/2006 e pelo Novo Estatuto – alterações e adequações no Plano de Cargo, Salários e Benefícios, bem com o remanejamento de pessoal e atividades, apuradas em virtude de distorções detectadas, integração das áreas de administração, contabilidade e pessoal, adequações do Contrato de Gestão e desenvolvimento de estudos para adaptações na lei instituidora do PARANACIDADE.
- Tecnologia, Informação e Controle - desenvolvimento de estudos e avaliação dos serviços de tecnologia da informação e telecomunicações, com adoção das medidas necessárias para adequação às reais necessidades da instituição, adequando as rotinas existentes.
- Na área de recursos humanos - além das rotinas específicas, foi desenvolvido estudo visando a implantação de projeto de qualificação e treinamento para o quadro de funcionários.

14.6.2 Ações Operacionais

- Supervisão da elaboração dos planos diretores municipais.
- Acompanhamento e operacionalização do Sistema de Financiamento de Ações Municipais (SFM), junto à Agência de Fomento do Paraná S/A (AFPR).
- Desenvolvimento de atividades e ações voltadas às municipalidades em consonância com sua missão e diretrizes.
- Prosseguimento do cumprimento do Termo de Cooperação Técnica com a AFPR, visando a operacionalização do Programa de Máquinas para Prefeituras (PROMAP), auxiliando na preparação de obtenção da autorização da capacidade de endividamento, na definição de características técnicas dos equipamentos, solicitação de contrato junto a AFPR, emissão de autorização para formalização de contrato com o fornecedor, acompanhamento e fiscalização da entrega do bem para solicitação de pagamento junto à AFPR.
- Supervisão da construção de 16 Centros de Saúde da Mulher e da Criança contratados pelo PARANACIDADE e de 72 unidades contratadas pelos municípios com recursos da SESA.
- Supervisão da construção de 13 postos de bombeiros comunitários, contratados pelos municípios, com recursos da renda líquida do FDU, implementados em parceria com a Coordenadoria de Defesa Civil/Casa Militar.

- Acompanhamento dos procedimentos afetos a aplicação de recursos do Tesouro Geral do Estado e da renda líquida do FDU, transferidos a título não reembolsável aos municípios.
- Acompanhamento de ações afetas a execução da recuperação do trecho da orla paranaense, entre a Praia Brava e o Balneário de Riviera, no município de Matinhos.
- Acompanhamento da conclusão da obra do Centro Cultural Denise Stocklos, com recursos oriundos da SEEC.
- Supervisão da construção de escolas municipais, contratadas pelos próprios municípios, com a utilização, em sua maior parte, de projeto padrão do PARANACIDADE, com recursos de financiamento e do tesouro estadual.
- Supervisão da construção de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e de Centros da Juventude, conveniados com o Governo do Estado.
- Continuidade da implantação do Sistema de Acompanhamento e Monitoramento (SAM) de maneira customizada, para o acompanhamento das obras no Tribunal de Justiça do Paraná, de acordo com o convênio celebrado.



15 Secretaria de Estado da Educação (SEED)

A SEED se norteia, em suas atividades, por quatro eixos de atuação: infraestrutura, gestão educacional, valorização dos profissionais da educação e práticas pedagógicas. As práticas que, dentro de cada eixo, contribuem para a oferta pública de uma educação de qualidade não só àqueles que estão em idade escolar, mas para todos os cidadãos paranaenses.

Percebendo a necessidade de se ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para os alunos da rede pública de ensino, esta Secretaria instituiu uma política de ampliação de jornada, caminhando assim para a implantação da Educação em Tempo Integral. Para esse fim, foram criados vários programas de ampliação de jornada, pelos quais as escolas buscam, por meio de suas necessidades, propor ações que atendam os alunos, a escola e a comunidade de forma significativa.

Em sintonia com as políticas públicas do Ministério da Educação, o Programa Paraná Alfabetizado tem resgatado para a cidadania ativa pessoas que não tiveram a oportunidade de se alfabetizar ou concluir seus estudos em tempo oportuno, cumprindo a meta definida pelas políticas educacionais do governo de superar o analfabetismo em terras paranaenses.

Outras ações de destaque são: a articulação com as redes municipais, tendo em vista a formação dos profissionais docentes nas séries iniciais do Ensino Básico; as Oficinas Disciplinares, importante instrumento de formação profissional que aproxima os técnicos pedagógicos atuantes na gestão educacional dos professores, no seu local de trabalho; simpósios; construção de novas escolas; a ampliação de salas de aula por meio de convênios com prefeituras; implantação do Programa de Reparos em unidades escolares, por meio de descentralização de recursos; melhoria do transporte escolar; ampliação da Educação Profissional na Rede Estadual; investimento na merenda escolar; entre outras.

15.1 Destaques na Educação 2011

15.1.1 Recursos Humanos

Os avanços concedidos ao Magistério fazem parte de uma política de educação que visa valorizar todos os professores e profissionais, e melhorar o ensino público no Paraná.

Cumprir destacar a preocupação mais presente da Secretaria com a política de valorização dos profissionais da educação e a formação de um quadro próprio e estável de professores.

Nesse sentido, foram concretizadas as seguintes ações:

- Levantamento da necessidade de contratação de professores e funcionários para 2.160 estabelecimentos da rede estadual de ensino.
- Atendimento dos candidatos no processo de seleção simplificado, para 2012, com aproximadamente 300 mil inscrições.

- Análise das solicitações e abertura de cerca de 33 mil novos empregos, entre professores e funcionários, para contratação em Regime Especial mediante Processo de Seleção Simplificado (PSS).
- Nomeação de 2.395 professores do Quadro Próprio do Magistério, (Decreto nº 8.970/10), com posse e exercício em janeiro.
- Nomeação de 4.620 Agentes Educacionais I, com posse e exercício em abril.
- Pedido de ampliação de vagas do Concurso Público de 2007, para o cargo de Professor do Quadro Próprio do Magistério, com previsão de nomeação de 11.389 candidatos em dezembro.
- Solicitação de novo Concurso Público para suprimento do cargo de professor do Quadro Próprio do Magistério, com oferta de 22 mil vagas para as disciplinas da matriz curricular, pedagogos e educação especial.
- Concessão de 13.134 licenças - 11.883 especiais, 297 sem vencimentos e 944 remuneratórias para fins de aposentadoria; concessão de 1.621 aposentadorias; 3.800 processos de aposentadoria e abono permanência informados para análise da PARANAPREVIDÊNCIA.
- Atendimento ao Concurso de Remoção, com 14 mil inscritos.
- Concessão parcial da equiparação salarial para 58.955 professores da rede pública estadual do Paraná.
- Atendimento dos pedidos de disposição de pessoal do Magistério para outros Órgãos e ou Secretarias.

15.1.2 Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional

No Paraná, a inclusão educacional é um projeto responsável, gradativo, dinâmico e em transformação, exigindo do Poder Público o absoluto respeito e reconhecimento às diferenças individuais dos alunos e a responsabilidade quanto à oferta e manutenção dessa Rede de Apoio à Inclusão composta por serviços apropriados ao seu atendimento. Para tanto, destaca-se:

- Credenciamento e autorização de funcionamento de 394 Escolas de Educação Básica, na modalidade de educação especial, educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos – Fase I com oferta concomitante de Educação Profissional – Formação Inicial (antigas Escolas de Educação Especial), assim como credenciamento e autorização de funcionamento de 04 novas Escolas de Educação Básica.
- Autorização de 100 Termos Aditivos ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira.
- Repasse financeiro anual (incluindo a previsão do repasse de dezembro e 1/3 de férias) R\$ 68,8 milhões para os Convênios de Cooperação Técnica e Financeira.
- Repasse para custeio das Escolas Conveniadas com a SEED/DEEIN no valor de R\$ 9,0 milhões.

- Formação de 190 profissionais tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, para atuar nas salas de ensino comum, com alunos surdos matriculados.
- Ampliação de 04 convênios do Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH): Hospital Universitário do Oeste do Paraná, em Cascavel; Hospital Infantil Doutor Waldemar Monastier, em Campo Largo; Hospital Regional do Litoral, em Paranaguá; e Clínica HJ, em União da Vitória.
- Palestra em eventos externos em Tangará da Serra–MT e Natal–ES.
- Monitoramento do Programa Escola Acessível (345 escolas).
- Participação nas discussões do Plano Nacional de Educação.
- Renovação dos Convênios Serviço de Atendimento a Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH).
- Realização de 331 avaliações psico educacional no contexto escolar.

15.1.3 Diretoria de Tecnologia Educacional

No âmbito da inclusão digital e uso de tecnologias educacionais, a SEED tem como princípios norteadores de suas ações: o acesso universal às tecnologias educacionais; o incentivo e valorização da produção docente; a integração de mídias como suporte à prática pedagógica; e a ampliação da abrangência das ações de formação continuada utilizando alternativas tecnológicas.

Esses princípios servem de base às ações desenvolvidas em 2011, quais sejam:

- Produção, pesquisa e publicação de conteúdos em formato digital no portal Dia a dia Educação.
- Produção e veiculação de programas educativos pela TV Paulo Freire e Rádio Web; implantação de laboratórios de informática e TV Multimídia em todas as escolas da rede estadual de ensino.
- Formação continuada no apoio ao uso de tecnologias; suporte técnico a instalação de manutenção dos laboratórios de informática das escolas da rede estadual de ensino; implementação dos programas ProInfo Integrado e FormAção pela Escola, em parceria com o Ministério da Educação.
- Aplicação de questionário online a 36 mil professores e 28 mil alunos da rede para avaliação dos serviços prestados pela DITEC e posterior análise dos resultados objetivando melhorias.
- Estudo das soluções/propostas pela Google e Microsoft, visando à implantação de ferramentas, e-mail e rede social para os alunos da rede.
- Apresentação do Novo Portal Educacional.
- Análise de diversas ferramentas para utilização em sala de aula, elencando pontos positivos e negativos, incluindo custo benefício, sendo apresentado protótipo da "Sala de Aula - conexão para o futuro".
- Pesquisa e desenvolvimento de sistema para cálculo do Novo Porte das Escolas.

- Viabilização de aquisição de software para elaboração de horário de aulas nos estabelecimentos de ensino da rede.
- Instalação do Laboratório de Informática facilitando e proporcionando a utilização dos equipamentos para cursos da SEED, bem como readequação das salas disponíveis para cursos.
- Curso de "Introdução a informática básica" para funcionários Agente Educacional I, proporcionando sua inserção no mundo digital.
- Digitalização e copiagem de conteúdos educacionais; criação e produção de recursos educacionais midiáticos; pesquisa e desenvolvimento de aplicativos e softwares educacionais livres; web rádio escola (disponível no portal).

15.1.4 Políticas e Programas Educacionais

A Secretaria da Educação conta com um setor responsável por assegurar a integração entre as ações dos departamentos, coordenações e demais segmentos de atuação, articulando suas políticas e programas educacionais a fim de garantir uma educação básica pública com qualidade.

Tais políticas incluem prevenção ao uso indevido de drogas, cidadania e direitos humanos, educação ambiental, enfrentamento à violência nas escolas, educação fiscal e financeira, vizinhança escolar segura, erradicação do trabalho infantil, defesa civil, PET, Bolsa Família e educação nas Unidades de Socioeducação.

Em 2011, destaca-se as seguintes atividades:

- Articulação com a Rede de Proteção, Ministério Público, Conselhos Tutelares para garantia de direitos das crianças e dos adolescentes.
- Participação em diversos conselhos e fóruns estaduais e municipais.
- Finalização do curso "Escola que protege" – SEED/UFSC/UFPR.
- Participação no PREVIDA, Agenda Unificada, Evento 18 de Maio, Erradicação do Trabalho Infantil.
- Programa de Escola Sustentável - Meio Ambiente.
- Projeto Meio Ambiente e Escotismo.
- Projeto ABAPAN, Ambiental Florestas (região Castro).
- Parceria COPEL, SANEPAR, PTI – Iguaçu.
- Implementação da Agenda 21 nos municípios solicitantes do Estado.
- Implantação do Projeto Escola Parque, em parceria com a SEMA.
- Acompanhamento do Bolsa Família – Frequência Escolar e do PET.
- Curso de Disseminadores de Educação Fiscal, com a formação de 47 tutores.
- Projeto de Educação Financeira.
- Programa Saúde na Escola - cadastro no SIMEC dos municípios, com a inclusão de mais 72 municípios do Paraná.
- Programa Saúde Mental – Comitê Intersecretarial – parceria SESA, SEJU e SEED.

- Webconferências sobre bullying, saúde mental, bolsa família.
- Evento de Mobilização Paranaense para Promoção da Saúde Mental e Implementação da política Estadual sobre Drogas, em novembro.
- Programa Escola Aberta, com 24 escolas.
- Organização do Comitê Interdepartamental para atendimento aos CENSES/PROEDUSES.
- Prevenção às drogas, com campanhas contra tabagismo (com cerca de 200 pessoas), assessoramento às escolas, enfrentamento às violências.
- Parceria com Patrulha Escolar (Vizinhança Escolar Segura) e Defesa Civil.
- Formação no PDE de 2.400 professores, turma 2010 e formatura de 2.400 professores turma 2009, culminando com o término do período de afastamento de 100% da docência desses professores.
- Reconfiguração do curso intitulado Grupo de Trabalho em Rede (GTR), atendidos com 2.354 grupos no ambiente Moodle, com 29.569 professores.
- Organização do ISBN para as produções científicas do PDE.
- Valorização das titulações stricto sensu mediante aproveitamento total.
- Elaboração e divulgação online dos Cadernos PDE das Turmas 2007 e 2008, com ISBN, em forma de revista eletrônica das produções dos professores PDE.
- Apresentação do PDE em Angola.
- Atendimento à aproximadamente 1.000 oficinas com 39 mil profissionais, na formação em ação no 1º semestre e 1.300 oficinas/eventos/simpósios com 35 mil profissionais no 2º semestre.
- Atendimento a cursos à distância na plataforma Moodle - cursos de Gestores; de Avaliação; e para atendimento SAREH, GTR/PDE.
- Formação de tutores para atender os cursos à distância e GTR.
- Acompanhamento e assessoramento ao programa UCA.
- Formação de gestores, pedagogos e funcionários.
- Organização do curso Pro gestores online.
- Acompanhamento logístico Prova Brasil, Provinha Brasil, ENEM, SAEB, PISA.
- Organização dos eventos Sala Mundo, Educere, ABTRH, Itaú Social.
- Organização dos espaços de Curitiba (Instituto Federal do Paraná e Colégio Estadual do Paraná), recursos humanos e infraestrutura que irão atender os alunos concluintes VIZIVALI – aproximadamente 1.800 matriculados.
- Validação dos professores da rede inscritos no Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR), aproximadamente 766, com o acompanhamento da Plataforma junto ao MEC e envio ao MEC dos documentos legitimados no Fórum de apoio à Formação Docente.
- Acompanhamento PARFOR/UAB/VIZIVALI - reuniões com as IES, Conselho Estadual de Educação, Sindicato das escolas particulares, polos.
- Assinatura da Portaria nº 2201, em agosto, que instituiu os polos PARFOR mantidos pelo Estado.

15.1.5 Departamento de Educação Básica

Realizou as seguintes ações e atividades:

- Caderno de Expectativa de Aprendizagem - elaboração coletiva do caderno para as 14 disciplinas da Educação Básica, envolvendo a participação de professores da rede, durante a semana pedagógica de julho e técnicos dos 32 Núcleos Regionais da Educação, resultando em aproximadamente 11 mil contribuições.
- Oferta de 1.761 oficinas, descentralizadas, das disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica, com a participação 38.051 professores, com carga horária de 8 horas.
- Oferta de 218 oficinas, descentralizadas, da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com a participação de 4.305 professores.
- Prova Brasil - formação continuada abordando aspectos pedagógicos desta avaliação, realizada em cinco polos, atendendo 1.790 professores de Língua Portuguesa, Matemática e Pedagogos atuantes nas redes estadual e municipal de educação.
- Consulta Pública do Ensino Médio por Blocos com o objetivo de traçar o perfil desta organização. O DEB organizou dois instrumentos, um destinado aos alunos e outro aos professores. Participaram da consulta 6.392 docentes e 5.559 alunos.
- Ensino Médio Inovador - Programa Federal, assinado em 2009, com o objetivo de ampliar a carga horária do ensino médio, por meio de ações inovadoras, ofertadas no contra turno. As atividades deste programa iniciaram em 29/08/2011 em 83 estabelecimentos da rede estadual de ensino, ofertando uma disciplina e atendendo aproximadamente 2.100 alunos.
- Convênio com a Associação Inter-religiosa de Educação (ASSINTEC) - cooperação técnica e pedagógica, visando o desenvolvimento do Ensino Religioso nas escolas públicas da rede estadual de ensino.
- Elaboração da Instrução nº 08/11 - SUED/SEED – Implantação do Ensino Fundamental de 9 anos no Estado do Paraná.
- Análise e emissão de parecer de aproximadamente 4.000 processos relativos a matriz curricular do sistema estadual de ensino em cumprimento à Deliberação nº 02/10 CEE/PR, Instruções nº 021/10 SUED/SEED e nº 08/11 - SUED/SEED, tendo em vista a implantação simultânea do Ensino Fundamental de 9 anos no Estado.
- Organização da premiação da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP) - fase regional, com a participação de 400 pessoas entre alunos, professores e convidados.
- Olimpíada de Língua Portuguesa - formação de 57 profissionais, dentre técnicos dos Núcleos Regionais da Educação, professores finalistas e coordenadores pedagógicos de escolas premiadas em 2010. Estes professores serão multiplicadores no início de 2012

em todas as escolas da rede estadual de ensino, visando ampliar a participação da Olimpíada no Estado.

- Execução da aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA 2010 no Estado do Paraná. As provas aconteceram em Curitiba, Colombo e Mauá da Serra.
- Adesão ao ENCCEJA e ENEM como certificadores do ensino fundamental e ensino médio.
- Adequações no Sistema Informatizado de EJA quanto à Proposta Pedagógica, Regimento Escolar, Reclassificação e inserção da Matriz Curricular da EJA nas Escolas Indígenas, conforme a Instrução nº 32/2010 – SUED/SEED.
- Realização dos Exames de EJA do Paraná com 72.454 candidatos inscritos, envolvendo 120 municípios, com 253 Estabelecimentos de Ensino credenciados, nos 32 Núcleos Regionais de Educação.
- Constituição de 2.816 turmas de alfabetização envolvendo 2.816 alfabetizadores e 436 coordenadores locais nos municípios paranaenses.
- I Seminário Estadual de Educação Prisional do Paraná realizado de 12 a 16/12/2011, envolvendo 200 participantes, com carga horária de 30 horas.

15.1.6 Educação Integral

As atividades de ampliação de jornada foram iniciadas em março, após análise e avaliação dos programas desenvolvidos nos anos anteriores e, a partir dos resultados dessa avaliação, foram realizadas readequações para atender as demandas emergentes.

Nesse sentido, a SEED ampliou os programas de sucesso, contemplando um maior número de escolas e alunos e criou outros, buscando parceiros com experiência em determinadas áreas de atuação, unindo esforços para que os resultados sejam mais impactantes e a cada dia fique mais evidente e significativo o trabalho intersetorial e em rede.

O quadro a seguir apresenta os programas e ações, bem como o seu atendimento.

PROGRAMA		ATENDIMENTO		
		Nº de escolas	Nº de escolas	Nº de escolas
Mais Educação	Entre os principais objetivos desse Programa está a contribuição para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, o apoio à ampliação do tempo e do espaço educativo e a extensão do ambiente escolar, com vistas à ampliação das oportunidades de aprendizagem, mediante a realização de atividades no contraturno contribuindo para a redução da evasão, da reprovação e da distorção idade/série.	319	1.926	31.900
Sala de Apoio	Até 2010, preocupação maior do Programa era estabelecer um processo de enfrentamento dos problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática, na 5ª série do Ensino Fundamental, em escolas que atendiam critérios predeterminados. Em 2011, foi autorizada a ampliação de demanda para esse Programa com a autorização da abertura de Salas de Apoio para turmas 5ª e 8ª séries (independente do número de turmas dessas séries) e para 6ª e 7ª séries, conforme solicitação e justificativa da escola.	1.429	8.447	126.705
PRECUNI/UNILEVER		18	288	1.529
Guarda Mirim		1		700
Segundo Tempo	Em 2011 houve a retomada desse Programa, junto a Paraná Esporte, atendendo 208 escolas com 832 turmas e 20.800 alunos. A proposta da SEED, junto a essa instituição, consiste no acompanhamento pedagógico das escolas e da efetividade do Programa.	208	832	20.800
Atividades Complementares Curriculares de Contraturno	Por meio deste Programa, cada escola pode propor uma atividade de ampliação de jornada por modalidade de ensino. As atividades foram organizadas por Macrocampos, quais sejam: Aprofundamento da Aprendizagem, Experimentação e Iniciação Científica, Cultura e Arte, Esporte e Lazer, Tecnologias da Informação, da Comunicação e uso de Mídias, Meio Ambiente, Direitos Humanos, Promoção da Saúde, Mundo do Trabalho e Geração de Rendas.	1.657	2.405	45.000
Contraturno SESC/SENAC	A SEED firmou, no ano de 2011, convênio com o Sistema FECOMERCIO (SESC/SENAC) para a implantação do Programa Contraturno SESC/SENAC, visando ao desenvolvimento de atividades em contraturno direcionadas aos alunos do 1º ano do Ensino Médio da rede pública de ensino. Assim, estão sendo desenvolvidas atividades em letramento, raciocínio lógico, oratória, comunicação escrita e informação profissional.	44	65	1.300
Jovem Agricultor Aprendiz/ SENAR	O Programa foi elaborado pelo SENAR - PR para atender jovens agricultores entre 14 a 18 anos, inseridos no contexto de atividades agrossilvopastoris, diante da necessidade de se levar aos jovens do meio rural treinamentos de aprendizagem profissional rural. Esta Secretaria propôs uma parceria com o SENAR para atender as escolas localizadas na Região do Paraná Centro, no sentido de valorizar o espaço onde as mesmas estão inseridas, promovendo ações para que os jovens permaneçam em suas regiões.	6	11	275
CELEM	Este Programa, além de promover o conhecimento do idioma das etnias formadoras do povo paranaense, contribui para o aperfeiçoamento cultural e profissional de seus alunos e possibilita a ampliação de oportunidades do estudo de línguas estrangeiras modernas. As línguas ofertadas são: Alemão, Italiano, Inglês, Francês, Espanhol, Japonês, Mandarim, Ucraniano e Polonês.	1.530	4.125	85.000
TOTAL			18.099	313.209

15.1.7 Departamento de Legislação Escolar

É responsável pela vida legal das Instituições de Ensino e vida escolar dos alunos. Também desenvolve projetos referentes as Metas do Governo e é responsável por dar respostas às reivindicações das escolas estaduais, municipais, particulares e conveniadas feitas à equipe da Secretaria, durante as visitas realizadas aos 32 Núcleos Regionais de Educação (NREs).

Em 2011, foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Solicitação ao Conselho Estadual de Educação para a implantação simultânea do Ensino Fundamental de 9 anos – 6º ao 9º anos em 2012 (resposta no Parecer nº 407/2011-CEE/CEB).
- Assessoramento e disponibilização de pessoal para a Assessoria Jurídica da SEED nas Comissões de Sindicância.
- Organização de Artigo Científico sobre o Curso em Gestão apresentado no EDUCERE – novembro.
- Organização das Matrículas 2012.
- Planejamento e implementação do Sistema Estadual de Acompanhamento das Reivindicações Escolares (SEARE), em conjunto com a CELEPAR.
- Gerenciamento na implantação e implementação das propostas de oferta dos diferentes níveis e modalidades de ensino, nos estabelecimentos que fazem parte do Sistema Estadual de Ensino.
- Emissão, diagramação e encaminhamento de 4.835 Resoluções Secretariais, para publicação no Diário Oficial do Estado.
- Estudo com a CELEPAR para a implantação do Projeto Análise Virtual de Processos, de assuntos pertinentes à CEF.
- Orientações para a implantação do Ensino Fundamental de 9 anos.
- Criação e autorização de 400 Escolas de Educação Básica, na modalidade educação especial.
- Inserção no Sistema de Vida Legal (VLE) dos Pareceres do CEE/PR relativos à adequação dos cursos técnicos ao novo Catálogo Nacional, nos estabelecimentos da rede estadual e particular.
- Controle diário das resoluções, feito por meio de listagens, para conferência e assinatura da SUED. Vida Legal do Estabelecimento de Ensino e publicação no Diário Oficial do Estado.
- Tramitação de 9.300 processos, dos quais 4.113 foram concluídos.
- Criação, estruturação e implantação do Projeto do Sistema Estadual de Bibliotecas Escolares.
- Reestruturação da Biblioteca Rubens Mester – 11/07/2011.
- Implantação da Rede Estadual de Bibliotecas Escolares em uma Biblioteca, por NRE.
- Pesquisa e Análise de Software de um Sistema de Gerenciamento de Biblioteca.
- Criação, estruturação e organização do Curso e Gestão da Organização Escolar, na modalidade EAD, de 06/06 a 23/12, contando com 23.400, desenvolvido em cinco Etapas, com aproximadamente 5.500 cursistas em cada.
- Organização e Estruturação da Biblioteca do Colégio Estadual Tagaçaba Porto da Linha.
- Projeto para visitação, com atividades culturais e literárias, à Biblioteca Rubens Meister, sendo envolvidos 640 alunos de 16 escolas.

- Estruturação e organização de Projeto de Comemoração aos 100 anos da poetiza Helena Kolody.
- Projeto de Criação de Revista Científica online para a SEED.
- Com relação à demanda de documentos escolares de todo Sistema do Estado do Paraná, foram atendidos:

PARANÁ		TOTAL
Número de Escolas		7.384
Relatório Final	Validados	33.907
	Analisados Devolvidos p/ Correção	7.994
	Aguardando Ato Oficial	4.435
	Aguardando Análise	18.198
Diplomas		1.136
Protocolados	Regularização Vida Escolar	473
	Convalidação	125
	Cessação	201
	Ata Erro R.F.	774
Diploma - Sere Web		41.696

- Serviços prestados à comunidade Escolar e ao Sistema, destaca-se entre outros: a) Certificação do Ensino de 2º Grau para fins de continuidade de Estudos – Lei nº 5.692/71; b) Revalidação e Equivalência de Estudos Realizados no Estrangeiro; c) Processos de Documentos Inidôneos; d) Expedição de Históricos Escolares de Estabelecimentos de Ensino Extintos; e f) Expedição de Certidões de Regularidade de Estudos.

15.1.8 Educação Profissional – Educação e Trabalho

- Expansão da Educação Profissional - Programa Brasil Profissionalizado por meio dos Convênios 700228, 750015, 750018, todos de 2008 e MEC/FNDE com: a) implementação de construção dos CEEPs, com as obras em execução em Francisco Beltrão, Manoel Ribas, Laranjeiras do Sul, Pitanga e Terra Roxa; b) execução da obra de ampliação do CEEPA da Lapa; c) entrega do acervo bibliográfico para 44 cursos atendidos, em 339 Estabelecimentos de Ensino contemplados, com 242.400 exemplares adquiridos; d) entrega de 147 laboratórios específicos de Cursos Técnicos e 54 em fase de entrega; e) total de 375 laboratórios básicos padrão MEC com equipamentos em fase de entrega nos estabelecimentos, sendo 76 de biologia, 02 de eletrônica, 53 de física, 94 de informática, 64 de matemática e 85 de química.
- Adequação da merenda escolar nos Colégios Agrícolas, substituindo os enlatados por carne in natura. Foram entregues três remessas de congelados de bovinos em cubos (2.760 kg) e frango grelhado em tiras (3.312 kg).
- Implantação da Casa Familiar Rural de São Jorge do Patrocínio, com a oferta de 1ª série do ensino médio, com 28 alunos.

- Ampliação da rede estadual na educação profissional, com 41 novos cursos técnicos atendendo a um total de 96.810 alunos, em 339 estabelecimentos de ensino e 170 municípios.
- Seguro de vida para os alunos que fazem estágio obrigatório – licitação concluída com empresa vencedora, aguardando assinatura governamental. Atendendo assim uma necessidade dos Colégios que ofertam Cursos Técnicos com estágio obrigatório.
- Autorizado pelo governador que os diretores dos colégios estaduais assinem os termos de convênio para os estágios obrigatórios.
- Levantamento da situação legal dos Cursos Técnicos em andamento, sendo expedidos 149 Pareceres de Autorização de Cursos pelo CEE/PR.
- Acompanhamento e parceria com o MEC dos programas ProFuncionário (10.396 alunos), ProInfantil (319 alunos), e-Tec Brasil (15.061 alunos atendidos) e Adolescente Aprendiz (460 alunos).
- Parcerias com SESI/SENAI/FIEP (assinado Convênio - Contraturno, Egressos e EBP), PRONATEC (oferta da formação inicial e continuada com 11.044 vagas para alunos do Ensino Médio da Rede Pública Estadual nas instituições IFPR, SENAC e SENAI) e Cidade Júnior / UTFPR (Empreendedorismo).
- Realização de dois Simpósios com vistas à discussão dos avanços e dificuldades da integração, atendendo 600 professores, e da X Etapa do Curso – Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino fundamental e Nível Médio – Guarani e Kaingang, atendendo 46 indígenas.

15.1.9 Superintendência de Desenvolvimento Educacional

É responsável por garantir o suporte físico que viabiliza o funcionamento dos estabelecimentos da rede estadual de educação básica.

Visando a melhoria da qualidade do ensino público e garantindo a maior eficácia do sistema educacional, desenvolveu em 2011:

- Distribuição de 30 mil materiais permanentes – enxoval básico no valor total de R\$ 4,6 milhões e 28.265 materiais de consumo – kit merenda no valor total R\$ 85,0 mil.
- Ampliação dos recursos repassados para o transporte escolar (de R\$ 28,0 para R\$ 58,0 milhões), adequação dos critérios de repasse dos recursos do PETE aos municípios e implantação do Manual de Normas do Transporte Escolar no Estado.
- Criação do Comitê Estadual de Transporte Escolar (Decreto nº 2.038/2011).
- Constituição dos Comitês Municipais do Transporte Escolar.
- Implantação e aprimoramento do Sistema de Gestão do Transporte Escolar (SIGET).
- Implantação do Manual de Normas do Transporte Escolar no Estado.
- Aquisição de 18.790.171 kg de alimentos (frutas, hortaliças, leite pasteurizado e outros produtos provenientes da agricultura familiar, carnes congeladas e demais gêneros alimentícios), totalizando R\$ 96,8 milhões. Destes alimentos, foram distribuídos, até outubro, 10.399.314 kg, no valor de R\$ 45,3 milhões.

- Realização de duas webconferências - chamamento público Agricultura Familiar e Avaliação Nutricional, destinadas a todas as escolas e público relacionado à agricultura familiar.
- Avaliação nutricional de toda a clientela escolar, bem como funcionários da educação.
- Criação do projeto Escola com Saúde – Cuidando de quem sempre cuidou.
- Obras escolares:

UNIDADES NOVAS			
Concluído	3	Andamento	22
Investimento	R\$ 8.983.204,72	Investimentos	R\$ 60.817.711,11
AMPLIAÇÕES			
Concluído	6	Andamento	9
Investimento	R\$ 6.661.883,90	Investimentos	R\$ 10.528.398,81
MELHORIAS			
Concluído	12	Andamento	51
Investimento	R\$ 1.844.829,88	Investimentos	R\$ 2.182.272,79
REPAROS NORMAIS			
Concluído	26	Andamento	17
Investimento	R\$ 5.241.477,65	Investimentos	R\$ 5.887.603,21
REPAROS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (ANDAMENTO ATA 2010/2011)			
Concluído	38	Andamento	11
Investimento	R\$ 10.445.524,63	Investimentos	R\$ 4.235.689,09
QUADRAS ESPORTIVAS COBERTAS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS			
Concluído	1	Andamento	4
Investimento	R\$ 372.418,03	Investimentos	R\$ 1.255.688,82
EMERGENCIAL - DISPENSA LICITAÇÃO			QUANTIDADES
Em Análise p/ Liberação	R\$ 268.557,14		5
Pagos	R\$ 301.450,82		5
Total	R\$ 570.007,96		10
FUNDOS ROTATIVOS GESTÃO DESCENTRALIZADA			Quant. Registrado
Analisados e pagos	R\$ 2.487.652,24		17
FUNDOS ROTATIVOS			Quant. Registrado
Em Análise p/ Liberação	R\$ 1.040.180,22		117
Pagos	R\$ 2.830.277,40		337
Total	R\$ 3.870.457,62		454

- As Informações coletadas no Censo Escolar da Educação Básica servem de base para a formulação de políticas públicas educacionais e para distribuição de recursos públicos.

NÚMERO APROXIMADO DE PESSOAS E/OU ESCOLAS ATENDIDAS PELA AÇÃO, PROGRAMA OU PROJETO

ANO	TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - ATIVOS	TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS
2007	9.029	2.730.270
2008	9.360	2.727.837
2009	9.262	2.706.018
2010	9.303	2.682.532
2011 ⁽¹⁾	9.192	2.640.292

NOTA: Computados no Total de Alunos as matrículas de todas as redes de ensino e nas modalidades regular, especial e educação de jovens e adultos.

(1) Dados Preliminares.

15.1.10 Capacitação de Recursos Humanos

Em 2011, foram realizados 12.506 eventos de formação continuada, com 1.815.492 vagas, sendo: 9.447 eventos das Semanas Pedagógicas (1.601.273 vagas), que ocorreram em fevereiro e julho nas escolas estaduais de todo o Estado, com o objetivo de instrumentalizar todo o coletivo escolar sobre sua prática pedagógica oferecendo espaço e elementos para discutir suas necessidades, desafios e seu Projeto Político Pedagógico. Também nas escolas, foram realizados 2.311 eventos de Equipe Multidisciplinar (69.290 vagas), com o objetivo de subsidiar discussões e promover debates e ações a respeito da implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08. Os 748 eventos restantes (144.929 vagas), foram propostos pelos Departamentos, Diretorias, Coordenações da SEED e Núcleos Regionais de Educação, com objetivos diversos, mas também voltados a toda a comunidade escolar.

No âmbito das atividades à distância, foram ofertados 3.211 cursos, com a participação de 71.284 cursistas.

15.1.11 Departamento de Diversidade

Atua na defesa e promoção dos direitos humanos dos sujeitos da diversidade, oferecendo formas de acesso a escola, de continuidade na formação escolar para povos indígenas; ilhéus e ribeirinhos, trabalhadoras(es) rurais e sem terra, pequenas(os) agricultoras(es), cipozeiras(os), faxinalenses, pescadoras(es), acampadas(os) e assentadas(os); povos das comunidades remanescentes de quilombos e população negra; ciganas(os); mulheres e homens (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, travestis e heterossexuais), discriminados pela sua cor, raça, etnia, orientação sexual, gênero, condição sexual e cultural.

Neste sentido, em 2011, teve como principais atividades:

- Atendimento a 606 escolas do Campo, entre elas 20 Escolas de Assentamento da Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; 10 Escolas Itinerantes e 07 Escolas das Ilhas.
- Realização de quatro Encontros de Formação do Projovem Campo Saberes da Terra.
- Formação do programa Escola Ativa desenvolvido em 94 municípios, com o total de 554 escolas; 1.035 turmas e 18.137 educandas(os).
- Atendimento a 36 escolas indígenas nos níveis de ensino: educação infantil, ensino fundamental e médio.
- Impressão de 6.000 exemplares do material Relatos de Intercâmbio entre Comunidades Guarani, distribuídos em 1.250 escolas indígenas e não indígenas.
- Impressão de 22.058 exemplares de materiais didáticos Guarani e 8.593 exemplares de materiais didáticos Kaingang; para atendimento de 4.300 alunas(os) e professoras(os) indígenas.

- Realização do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas por meio de conferências, oficinas e construção de planos de ação, atendendo seis NREs, 67 municípios, 67 colégios/escolas, 156 e 150 agentes de saúde.
- Exposição “Somos Iguais – Preconceito Não” - aberta à visitação pública. Durante a exposição os jovens vivendo com HIV/aids realizaram rodas de conversa com as 28 escolas visitantes e 1.000 alunos envolvidos e 150 profissionais da educação.
- Para as relações da diversidade étnico-racial, constituição da Equipe Multidisciplinar em 2.167 estabelecimentos de ensino, envolvendo aproximadamente 30.000 educadores, onde cada equipe realizou 10 encontros com carga horária de 8 horas cada, totalizando 80 horas de trabalhos de formação.

15.2 Entidade Vinculada - Colégio Estadual do Paraná (CEPR)

Em 2011, o CEPR realizou as principais atividades:

- Tratativas com vistas à celebração de convênio com a UFPR com o intuito de implantar no Colégio Estadual do Paraná uma sala de Cuidados de Enfermagem para atendimento da comunidade escolar do CEPR, visando ações que colaborem na melhoria da qualidade de vida dos educandos e da comunidade.
- Reativação do Consultório Odontológico, com a capacidade mensal de 400 atendimentos.
- Implementação do Programa “Documentador” cedido gratuitamente pela CELEPAR.
- Regularização da documentação dos Cursos Técnicos.
- Concluídas as obras no Auditório.
- Encaminhamento de pedido de rescisão do contrato para execução de obra da alteração do acesso à escola, para a Rua Padre Antônio.
- Recuperação emergencial do telhado do Salão Nobre e Auditório.
- Construção e instalação do Laboratório de Prótese Dentária.
- Adaptação elétrica para viabilizar o funcionamento do Laboratório de Matemática.
- Iniciado o procedimento para a reforma e melhoria do telhado do prédio central e do ginásio de esportes.
- Ampliação da demanda para garantir as atividades de treinamento que atendem cerca de 1.050 e as Oficinas de Arte que atendem cerca de 1.200 alunos no contra turno.
- Ampliação da demanda para professores laboratoristas.
- Volta do Professor Coordenador de Disciplina.
- Professor Auxiliar.
- Implantação do reforço de merenda com a oferta de almoço e jantar, que atende, diariamente, cerca de 1.500 alunos, além de funcionários e professores.
- Ampliação de vagas no ensino médio em cerca de 20%.
- Retorno da Semana Cultural.

- Retomada do projeto “Sedução Poética”, com a publicação de livro com os trabalhos dos alunos, incentivando os educandos a lerem e produzirem literatura. No ano foram publicados e serão distribuídos 900 exemplares.
- Realização do “Café Literário”, organizado pela Coordenação de Língua Portuguesa.
- Novo laboratório de informática que servirá para a formação continuada dos professores da SEED e também para toda a comunidade escolar do CEPR.
- Aquisição de novos livros para o ensino fundamental, médio e profissionalizante.
- Informatização do sistema de controle de empréstimo e devolução de livros.
- Abertura do espaço para a realização de atividades extracurriculares com os alunos e comunidade escolar, inclusive nos finais de semana.
- Reinstalação da Rádio Intervalo.
- Projeto de integração da Rádio Intervalo com a Rádio Educativa, para divulgar a programação produzida na Rádio Intervalo.
- Administração de conteúdos publicados no sítio de internet do Colégio (www.cep.pr.gov.br), com o objetivo de agilizar e otimizar o processo de atualização noticiosa e institucional, consolidando a imagem do CEPR junto à comunidade de internautas, o que se reflete nas 34.848 visualizações que a página inicial obteve apenas no período de 02 de outubro a 23 de novembro.
- Publicação de Jornal – FALA, CEP!.

Família e Desenvolvimento Social



16 Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS)

A SEDS, conforme disposições na Lei nº 16.840 de 28 de junho de 2011, é o órgão responsável pela organização, promoção e coordenação estadual das Políticas Públicas de Assistência Social, Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, Segurança Alimentar e Nutricional e ações de combate à pobreza e exclusão social, visando a implementação de serviços, programas e projetos que irão beneficiar as famílias em situação de vulnerabilidade social e risco que residem em todas as regiões do Paraná.

Entre os objetivos da Secretaria, estão:

- Consolidar o Sistema Único de Assistência Social em todo o território do Paraná, fortalecendo os municípios na Gestão da Política Pública de Assistência Social, na garantia de proteção social a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.
- Promover articulação intersetorial e o apoio técnico às ações e programas, em âmbito estadual, que propiciem a segurança alimentar e nutricional, a elevação do padrão da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade e risco social e insegurança alimentar.
- Fortalecer o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.
- Executar as Medidas Socioeducativas restritivas de liberdade.

No âmbito do Controle Social, a SEDS tem vinculados à sua estrutura três Conselhos Estaduais: Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), todos responsáveis pela deliberação das respectivas políticas.

Em atendimento ao Plano de Governo 2011-2014, que prevê a reestruturação institucional, é importante ressaltar que a Secretaria ampliou para 23 o número de Escritórios Regionais, descentralizando suas ações nas seguintes regiões: Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Cianorte, Cornélio Procopio, Curitiba, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Pato Branco, Pitanga, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

Além da Sede e dos 23 Escritórios Regionais, em 2011, a SEDS manteve integralmente 18 Centros de Socioeducação e seis Casas de Semiliberdade, totalizando um quadro funcional de 1.522 servidores, sendo 1.372 funcionários efetivos e 150 em cargos comissionados.

Com o objetivo de instrumentalizar e alinhar as equipes técnicas, coordenações e equipes regionalizadas, foram realizados cinco encontros macrorregionais e cinco reuniões técnicas com os profissionais da Sede e Escritórios Regionais, além de reuniões com as equipes que atuam nos Centros de Socioeducação localizados em diversos municípios do Paraná.

Em cumprimento às atribuições institucionais estabelecidas e seguindo sua estrutura programática, a Secretaria desenvolveu as seguintes ações em 2011.

16.1 Coordenação de Gestão do SUAS (CGS)

Atua no aprimoramento da gestão no âmbito municipal e estadual, por meio do apoio técnico aos municípios, objetivando instrumentalizá-los para gestão municipal do SUAS; organiza e acompanha o Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS enquanto instrumento estratégico de planejamento. É responsável também pelo sistema de monitoramento, avaliação e informação, além de fomentar o processo de valorização dos trabalhadores por meio de capacitações permanentes.

- Instrumentos de Gestão - realizados estudos para implementação, aprimoramento e elaboração de novo formulário e manual de preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social para 2012/2013; assessoria técnica aos municípios quanto à elaboração do Relatório de Gestão 2010 e do Plano Municipal de Assistência Social 2011, com o objetivo de garantir que todos os municípios cumpram as exigências legais e possam estar aptos a receber recursos de outras esferas de governo; assessoramento técnico quanto aos procedimentos necessários para o preenchimento do Censo SUAS 2011; elaboração de material denominado Orientação Técnica: Alocação e Execução de Recursos no Fundo Municipal de Assistência Social.
- Gestão do Trabalho - elaboração do Plano Estadual de Capacitação, instrumento de planejamento das capacitações; instituição de cooperação técnica com o IFPR e com a Escola de Governo/SEAP; realização do curso A Política de Assistência Social e a Gestão do SUAS – módulo 01 – modalidade semipresencial, com aproximadamente 1.500 participantes; realização do Curso Desafios da Gestão Contemporânea do SUAS, presencial, para 150 servidores da SEDS com carga horária de 24h.
- Monitoramento e Avaliação - implementação do Plano Estadual de Monitoramento, Avaliação, Informação e Vigilância Social.
- Apoio as instâncias de pactuação e deliberação – por meio da Secretaria Técnica da CIB e do acompanhamento às câmaras técnicas do CEAS; participação no processo de organização e execução das Conferências Regionais e Conferência Estadual de Assistência Social.
- Cadastro de Entidades - renovação e inclusão de cadastro de entidades; e realização de estudo para o reordenamento e aprimoramento do mesmo.

16.2 Coordenação de Proteção Social Básica (CPSB)

Atua na gestão e no fortalecimento, assessoramento, orientação e definição de diretrizes e capacitação das equipes dos escritórios regionais da SEDS e dos municípios, visando a prevenção de situações de risco para a população em situação de vulnerabilidade.

16.2.1 Centros de Referências de Assistência Social (CRAS)

São unidades públicas estatais, geridas pelos municípios, implantadas nas áreas de maior vulnerabilidade social, onde são ofertados os serviços de proteção social básica às famílias.

Seguindo as diretrizes do SUAS, todos os municípios brasileiros devem possuir no mínimo um CRAS em funcionamento, em condições adequadas para atendimento. Em 2010 e 2011, foram repassados ao PARANACIDADE, recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS), no valor de R\$ 5,0 milhões para construção de CRAS, sendo que 03 foram inaugurados até novembro e 40 estão em obras.

Foram realizadas orientações e apoio técnico às equipes dos Escritórios Regionais da SEDS, quanto à expansão dos serviços socioassistenciais e à adesão ao cofinanciamento federal de Equipes Volantes para os CRAS, ofertadas a alguns municípios do Estado. As mesmas caracterizam-se como uma equipe adicional, que integra os CRAS, com o objetivo de prestar serviços de proteção social básica nos territórios de abrangência, para atendimento a famílias que vivem em locais de difícil acesso e ou estão dispersas no território. O Paraná foi contemplado pela expansão de serviços socioassistenciais do MDS, em 2011, com 56 Equipes Volantes, atendendo 52 municípios, num montante de repasse de recurso federal diretamente aos municípios de R\$ 22.500,00 por mês.

Em outubro, foi desencadeado o Censo SUAS, cabendo às equipes da SEDS acompanhar o preenchimento do formulário eletrônico pelos municípios, com orientações sobre a concepção, o preenchimento, prazos, conceitos.

Quanto à realização do monitoramento das metas de desenvolvimento dos CRAS, pactuadas nacionalmente e em conformidade com as diretrizes do SUAS, coube à SEDS atuar na elaboração de um instrumento, o Plano de Providências, para o equacionamento das pendências identificadas no Censo SUAS 2009/2010.

16.2.2 Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Em 2011, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), permaneceu com o cofinanciamento desse serviço executado nos CRAS, além de expandir para mais cinco CRAS do Paraná, cabendo à SEDS atuar fortemente na adesão e no acompanhamento do serviço.

16.2.3 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Serviços para crianças até 06 anos, de 06 a 15 anos e de idosos. Destaca-se a realização da primeira etapa do diagnóstico no Estado, a fim de levantar dados que nortearão o assessoramento, as capacitações e as publicações de protocolos com as diretrizes para a execução dos serviços.

Quanto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos, merece destacar o ProJovem Adolescente. O público-alvo é constituído, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social. O papel do Estado no programa é acompanhar, orientar, capacitar, monitorar e avaliar o serviço desenvolvido pelos municípios.

No Paraná, estão implantados 733 coletivos do ProJovem Adolescente, em 218 municípios, com 18.325 vagas. O valor mensal do repasse do Governo Federal para os fundos municipais de assistência social é de aproximadamente R\$ 846,0 mil.

16.2.4 Programa Atitude

Durante todo o ano, deu-se continuidade às ações do programa, financiado pelo Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (FIA), nos 10 municípios contemplados. Houve a liberação dos recursos financeiros de acordo com o previsto no termo de convênio, tendo a SEDS atuado no acompanhamento da utilização de tais recursos, bem como nas orientações técnicas e administrativas necessárias para o seu pleno desenvolvimento.

Foram atendidas 10.127 crianças e adolescentes, por meio da oferta de oficinas de cultura, esporte, lazer, recreação, cidadania e cursos de qualificação profissional. Além disso, foram desenvolvidas ações socioeducativas que abordaram temas como drogadição, violência e participação social de crianças e adolescentes; eventos que propiciaram o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e também capacitações aos profissionais dos serviços municipais; apoio à Rede de Proteção da Criança e do Adolescente e o fortalecimento da dinâmica do trabalho intersetorial e da discussão sobre o planejamento da política de atendimento à criança e ao adolescente, por meio das reuniões dos Comitês Gestores Municipais, acompanhados pelas equipes regionais da SEDS.

Foram promovidos dois encontros do Fórum de Gestores do Programa Atitude, que contaram com a participação de técnicos das equipes regionalizadas e da sede da SEDS, técnicos de referência dos agentes de cidadania (adolescentes bolsistas) e gestores dos 10 municípios.

A SEDS efetuou o pagamento dos 1.243 adolescentes que recebem o auxílio Bolsa Atitude, que atuam como agentes de cidadania nas comunidades, com um custo anual de R\$ 976,9 mil, oriundos do FIA.

Ocorreu também a finalização dos cursos de Especialização em Gestão de Políticas Públicas na área da Infância e Juventude para profissionais do quadro do Estado e das prefeituras, em parceria com as Universidades Estaduais de Londrina, de Maringá, do Oeste do Paraná e de Ponta Grossa, com a produção de estudos e bibliografias sobre a área e o trabalho desenvolvido.

16.2.5 Centros da Juventude

A execução do Programa consistiu em repasse do recursos financeiros oriundos do FIA, para os municípios para a continuidade das construções dos Centros, totalizando R\$ 24,5 milhões empenhados.

Foi criado um grupo de trabalho intersetorial para propor ações que poderão ser ofertadas nesses espaços, assim como prestar assessoria ao Comitê Gestor Municipal do Programa.

Finalizada a pesquisa do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), realizada nos 29 municípios onde estão sendo implantados os Centros da Juventude. Esta pesquisa procurou identificar as opiniões e interesses da juventude paranaense em relação as atividades que os Centros poderão e deverão implantar, bem como verificar junto às instituições sociais seu interesse em ofertar tais atividades.

16.2.6 Guarda Mirim do Paraná

Atualmente a Guarda Mirim possui parceria e convênios com a Secretaria de Estado da Educação (SEED), Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), Polícia Militar do Paraná, SENAC Paraná, 72 empresas conveniadas de Curitiba e Região Metropolitana, e encontra-se em fase de formalização o convênio com o SENAI Paraná.

Atende adolescentes de ambos os sexos, que estão em atividades constantes e além de atividades extras: esportes, música, banda, disciplina, respeito aos símbolos nacionais. Nas atividades dos adolescentes enquanto aspirantes (início do programa) são: língua portuguesa, matemática, artes e educação física.

Após se tornarem Guarda Mirins, passam a fazer o Curso de Aprendizagem e são encaminhados para as empresas parceiras.

O programa de aprendizagem, com ações de incentivo à profissionalização, atendeu 636 adolescentes procedentes de Curitiba e Região Metropolitana, dos quais 338 foram colocados como aprendizes em 50 empresas conveniadas. Para a reforma do prédio onde funciona a Guarda Mirim e que pertence ao patrimônio do Estado, foram empenhados R\$ 1,6 milhão.

A coordenação atuou na articulação com a Prefeitura de Curitiba para desencadear o processo de municipalização da Guarda Mirim, em conformidade às diretrizes do SUAS e com os preceitos da Constituição Federal Brasileira.

16.2.7 Programa Família Paranaense

A SEDS definiu as diretrizes e estratégias para implantação do Programa no Estado, em parceria com diversos órgãos estaduais, e estabeleceu os critérios de seleção dos municípios; articulou a criação do Comitê Gestor Estadual; realizou visitas *in loco* para confirmação dos diagnósticos realizados; efetivou estudos com o IPARDES para a elaboração do Índice de Vulnerabilidade Social das Famílias, para a identificação e seleção das famílias do programa. Além disso, elaborou Carta Consulta para pleitear financiamento internacional.

QUADRO SÍNTESE DAS METAS REALIZADAS - CPSB

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	META 2011 PREVISTA	META 2011 EXECUTADA
Construção dos Centros de Referência da Assistência Social	Unidade	43	43
Acompanhamento do cumprimento das metas CRAS	Município	399	399
Assessoramento aos CRAS no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), nos 399 municípios	CRAS	475	475
Elaboração e realização da 1ª. Etapa do Diagnóstico e levantamento dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos p/ crianças até 6 anos, 6 a 15 e idosos	Município	399	399
Monitoramento e avaliação do Serviço Socioeducativo Projovem Adolescente, nos Coletivos (grupos) em 218 municípios, com 18.325 vagas	Grupos	733	733
Acompanhamento e capacitação do Programa Atitude	Município	10	10
Acompanhamento e articulação intersetorial para potencializar os Centros da Juventude	Município	29	29
Programa de Qualificação profissional aos adolescentes da Guarda Mirim PR	Adolescente	900	636
Coordenação e articulação geral das ações e estratégias de implantação do Família Paranaense	Elaboração do projeto	1	1

16.3 Coordenação de Proteção Social Especial (CPSE)

Tem como função ampliar e fortalecer a Rede de Proteção Especial no Estado, por meio de planejamento, qualificação de programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais para superação das situações de risco vivenciadas por uma significativa parcela da população paranaense.

16.3.1 Acompanhamento e Monitoramento

- Realização de campanhas educativas para enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes (Campanha Doe sua Voz) e trabalho infantil. Foram destinados aproximadamente R\$ 54,0 mil para a reprodução de 30.000 cartazes, 50.000 folders e 200.000 cartilhas; além da reprodução de 50.000 exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente atualizado pelo CEDCA.
- Realização de três Encontros Macrorregionais com representantes das redes de proteção municipal e estadual; seminários e capacitações relativos ao Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, em Curitiba e Foz do Iguaçu.
- Elaboração de diagnóstico das situações de violência; realizado o Seminário de Monitoramento da Execução do Plano Estadual, em dezembro, no intuito de avaliar os resultados alcançados e planejar as próximas ações.
- Assessoramento aos municípios para implantação e implementação de serviços de proteção social especial e CREAS.
- Diagnóstico e análise para reordenamento dos serviços de acolhimento institucionais de alta complexidade às pessoas que encontram-se em situação de fragilidade e/ou rompimento de vínculo familiar e direitos violados.

16.3.2 Programas e Convênios

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) - cofinanciado pelo Governo Federal. Desenvolvem o PETI, 218 municípios paranaenses, com mais de R\$ 9,0 milhões repassados anualmente ao Fundo Municipal da Assistência Social, atendendo mais de 29 mil crianças e adolescentes. A Secretaria, enquanto gestora da Política de Assistência Social, efetua acompanhamento e orientação aos municípios das ações de combate ao trabalho infantil. A coordenação toma frente da Comissão de Enfrentamento ao Trabalho Infantil, no âmbito do CEAS, e é responsável pela Coordenação e Secretaria Executiva do Fórum Estadual de Enfrentamento ao Trabalho Infantil. Conforme Deliberação nº 32/11 de 30/09/2011, do CEDCA-PR, a Secretaria estabeleceu parceria com o IPARDES, para atualização do Mapa do Trabalho Infanto-Juvenil no Paraná. Elaborado o texto preliminar do Plano Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, que encontra-se em fase de discussão e articulação com as demais Secretarias de Estado.

- Programa Liberdade Cidadã - acompanhamento dos convênios, mediante orientação e análise dos projetos, planos de trabalho, entre outros documentos necessários para a efetivação dos convênios do Programa - Medidas Socioeducativas-MSE (Liberdade Assistida - LA e Prestação de Serviços à Comunidade - PSC), conforme Deliberação nº 52/2011 de 18/11/2011, aprovada pelo CEDCA-PR, via FIA, envolvendo mais de 115 municípios com aproximadamente R\$ 16,0 milhões a serem executados pelos municípios e/ou entidades beneficiadas.
- Programa Crescer em Família - firmados convênios com 55 municípios e 61 entidades, com repasse de R\$ 7,5 milhões. Tem por finalidade a preservação do direito fundamental de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária e ao acolhimento de qualidade. O programa cofinancia modalidades distintas e complementares de atendimento.

16.4 Coordenação de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN)

Tem como atribuições a articulação intersetorial e o apoio técnico às ações e programas em âmbito regional e local, que promovam a segurança alimentar e nutricional, a elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio ambiente, a organização social da população em situação de insegurança alimentar e nutricional e a oportunidade destes terem acesso a qualificação profissional, a geração de trabalho, emprego e renda, e outros programas de natureza estruturante.

As ações realizadas pela Coordenação tem como proposta a interface com o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a partir de programas como: o Programa Família Paranaense, Centro de Referência de Assistência Social, Bolsa Família, Renda de Cidadania e demais programas que propiciem a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

16.4.1 Cozinhas Comunitárias, PRODUSA e Hortas Comunitárias

São considerados equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional que garantem o acesso à alimentação, cursos de formação de práticas alimentares e possibilidade de geração de trabalho e renda, e que recebem visitas técnicas e orientações para melhoria das potencialidades desses *locus*, enquanto espaços para consolidar o DHAA.

Em 2011, foi realizado o monitoramento junto aos Escritórios Regionais e municípios para o efetivo funcionamento dos equipamentos disponibilizados nos exercícios anteriores.

16.4.2 Programa Leite das Crianças

Programa intersetorial desenvolvido pelas Secretarias de Estado da Saúde, da Educação, do Planejamento e Coordenação Geral, da Agricultura e do Abastecimento, do Trabalho, Emprego e Economia Solidária e atualmente a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social.

Objetiva combater a desnutrição infantil e o fomento aos pequenos produtores de leite, sendo atendidas, em 2011, em média 147 mil crianças. A Secretaria é responsável pelo acompanhamento e monitoramento do sistema e do cadastro das crianças efetuado pelos Comitês Municipais.

Em 2011, foram distribuídas 800 caixas térmicas e disponibilizados 50 mil cadastros, visando garantir o início do próximo exercício.

Em outubro, foi instituído o Grupo de Trabalho (Decreto nº 3.069, de 19/10/2011) com a participação da SEDS, para revisão dos Programas Leite das Crianças e do Leite Paraná com a atribuição de levantar as principais dificuldades na execução dos Programas, bem como o levantamento de propostas imediatas para a sua manutenção e ampliação.

16.4.3 Consolidação/Implantação do SISAN

O Governo de Estado, com parceria do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – Paraná, assinou o termo de adesão do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional junto com o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).

Elaboração de novos projetos visando a ampliação dos equipamentos públicos de SAN, bem como a garantia de alimentação à população em insegurança alimentar e nutricional.

QUADRO SÍNTESE DAS METAS REALIZADAS - CSAN

PRODUTO / AÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	META PREVISTA 2011 ⁽¹⁾	META EXECUTADA 2011
Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	Sistema aderido	1	1
Cadastro leite das crianças	cadastro	100.000	50.000
Distribuição de caixas térmicas	Unidade	1.868	800
Acompanhamentos dos comitês gestores - Leite Crianças	Comitê gestor	411	411
Reuniões técnicas com os chefes e técnicos dos Escritórios Regionais: - Apresentação dos projetos e ações de SAN - Capacitação para organização e execução das conferências regionais	Reuniões	2	2
Reuniões para implantação de futuros projetos: Nutrilatina, CEASA e Parque de Tecnologia Social	Reuniões	-	3
Participação em seminários, cursos e palestras: - Encontro de Dirigentes e Técnicos da Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (ABRACEN) - I Seminário – Alimentação Escolar no Contexto das Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional	Seminários e cursos	-	2

(1) Na coluna em que as metas previstas não contêm números considerar ações não previstas anteriormente, mas que aconteceram.

16.5 Coordenação de Renda de Cidadania (CRC)

Promove e apoia o aprimoramento da gestão integrada do Programa Bolsa Família e de outros programas de transferência de renda, além de apoiar a gestão municipal do Cadastro Único e de Programas Sociais e estimular seu uso como mecanismo de planejamento, execução e avaliação das políticas municipais e estaduais voltadas às famílias de baixa renda.

16.5.1 Cadastro Único

Durante o ano de 2011, foi efetuado acompanhamento e assessoramento nos 399 municípios no preenchimento e atualização do Sistema do Cadastro Único. O número de famílias cadastradas no Paraná é de 1.014.375.

Capacitações realizadas: a) de Entrevistadores - destinado para habilitar entrevistadores para a utilização do novo Formulário do Cadastro Único para Programas Sociais, com duração de 32 horas, ministrado pelos técnicos e profissionais do Estado capacitados pelo MDS. Foram nove turmas, divididas em três regionais (02 Ponta Grossa, 03 Umuarama, 04 Curitiba), totalizando 242 pessoas e atendendo 134 municípios; b) de Operadores Municipais Masteres – em parceria com a Caixa Econômica Federal - Gerência de Programas Sociais, ministrado pelos técnicos da Caixa, com duração de 16 horas, para habilitar os operadores municipais na operacionalização do novo sistema de entrada e manutenção de dados *on line* – Cadastro Único V7. Foram 17 turmas em Curitiba, totalizando 403 pessoas capacitadas, atendendo 187 municípios; c) de Instrutores/Multiplicadores - destinado a habilitação de novos instrutores para atuarem como multiplicadores na Capacitação de Entrevistadores, ministrado por técnicos do MDS, com uma turma em Curitiba, totalizando 24 participantes, atendendo 22 municípios.

16.5.2 Programa Bolsa Família (PBF)

Desenvolveu ações em parceria com a área da Educação e Saúde, para o monitoramento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.

O número mensal de beneficiários no Paraná é de aproximadamente 442.553 famílias, gerando em torno de R\$ 49,2 milhões de recursos repassados pelo Governo Federal a essas famílias.

Os municípios paranaenses têm obtido excelentes resultados no acompanhamento das famílias do PBF, superando os índices mínimos e, a maioria, garantindo escores superiores à média nacional. As 399 Prefeituras que assinaram a adesão mantiveram desempenho suficiente à manutenção do apoio financeiro à gestão do Programa.

O Paraná superou a meta de acompanhamento da saúde pactuada junto ao MDS, dos 73,0% pactuados atingiu 79,3% no primeiro semestre.

Na condicionalidade educação, com a média de 545.376 crianças/adolescentes, de 07 a 15 anos, para o acompanhamento da frequência escolar, destes, 464.837 obtiveram frequência maior ou igual a 85%; 25.301 apresentaram a frequência escolar menor que 85% e 55.238 sem informação. Na faixa etária de 16 a 17 anos, com média 57.825 adolescentes em média, 34.259 cumpriram frequência igual ou superior a 75%; 7.545 não apresentaram frequência e 16.021 sem informação.

16.5.3 IGD-E e IGD-M

A média mensal de recursos repassados pelo MDS para a Gestão Descentralizada do Estado (IGD-E) foi de R\$ 38,9 mil e para os 399 municípios (IGD-M) foi de aproximadamente R\$ 906,4 mil, onde os recursos custearam capacitações e aquisições de equipamentos para gestão do sistema do cadastro único no Estado do Paraná.

16.5.4 Programa Luz Fraterna

Responsável pelo encaminhamento dos processos para ressarcimento às Concessionárias de Energia Elétrica, quais sejam: COCEL, COPEL, FORÇA E LUZ DO OESTE, FORCEL, LUZ E FORÇA SANTA CRUZ e CELESC.

Foram atendidos mensalmente, 251.099 domicílios, em média, com ressarcimento às concessionárias de recurso médio mensal de R\$ 2,6 milhões.

16.5.5 Ação Intersetorial

- Capacitação de Operadores Masteres da Frequência Escolar - em parceria com a SEED, destinado aos operados do sistema da frequência escolar, ministrado por técnicos do MEC. Realizadas 04 turmas em Curitiba, totalizando 318 pessoas atendendo 399 municípios. O recurso utilizado foi de R\$ 25,9 mil oriundo de convênio IGDE/SEDS.
- Reuniões com a Comissão Estadual Intersetorial do Cadastro Único – Programa Bolsa Família – aconteceram mensalmente junto com a Comissão de Políticas Sociais, sendo a CRC responsável pela organização e divulgação de material para os demais participantes da Comissão.
- Participação e realização de reuniões e seminários sobre a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único - para mobilização dos municípios na cobertura cadastral e de gestores municipais na execução do Programa Bolsa Família.
- A equipe da Coordenação Estadual participou de reuniões, encontros e seminários convocados pela Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, tais como: I Encontro de Coordenadores e Técnicos Estaduais do Programa Bolsa Família 2011; Seminário Regional do Programa Bolsa Família na Saúde; Encontro Intersetorial do Programa Bolsa Família; Mobilização dos municípios na Cobertura Cadastral; Mobilização de Gestores Municipais na execução do Programa Bolsa Família, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e Plano Brasil sem Miséria.

QUADRO SÍNTESE DAS METAS REALIZADAS - CRC

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	META PREVISTA 2011	META EXECUTADA 2011
Capacitação de Entrevistadores do Cadastro Único de Programas Social	Pessoas	350	242
Capacitação de Instrutores dos Novos Formulários do CadÚnico de Programas Sociais	Pessoas	30	24
Capacitação de Operadores Municipais Masteres para Implantação da Versão 7 do Cadastro Único	Pessoas	50	403
Capacitação de Operadores Masteres da Frequência Escolar no Programa Bolsa Família em parceria com o MEC e SEED	Pessoas	450	318
Encaminhamento dos processos de solicitação de repasse recursos às Concessionárias de Energia Elétrica para o ressarcimento das faturas relativas ao Programa Luz Fraterna	Domicílios	250.000 / mês	251.099 / mês

16.6 Coordenação de Medidas Protetivas e Socioeducativas (CMS)

Responsável pela Política de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, tem como ações prioritárias a execução das medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade.

16.6.1 Medida Socioeducativa de Restrição de Liberdade (Semiliberdade)

- Manutenção de seis Casas de Semiliberdade, totalizando 98 vagas, com 322 adolescentes atendidos.
- Conclusão da construção das Casas de Semiliberdade de Umuarama e Paranavaí, no valor total de R\$ 858,4 mil, com inauguração prevista para o início de 2012.
- Iniciado o processo de licitação para a construção de uma Casa de Semiliberdade em Toledo, no valor de R\$ 620,7 mil.

16.6.2 Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade (Internação)

A SEDS manteve os 18 Centros de Socioeducação responsáveis pela execução das medidas socioeducativas de privação de liberdade no Estado do Paraná perfazendo 985 vagas. Foram atendidos 965 adolescentes que ingressaram no sistema por meio da medida socioeducativa de internação e 2.678 adolescentes atendidos em regime de internação provisória, totalizando 3.643 novas entradas.

16.6.3 Programa de Educação das Unidades Socioeducativas (PROEDUSE)

Para a garantia dos direitos básicos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, oferta-se a escolarização básica de ensino fundamental e médio a todos os adolescentes, por meio do PROEDUSE. O programa é pautado em resolução conjunta com a SEED, que disponibiliza 238 professores, com carga horária total de 5.137 horas/aulas semanais, 14 auxiliares administrativos e 23 coordenadores pedagógicos.

Em 2011, foram matriculados 198 alunos no Ensino Fundamental – Fase I; 2.723 alunos no Ensino Fundamental – Fase II; 214 alunos no Ensino Médio; com um total de matrículas 6.723 disciplinas do Ensino Fundamental Fase II e 520 matrículas nas disciplinas do Ensino Médio. Deste total, foram concluídas 1.338 no ensino fundamental – fase II e 520 no ensino médio. Ao todo, 146 adolescentes obtiveram conclusão de curso, sendo 56 a Fase I do Ensino Fundamental, 81 adolescentes a Fase II do Ensino Fundamental e nove adolescentes o ensino médio.

16.6.4 Cursos Profissionalizantes

Ao longo do ano, a CMS estimulou a profissionalização dos adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas de restrição e de privação de liberdade, visando à preparação dos mesmos para o mercado de trabalho.

Foram realizados 108 cursos profissionalizantes, que beneficiaram 595 adolescentes, com uma carga horária total de 14.198 horas.

16.6.5 Oficinas Artísticas e CulturAção

São atividades complementares ao processo formal de escolarização objetivando favorecer o desenvolvimento motor, emocional e social do adolescente, sendo também um instrumento de promoção da autoestima e criatividade.

Estas atividades são desenvolvidas pelos programas CulturAção e Oficinas de Artesanato.

No CulturAção, foi deliberado pelo CEDCA recursos de R\$ 198,0 mil para a realização de 111 oficinas culturais, nos 18 Censes e 06 Casas de Semiliberdade. Com a previsão de contratação dos oficinheiros em dezembro para iniciar as oficinas.

16.6.6 Programa de Apoio ao Jovem Educando (AJE)

Possibilitou o acompanhamento dos adolescentes que se desligaram após o cumprimento da medida socioeducativa de internação.

Uma das ações foi a concessão de bolsa aos jovens que são desinternados dos Centros de Socioeducação, conforme previsto na Lei nº 16.021/2008.

No ano de 2011, foram repassadas 1.282 bolsas no valor de R\$ 100,00 mensais, com um total de 200 adolescentes atendidos.

16.6.7 Programa da Apoio às Famílias

Viabilizou passagens e vales-transportes para que as famílias visitassem seus filhos, visando ao fortalecimento dos vínculos familiares e à responsabilização das famílias junto ao processo socioeducativo do adolescente.

Foram viabilizados 8.748 vales-transportes, perfazendo um valor de R\$ 25,8 mil e 1.395 passagens, num total de R\$ 123,0 mil.

Além disso, os Centros de Socioeducação vêm desenvolvendo o projeto Escola de Pais, com ações de orientação e formação às famílias dos adolescentes.

16.6.8 Convênio com Comunidades Terapêuticas

Foram atendidos 712 adolescentes em 13 Comunidades Terapêuticas conveniadas com a SEDS, que disponibiliza um total de 113 vagas, em nove municípios.

16.6.9 Investimento em Obras

Realização de obras para construção, reforma, ampliação e qualificação das instalações nas seguintes unidades:

CENSE	VALOR (Em R\$)	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO
Joana Richa	166.167,75	Ampliação de salas de atividades, cobertura do pátio	Concluído em set./2011
Toledo	199.748,46	Ampliação de vagas com a construção de quatro alojamentos e adaptação de espaços para sala de atividades	Concluído em out./2011
Semiliberdade Curitiba	245.765,26	Reformas e melhorias nas quatro casas, construção de uma quadra poliesportiva, construção de muro das casas	Concluído em ago./2011
Curitiba	339.585,78	Ampliação e construção de salas de atividades para atendimento da ala feminina e ala de atendimento inicial	Concluído em ago./2011
Pato Branco	152.120,12	Ampliação e construção dos Espaços de Atendimento Técnico, Cozinha, Lavanderia, Administrativo e Alojamentos	Concluído em jul./2011
Foz do Iguaçu	33.380,92	Construção de banheiro para acessibilidade	Licitado em 25/11/2011
Londrina I	114.443,70	Reforma dos telhados, alojamentos e adequação da rede elétrica	Concluído em set./2011
Umuarama	146.252,51	Ampliação das salas de atividades, administrativo e alojamentos e construção de quadra poliesportiva	Licitado em 28/11/2011
Paranavaí	143.424,29 -	Ampliação e construção de alojamentos e salas de atividade	Licitado em 28/11/2011
São José dos Pinhais	9.531.574,72	Obra nova em execução, com 59,10%	Previsão de término em abr./2012
Il Cascavel	17.150,85	Execução de reparos na cobertura do setor administrativo	Licitado em 17/11/2011
Semiliberdade Paranavaí	441.640,44	Obra nova em execução, com 77,43%	Previsão de término dez./2011
Santo Antônio da Platina	38.987,35	Reparos de emergência	Licitado em 21/11/2011
Semiliberdade Umuarma	416.782,03	Obra nova em execução, com 99,9%	Previsão de término em nov./2011
Il Londrina	60.979,81	Reparos	Concluída em out./2011

16.6.10 Programa Estadual de Aprendizagem – Programa Aprendiz

Tendo por finalidade garantir a profissionalização e a inclusão social de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas ou que tenham sido beneficiados com a remissão, até outubro, atendeu 739 adolescentes, com previsão de atender aproximadamente 850 adolescentes até o final do ano.

16.6.11 Assessoria Especial aos Conselhos Tutelares

Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) - é um instrumento nacional de registro de informações sobre a violação de direitos fundamentais de crianças e adolescentes, coordenado em nível nacional pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e em nível estadual pela SEDS. Por meio de sua equipe de referência, a SEDS apoiou os conselhos Tutelares com uma média mensal de 80 atendimentos de orientação técnica e capacitou 86 conselheiros tutelares, num total de 16 horas por conselheiro.

Com relação aos Conselhos Tutelares, foram firmados convênios com 361 Prefeituras, para aquisição de 383 veículos, 635 computadores e 332 impressoras, no valor R\$ 11,4 milhões.

16.6.12 Laboratório de Teste para Comprovação de Paternidade

Em parceria com a Universidade Estadual de Londrina, foram repassados recursos no valor de R\$ 500,7 mil para aquisição de equipamentos.

16.6.13 Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte

Foram repassados recursos no valor de R\$ 700,0 mil para Entidade Social responsável pelo desenvolvimento do Programa.

QUADRO SÍNTESE DAS METAS REALIZADAS - CMS

PRODUTO/AÇÃO	UNIDADE MEDIDA	META PREVISTA	META EXECUTADA 2011
Atendimento ao adolescente em medidas socioeducativas de Restrição, Privação de Liberdade e Semiliberdade nos 18 Centros de Socioeducação e 06 Casas de Semiliberdade	Adolescente	1.159	3.965
Programa de Educação das Unidades Socioeducativas - Proeduse	Adolescente	-	3.135
Cursos Profissionalizantes para adolescentes	Adolescente	-	595
Oficinas Artísticas e Culturação em todas as unidades socioeducação	Oficina	111	111
Programa de Apoio ao Jovem Educando – AJE, com repasse para 1.282 bolsas	Adolescente	500	200
Liberação de passagens municipais para visitas: Programa de Apoio às Famílias	Passagem		8.748
Liberação de passagens intermunicipais para visitas: Programa Apoio às Famílias	Passagem		1.395
Atendimento ao adolescente nas 13 Comunidades Terapêuticas e 113 vagas	Adolescente	113/mês	712
Realização de melhorias nas unidades de socioeducação	Unidade	18	15
Adolescentes atendidos no Programa Aprendiz	Adolescente	150	850
Atendimento aos operadores do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA	Atendimento		80 mensal
Capacitação aos conselheiros tutelares do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA	Pessoa		86

16.7 Controle Social

Em 2011, a SEDS disponibilizou recursos no valor de R\$ 910,1 mil para a realização de Conferências, sendo: 18 Regionais de Assistência Social; 20 Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional; 02 Estaduais da Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional.

16.7.1 Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR)

- Reuniões ordinárias e extraordinárias – realizadas oito reuniões ordinárias e uma extraordinária.
- Eventos do CEAS

EVENTO	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO
Palestra sobre Orçamento, Fundo e Emendas Parlamentares	07/04 SETS	Esclarecer sobre os recursos alocados no FEAS/PR e emendas parlamentares.	Conselheiros estaduais e técnicos do órgão gestor estadual da política de assistência social.
Audiência Pública em Defesa da Política de Assistência Social	16/05 Assembleia Legislativa Estado PR	Constituição da Frente Parlamentar da Assistência Social.	Deputados estaduais e federais; Conselheiros estaduais, técnicos dos órgãos gestor e demais atores da política de assistência social.
Palestra: inscrição e certificação de entidades beneficente de assistência social	07/06 SETS	Capacitar sobre a regulamentação do processo de inscrição e certificação de entidades beneficentes de assistência social.	Conselheiros estaduais, conselheiros municipais de Curitiba e região metropolitana, técnicos do órgão gestor estadual.
18 Conferências Regionais de Assistência Social	26 e 27/09	- Deliberar: Consolidação do SUAS - Eleger os delegados para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. - Eleger os conselheiros eleitos para o biênio do CEAS/PR (2012-2014).	Delegados Municipais: conselheiros estaduais, usuários, trabalhadores do setor e prestadores de serviço. Ouvintes e convidados.
IX Conferência Estadual de Assistência Social.	10 e 11/10 Teatro Positivo	- Deliberar: Consolidação do SUAS - Referendar os delegados para a VIII Conferência Nacional de Assistência Social. - Referendar os conselheiros eleitos p/ o biênio do CEAS/PR (2012-2014).	Participaram 548 Delegados Estaduais e Municipais: conselheiros estaduais, usuários, trabalhadores do setor e prestadores de serviço. Ouvintes e convidados.

16.7.2 Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA/PR)

- Reuniões ordinárias e extraordinárias - realizadas seis reuniões ordinárias.
- Eventos do CONSEA

EVENTO	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO
20 Conferências Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional	23 e 24/09	- Discutir sobre a alimentação adequada e saudável e para a promoção da soberania alimentar em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional; - Eleger os 78 Conselheiros titulares e suplentes para o novo mandato do CONSEA/PR.	Delegados Municipais: conselheiros estaduais, povos e comunidades tradicionais, indígenas. Ouvintes e convidados.
III Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional	30/09 e 01/10 Paraná Clube	- Discutir sobre a alimentação adequada e saudável e para a promoção da soberania alimentar em âmbito municipal, estadual, nacional e internacional; - Homologar os 78 Conselheiros titulares e suplentes para o novo mandato do CONSEA/PR. - Eleger os delegados para IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.	Participaram 542 Delegados Estaduais e Municipais: conselheiros estaduais, povos e comunidades tradicionais, indígenas. Ouvintes e convidados.

16.7.3 Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR)

- Reuniões ordinárias e extraordinárias - realizadas 11 reuniões ordinárias e 4 extraordinárias.
- Eventos do CEDCA

EVENTO REALIZADO EM PARCERIA COM O CEDCA	DATA/LOCAL	OBJETIVO	PÚBLICO ALVO
Doe sua Voz "Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	18/05	Alertar a sociedade para combater a violência, abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.	Representantes da rede de proteção à criança e ao adolescente, técnicos do órgão gestor estadual, conselheiros estaduais e técnicos das demais Secretarias de Estado.

16.8 Escritórios Regionais

Os Escritórios Regionais são instâncias representativas da SEDS, com delimitação territorial, atuando como extensão junto aos municípios da região que representa.

Em 2011, organizaram as Conferências Regionais da Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional, totalizando 36 Conferências.

Além de visitas e reuniões técnicas junto aos municípios, Fóruns, Conselhos e demais Instâncias participativas das Redes de Proteção Social das Políticas Públicas da Secretaria para o assessoramento, monitoramento das ações, também realizaram outras ações relevantes:

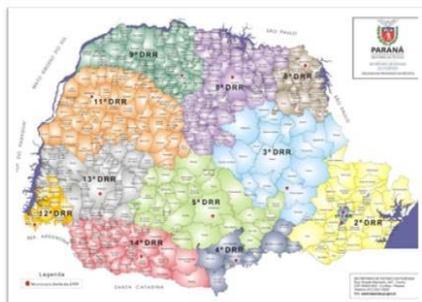
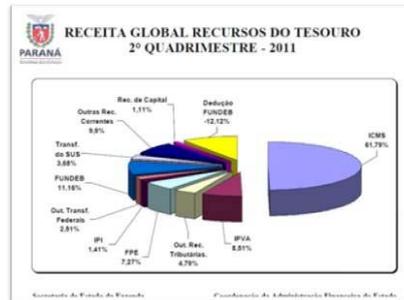
- Realização de Encontros e Seminários Regionais para discussão da Gestão do SUAS.
- 03 Seminários Macrorregionais de Enfrentamento à Violência à criança e ao adolescente (Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu).
- Participação das reuniões dos Comitês Municipais do Programa Leite das Crianças.
- Participação em eventos, seminários e Conferências Municipais representando a SEDS.
- Visitas técnicas: a) as entidades e municípios para assessoramento, acompanhamento e orientação referente a execução dos programas da SEDS; b) mensais, com o objetivo de monitorar, acompanhar e orientar os municípios quanto aos convênios vigentes com a Secretaria.
- Realização de capacitações sobre Gestão e Serviços do SUAS (Ponta Grossa).
- Acompanhamento e orientação dos instrumentos de gestão junto aos municípios.
- Vistorias nos equipamentos de hortas e cozinhas comunitárias.

16.9 Síntese da Execução Orçamentária Financeira

Para execução das ações da SEDS durante o exercício de 2011, o total de recursos investidos foi de aproximadamente R\$ 134,5 milhões, conforme detalhado a seguir.

QUADRO RESUMO DOS RECURSOS EMPENHADOS E A EMPENHAR ATÉ 31/12/2011

ATIVIDADES	RECURSOS (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	78.421.623,00
Gerenciamento da Estrutura Administrativa e Serviços da SEDS	5.846.609,00
Programa Luz Fraterna	4.684.176,00
Manutenção dos Programas e Atividades desenvolvidas nos 19 Centros de Socioeducação e Casas de Semiliberdade	9.233.151,00
Manutenção do Programa de Profissionalização desenvolvido pela Guarda Mirim	483.172,00
Manutenção de vagas em entidade de abrigo que atende crianças e adolescentes em situação de abandono	287.685,00
Fundo Estadual para a Infância e Adolescência - Fia	32.808.271,00
Fundo Estadual de Assistência Social	2.769.753,00
TOTAL	134.534.440,00



17 Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA)

A SEFA e as entidades vinculadas têm como finalidade obter e fornecer ao Poder Público, os recursos financeiros necessários à consecução de seus objetivos, gerir os valores do Estado, propiciar a administração pública às informações do setor imprescindíveis à sua boa gestão e desenvolver as medidas tendentes a fortalecer e ampliar os setores da economia.

Para a execução destas atribuições, conta com três Coordenações: Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE); Coordenação da Receita do Estado (CRE); Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC).

Os principais resultados e os avanços mais importantes alcançados no exercício de 2011, além das principais atividades da gestão financeira do Estado, estão relatados a seguir.

17.1 Coordenação da Administração Financeira do Estado (CAFE)

Responsável pelo planejamento, coordenação e controle das atividades ligadas à administração financeira, dos recursos estaduais, promoveu ações necessárias à liberação de recursos financeiros do tesouro estadual e de todas as contas que integram a sistemática da Conta Única do Tesouro Geral do Estado. Sua estrutura organizacional compreende: Coordenador, Conselho de Ética, Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF), Divisão de Controle da Receita e Dívida Pública (DIREDA), Divisão de Controle da Despesa (DIDEP), Divisão de Contabilidade Geral (DICON) e Divisão de Processamento de Dados (DIPRO).

A sua atuação tem como princípio a responsabilidade fiscal de gerenciar e implantar rotinas para a garantia de equilíbrio das contas públicas, via cumprimento de metas e ações planejadas e transparentes para a prevenção de riscos e correção.

Das principais ações de responsabilidade da CAFE, deve-se ressaltar as que refletiram diretamente no cumprimento de todas as metas e princípios da boa gestão fiscal previstas na legislação vigente, descritas a seguir.

- Emitidas de 9 mil Declarações de Disponibilidade Financeira (DDFs), até outubro.
- Recebimento de recursos destinados ao Estado, provenientes das transferências financeiras da União, das operações de crédito realizadas no país e no exterior, das receitas públicas e executar as liberações financeiras destinadas aos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, bem como o inter-relacionamento com instituições.
- Controle e normatização de procedimentos operacionais relativos às atividades de administração de recursos financeiros, físicos ou escriturais, dos órgãos e entidades estaduais, implementando as ações relacionadas ao aprimoramento do Sistema de Acompanhamento Financeiro (SIAF).
- Coordenação, registro, controle, guarda e movimentação das contas bancárias, de títulos em geral, de cauções e outras atividades ligadas ao Tesouro Geral do Estado.
- Coordenação e orientação técnica aos Grupos Financeiros Setoriais (GFSs).

17.1.1 Divisão de Análise Técnica Financeira (DATF)

Presta assessoramento técnico, financeiro e jurídico à Coordenadora da CAFE, aos GFSs, bem como a elaboração de pareceres, informações e demais documentos oficiais concernentes às áreas jurídica e financeira.

Tem também sob sua responsabilidade:

- Participação em Grupos de Trabalho (GT) do Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN), para estudos técnicos e elaboração de proposta de Medida Provisória e Proposta de Emenda Constitucional.
- Participação na elaboração do Programa de Ajuste Fiscal, junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), realizando avaliações da situação fiscal do Estado, pela coleta, tratamento de dados e organização de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Atendimento à equipe da STN, por ocasião da visita técnica ao Estado, visando à avaliação do cumprimento de metas e compromissos do Programa de Ajuste Fiscal (PAF).
- Elaboração e acompanhamento da programação financeira do Estado.
- Coordenação e conferência dos dados para publicação dos relatórios da Lei Complementar nº 101/00 - LRF, e elaboração dos quadros a serem apresentados nas Audiências Públicas.

17.1.2 Divisão de Controle da Receita e da Dívida Pública (DIRED)

A DIRED desenvolveu previsões de receita orçamentária, centralizada e descentralizada, e o seu desdobramento em metas bimestrais da arrecadação conforme determina o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/00.

Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se:

- Elaboração da programação financeira de ingressos de receitas financeiras e suas reestimativas, estabelecendo fluxos diários e mensais, com o objetivo de assessorar a coordenação, na programação financeira.
- Desenvolvimento de rotina visando o aperfeiçoamento no controle de restituições de IPVA e ICMS aos contribuintes, tendo como resultado efetivo maior eficácia na devolução dos recursos devidos ao Tesouro Geral do Estado.
- Controle das disponibilidades dos recursos de receitas financeiras ingressadas no Tesouro Geral do Estado.
- O registro e controle da dívida pública dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, bem como projeção e análise da capacidade de endividamento e pagamento para fins de contratação de operações de crédito interna e externa pelo Estado junto aos organismos nacionais e internacionais.
- Manutenção e controle do Cadastro de Inadimplência dos Municípios (CADIN Estadual) e distribuição a todos os órgãos do Estado de Certidões Negativas, que visam novas operações de crédito e convênios, junto a órgãos da União.

- Previsão e acompanhamento de pagamento do Serviço da Dívida Pública do Estado.
- Participação no Grupo de Gestores Financeiros dos Estados (GEFIN), incluindo a Coordenação de Subgrupo de estudos técnicos para elaboração de proposta de Medida Provisória sobre a renegociação da dívida mobiliária.

17.1.3 Divisão de Controle da Despesa (DIDEP)

À DIDEP, compreende o acompanhamento e a análise, de forma gerencial, do comportamento da execução orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual. Tem como objetivo principal a correta utilização dos recursos financeiros disponíveis.

Responsável pelo monitoramento do Limite Legal das despesas com pessoal - Outros Poderes, Poder Executivo e total do Estado para cumprir os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Foram analisados 294 processos relativos às despesas com pessoal da Administração Direta e Indireta do Estado, visando à identificação e gerenciamento dos reflexos financeiros decorrentes.

Realizou diariamente o controle da movimentação de várias contas bancárias de instituições financeiras credenciadas como o Banco Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O acompanhamento e controle envolvem a elaboração de planilhas, a verificação de saldos, créditos, débitos, aplicações, resgates e transferências destas contas bancárias, além da disponibilização de consulta consolidada da movimentação diária.

17.1.4 Divisão de Contabilidade Geral (DICON)

Compete a DICON a padronização e a orientação normativa do sistema de contabilidade da Administração Pública Estadual, o controle, o acompanhamento e a execução da Contabilidade Geral do Estado, sendo realizadas as atividades a seguir.

- Elaboração do Balanço Geral do Estado.
- Prestação de Contas do FUNDEB.
- Assessoramento contábil na elaboração de dados e de informações necessárias à realização de avaliação no cumprimento de metas fiscais.
- Manutenção dos Sistemas SIOPE, SIOPS e, SISTN/CEF.
- Estudos e emissões de pareceres relativos à execução contábil dos órgãos públicos estaduais, inclusive da aplicação dos recursos destinados aos Fundos.
- Consolidação da movimentação orçamentária e financeira da Assembleia Legislativa do Estado.
- Orientação normativa e supervisão técnica contábil dos Grupos Financeiros Setoriais (GFSs).
- Elaboração de memórias de cálculo dos relatórios da LRF, bem como sua publicação nos prazos legais.

17.1.5 Divisão de Processamento de Dados (DIPRO)

Responsável pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF), tendo como principais atividades realizadas:

- Abertura do sistema para o exercício de 2011, de acordo com as normas definidas na Lei Orçamentária Anual (LOA); acompanhamento da contabilização e o fechamento mensal dos documentos lançados no sistema; integração mensal da folha de pagamento do Estado e realização dos lançamentos da provisão do 13º salário; integração mensal da arrecadação estadual; acompanhamento diário dos pagamentos e ordens de transferência bancária (OTB), enviadas ao Banco do Brasil.
- Publicação do Balanço Geral do Estado referente ao exercício de 2010.
- Implantação dos novos relatórios do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) - regulamentado em 2007, e em vigor desde o dia 1º de janeiro de 2011, por Medida Provisória, o novo Fundo substitui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). O FUNDEB terá vigência até 2.020 e atenderá, a partir do 3º ano, 47 milhões de alunos da educação básica, contemplando creche, educação infantil, ensino fundamental e médio, educação especial e educação de jovens e adultos.
- Sistema de Precatórios – efetuadas alterações no sistema para atender a Emenda Constitucional nº 62/09. Junção das filas de pagamento dos precatórios oitavos com os cíveis não alimentares; elaborada a montagem das listas de pagamentos ordenados do menor para o maior valor; auxílio ao Tribunal de Justiça a validar os precatórios emitidos contra o Estado; auxílio no controle dos pagamentos das obrigações de pequeno valor.
- Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF) - auditorias no sistema para reduzir o número de processos em tramitação, com a redução de 12.000 para 4.600 processos em tramitação.
- Criação do Business Intelligence (BI) – da Despesa e Receita - auxiliar a área de Coordenação de Tecnologias de BI da CELEPAR na criação da solução de Despesa e Receita contábil, bem como a solução com os pagamentos e maiores recebedores do Estado para ser utilizada pelo Secretário da Fazenda.
- Integrações referentes ao envio de arquivos com o Tribunal de Contas - todos os documentos digitados no Sistema SIAF são enviados para o TC bem como outro arquivo com a visualização dos pagamentos efetuados a empresas pelo Estado.
- Arquivos para a Secretaria de Controle Interno - preparação dos arquivos de Restos a Pagar, necessários para atender ao Decreto nº 31/11; preparação e envio das informações de orçamentos e despesas.

- Novo Plano de Contas - implantados 03 grupos de rotinas novas, tais como o apoio à migração do plano de contas, onde o cliente pode mapear, emitir, simular e auditar a migração para o novo plano de contas.
- Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO/PR) - coordenação das ações para levantamento da Matriz de Problemas, Soluções e Resultados, objetivando iniciar o processo de preparação do Projeto junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Módulo da Administração Financeira, Patrimonial e Controle Interno.

17.2 Coordenação da Receita do Estado (CRE)

Órgão de regime especial, tem sua estrutura formada pela Administração Central e por Delegacias Regionais da Receita.

A Administração Central compreende: Gabinete do Diretor, Assessoria Geral, Assessoria Estatística e Econômica, Corregedoria, Delegacia de Julgamento, Assessoria e Gerência de Recursos Humanos, Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira, Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação, Assessoria e Gerência do Simples Nacional, Escola de Administração Tributária, Inspetoria Geral de Tributação, Inspetoria Geral de Arrecadação, Inspetoria Geral de Fiscalização e suas respectivas subunidades, cujas atividades principais estão descritas a seguir.

17.2.1 Corregedoria (COR)

- Recebimento, investigação e proposição de apuração de denúncia de irregularidade envolvendo servidor.
- Diligência em qualquer órgão e entidade para obtenção de dados de interesse disciplinar.
- Promoção de ações de auditoria visando auferir a eficiência nas unidades da CRE.
- Recebimento e manutenção de arquivo dos procedimentos administrativos disciplinares.

17.2.2 Delegacia de Julgamento (DJ)

Instituída pela Resolução SEFA nº 21 de 21 de março de 2011, conta com 17 pareceristas, os quais se encontram fisicamente em suas unidades de origem, visando minimizar os custos de deslocamento e facilitar o intercâmbio de informações entre a DJ e os demais auditores fiscais.

A principal característica é a agilização dos julgamentos, a uniformização de decisões, o intercâmbio de informações entre Delegacia de Julgamento e Inspetoria Geral de Fiscalização. Até o final de novembro, foram decididos em primeira instância 2.393 processos, sendo 1.625 procedentes; 320 parcialmente procedentes; 393 improcedentes e 55 nulos. Destaca-se como ponto relevante que, no início dos trabalhos, havia um número significativo de Processos Administrativos Fiscais (PAF) com mais de oito anos aguardando julgamento singular. Hoje, constam somente processos lavrados no final de 2010 e início de 2011.

17.2.3 Assessoria e Gerência de Recursos Humanos (AGRH)

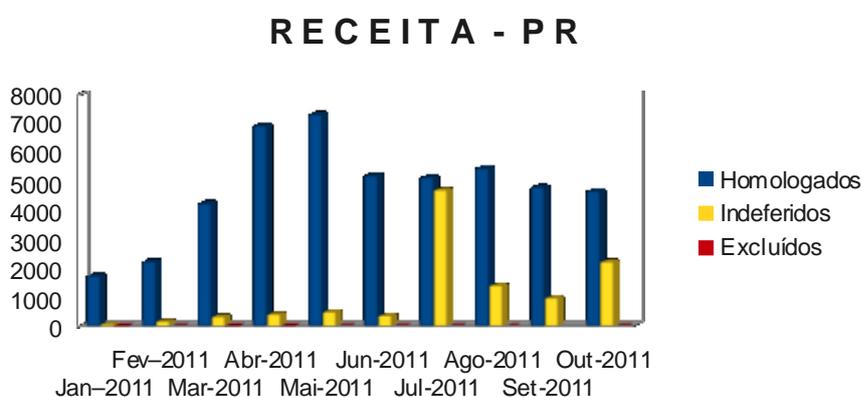
- Gerência do sistema de controle de quotas de produtividade e sistema de cadastro de Recursos Humanos.
- Apuração dos valores do fundo de quotas de produtividade de que trata o Art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 131/2010.
- Elaboração de estudos de impacto financeiro sobre a folha de pagamento dos auditores ativos para fins de implantação da Lei Complementar Estadual nº 131/10, bem como elaboração de processo de promoção dos auditores fiscais.
- Realização de estudos visando a proposição de concurso público para contratação de auditores fiscais e para contratação de servidores do QPPE.

17.2.4 Assessoria e Gerência Administrativa e Financeira (AGAF)

- Realizados 35 processos licitatórios para aquisição de materiais e equipamentos e para contratação de serviços necessários à manutenção da estrutura e ao desempenho das atividades da Receita Estadual, com destaque para: aquisição de Servidores de Rede e Unidades de Backup para equipar as novas Delegacias Regionais de Foz do Iguaçu e União da Vitória e a ESAT; aquisição de scanners profissionais de produção, para equipar as Delegacias Regionais e Administração Central, visando a implantação do Processo Fiscal Eletrônico; aquisição de Nobreaks, para renovação dos sistemas de estabilidade de carga as UPDs das Delegacias e da sede da CRE e de algumas estações avançadas de função estratégica; aquisição de equipamentos de informática portáteis para instrumentalizar os trabalhos de fiscalização externa (notebooks, netbooks e impressora multifuncional); aquisição de memórias para Servidores de Rede e microcomputadores, visando elevar a performance dos equipamentos; aquisição de Softwares diversos; contratação de serviços de Reorganização do Arquivo Geral de Processos da SEFA/CRE, visando o descarte de aproximadamente 300 mil processos; aquisição de Solução de Datawarehouse, para organização das bases e cruzamento de dados, visando instrumentalizar a fiscalização (em andamento).
- Gestão de 52 contratos continuados e 02 convênios, dentre eles locação de imóveis, serviços de terceiros (Correios, CELEPAR, limpeza, vigilância presencial e monitorada, telefonia fixa e móvel, manutenção de elevador, serviços bancários e serviços de reprografia) e aquisição de combustíveis.
- Execução orçamentária e financeira do exercício de 2011 e elaboração das previsões orçamentárias para a manutenção e para o Plano de Investimentos da CRE para o exercício 2012, além da elaboração do PPA 2012-2015, para a CRE, FUNREFISCO e PROFISCO (programa a ser executado com financiamento do BID de 80% e contrapartida do FUNREFISCO de 20%).

17.2.5 Assessoria e Gerência de Tecnologia da Informação (AGTI)

- Infraestrutura - acompanhamento de licitações para aquisição de 65 notebooks; 40 impressoras portáteis para fiscalização volante; reestruturação da rede local da SEFA; ampliação de memória para 560 computadores; 126 nobreaks para servidores e ativos de rede; 15 scanners de alta performance; 03 servidores de arquivos para novas Delegacias Regionais da Receita; 300 monitores de vídeo; 25 monitores de 52 para salas de treinamento.
- Escritório de Gerenciamento de Projetos (EGP) - tem por objetivo, entre outros, implementar e suportar a estrutura de gerenciamento de projetos relacionados aos sistemas de informação corporativos. Principais atividades realizadas: a) produção de vídeos de divulgação de produtos da Receita Estadual no portal público da SEFA na internet e no Expresso do Estado do Paraná, tais como de demonstração dos serviços de credenciamento de usuários externos no portal de serviços da SEFA, do serviço de declaração do ITCMD (Imposto de Transição Causa Mortis e Doações) e do serviço de manutenção de acesso aos sistemas corporativos da CRE. Nos dois primeiros serviços, foram beneficiados cerca de 22 mil cidadãos; b) participação nos grupos: gestor do projeto de implantação do Processo Eletrônico na SEFA; de coordenadores no planejamento do serviço de Procuração Eletrônica para utilização dos usuários do portal de serviços da CRE – Receita/PR; e de preparação do PROFISCO, com financiamento aprovado em lei estadual específica; c) acompanhamento dos projetos: desembaraço eletrônico das importações, abertura da arrecadação, manutenção de acesso aos sistemas corporativos da CRE.
- Setor de Acessos – a) gestão de acessos de usuários internos e externos aos sistemas corporativos e não corporativos disponibilizados (Mainframe, Sefanet, Receita/PR, COPEL, DETRAN/DCV, Receita Federal do Brasil, Workflow Expresso); b) aproximadamente 10 mil ações referentes a implantação, manutenção e exclusão de sistemas para usuários internos; c) conclusão do projeto Workflow – manutenção de acessos e implantação; d) início do Projeto SIGA para automatização da gestão de acessos a usuários internos.
- Receita/PR – homologados, até outubro, 47.749 pedidos de adesão aos serviços do Receita/PR, indeferidos 11.135, excluídos 78 conforme gráfico a seguir:



17.2.6 Assessoria e Gerência do Simples Nacional (AGSN)

No Paraná, 81% das empresas estão enquadradas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, perfazendo, até o mês de outubro, 227.560 contribuintes optantes pelo Simples Nacional e 88.264 contribuintes Microempreendedores Individuais.

Para implantação dos procedimentos específicos para este expressivo segmento, a Receita Estadual conta com a AGSN, que tem coordenado todas as ações relativas a estes contribuintes, objetivando a desburocratização das atividades com a manutenção da segurança fiscal necessária à preservação da livre concorrência.

Em 2011, foi desenvolvido o aplicativo para emissão de nota fiscal avulsa eletrônica pelo Microempreendedor Individual (NFAeMEI), no portal ReceitaPR, disponível no sítio da SEFA. O aplicativo possibilita, de forma *online* e gratuita, ao Microempreendedor Individual paranaense emitir a nota fiscal Mod.1 para acobertar suas operações com mercadorias.

17.2.7 Escola de Administração Tributária (ESAT)

- Capacitação - desenvolveu 56 projetos entre cursos, palestras, seminários e webconferências, capacitando aproximadamente 4.966 pessoas entre servidores da CRE e público externo (até novembro). No mesmo período, foram formados aproximadamente 106 facilitadores, dando continuidade à política de regionalização da capacitação, evitando deslocamentos para a Capital e com isso minimizando custos e principalmente riscos. Esta estratégia viabilizou a realização de cursos em todas as regionais gerando grande economia de recursos financeiros. Cabe salientar a ação conjunta da ESAT junto a outras instituições do Estado, como por exemplo, a parceria com o SINDAFEP na realização do 1.º Seminário do Fisco Paranaense e a parceria com o Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, viabilizando a realização de palestras dirigidas aos profissionais de contabilidade, sobre Escrituração Fiscal Digital atingindo aproximadamente 1.520 participantes.
- Gestão do Conhecimento - o Espaço Museal e a Biblioteca da Receita Estadual, nas dependências da ESAT, contribuem para o enriquecimento dos servidores, no resgate da memória do fisco e na ampliação de conhecimento dos servidores.
- Educação Fiscal - o Grupo de Educação Fiscal do Paraná (GEF/PR), composto por diversas instituições e coordenado pela Receita Estadual por intermédio da ESAT, promoveu em 31/05 e 01/06/2011, em Londrina, o IX Seminário Paranaense de Educação Fiscal, com a participação de aproximadamente 700 pessoas, notadamente professores, oriundos de vários municípios. A atuação em Educação Fiscal continua muito intensa, tendo sido realizados eventos em diversos municípios: concursos de redação, atuação em diversas edições da feira de serviços gratuitos Paraná em Ação, com a oficina pedagógica Vendinha do Fisco. Por intermédio das atividades desenvolvidas que atingiram até outubro cerca de

10 mil pessoas dentre crianças, adolescentes e adultos, aproximando a Receita Estadual da população, mostrando a esta a necessidade que o Estado tem de arrecadar tributos, bem como a necessidade de se exigir a correta aplicação dos valores arrecadados.

17.2.8 Inspetoria Geral de Tributação (IGT)

Responsável pela área de tributação, tem por objetivo estratégico propor uma legislação tributária simples, ordenada e eficiente, zelando pela sua correta aplicação. Para atingir tal objetivo, traz como princípio básico a sua disponibilização ao usuário externo. Para isso se utiliza do software LivePublish, no qual a legislação pode ser consultada *online*, havendo a opção para *download*. Ao público interno há, ainda, a disponibilização da legislação pelo software especialista em pesquisas *FólioViews*.

Composta por cinco setores: Setor Consultivo (SCO); Setor de Processo de Natureza Tributária (SPNT); Setor Normativo (SNO); Setor do Processo Administrativo Fiscal da IGT (SPAF); e Setor de Administração da Base de Dados da Legislação Tributária (SALT).

Na sua atuação, destaca-se:

- Emissão de parecer em processo referente a assunto tributário.
- Orientação de contribuintes sobre obrigação tributária.
- Assistência ao Diretor da CRE em assuntos atinentes à tributação.
- Participação nos treinamentos da área de tributação.
- Representação da SEFA na Comissão Técnica Permanente do ICMS (COTEPE/ICMS) e gerenciamento da participação nos seus Grupos de Trabalho.
- Assessoramento ao Secretário de Estado da Fazenda no que se refere aos assuntos tratados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) e também internamente.
- Implementação, atualização e disponibilização da legislação tributária.

17.2.9 Inspetoria Geral de Arrecadação (IGA)

Tem como objetivo disponibilizar meios seguros e simplificados de controle e arrecadação de tributos estaduais, acompanhando, controlando, planejando, coordenando o fluxo de documentos e informações em todas as suas fases até o repasse do produto arrecadado ao tesouro estadual, norteadas com transparência e eficiência em todo o processo e procedimentos adotados.

No exercício de 2011, realizou as principais ações:

- Consolidação do Plano de Trabalho, com vistas ao aumento consistente da arrecadação de ICMS, tendo como resultado a redução no índice de Omissão de GIA no Estado de 6% em janeiro para 2,4% em outubro.
- Acompanhamento das diretrizes do Business Intelligence (BI), ferramenta gerencial com dados da arrecadação das receitas tributárias e Guias de contribuintes.

- Elaboração do Boletim da Arrecadação, disponibilizado a partir de abril às unidades regionais, além do Boletim Informativo com as informações gerenciais da arrecadação do Estado.
- Implantação do Executivo Fiscal Virtual, em parceria com a PGE, em que as Certidões de Dívida Ativa são encaminhadas e assinadas de modo virtual, sendo pioneiro na Federação na peculiaridade de assinaturas digitais em lote.
- Na questão de abertura da arrecadação, para que o cidadão tenha acesso e facilidade no recolhimento de tributos com mais agentes arrecadadores, houve a habilitação técnica do SICRED, em fase de testes, com previsão de arrecadação de todos os tributos, inclusive IPVA, após a assinatura do contrato. Inclusão do ITAÚ-UNIBANCO nos recolhimentos de IPVA a partir de junho. Além destas instituições bancárias, várias outras mantêm contato demonstrando interesse em serem arrecadadores do Estado.
- Encaminhamento de proposta de alteração nas leis de ITCMD e IPVA para fins de celeridade, transparência e eficiência dos tributos.
- Implementação do Decreto nº 837/2011 referente a prorrogação de ICMS de estabelecimentos de contribuintes domiciliados nos municípios de Antonina, Morretes e Paranaguá, em razão de calamidade climática ocorrida em março.
- Gerência do Projeto Prisma, implantado a partir de junho, consistindo basicamente em fortalecimento da arrecadação do Estado, levando em consideração as características de cada regional e sazonalidades econômicas, objetivando incremento de 2% do orçamento revisado, atingindo tais metas na maioria das regionais.
- Criação do Setor de Cobrança Administrativa, em setembro, para melhoria na qualidade da cobrança e recuperação do crédito tributário. Gerenciou o Projeto Alerta Fiscal, no módulo de cobrança, conseguindo grande número de adesão e manutenção nos parcelamentos de ICMS, nas Regionais de Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Londrina, além de demonstrar aos devedores, a importância da prevenção, informação e orientação quanto à composição administrativa, sendo mais célere e oferecendo menor custo em relação à cobrança executivo judicial.
- Execução de todo processo de lançamento do IPVA, com a inovação de inclusão na Ficha de Compensação do IPVA 2012 do QR-Code – código em 2D, que poderá ser utilizado para pagamento com leitura do código de barras por meio de telefones celulares com tecnologias móveis, além das informações via dispositivos móveis do IPVA, na esteira da inserção de tecnologia nos serviços oferecidos pelo Estado ao cidadão.
- Implementação da Unidade de Resposta Audível (URA) junto ao SAC, buscando em parceria a CELEPAR, a otimização do atendimento ao cidadão, minimizando o tempo de espera nas ligações telefônicas, além de proporcionar flexibilidade na implantação de novos serviços, tais como informações relativas ao IPVA 2012.

17.2.10 Inspeção Geral de Fiscalização (IGF)

Dentre as principais ações desenvolvidas, destaca-se:

- Guerra Fiscal - fiscalização de empresas que se utilizaram de créditos de ICMS originários de outros Estados e que são objeto de benefícios fiscais irregularmente concedidos na origem, tendo sido lavrados autos de infração em valor superior a R\$ 112,0 milhões.
- Planejamento Fiscal - fiscalização de empresas que regularmente não atuam como exportadoras, mas que se utilizaram da manutenção constitucional de créditos de ICMS em operações de exportação, com autuações estimadas em R\$ 20,0 milhões.
- Apropriação de Créditos - seleção de 963 empresas para serem fiscalizadas no ano, dentre 4.084 que se apropriaram, nos exercícios de 2006 a 2011, de créditos de ICMS, correspondentes a mais de R\$ 13,6 bilhões, objetivando-se apurar a idoneidade dos créditos e correção dos valores lançados.
- Ordens de Serviço – Comandos de Auditoria Fiscal - qualquer serviço de fiscalização só pode ser iniciado com a emissão de correspondente Ordem de Serviço de Fiscalização (OSF) para ações fiscais de menor complexidade ou de Comando de Auditoria Fiscal (CAF) para auditorias de maior profundidade. Em 2011, foram emitidas 7.976 OSFs e encerradas 6.946. Igualmente, foram emitidos 56 CAFs e encerrados 155. Desses trabalhos resultaram as lavraturas de 9.265 autos de infração que atingiram a cifra de R\$ 1,0 bilhão, estando disponível consulta no Portal da SEFA os dados concernentes à fiscalização que sofre pelo fisco estadual.
- Operação ECF (Emissor de Cupom Fiscal) - projeto de Fiscalização do Varejo, executado nas regionais de Ponta Grossa, Londrina, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Umuarama, contando com 16 auditores especialistas e objetivou aferir a regularidade do uso de tais equipamentos quanto ao hardware permitido e software habilitado e homologado pelo fisco; foram visitadas 888 empresas e apreendidos 188 ECFs, lavrando-se 202 autos de infração no total de R\$ 355,0 mil de ICMS e multas; sempre que possível foi concedido prazo para a regularização do uso do ECF, dentro do espírito da operação que tem caráter preventivo, sendo expedidas 161 notificações.
- Operações Alerta Fiscal - realizadas em Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Londrina, têm foco no tripé: prevenir – informar – orientar. Compõem-se de atividades de fiscalização e arrecadação, executadas por três dias consecutivos, previamente anunciados à comunidade local, por um grande número de auditores e procuradores. Destaca-se as parcerias da PGE, na cobrança dos devedores e das Polícias Rodoviárias estadual e federal, na verificação fiscal da regularidade documental na circulação de mercadorias nos perímetros urbano e interurbano, bem como na regularidade do pagamento do IPVA. Das quatro edições realizadas em 2011, destaca-se: a) visitas a 2.038 estabelecimentos como postos de combustíveis, transportadoras, mercados, shoppings varejistas, shoppings atacadistas, ruas de comércio entre outras; b) 11.593 verificações de regularidade no pagamento do IPVA por meio de dispositivo eletrônico,

constatando-se inadimplência de aproximadamente 3,2%, com solução praticamente integral das pendências; c) contatados 692 devedores auferindo-se quitação integral ou parcelamentos de débitos de R\$ 29,9 milhões; d) realização de palestras a mais de 700 participantes, proferidas por auditores e procuradores à comunidade local, versando sobre temas de interesse como: Precatórios, Executivo Fiscal, Simples Nacional, ITCMD, ECF, Escrituração Fiscal Digital (EFD) e Nota Fiscal Eletrônica (NFe); e) 85 operações Volantes e Carga/Descarga envolvendo 296 auditores fiscais e policiais rodoviários estaduais e federais; f) lavratura de 693 autos de infração para o lançamento de R\$ 2,5 milhões de ICMS e multas.

- Projeto SiGeF7 - sistema informatizado de gerência e controle da fiscalização e de acompanhamento da arrecadação de 4.204 empresas selecionadas pela sua representatividade de 94% dos recolhimentos do ICMS, auferidos em 2010. Em andamento a execução do Módulo Redes, para a fiscalização inicial de 15 dentre 50 redes varejistas de grande porte, que somam saídas totais superiores a R\$ 11,0 bilhões em 2010, representando cerca de 80% do valor total das saídas do setor.
- Serviços de Comunicação - levantamento de questão nacional decorrente de pendências tributárias por elisão fiscal das empresas de telefonia e comunicação (Elisão Fiscal), resultando em edição pelo CONFAZ do Convênio ICMS 81/2011, após ampla negociação liderada pelo Paraná e conduzida no CONFAZ, resultando no recolhimento de ICMS aos cofres do Estado de R\$ 122,0 milhões, em outubro.
- Combustíveis - representando cerca de 21% na arrecadação do ICMS para o Estado, o setor foi objeto de acurado acompanhamento fiscal, o que permitiu um acréscimo médio de R\$ 22,5 milhões ao mês. Dentre as providências administrativas e legislativas adotadas, visando estancar a sonegação, destaca-se: a) cancelamento de 09 inscrições cadastrais de distribuidoras de combustíveis e de 01 base de armazenamento (pool), motivados pela existência de passivos tributários acima da capacidade patrimonial dessas empresas; b) indeferimento de 08 novas inscrições cadastrais de empresas do segmento, após acuradas verificações e análises fiscais, econômicas e jurídicas; c) introdução de alterações na legislação concernente à tributação dos combustíveis derivados de petróleo e do etanol; d) alteração da legislação concernente à tributação do óleo de xisto (PETROBRÁS São Mateus do Sul); e) realização de operações nacionais conjuntas (ANP, MP, forças de segurança); f) acompanhamento da arrecadação e movimentação da produção de 33 usinas produtoras de etanol, por meio de plantões fiscais e fiscalização do trânsito de produtos e verificações nas pontas de distribuição (postos de combustíveis), incrementando-se tais verificações a partir de outubro, face as alterações da legislação, passando-se a exigir o pagamento antecipado do ICMS incidente nas operações com etanol; g) redução do crédito presumido concedido às usinas produtoras de etanol de 9% para 6%, vedada, ainda, a utilização de quaisquer outros créditos pelas entradas.

- Operações Volantes - parte integrante da programação mensal das delegacias regionais, com coordenação centralizada na IGF, levando-se em conta os parâmetros de fluxo, sazonalidade, etc. Foram realizadas 45 operações volantes em diferentes pontos das rodovias federais e estaduais que cortam o Estado.
- Verificações de Carga e Descarga - verificação diária da regularidade documental da circulação de mercadorias nas vias urbanas das maiores cidades do Estado, como parte integrante da programação mensal das delegacias regionais, em parceria com a Polícia Militar do Paraná.

17.3 Coordenação de Assuntos Econômicos (CAEC)

17.3.1 Assessoria Econômica

- Recepção, processamento e tratamento das informações da Guia de Informação das Operações Interestaduais (GI/ICMS), destinadas à apuração da Balança Comercial Interestadual do Paraná. Visa subsidiar estudos de cenários para a repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais, no contexto da reforma tributária do ICMS.
- Gestão dos Programas de Benefícios Fiscais (Paraná Competitivo, Bom Emprego, Prodepar), envolvendo orientação às empresas, análise dos processos, elaboração dos atos para o enquadramento, acompanhamento da utilização dos Programas. Os Programas destinam-se a empresas que realizam investimentos fixos no Estado. Em 2011, o Programa foi alterado, com a criação do Programa Paraná Competitivo – ICMS.
- Participação no GT08/Quantificação e no GT44/Temas Macroeconômicos - estes grupos de trabalho assessoram os Secretários de Fazenda, bem como executam tarefas com periodicidade anual de: a) consolidação das informações prestadas pelos estados para fins de cálculo de impacto financeiro decorrente de propostas de reforma tributária; b) cálculo dos coeficientes de participação dos estados nos valores das compensações relativas à Lei Kandir e ao Auxílio Financeiro aos Estados Exportadores; c) cálculo das perdas decorrentes da Lei Kandir para fins de negociação de valores a serem compensadas pela União; d) tarefas relativas ao cálculo dos coeficientes de participação dos estados no Fundo IPI Exportação, juntamente com a Secretaria de Comércio Exterior; e) conferência dos coeficientes de participação dos estados na cota-parte da CIDE - combustíveis. Em 2011, foi realizado trabalho de consolidação da Balança Comercial Interestadual de 2008 e 2010 e cálculo do impacto de cenários alternativos para a repartição do produto da arrecadação do ICMS das operações interestaduais, no contexto da reforma tributária do ICMS sugerida pelo Ministério da Fazenda.
- Participação no Grupo Especial de Estudo do Fundo de Participação dos Estados (GEFPE) - no âmbito do CONFAZ, estuda e apresenta aos Secretários da Fazenda,

alternativas para a reforma do FPE (art. 159 da C.F.), pois a Lei Complementar nº 62/89 (art. 2º, incisos I e II, §§ 1º, 2º e 3º, bem como do Anexo Único) foi julgada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal. O FPE envolve R\$ 50,0 bilhões aproximados por ano e os novos critérios de partilha tem que ser aprovados até dezembro de 2012. Em 2011, foram realizados sete reuniões, dois seminários e quatro participações em reuniões do CONFAZ.

- Previsão de receitas do Governo do Paraná oriundas de transferências federais, para fins da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei de Orçamento Anual (LOA).
- Participação nos estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB).
- O Programa de estudos ESAF - Fórum dos Estados 2011 foi estruturado em quatro núcleos de estudos: Reforma Tributária, Gestão Fiscal/Contabilidade Nacional, Análise do Desempenho das Receitas/Transferências Intergovernamentais e Sistemas de Previdência. O Paraná participou do núcleo de Sistemas de Previdência, com representante de servidores da PARANAPREVIDÊNCIA. A CAEC, participou das reuniões em dois encontros presenciais, acompanhou os trabalhos via plataforma "Moodle" de ensino à distância da ESAF e proferiu palestra na abertura dos trabalhos com o tema Alternativas para a Tributação Indireta dos Bens e Serviços no Brasil.
- No período de 08 a 15 de outubro a CAEC, IGT e Gabinete da SEFA participaram da Missão de Secretários ao Canadá, viabilizada em parceria com o Fórum of Federation organizou e custeou parte significativa da missão. Os eventos foram realizados nas cidades de Ottawa e Quebec com palestras e trocas de experiências entre os técnicos e secretários de Fazenda dos estados brasileiros com técnicos dos Ministérios das finanças e tesouro do governo canadense e das províncias de Ottawa e Quebec.

17.3.2 Divisão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

Elaboração, planejamento, homologação, implantação e acompanhamento do projeto para análise e recepção dos documentos da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), visando a utilização destes documentos para o cálculo do Valor Adicionado Fiscal, critério integrante do Índice de Participação dos Municípios na arrecadação do ICMS.

- Cálculo dos coeficientes individuais de participação dos municípios na arrecadação do ICMS. Em 2011, o cálculo do Valor Adicionado Fiscal envolveu a recepção, o processamento e a verificação de consistência de documentos, incluindo Declarações Fisco Contábeis (DFC) e Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), entregues por contribuintes inscritos no cadastro de ICMS do Estado.
- Foram recepcionadas e processadas informações relativas aos demais critérios que integram a partilha da cota-parte dos municípios no ICMS, cuja atribuição é de outros órgãos do Estado, como: Produção Agropecuária da SEAB, Fator Ambiental da SEMA, População do IBGE e Propriedades Rurais do INCRA.

- Recepção para análise e auditoria de Recursos de Impugnação das Prefeituras ao Índice de participação dos Municípios publicado em 30 de junho, lançamentos de complementação de valores concedidos pelos recursos no Relatório de Produtos Primários dos Municípios e complementação de valores não declarados em DFC referentes à produção primária no banco de dados da CELEPAR – Mainframe. Emissão de parecer, elaboração da Resolução SEFA nº 52/11 e publicação no Diário Oficial do Estado.
- Publicação dos índices definitivos de participação dos municípios paranaenses no produto da arrecadação do ICMS do exercício de 2012 (Decreto nº 2.443/2011) e sua reedição (Decreto nº 3405/2011).

17.4 Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais (CCRF)

Órgão de direção superior da estrutura da SEFA, tem por objetivo julgar, em segunda instância administrativa, litígios tributários entre os contribuintes e o Estado. Todavia, a missão do CCRF transcende a sua finalidade legal de criação, eis que deve ser compreendido como instituição que desempenha relevantes funções sociais:

- Facilita e agiliza a defesa dos contribuintes - os contribuintes para interpirem recursos contra decisões administrativas que lhes são desfavoráveis não necessitam efetuar depósitos recursais ou arrolamento de bens; são isentos de qualquer taxa, custas ou honorários de sucumbência.
- Atua como órgão coadjuvante do Poder Judiciário - por se tratar de órgão especializado de julgamento em matéria tributária, as decisões proferidas por esse órgão colegiado têm uma densidade maior que as próprias decisões do Poder Judiciário, fazendo com que muitos contribuintes sucumbentes deixem de ingressar com ações judiciais, auxiliando na retenção de acúmulo de processos nas varas da Fazenda Pública.

Foi desenvolvido um sistema informatizado que gera sete relatórios gerenciais utilizados para o controle e gerenciamento da tramitação e carga dos processos administrativos fiscais, objeto de recursos interpostos pelos contribuintes em segunda instância administrativa.

SISTEMA INFORMATIZADO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE
1. Pendentes	73 depositários de processos (com carga)
2. Sessão	406 sessões de julgamentos realizadas
3. Consulta	68 variáveis para consultas de processos
4. Estatística	4.480 processos em poder de 73 depositários (com carga)
5. Resultados	Favorável ao Estado: 56,1% em quantidade e 59,9% em valor
6. Infração	Concentram 04 tipos legais as infrações discutidas em 2ª instância administrativa: 92,7% em quantidade e 91,4% em valor
7. Trânsito em Julgado	Lavrados 1.550 acórdãos: publicados, intimados via AR ou aguardando prazo para interposição de recursos. (até nov/11)

FONTE: Gerado pelo Sistema do CCRF

A planilha abaixo demonstra o resultado dos julgamentos nas sessões camerais e plenária.

RESULTADO DE JULGAMENTOS - JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

ÓRGÃO JULGADOR	FAVORÁVEL				TOTAL	
	Estado		Autuado		Quantidade	Valor
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor		
1ª Câmara	194	86.070.606,43	110	18.803.053,91	304	104.873.660,34
2ª Câmara	171	114.024.061,63	145	65.233.607,98	316	179.257.669,61
3ª Câmara	128	62.991.557,68	165	98.450.247,99	293	161.441.805,67
4ª Câmara	185	73.526.436,06	118	34.450.740,78	303	107.977.176,84
Pleno	150	55.728.924,54	110	45.646.898,82	260	101.375.823,36
TOTAL	828	392.341.586,34	648	262.584.549,48	1.476	654.926.135,82
Percentual	56,10%	59,91%	43,90%	40,09%	100,00%	100,00%

FONTES: Gerado no Sistema do CCRF

Obs.:

(*) não estão inclusos os julgamentos: somente de preliminares (sem mérito); pedidos de esclarecimentos; e de acórdãos não lidos e não numerados.

CONCLUSÃO:

No período de janeiro a outubro de 2011 do total de processos julgados no CCRF, RESULTOU:

FAVORÁVEL AO ESTADO:

56,10% em quantidade;

59,91% em valor.

FAVORÁVEL AO AUTUADO:

43,90% em quantidade; e

40,09% em valor.

Dentre os principais projetos realizados destaca-se:

- Painel Eletrônico - funciona por meio de software desenvolvido internamente, para consultas de editais e pautas de sessões, e que pode ser facilmente operacionalizado, por um simples toque na tela, pelos contribuintes e seus procuradores.
- Ciência Eletrônica de Acórdãos - funcionará por meio de software disponibilizado na web para consulta pelos contribuintes e seus procuradores, facilitando e agilizando a comunicação das decisões colegiadas aos mesmos. O projeto entrará em operação assim que a legislação especial de processo eletrônico, encaminhada à Assembleia Legislativa, for aprovada.
- Processo Eletrônico – e-PAF - projeto inédito em termos nacional, que não se restringe a primeira e a segunda instâncias administrativas (endoprocessual), mas estende-se a fase pré-processual, isto é, desde o início da ação fiscalizadora, passando pela defesa prévia e adentrando ao processo propriamente dito.

17.5 Comissão de Análise e Controle de Pagamentos Judiciais (CACP)

Todos os processos relacionados a precatórios, compensações, obrigações de pequeno valor e análogos, são avaliados no âmbito desta Comissão.

Foram analisados, até outubro, aproximadamente 2.500 processos, incluindo a prévia análise dos processos de compensação que serão decididos pelo Chefe do Poder Executivo.

17.6 Entidades Vinculadas

Vinculados ainda a SEFA estão o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), em liquidação ordinária, e a Agência de Fomento do Paraná S.A. (FOMENTO Paraná).

A FOMENTO Paraná é uma instituição financeira onde o Estado participa com 99,9% do Capital Social e a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR) participa com 0,1%, criada para promover o desenvolvimento econômico e social no Estado do Paraná, oferecendo apoio técnico e financeiro a iniciativas empreendedoras compatíveis com as estratégias do governo dirigidas aos micros e pequenos empreendimentos produtivos, apoio aos municípios, a agricultura familiar e aos arranjos produtivos locais identificados e em formação. Tem como foco o desenvolvimento econômico e social por meio de recursos financeiros, tendo por missão a promoção e o desenvolvimento sustentável através de apoio técnico e financeiro voltado às necessidades da sociedade paranaense.

Ao longo dos 12 anos de atividades, atingiu praticamente todo o Estado por meio das parcerias estabelecidas com o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE no que tange a financiamentos concedidos a municípios, com a Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, Prefeituras municipais e SEBRAE na operacionalização do microcrédito e de forma independente na concessão de crédito a pequenos empresários.

Durante o exercício de 2011 a FOMENTO Paraná passou por reformulações, com internalização de novas diretrizes estratégicas alinhadas ao Plano de Governo, que culminaram na apresentação de novas metas para 2012.

Em 2011, a FOMENTO Paraná manteve suas atividades de financiamento e gestão de fundos, conforme relatado a seguir:

- Programa Banco Social - foi operacionalizado o sistema de financiamento de microcrédito em busca da incorporação de empreendedores não atingidos pelos mecanismos formais de crédito, tendo sido realizadas até outubro, 1.470 operações, com R\$ 9,0 milhões liberados, com valor médio de R\$ 6,0 mil. Os números totais desde o início do programa em 2001 até outubro de 2011 são 36.180 operações, perfazendo um total de R\$ 140,0 milhões em financiamentos. As projeções para os anos de 2012, 2013 e 2014 são de R\$ 20,0 milhões, R\$ 23,0 milhões e R\$ 25,0 milhões, respectivamente.
- Programa Bom Emprego Pequena Empresa – atendeu pequenos empreendimentos, incluindo aqueles que sofreram algum tipo de dano causado pela catástrofe que se abateu sobre o litoral do Estado em março, tendo realizado um total de 12 operações, no valor médio de R\$ 70,0 mil e um total de R\$ 839,0 mil. Os números totais desde o início do programa em 2009 até outubro de 2011 são 26 operações, perfazendo um total de R\$ 3,0 milhões. As projeções para os anos de 2012, 2013 e 2014 são de R\$ 50,0 milhões, R\$ 55,0 milhões e R\$ 60,0 milhões, respectivamente.

- Operações de crédito com o Setor Público - divididas entre as linhas do Sistema de Financiamento de Ações aos Municípios (SFM) e do Programa de Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários para Prefeituras do Estado do Paraná (PROMAP), tiveram, de 2001 até outubro de 2011, o desempenho demonstrado no quadro a seguir, e as projeções para os anos de 2012, 2013 e 2014 são de R\$ 180,0 milhões, R\$ 190,0 milhões e R\$ 200,0 milhões, respectivamente.

	SFM	PROMAP	TOTAL
Nº de contratos	2.045	580	2.625
Liberações R\$	961,0 milhões	148,0 milhões	1,0 bilhão
Municípios Atendidos	347	220	

- Fundo de Aval Garantidor da Agricultura Familiar do Paraná – atuando como gestora do Fundo, concebido para viabilizar empréstimos enquadráveis no Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), junto à rede bancária conveniada, até agosto, informação fornecida pelo Banco do Brasil, operador do Programa, o desempenho operacional, apresentou-se da seguinte maneira: a) Operações contratadas acumuladas desde 2005 – 13.810 operações - valor garantido R\$ 10,0 milhões, valor alavancado R\$ 100,0 milhões, valor médio R\$ 7,0 mil; b) Operações contratadas somente em 2011 - 300 operações - valor garantido R\$ 368,0 mil, valor alavancado R\$ 4,0 milhões, valor médio R\$ 12,0 mil.

17.7 Gestão Financeira e Tributária

O desempenho da gestão dos recursos públicos está sustentado em procedimentos legais de controle orçamentário e financeiro implantados, relatados a seguir.

A Receita Total atingiu o montante de R\$ 20,3 bilhões, até outubro, com uma previsão de R\$ 4,3 bilhões a se realizar até dezembro, totalizando R\$ 24,6 bilhões, o que corresponde a um crescimento real na ordem de 10,66% em relação ao exercício anterior, que foi de R\$ 22,2 bilhões.

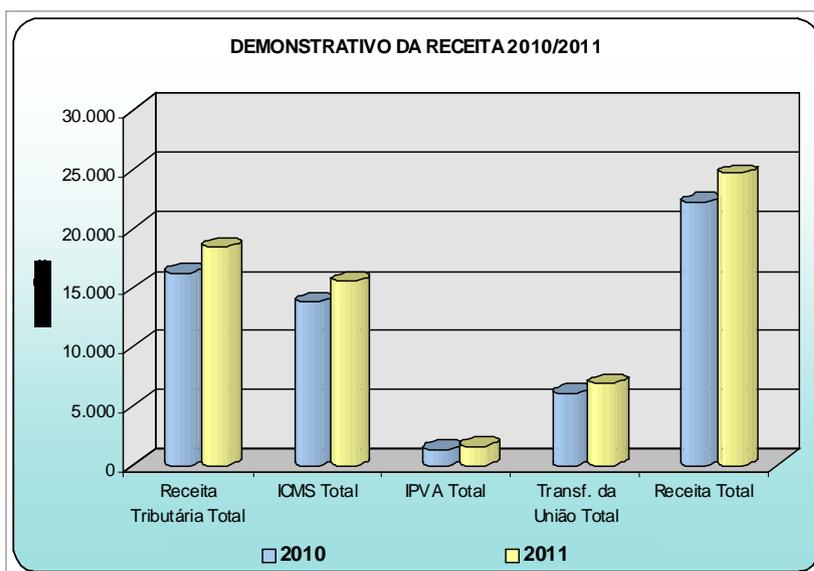
A Receita Tributária realizou até outubro R\$ 15,3 bilhões, devendo chegar a R\$ 18,4 bilhões até o final do exercício, resultando em um índice de crescimento de 13,6% em termos nominais, quando comparada ao ano de 2010.

O ICMS é o principal destaque de participação, com um valor de R\$ 12,8 bilhões arrecadados até outubro, e com uma previsão de arrecadação de mais R\$ 2,7 bilhões, totalizando R\$ 15,6 bilhões, o que significa um crescimento de 13,09% em relação a 2010. Esse valor representa 84,68% da Receita Tributária e 63,50% da Receita Total.

O IPVA deverá a R\$ 1,6 bilhões em 2011, com um aumento nominal de 8,56% em comparação a 2010, que foi de R\$ 1,4 bilhões.

As Transferências da União que até este período alcançaram uma arrecadação de R\$ 5,6 bilhões poderão chegar a R\$ 6,8 bilhões, com uma variação nominal prevista de 12,18% em relação a 2010, apresentando um crescimento real de 27,69%.

O gráfico a seguir demonstra as principais receitas arrecadadas no exercício de 2011 no Estado, comparadas com o exercício anterior.



A Despesa Total da Administração Direta e Indireta do Estado alcançou até outubro, o montante de R\$ 19,4 bilhões, sendo que o resultado fiscal do exercício deverá apresentar equilíbrio.

Em relação à Despesa com Pessoal (empenhada), os gastos foram de R\$ 10,2 bilhões (janeiro a outubro), ficando abaixo do índice estabelecido na Lei Complementar nº 101/00 – LRF.

Foram liberados recursos financeiros para pagamento de diversas despesas dos 88 órgãos do Estado, sendo 24 da Administração Direta, 50 da Administração Indireta, 07 Universidades, 07 Faculdades, Outros Poderes (Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça), Ministério Público e a Defensoria Pública do Paraná.

Em cumprimento ao estabelecido no art. 158, incisos III e IV da Constituição Federal, os valores repassados a título de Transferências Constitucionais aos municípios totalizaram R\$ 4,1 bilhões, até outubro.

No Serviço da Dívida Pública Interna o montante pago de juros e encargos foi de R\$ 544,0 milhões, e a amortização do principal de R\$ 419,0 milhões, totalizando R\$ 963,0 milhões. Com relação ao Serviço da Dívida Pública Externa, foram R\$ 18,0 milhões de juros e encargos, e R\$ 74,0 milhões de amortização, perfazendo R\$ 92,0 milhões, até outubro.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 62/09, a competência para o pagamento dos precatórios judiciais passou a ser do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Foi depositado até outubro o montante de R\$ 369,0 milhões, referente a 2% da Receita Corrente Líquida, em cumprimento ao Decreto nº 6.335/2010. A SEFA efetuou o pagamento de Sentenças Judiciais relativas a Obrigações de Pequeno Valor (OPV) no importe de R\$ 8,4 milhões.

Ressalte-se que os resultados da execução financeira em 2011 refletem o ajustamento já consolidado das contas estaduais, havendo, portanto espaço futuro para o incremento dos investimentos.

Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul



18 Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul (SEIM)

Tem por finalidade a articulação do Governo com o setor privado, visando promover o desenvolvimento econômico do Estado, bem como o desempenho das atividades de apoio relativas aos interesses do Estado no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

Integram sua estrutura organizacional: Administração Direta - Gabinete do Secretário; Assessoria Técnica; Diretoria Geral; Núcleo de Informática e Informações; Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial; Coordenadoria de Assuntos Internacionais; Coordenadoria de Assuntos do Mercosul; e Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial; e Administração Indireta - Ambiental Paraná Florestas S/A; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul; Instituto de Pesos e Medidas; Junta Comercial do Estado do Paraná; e Minerais do Paraná S/A.

Os programas e/ou ações desenvolvidas pela Secretaria e suas vinculadas, no exercício de 2011, estão detalhados a seguir.

18.1 Coordenadoria de Promoção Industrial e Comercial (CIC)

- Programa Paraná Competitivo - formulação e implantação do Programa; atendimento, análise e encaminhamento formal de pleitos de 141 empresas. Tendo como resultado o anúncio de mais de R\$ 7,5 bilhões em novos investimentos industriais no Estado e, cerca de outros R\$ 15,0 bilhões em negociação.
- Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás - lançado o Programa Pontal do Pré-Sal, com o objetivo de estimular o aumento da participação das empresas paranaenses nos fornecimentos de bens e serviços para o setor. Com a participação da PETROBRAS, foram realizados três eventos e diversas reuniões, bem como adotadas ações para permitir a instalação de empreendimentos de construção de equipamentos no litoral do Paraná.
- Cadeia Produtiva de Tecnologia da Informação – coordenação das ações de diversos órgãos oficiais e privados para a preparação de proposta do Estado dirigida à empresa FOXCONN, de Taiwan, visando a escolha do Paraná para instalação de unidade de produção de telas sensíveis ao toque e tablets, com investimento estimado em US\$ 4,0 bilhões e geração de 4.000 empregos diretos.
- Barracões Industriais - levantamento e articulação junto as prefeituras para instalação de barracões objetivando atender a implantação de novas empresas no Paraná. Foram encaminhados pedidos preliminares à SEDU para construção de barracões nos seguintes municípios: Bom Jesus do Sul, Campo Mourão, Capanema, Dois Vizinhos, Guairaçá, Kaloré, Lindoeste, Nossa Senhora das Graças, Piên, Prudentópolis, São João do Caiuá, Serranópolis do Iguaçu, Toledo, Vera Cruz do Oeste e Verê.

18.2 Coordenadorias de Assuntos do MERCOSUL (CAM) e de Assuntos Internacionais (CAI)

- Plano Nacional da Cultura Exportadora - realizados estudos em parceria com Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio Exterior (MDIC).
- 3º Encontro de Comércio Exterior do MERCOSUL - Encomex MERCOSUL – realizado em Curitiba, nos dias 1º e 2 de dezembro, em parceria com o Governo Federal, que reuniu representantes brasileiros, de países do MERCOSUL e de outras regiões, em palestras, painéis, workshops e encontros de negócios. Aproximadamente 1.000 pessoas tiveram acesso a informações estratégicas, mecanismos de apoio ao exportador, oportunidades de negócios, logística, inovação e financiamento.
- Primeira Exportação - projeto piloto de capacitação de agentes de comércio exterior e empresas interessadas em exportar, com a participação de 20 empresas de Curitiba e 20 estudantes. Formado comitê gestor com entidades do comércio exterior, tais como CORREIOS, Banco do Brasil, TECPAR, FIEP, FAE, SEBRAE, Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (ASSESPRO).
- Comitivas Internacionais – realizada a recepção de comitivas de chineses, alemães, italiano, japoneses, suecos, norte-americanos, indianos, cubanos, coreanos, portugueses, argentinos e russos, com o objetivo de atrair investimentos para o Estado.
- Elaboração de Plano de Ação para 2012 e acompanhamento de acordo de cooperação técnica internacional com a região de Rhône Alpes (França) e de Protocolo de Intenções para intercâmbio comercial e cultural entre Vêneto/Itália e o Paraná, com o objetivo de conhecer a realidade de ambos os mercados e identificar setores passíveis de serem explorados e desenvolvidos, mediante parceria. Além disso, foi organizado um encontro com produtores hortifrutigranjeiros da região da Emilia Romagna/Itália, em Curitiba, em parceria com a SEAB.
- Agência de Internacionalização do Estado do Paraná – realizadas reuniões e tratativas com entidades paranaenses para a criação da Agência, que visa auxiliar o desenvolvimento da economia paranaense, pelo fortalecimento das exportações e das importações relevantes para o Estado.
- Acompanhamento de feiras e missões – com a finalidade de identificar as melhores oportunidades para o Paraná e divulgar os seus produtos ou mesmo atrair investimentos. Foram atendidos os organizadores das feiras de EIRE, em Milão, no período de 07 a 09 de junho, de Expotecnologia e Foro ADELS.
- Acompanhamento dos Índices da Balança Comercial do Estado do Paraná - visando fornecer informações para as apresentações do Estado em recepções a comitivas internacionais, bem como identificar o comportamento da exportação paranaense.
- Atendimento às entidades interessadas em celebrar parceria com a SEIM - com o objetivo de fortalecer os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria, tais como: o World Trade Center Club, clube de negócios que possui mais de 750 mil empresas associadas em cerca de 90 países e que pretende montar uma sede na Capital para ampliar rotas de negócio no Paraná; e o Instituto Promoção de Desenvolvimento (IPD).

18.3 Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial e Comercial (CDI)

- Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná - participação em audiência pública da Lei de Inovação para o Paraná, sugerindo alterações em benefícios das MPEs; criação de Grupo de Trabalho com participação da SEIM, da SEFA, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e das Federações das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), do Comércio (FECOMERCIO), das Associações Comerciais e Empresariais do Estado do Paraná (FACIAP) e das Associações de Micro e Pequenas Empresas (FAMPEPAR), para a revisão da Lei Geral Estadual e encaminhamento ao executivo; acompanhamento da Lei do Fundo de Aval; reuniões para formação e elaboração do diagnóstico da Lei Geral Municipal dos Comitês Gestores Municipais; participação nos eventos Fomenta Estadual, realizado em Curitiba, e 05 Fomentas Regionais realizados em Cascavel, Francisco Beltrão, Maringá, Curitiba e Londrina; formalizados 18.998 empreendedores individuais; assinatura do Protocolo de Intenções entre SEIM, SEBRAE e Associação dos Municípios do Paraná (AMP), para a criação dos Fóruns Regionais das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; formalização de Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas do Paraná (TCE/PR), FPME/PR, AMP/PR, e SEBRAE, para capacitação de empresas e servidores em Compras Governamentais; além de participação em diversos seminários, congressos e encontros.
- Rede Nacional para Simplificação e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) - participação em diversas reuniões, para conhecer as soluções aplicadas atualmente em outros Estados.
- Arranjos Produtivos Locais (APLs) - reativação do Programa, em conjunto com a SEPL. Participação no 5º Congresso Brasileiro de APLs em Brasília e em reuniões de trabalho nos APLs dos estados da Bahia e Espírito Santo.
- Desenvolvimento do Projeto Territórios da Cidadania – capacitação de micro e pequenas empresas como grandes fornecedoras do Estado e promoção do desenvolvimento da governança territorial, dos setores produtivos e fortalecimento das empresas.
- Programa Bom Negócio - lançamento e apoio a Implantação do Programa, em parceria com a Agência de Fomento, no projeto Banco do Empreendedor.

18.4 Ambiental Paraná Florestas S.A.

- Controle, Fiscalização e Prevenção de Incêndio e Vigilância de Áreas Próprias e de Terceiros – em aproximadamente 45.000 hectares, sendo 18.816 hectares de florestas e pinus em fase final de colheita, plantadas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul e 6.625,77 hectares de florestas de palmito e nativas, localizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Paranaguá, Matinhos e Guaratuba.

- Plantio e Manutenção do Novo Ciclo Florestal – implantadas, até 2011, aproximadamente 12.000 hectares de florestas de pinus spp, perfazendo cerca de 20 milhões de árvores plantadas com idade entre zero e 12 anos, distribuídas nos municípios de Castro, Campo Largo, Ponta Grossa, Inácio Martins, Sengés, Dr. Ulysses e Cerro Azul. Nesse novo ciclo florestal foram executadas, conforme a necessidade, duas ou três manutenções anuais.
- Controle das Explorações das Florestas Comercializadas - medição das cargas de madeira dos caminhões, com emissão da Nota Fiscal. Até outubro, foram retirados 265.162,46 estéreos de pinus.
- Conservação e Manutenção da Infraestrutura Viária e de Comunicação - além da manutenção de aproximadamente 3.000 km da malha viária interna das áreas, prestou auxílio na conservação das estradas municipais/estaduais que acessam as propriedades, visando o escoamento dos produtos de base florestal, mantendo também aproximadamente 500 km de aceiros. Além disso, realizou a manutenção do sistema de radiocomunicação próprio, que também serve à comunidade local e eventualmente à Polícia Militar.
- Preservação Ambiental - considerando as áreas do Módulo Florestal do Litoral acrescidas das áreas dos demais módulos florestais não utilizadas para plantio, a Ambiental preserva aproximadamente 25.000 hectares de florestas nativas em estágio avançado de regeneração, que se encontram em grandes blocos, como no caso do litoral e distribuídas nas áreas de plantio de florestas comerciais, formando um mosaico estruturado e com interligações com corredores internos de biodiversidade que garantem uma presença de vida selvagem em todos os níveis da cadeia alimentar.

18.5 Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

18.5.1 Dados Estatísticos

- Contratações por Segmento – realizou contratações no valor de R\$ 599,6 milhões e 1.850 novos contratos de financiamento no Paraná.
- Operações por Convênios - realizadas 1.437 operações por meio dos convênios do BRDE com as cooperativas de crédito, cooperativas agrícolas e os convênios de integração, resultando em um montante de R\$ 123,0 milhões contratados.
- Operações Contratadas pelo Porte das Empresas - as cooperativas continuaram sendo as principais clientes do BRDE, tendo sido contratados R\$ 249,9 milhões nesse segmento. Dessa forma, o BRDE consegue promover o desenvolvimento local e regional, pois as cooperativas se caracterizam como um meio importante para impulsionar o desenvolvimento econômico e social. Considerando o valor contratado com produtores rurais, verifica-se a pulverização do crédito concedido pelo BRDE. Até outubro, foram realizadas 1.613 operações com produtores rurais, o que representa

87,2% do total de contratos realizados, com valor médio aproximado de R\$ 114,0 mil. Por meio dos convênios firmados com as cooperativas de crédito, o BRDE consegue capilaridade e ampliar o seu volume de financiamento com pequenos produtores rurais (tabela 1).

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES SEGUNDO O PORTE DAS EMPRESAS - JAN/11 A OUT/11

PORTE	VALOR (R\$ mil)	PARTICIPAÇÃO (%)	Nº DE OPERAÇÕES	PARTICIPAÇÃO (%)
Produtor Rural	184.694	30,8	1.613	87,2
Microempresa	15.248	2,5	75	4,0
Pequena Empresa	49.305	8,2	47	2,5
Média Empresa	52.748	8,8	40	2,2
Grande Empresa	297.568	49,7	75	4,1
Prefeituras	0	0	0	0
TOTAL	599.563	100	1.850	100

- Operações Contratadas por Mesorregiões – a participação de cada região está detalhada na tabela a seguir.

TABELA 2 - OPERAÇÕES CONTRATADAS POR MESORREGIÕES DO PARANÁ - JAN A OUT

SETOR	MESORREGIÃO PROCESSO	VALOR (R\$)	PARTICIPAÇÃO (%)
PRIMARIO	Centro Ocidental Paranaense	33.019.521,18	15,62
	Centro Oriental Paranaense	8.370.608,94	3,96
	Centro-Sul Paranaense	43.623.212,67	20,63
	Metropolitana de Curitiba	797.746,00	0,38
	Noroeste Paranaense	7.450.765,03	3,52
	Norte Central Paranaense	28.264.848,70	13,37
	Norte Pioneiro Paranaense	6.242.143,31	2,95
	Oeste Paranaense	67.997.800,21	32,16
	Sudeste Paranaense	664.850,70	0,31
	Sudoeste Paranaense	14.989.796,30	7,09
	TOTAL	211.421.293,04	100,00
SECUNDARIO	Centro Oriental Paranaense	37.011.976,50	33,58
	Centro-Sul Paranaense	2.639.389,00	2,39
	Metropolitana de Curitiba	27.662.138,81	25,10
	Noroeste Paranaense	2.829.799,00	2,57
	Norte Central Paranaense	3.109.580,77	2,82
	Oeste Paranaense	30.183.457,72	27,39
	Sudeste Paranaense	1.700.000,00	1,54
	Sudoeste Paranaense	5.072.135,37	4,60
		TOTAL	110.208.477,17
TERCIARIO	Centro Ocidental Paranaense	52.871.692,09	22,92
	Centro Oriental Paranaense	27.677.576,30	12,00
	Centro-Sul Paranaense	30.731.589,49	13,32
	Metropolitana de Curitiba	20.933.097,34	9,08
	Noroeste Paranaense	3.359.000,00	1,46
	Norte Central Paranaense	32.632.603,34	14,15
	Oeste Paranaense	48.829.691,99	21,17
	Sudeste Paranaense	3.024.066,06	1,31
	Sudoeste Paranaense	10.582.571,00	4,59
	TOTAL	230.641.887,61	100,00
Subtotal		552.271.657,82	
	outros estados	47.291.297,61	
TOTAL GERAL		599.562.955,43	

- Repercussões Econômico-Financeiras – os financiamentos concedidos induziram cerca de R\$ 840,4 milhões em investimentos, que propiciaram a geração de 2.686 novos postos de trabalho e arrecadação adicional de ICMS ao Estado na ordem de R\$ 158,1 milhões.

18.5.2 Ações de Divulgação e de Inserção das Políticas Públicas

- Participação em 19 feiras e realização de 53 palestras em parceria com prefeituras, associações comerciais e entidades de classe, visando divulgar as linhas de financiamento do banco e o acesso ao crédito por parte dos empresários, atingindo um público superior a 600 pessoas; e divulgação das linhas de crédito para prefeituras.
- Rodadas de Crédito – participou de 43 eventos de divulgação das linhas de crédito organizadas pela FIEP, SEBRAE, prefeituras e outras entidades.
- Arranjos Produtivos Locais - participação em estudos, pesquisas, estandes, feiras e divulgação de eventos da Rede APL Paraná.
- Participação no Fórum Regional Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná.
- Parcerias – com a SEAB para financiamento de projetos de armazenagem, silvicultura, ovino e caprinocultura, pecuária leiteira, Programa ABC entre outros; com a SEDU/PARANACIDADE, visando o financiamento às prefeituras para aquisição de máquinas e equipamentos, ônibus escolares e melhoria na gestão pública; com a COPEL, para indicação de novos projetos de geração de energia; com a SEJU, para auxílio no encaminhamento de projeto para o BNDES na captação de recursos do Fundo Social para financiamento de centros prisionais e de recuperação.
- Projeto Corredor da Exportação – em conjunto com a Estrada de Ferro Paraná Oeste (FERROESTE) e a Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) para viabilizar o trecho ferroviário da FERROESTE e utilizar as unidades de armazenagem da CODAPAR no interior e em Paranaguá, visando melhorar a logística na exportação de grãos, integrando os modais rodoviário e ferroviário para o escoamento da produção.
- Participação no Seminário sobre Economia Criativa e possibilidades de financiamento para a Cultura.
- Convênio com o SEBRAE para parcerias em novos projetos, sendo o BRDE o agente financeiro.
- Sociedades Garantidoras de Crédito (SGCs) - assinatura de protocolos de intenções para financiamento a microempresas com aval das SGCs.
- Participação no Grupo de Trabalho Paraná Competitivo.
- 6º Prêmio BRDE de Desenvolvimento – lançado em 08 de abril, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), em Francisco Beltrão.

18.6 Instituto de Pesos e Medidas (IPEM)

No exercício de suas atividades relativas a prestação de serviços de avaliação da conformidade, verificação metrológica, calibração e ensaios que beneficiam todos os segmentos da sociedade envolvendo os setores comerciais, industriais e de defesa do consumidor, o IPEM realizou as ações a seguir.

- Verificação Metrológica – realizadas cerca de 227.000 verificações em instrumentos de medir, medidas materializadas.
- Inspeção e medição em mercadorias pré-medidas para avaliação da conformidade – realizados cerca de 1.111.000 exames.
- Fiscalização de produtos têxteis – realizadas cerca de 3.000.000 fiscalizações.
- Fiscalização de produtos e serviços com a conformidade avaliada - realizadas cerca de 4.250.000 fiscalizações de unidades de produtos com certificação compulsória.
- Registros e fiscalização de empresas com declaração de conformidade - realizadas cerca de 200 ações.
- Calibração de instrumentos de medir e medidas materializadas - realizadas cerca de 2.300 calibrações.
- Desempenho Financeiro – receita dos serviços prestados estimada de R\$ 38,0 milhões, representando um acréscimo de aproximadamente 28,0% sobre a receita do exercício anterior. Parte da receita destina-se ao custeio da Instituição e parte ao INMETRO.

18.7 Junta Comercial do Estado do Paraná (JUCEPAR)

- Protocolados 575.005 processos, sendo: 48.573 de constituição de novas empresas (empresário individual, sociedades empresárias, sociedades anônimas, cooperativas, etc), 45.616 de micro empreendedor individual, 135.784 alterações contratuais arquivadas, 15.338 extinções de empresas arquivadas, 156.347 certidões, 38.674 fotocópias, 133.916 livros mercantis registrados, entre outros. Com uma receita arrecadada, de janeiro a outubro, de R\$ 16,4 milhões e despesas pagas no valor de R\$ 9,8 milhões, gerando superávit financeiro.
- Descentralização do Atendimento – inauguradas as Agências Regionais de Capanema, Palotina, Santa Helena, Santo Antonio do Sudoeste e Pinhais, totalizando 47 no Estado; e, ainda, encontra-se em fase final de implantação as agências de Telêmaco Borba, Jacarezinho, Cambé, Ubiratã e Pitanga.
- 1º Seminário de Registro Empresarial da Junta Comercial do Paraná - realizado em Ponta Grossa, no período de 16 a 17 de junho, visou a integração e a uniformização dos procedimentos do registro empresarial no Estado. Contou com a participação de servidores da Sede e relatores/colaboradores de todas as Agências Regionais do Estado.

- Concurso Público para Tradutores e Intérpretes Comerciais – realizado em duas etapas, para os idiomas: inglês, espanhol, Francês, italiano, alemão, japonês, árabe, mandarim, russo, polonês, grego moderno e ucraniano.
- Planejamento Estratégico e Reformulação Administrativa da JUCEPAR – realizado com o apoio do SEBRAE/PR, que realizou um levantamento detalhado das necessidades e ações necessárias.
- Bens e Equipamentos – aquisição de 175 estações de trabalho, visando a troca de todas as máquinas em utilização.
- Nova Sede da JUCEPAR - autorizada a abertura do procedimento licitatório para a construção, no Centro Cívico, no valor estimado de R\$ 19,5 milhões, com área total a ser construída de 11,9 mil metros quadrados.
- Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) - estudos e investimentos na área de informática, em parceria com a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR) e o Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), visando a inclusão da Junta em uma nova plataforma de registro online integrado, a REDESIM, criada pela Lei nº 11.598/2007.
- Projeto piloto de análise e validação do sistema SIARCOWEB – participação no projeto que permitirá integrar as bases de dados das Juntas Comerciais, prefeituras, Governos Estaduais e Federal, facilitando o registro e a legalização de empresas no Estado.
- Assinado contrato com a CELEPAR para a atualização da digitalização dos documentos das empresas registradas na Autarquia.

18.8 Minerais do Paraná S.A. (MINEROPAR)

Na sua função de instituto de geologia do Paraná, envolvendo o fomento técnico à indústria mineral, a geração de informações básicas e temáticas de geologia aplicadas ao meio ambiente, planejamento urbano e ordenamento territorial, entre outros usos do meio físico, foram desenvolvidas as ações a seguir.

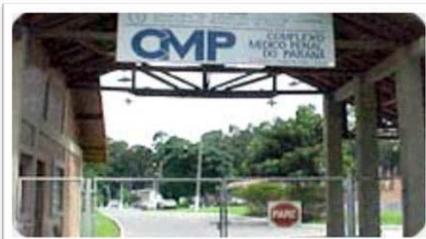
- Assessoramento técnico à Defesa Civil no atendimento às emergências do litoral do Paraná, em função dos deslizamentos e enchentes ocorridos em março. A atuação na fase emergencial foi focada na avaliação de encostas e emissão de laudos técnicos, em Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba, o que permitiu realizar a remoção de residentes, salvando cerca de 200 pessoas de desmoronamentos iminentes. Na fase seguinte, foram contratados serviços para mapeamento de riscos geológicos e hidrológicos numa área de 1.800 Km², nos municípios atingidos. Paralelamente, na área urbana de Antonina, executou-se mapeamento de riscos em escala de detalhe.
- Sistema de Gestão de Riscos e Desastres (SGRD) – participação na elaboração do projeto coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), com a participação da Defesa Civil, Sistema Meteorológico do Paraná

(SIMEPAR) e Instituto das Águas do Paraná, o qual prevê financiamento pelo Banco Mundial, com início em 2012 e investimento de R\$ 36,0 milhões em três anos.

- Apoio técnico ao IAP, no processo administrativo para o licenciamento ambiental, tendo sido avaliadas as condicionantes ligadas ao meio físico em 350 processos relacionados a empreendimentos minerários e 50 de instalação de loteamentos, aterros, cemitérios, condomínios e indústrias. Concomitantemente, prestou assessoramento técnico aos diversos Escritórios Regionais do IAP, participou de Câmaras Técnicas, grupos de trabalhos e, também, diretamente junto aos empreendedores no que diz respeito à sua área de competência.
- Realizados 211 pareceres técnicos referente à avaliação dos estudos de identificação de passivos ambientais e hidrogeológicos em pontos de armazenamento de combustíveis líquidos em todo o Paraná, constituindo-se num valioso instrumento de prevenção das graves contaminações relacionadas a hidrocarbonetos, em atuação conjunta com o IAP.
- Zoneamento Ecológico Econômico do Paraná (ZEE) - coordenado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC), foi executado o trabalho de zoneamento na região litorânea, priorizada pelo grande volume de empreendimentos previstos para os próximos anos e realizadas reuniões públicas de apresentação dos resultados.
- Projeto de Unidades Móveis (PRUMO) - criado em parceria com o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), prestou 29 atendimentos tecnológico às empresas do setor cerâmico para potencializar sua capacidade produtiva em várias regiões do Estado.
- Projetos de reconhecimento da potencialidade mineral – visando incentivar o aproveitamento de recursos minerais, deu-se continuidade aos projetos, especialmente com a avaliação de depósitos de argila em várias regiões, por meio de pesquisas de campo, ensaios de laboratório e avaliação de reservas. Adicionalmente foram organizados dados de economia mineral e divulgadas informações básicas e temáticas, entre outros.
- Mapeamento das Rochas Vulcânicas do Grupo Serra Geral – sua abrangência corresponde à maior área agrícola do Estado e cerca de metade do seu território, foi concluído o mapeamento da folha de Cascavel e avaliados dados geológicos e geoquímicos, entre outras atividades. Os resultados do trabalho têm aplicação direta no levantamento do potencial de recursos hídricos subterrâneos e na indicação de áreas para estudos de avaliação econômica para diversos bens minerais.
- Geologia na Escola - cerca de 12.000 alunos do nível médio participaram de atividades extracurriculares com palestras e visitas monitoradas a exposição de geologia e ao museu de mineralogia, na sede da empresa, em Curitiba. Realizados mais de 3.000 atendimentos na biblioteca, mapoteca, fototeca e diretamente aos usuários. O site da empresa permite responder consultas e outros contatos com o público, além do acesso ao acervo técnico digital disponível.

- Organização de Dados Geológicos - concluída mais uma etapa de atualização da informação básica para compor o novo mapa geológico do Paraná, em fase de elaboração, por meio de serviços contratados para compilar e inserir no sistema de informações um grande acervo de dados sobre as unidades geológicas do Estado. Também foi dada continuidade ao desenvolvimento do Sistema Mina (sistema de informações geológicas, de caráter corporativo, para organizar os dados e informações), com novas interfaces de cadastro de pontos, ocorrências minerais, imagens, laudos técnicos, relatórios e outras funcionalidades.

Justiça, Cidadania e Direitos Humanos



19 Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU)

A SEJU, criada pela Lei nº 13.986, de 30 de dezembro de 2002, alterada pela Lei n.º 16.840, de 28 de junho de 2011, tem por finalidade a administração do sistema penitenciário estadual, além da definição de diretrizes para a política governamental focada no respeito à dignidade humana e no fortalecimento dos Direitos Humanos.

As ações afetas à Pasta sintetizam as diretrizes governamentais adotadas para a consecução das políticas públicas definidas para a área, e desenvolvem-se harmoniosamente na coordenação dos assuntos penitenciários e daqueles relacionados à proteção, defesa e educação ao consumidor, aos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência, à defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa e das minorias, à prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes.

Em consonância com as Metas do Governo 2011-2014, que prevê a reestruturação da SEJU para assumir a guarda dos presídios, abertura de 6.000 novas vagas, monitoração eletrônica de 5.000 pessoas no regime semiaberto e aberto e a regulamentação da Defensoria Pública, a Secretaria assumiu o compromisso de direcionar as políticas públicas para a efetivação dos Direitos Humanos a partir da universalização dos Direitos Sociais, cujo princípio norteador visa promover a igualdade de direitos no acesso aos bens e serviços fundamentais, sem discriminação de qualquer natureza, contribuindo tanto para a redução das desigualdades sociais e das disparidades regionais, quanto para o enfrentamento e prevenção da violência, do crime organizado e da criminalidade urbana e rural.

Em cumprimento as Metas de Governo, a SEJU que iniciou 2011 com 14.458 apenados, efetivou a transferência de 3.394 presos custodiados pela Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), restando ainda 12.300 presos para conclusão do processo de transferência definitiva. Encontra-se em fase final as obras de construção das Penitenciárias Estaduais de Cruzeiro do Oeste e Piraquara e do Centro de Regime Semiaberto de Maringá, com a criação de 2.500 novas vagas, e demais ações que irão possibilitar a ampliação de mais 2.191 vagas, totalizando 4.691 vagas no Sistema Penitenciário Estadual. Portanto, a SEJU atingiu a meta governamental antes do prazo previsto.

Com relação ao Monitoração Eletrônica, foi realizada Audiência Pública para discutir monitoramento eletrônico do sentenciado e criação do Caderno de Instruções Gerais sobre monitoramento eletrônico, visando à construção de novas tecnologias objetivando a redução de custos.

Quanto à Defensoria Pública, além de ser a responsável pela elaboração do respectivo Anteprojeto de Lei de Regulamentação, a SEJU também encaminhou e concluiu, com celeridade, esse importante assunto da administração pública paranaense e que aguardava regulamentação há vinte anos. A assistência judiciária gratuita aos necessitados passou à responsabilidade da instituição, conforme a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Lei

Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, com a previsão de contratação de 333 Defensores Públicos, 333 Assessores Jurídicos e demais equipe administrativa, considerando a distribuição de pelo menos um para cada Comarca do Estado. Honrado, portanto, o compromisso estabelecido nas Metas de Governo e consolidado o direito à assistência jurídica integral e gratuita daqueles que comprovem insuficiência de recursos para sua defesa.

Para o desenvolvimento da ação institucional, a Secretaria atua por meio dos seguintes organismos: Coordenadoria Estadual Antidrogas (CEAD); Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR); Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC); Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN); além dos Conselhos: Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas de Infrações Penais (PROVITA/PR); Estadual Antidrogas (CONEAD); Estadual da Mulher do Paraná (CEMPR); Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPED); Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiências (COEDE); Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI); Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID); e Penitenciário do Estado do Paraná (CONPEN).

As principais realizações empreendidas pela SEJU no exercício de 2011, estão relacionadas a seguir.

19.1 Sistema Penitenciário

19.1.1 Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN)

A gestão da SEJU está focada na busca de soluções estratégicas para melhorar o funcionamento do Sistema Penitenciário, desafogar a superlotação, reverter a situação de precariedade das unidades prisionais, promover a ressocialização e a reinserção de 15.000 presos nos estabelecimentos penais, e de mais 15.000 distribuídos provisoriamente nas cadeias públicas. Trata-se de homens e mulheres, em sua grande maioria jovens apenados, atualmente custodiados pela SESP, os quais serão transferidos, gradativamente, para a administração desta Secretaria nos próximos três anos.

- Número de Estabelecimentos Penais sob responsabilidade da SEJU:

Penitenciárias	17
Casas de Custódia	4
Semiabertos	5
Patronato	2
TOTAL	28

- Ocupação das Unidades Penais do DEPEN:

PRESOS	
Homens	13.560
Mulheres	541
EGRESSOS	
Homens	184
Mulheres	58

- Quanto aos presos

	PRESOS X IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
FAIXA ETÁRIA	18 a 24 anos	3.781	129	3.910	27,63
	25 a 29 anos	3.786	123	3.909	27,66
	30 a 34 anos	2.490	89	2.579	18,25
	35 a 45 anos	2.302	120	2.422	17,42
	46 a 60 anos	1.039	72	1.111	7,86
	Mais de 60 anos	162	8	170	1,18
TOTAL		13.560	541	14.101	100,00

FONTE: DIPRO/DEPEN em 01/12/2011

- Canteiros de Trabalho - dos 478 canteiros, 369 são próprios, onde trabalham 1.585 presos. Em 109 canteiros de empresas, trabalham 1.843 presos. Além de 588 presos implantados em artesanato somente recebendo remissão, totalizando 4.016 presos em atividade (28,46%).

REGIÃO	NÚMERO DE PRESOS IMPLANTADOS		TOTAL DE PRESOS TRABALHANDO	TOTAL PRESOS NO SISTEMA	% PRESOS POR REGIÃO
	Próprio	Privado			
Oeste	111	325	436	2.529	17,84
Noroeste	35	223	258	802	6,05
Central	123	295	418	985	7,16
Norte	336	128	464	3.032	21,77
Curitiba e Região Metropolitana	986	872	1.858	6.753	47,18
TOTAL	1.585	1.843	3.428	14.101	100%
% presos Implantados em Canteiros	11,24	13,06	24,30		

FONTE: DIPRO/DEPEN em 01/12/2011

Dentre as principais ações desenvolvidas, destaca-se:

- Promoção da custódia e assistência material, jurídica, educacional, social, religiosa e à saúde, para prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, de uma população carcerária formada por 14.101 presos distribuídos em 24 Unidades Penais do DEPEN. As ações estendem-se também aos 242 egressos.
- Transformação do Complexo Penitenciário de Piraquara em Complexo Penal Agroindustrial do Estado do Paraná (Decreto Estadual nº 2642/2011).
- Aprovação e implementação do Plano Diretor do Sistema Penal do Estado do Paraná, conforme Resolução nº 111/2011, em direção à solução para a crise carcerária e ao cumprimento dos dispositivos contidos na Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984), tornando efetivas as ações do Sistema Penal, contemplando, dentre outras, as demandadas para o cumprimento das Metas do Governo, o qual prevê a ampliação de 6.000 vagas no Sistema Penal, durante o período de 2011 a 2014.
- Realização de teste seletivo de Diretores, processo seletivo para a indicação de Diretores de Unidades Prisionais, cujo principal requisito exigido do participante foi o de pertencer ao quadro dos servidores efetivos do Departamento Penitenciário há pelo menos cinco anos, democratizando o acesso a esses postos e valorizando todas as categorias de servidores.

- Agilização de processos penais que resultaram na: a) transferência de 1.980 presos da SESP para a SEJU; b) progressão de Regime.

FREQUÊNCIA	PRODUTOS /SERVIÇOS PRESTADOS
1.448	Regime Fechado para o Regime Semiaberto
584	Regime Semiaberto para o Regime Aberto
213	Liberdade Condicional

- Mapeamento do perfil criminológico dos pequenos traficantes condenados, das mulheres, dos maiores de 70 anos e de estrangeiros, pleiteando benefícios perante o Juízo competente: a) conversão de pena para 299 presos primários com direito a esse benefício; b) repatriação de 44 presos estrangeiros aos quais é assegurado o direito de cumprir pena em seus países; c) progressão de pena – em andamento análise da situação de mulheres e presos com idade acima de 70 anos.
- Finalização da construção de três novos Estabelecimentos Penais prevista para dezembro, com recursos do Ministério da Justiça e contrapartida do Estado, onde serão criadas 2.500 novas vagas:

UNIDADES NOVAS	VAGAS
Penitenciária Estadual de Cruzeiro do Oeste	720
Centro de Regime Semiaberto de Maringá	300
Penitenciária Central do Estado de Piraquara	1.480

- Ampliação de 256 vagas e reforma da Cadeia Pública Laudemir Neves de Foz do Iguaçu, com mais 420 vagas. Decreto Governamental reconheceu a situação de emergência para execução da reforma.
- Encontra-se em andamento a aquisição de 1.935 unidades de camas em chapa metálica para os Estabelecimentos Penais existentes, com objetivo de ampliar a capacidade de vagas, reduzindo o número de celas de isolamento de 5% para 2%, em conformidade com a Resolução nº 09/2011 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP).
- Em fase final de elaboração a Lei de Execução Penal Estadual.
- Em curso o Processo de Seleção Simplificada (PSS) para a contratação de 423 agentes penitenciários, 200 agentes de monitoramento e 900 agentes de cadeia pública.
- Em andamento o Projeto de Lei para a implementação do Fundo Rotativo, mecanismo de descentralização de recursos para as Unidades da SEJU.
- Alteração do artigo 63, inciso VII, do Estatuto Penitenciário do Estado do Paraná e inclusão do inciso VIII, no mesmo artigo, referente às faltas graves decorrentes da posse, utilização ou fornecimento de aparelho telefônico, rádio ou similar, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- Termos de Cooperação Técnica: a) Termo de Cooperação nº 029/2011 firmado com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a implementação da Rede Feminina de Combate

ao Câncer, com objetivo de iniciar procedimentos de prevenção e tratamento dos cânceres do colo do útero e mama e de doenças transmissíveis junto à população carcerária feminina do Estado; b) Termo de Cooperação nº 001/2011 firmado com demais Secretarias de Estado e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná, o Serviço Social da Indústria - Departamento Regional do Paraná e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná, para a definição de projetos que visam à escolarização e profissionalização dos presos do sistema penal paranaense; c) Convênio com o Ministério do Esporte para desenvolvimento do Programa Pintando a Cidadania, estimulando a prática do esporte por meio da distribuição gratuita de material esportivo e promovendo a inclusão social de egressos, familiares e pessoas inseridas em comunidades carentes; d) Formalização de 109 Termos de Cooperação Técnica, com o objetivo de criar 478 canteiros de trabalho, fomentando a formação profissional a 4.016 presos, com atividades laborterápicas.

- Participação no Programa de Eficiência Energética da COPEL, iniciada com a realização, pela COPEL, de vistoria nas instalações e nos sistemas de iluminação da Penitenciária Estadual de Piraquara.
- Realização de Audiência Pública para discutir monitoramento eletrônico do sentenciado e criação do Caderno de Instruções Gerais sobre monitoramento eletrônico, repassado aos demais Secretários de Estado da Justiça do País.
- Articulação para a realização da Força Tarefa Nacional com o objetivo de analisar a situação de milhares de presos do Paraná, cuja condição não lhes permite o acesso à justiça.
- Instituição do Sistema Integrado de Informações da População Carcerária do Paraná - projeto que integra informações da população carcerária no Estado; visa monitorar, de forma permanente, dados dos presos e permitirá à administração penitenciária e prisional cumprir o princípio da eficiência administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal. A proposta integra os sistemas da SESP e do Tribunal de Justiça com a geração de Relatórios de Controle da situação processual executória da População Carcerária e sujeita a Penas e Medidas Alternativas.
- Gestão junto à Superintendência do Patrimônio da União, para identificação, no âmbito do Patrimônio da União, de imóveis situados no Estado do Paraná, em especial barracões e/ou escritórios do antigo Instituto Brasileiro do Café ou da Rede Ferroviária Federal, que possam constituir-se objeto de cessão à SEJU para instalação de Colônias Industriais, bem como para a futura implantação de Usinas de Reciclagem de Resíduos Sólidos.
- Gestão junto ao Ministério da Justiça visando o descontingenciamento de recursos do Fundo Penitenciário para utilização na construção de cadeias públicas regionais, para os quase 16.000 presos, encarcerados em caráter precário, nas Delegacias de Polícia, resultando no anúncio em 23 de novembro, do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, com a proposta de liberação de aproximadamente R\$ 135,0 milhões ao Paraná para o período de 2012 a 2014.

- Proposição, como Vice-Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Justiça, Cidadania, Direitos Humanos e Administração Penitenciária (CONSEJ), da alteração das Diretrizes Básicas para Construção, Ampliação e Reforma de Estabelecimentos Penais, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário (CNPCP), com o objetivo de padronizar o projeto para construção, ampliação e reforma dos estabelecimentos penais (setores externo, intermediário e interno), resultando na nova Resolução nº 009/2011 – CNPCP.

Para auxiliar o Sistema Penitenciário, o Conselho Penitenciário do Estado do Paraná (CONPEN), órgão consultivo e fiscalizador da execução da pena, realizou as seguintes atividades:

FREQUÊNCIA	PRODUTOS /SERVIÇOS PRESTADOS
146	Sessões Plenárias
47	Sessões de Livramento Condicional
847	Processos de Indulto
1.213	Processos de Comutação de Pena
673	Emissão de Cartas
168	Deliberações nos Processos provenientes dos Conselhos da Comunidade das Comarcas do Paraná

19.2 Políticas de Cidadania e Direitos Humanos

19.2.1 Coordenadoria dos Direitos da Cidadania (CODIC)

Responsável pela Coordenação das áreas de defesa dos direitos da cidadania e da pessoa com deficiência, da defesa dos direitos da mulher, da pessoa idosa e das minorias, tem como principal atribuição a formulação, articulação e divulgação de políticas públicas assecuratórias dos direitos humanos estabelecidas em declarações de direitos, tratados e convenções internacionais, nas Constituições Federal e Estadual, na legislação e em planos e programas federais e estaduais.

Como principal proposta da SEJU a criação de um Sistema de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas na área de Direitos Humanos, para que as ações propostas e implementadas possam ser avaliadas também em cumprimento aos 08 Objetivos do Milênio das Nações Unidas:

1. Na erradicação da extrema pobreza e da fome.
2. Promoção da igualdade de gênero e a autonomia das mulheres.
3. Universalização do ensino básico.
4. Redução da mortalidade infantil.
5. Melhoria da saúde materna.
6. Combate ao HIV – AIDS, malária e outras doenças.
7. Garantia da sustentabilidade ambiental.
8. Estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Principais ações:

19.2.1.1 Defesa dos Direitos Humanos

Apoiado pelo Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná, foram desenvolvidas ações de proteção dos direitos humanos, dentre elas destaca-se:

- Participação social na afirmação dos Direitos Humanos com o encaminhamento de 28 denúncias de violação dos Direitos Humanos.
- Realização, em Curitiba, da II Conferência Estadual de Políticas Públicas e Direitos Humanos para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT do Paraná, que abordou o tema “Por um Estado Livre da Pobreza e da Discriminação: promovendo a cidadania LGBT”, com a participação de 290 pessoas.
- Acompanhamento do processo de imigração de nigerianos no Porto de Paranaguá, com a presença de representante da ONU e encaminhamento de petição às autoridades competentes, em conjunto com os movimentos de defesa de direitos de negros e afrodescendentes.
- Promoção da Igualdade Racial, com perspectivas de implementação do “SOS Racismo no Estado”, um sistema de atendimento telefônico para receber denúncias e prover informações sobre discriminação racial.

19.2.1.2 Defesa dos Direitos da Mulher

- Implementação do Centro de Referência da Mulher em Situação de Violência no Estado, espaço que oferece atendimentos psicológicos, sociais e jurídicos. Presta serviços de orientação às mulheres em situação de violência e conta com 1.412 usuárias cadastradas.

FREQUÊNCIA	PRODUTOS /SERVIÇOS PRESTADOS
81	Acolhimentos
113	Atendimentos Gerais
339	Atendimentos Telefônicos
45	Atendimentos Mensais Psicológicos (incluso crianças e adolescentes filhos de usuárias)
322	Ações Judiciais em trâmite perante as Varas de Família

- Realização de conferências temáticas, entrevistas para televisão, jornais e rádio acerca da violência doméstica contra a mulher, das reuniões da Rede Metropolitana de Atendimento à Mulher, do II Seminário Regional e de eventos organizados em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, com a Prefeitura de Curitiba e com outras Entidades.
- Celebração de parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, para a execução de ações cooperadas e solidárias na implantação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres.
- Realização, em Curitiba, da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, tendo como tema central “Mulher, Poder e Autonomia Econômica”, contando com cerca de 700 representantes de todos os municípios paranaenses, onde foram discutidos os

seguintes eixos: I - análise da realidade nacional social, econômica, política, cultural e dos desafios para a construção da igualdade de gênero; e II - avaliação e aprimoramento das ações e políticas que integram o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e definição de prioridades.

19.2.1.3 Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

- Recebidos 3.200 pedidos de Passe Livre para o transporte gratuito nas linhas comuns de ônibus intermunicipal, de pessoas com deficiência e de pessoas com patologias crônicas, comprovadamente carentes.
- Realizada, em novembro, Audiência Pública com a finalidade de apresentar e debater a Política Estadual da Pessoa com Deficiência e apresentar a versão preliminar do Anteprojeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

19.2.1.4 Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

- Realização da V Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, onde o tema tratado foi o "O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil". Contou com a participação de 345 pessoas e os seguintes eixos de discussão: Eixo 1 – Envelhecimento e Políticas do Estado: pactuar caminhos intersetoriais; Eixo 2 – Pessoas idosas: protagonistas da conquista e efetivação dos seus direitos; Eixo 3 – Fortalecimento e Integração dos Conselhos: existir, participar, estar ao alcance, comprometer-se com a defesa dos direitos dos idosos; Eixo 4 – Diretrizes Orçamentárias, Plano Integrado e Orçamento Público da União, estados, distrito federal e municípios; conhecer para exigir; exigir para incluir; fiscalizar; Eixo 5 – Avaliação da Implementação da Política Nacional do Idoso nos estados e Proposição de Estratégias de Monitoramento das Deliberações da III CNDPI nas esferas municipais, estaduais e do Distrito Federal.

19.2.1.5 Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM/PR)

- Preservação da integridade física e psicológica de 16 crianças e adolescentes e de 22 familiares.

19.2.1.6 Programa de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA/PR)

- Celebração de Convênio com a Associação para a Vida e Solidariedade (AVIS), entidade executora do PROVITA.
- Proteção a 23 pessoas, testemunhas expostas à coação ou graves ameaças, em virtude de colaborarem com a Justiça na elucidação de crimes.

19.2.1.7 Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH)

Responsável pela capacitação permanente dos servidores, pelo programa de erradicação do analfabetismo da população carcerária, reinserção dos apenados no mercado de trabalho e sua qualificação profissional.

Ações dessa natureza tornaram-se fundamentais em decorrência da Lei Federal nº 12.433/11, que alterou a de nº 7.210/84 e dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena, por estudo ou por trabalho realizado, ou seja, a cada doze horas de frequência escolar e/ou a cada três dias de trabalho, o condenado será beneficiado, respectivamente, com um dia de redução da pena em regime fechado ou semiaberto. Além disso, a conclusão de Ensino Fundamental, Médio ou Superior certificada por órgão competente do sistema educacional e obtida durante o cumprimento da pena, implicará o acréscimo de 1/3 (um terço) do tempo a remir.

- Cursos realizados por meio de convênio com Ministério da Justiça: 145 servidores.
- Cursos realizados com recursos próprios da SEJU: 404 servidores.
- Realização de sete palestras envolvendo o tema Violência e Criminalidade e sua Representação na Literatura, na História, na Psicanálise, no Cinema, na Fotografia, na Arte e no Discurso.
- Elaboração dos Cadernos do DEPEN – trata-se de sistematização das práticas realizadas no sistema penitenciário nas áreas de segurança, tratamento penal, saúde e gestão administrativa, elaborado por servidores responsáveis pelas áreas em questão ou por operadores do sistema penitenciário.
- Educação de Jovens e Adultos por meio de cinco Centros Estaduais de Educação Básica para Jovens e Adultos (CEEJA), instalados na Penitenciária Estadual de Curitiba e Região Metropolitana e nas Penitenciárias Estaduais de Londrina, Guarapuava, Maringá e de Ponta Grossa.
- Ensino Formal, em parceria com a SEED, que disponibiliza 219 professores, 23 coordenadores pedagógicos e 06 pedagogos para 4.198 presos matriculados, sendo 3.358 no Ensino Fundamental e 840 no Ensino Médio. Conseqüentemente, a participação de 861 presos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).
- Implementação da Ação Pedagógica Descentralizada (APED) na Penitenciária de Francisco Beltrão, Penitenciária Estadual de Cascavel, Penitenciária Industrial de Cascavel e Penitenciárias de Foz do Iguaçu I e II.
- Ampliação do CEEJA Mario Faraco, vinculado ao Complexo Penal de Piraquara, de mais duas salas de aula e banheiros, construídos por 10 presos no prazo de 60 dias, propiciando escolarização para mais 150 presos nessa Unidade.
- Implementação do Programa Educação Sem Distância, alternativa inovadora que pressupõe a combinação de tecnologias convencionais e modernas, possibilitando o ensino individual ou em grupo nos locais de trabalho ou fora dele, por meio de orientação e tutoria a distância e atividades presenciais específicas. Desenvolvido em parceria com a UNOPAR e a Empresa DTCOM – Educação e Comunicação Corporativa, oferece cursos para cerca de 4.000 egressos das Penitenciárias de Piraquara e Ponta Grossa e para 1.450 servidores que atuam nos Estabelecimentos Penais.

19.2.1.8 Programa de Qualificação Profissional de Presos

- Celebração de Convênio com o Ministério da Justiça (MJ) viabilizando recursos para a execução, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI/PR), de 16 cursos de qualificação profissional destinados a 219 presos do Regime Fechado.
- Execução, em parceria com o Serviço Nacional da Indústria (SESI) e com o Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná (SINDUSCON), de quatro cursos profissionalizantes para 100 presos do Regime Semiaberto do Complexo Penal de Piraquara - Colônia Penal Agroindustrial (CPAI).

19.2.2 Coordenadoria Antidrogas

Responsável pela Coordenação da área de prevenção, repressão e fiscalização do uso de entorpecentes, executou como principais ações:

- Celebração de Termo de Cooperação Técnica com o município de Curitiba e implementação de ações conjuntas dos Conselhos Antidrogas do Estado e dos municípios, com a realização, em Curitiba, da XVI Semana Estadual de Prevenção – PREVIDA “Paraná, te quero sem drogas!”.
- Celebração de Acordo de Cooperação com o MJ, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), Tribunal de Justiça, Ministério Público e SESP, para a realização de ações visando à capitalização do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), com delegação de competência ou autorização para execução de atribuições determinadas em lei, regulamento ou regimento interno, e execução, por meio de convênios específicos, de projetos na área de redução da demanda e da oferta de drogas.
- Realização do evento de Mobilização Paranaense para Promoção da Saúde Mental: Implementação da Política Estadual sobre Drogas. Concebido sob a matriz da interdisciplinaridade e da intersetorialidade, teve como foco garantir espaço institucional para o debate e destacar um novo tempo acerca da política governamental de valorização da vida, com a participação de 1.000 pessoas.

19.2.3 Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON/PR)

Tem como objetivo principal atender o consumidor por meio das seguintes formas de atuação: a) desenvolvimento de ações pró-ativas, com foco na informação e educação do consumidor; b) fornecimento de orientações que possibilitem que o próprio consumidor seja capaz de resolver seus problemas de consumo; c) defesa dos direitos dos consumidores lesados nas relações de consumo com a abertura de processos administrativos de reclamação, bem como a propositura de ações judiciais visando a defesa dos interesses individuais homogêneos, coletivos ou difusos.

No ano de 2011, realizou as seguintes ações.

- Registros de atendimento.

ATENDIMENTO PESSOAL	
Orientações Fornecidas	18.145
Processos Administrativos registrados	20.662
Atendimento de Outros Serviços	1.179
TOTAL	39.986

ATENDIMENTO POR TELEFONE E INTERNET	
Orientações Fornecidas	54120
E-mails respondidos	31.760
TOTAL	85.880

RESUMO DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO	
Orientações Fornecidas	104.025
Processos registrados	20.662
Outros serviços prestados	1.179
TOTAL	125.866

- Central Rápida de Resolução - parceria entre o PROCON/PR e seis grandes grupos de empresas: Grupo Itaú (41 empresas), Grupo Oi (03 empresas), Grupo Bradesco (13 empresas), Grupo Santander (14 empresas), Grupo BMG (02 empresas), Grupo Banco do Brasil (02 empresas) e 02 grandes empresas, COPEL e NET Paraná Comunicações. Juntas representam 77 empresas atendendo diretamente o consumidor nas dependências do órgão, com o compromisso de resolver os problemas dos consumidores em, no máximo, cinco dias após o atendimento agendado. O resultado deste projeto é que 89,46% dos casos registrados foram resolvidos e apenas 10,54% continuou em andamento para a realização de audiências.

RESUMO DOS REGISTROS DE ATENDIMENTO		
Reclamações Resolvidas	7.492	89,46%
Reclamações Não Resolvidas	882	10,54%
TOTAL	8.374	100%

- Audiências realizadas.

RESUMO DA FINALIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS		
Acordo	4.639	36,56%
Sem acordo	4.773	37,51%
Outros(encerrados, prazos, etc)	3.278	25,83%
TOTAL	12.690	100%

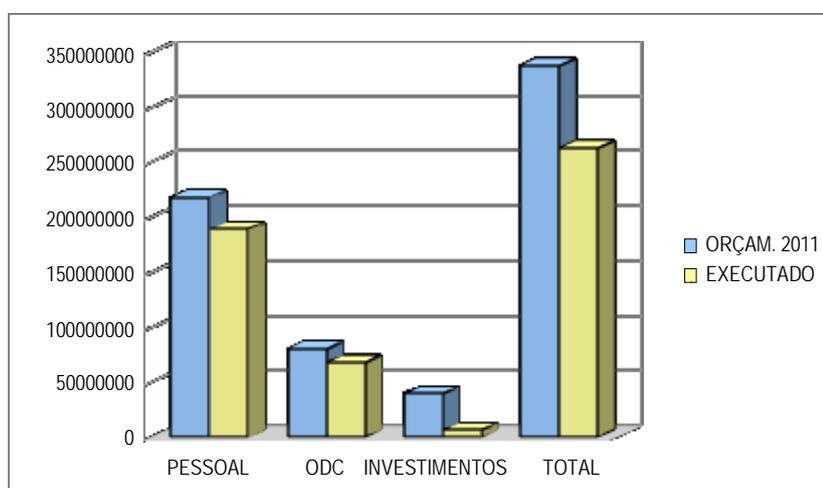
- Processos Administrativos arquivados com decisão definitiva.

RESUMO POR CATEGORIA DE ARQUIVAMENTO		
Autos de Infração	04	0,02%
Resolvidos	5.689	33,35%
Não Resolvidos	162	0,95%
Encerrados	4.721	27,67%
Atendidos em Negociação	6.485	38,01%
TOTAL	17.061	100%

- Publicação de 1.000 exemplares do “Vade Mecum” contendo leis estaduais de defesa do consumidor, em comemoração aos 20 anos do PROCON/PR.
- Adesão ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (SINDEC), por intermédio da celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o MJ.
- Emissão de 289 Decisões Recursais em Processos de Reclamação dos Consumidores e ajuizamento de 12 Ações Cíveis Públicas contra empresas que desrespeitam a legislação consumerista.
- Revisão e correção do valor das multas aplicadas pelo PROCON/PR, sob orientação do MJ, com a publicação da Portaria PROCON/PR 02.
- Termo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Tribunal de Justiça para a implantação do Projeto Justiça ao Consumidor. A finalidade é a instalação de uma Secretaria do Juizado Especial Cível de Defesa do Consumidor.
- Realização do Encontro Estadual de Capacitação dos PROCONS Municipais em parceria com o Tribunal de Justiça, por meio da Escola de Magistratura.
- Desenvolvimento de parceria com quatro instituições de ensino para a extensão da prática jurídica, exigida nos cursos de direito, nas dependências do órgão.
- Apresentação de Projeto à Prefeitura de Curitiba visando a criação do PROCON Municipal de Curitiba.
- Criação do Informativo PROCON disponibilizado via internet; e criação e divulgação do ranking das empresas que menos resolvem os problemas dos consumidores em audiência.
- Realização do I Congresso Internacional de Direito do Consumidor, em parceria com a Escola de Magistratura do Paraná.

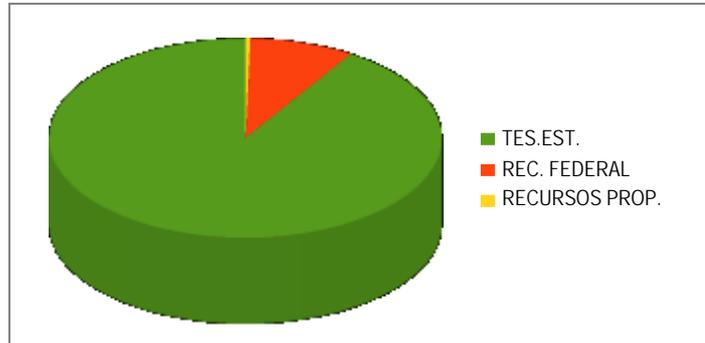
DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO 2011 - POR ESPÉCIE - SEJU

ESPÉCIE	ORÇAM. 2011	(%)	EXECUTADO	(%)
Pessoal	217.975.610	65	188.850.956	72
ODC	80.592.247	24	67.670.910	26
Investimentos	39.131.284	12	6.235.249	2
TOTAL	337.699.141	100	262.757.115	100



DEMONSTRATIVO DO ORÇAMENTO 2.011 - POR FONTE DE RECURSO

FONTE	ORÇAM. 2011	(%)	EXECUTADO	(%)
Tes. Est.	307.230.747	83	260.663.062	99
Rec. Federal	29.100.000	14	1.218.855	0
Recursos Prop.	1.368.394	1	875.199	0
TOTAL	337.699.141	100	262.757.116	100





20 Secretaria de Estado da Saúde (SESA)

As ações mais relevantes realizadas pela SESA, tiveram como base as prioridades definidas no Plano de Governo para a Saúde e na Programação Anual de Saúde da SESA – 2011, acompanhada e avaliada por meio do Relatório de Gestão Trimestral apresentado ao Conselho Estadual de Saúde.

As prioridades estão contempladas em Programas e Projetos Estratégicos, dentre os quais os de maior relevância para a saúde da população no Paraná, estão elencados a seguir.

20.1 Mapa Estratégico

Ao assumir a SESA, a atual gestão reafirmou seus propósitos constantes do Plano de Governo, que foram expressos no Mapa Estratégico, sendo definidos: a missão, a visão, os valores, os resultados esperados para a sociedade e as perspectivas para os processos, gestão e finanças.

A missão - Formular e desenvolver a Política Estadual de Saúde, de forma a organizar o Sistema Único de Saúde (SUS) no Paraná, exercendo sua função reguladora, garantindo atenção à saúde para a população com qualidade e equidade. A visão de futuro - Ser até 2020 uma instituição inovadora, Modelo de Gestão em Saúde Pública no Brasil, articulada com outras áreas governamentais e sociedade civil, garantindo atenção à saúde e qualidade de vida a todo cidadão paranaense.

Na sua condução, a Secretaria se rege pelos seguintes valores: Ética, Transparência, Competência, Compromisso e Senso Democrático.

A partir da visão traçada e considerando o cenário demográfico e epidemiológico de nosso Estado, os resultados desejados para a sociedade (objetivos) são:

- Reduzir a mortalidade materno infantil.
- Reduzir a mortalidade por causas externas.
- Reduzir a morbimortalidade por doenças crônicas degenerativas com enfoque no risco cardiovascular global.
- Ampliar a longevidade, reduzindo incapacidades.

Para que os resultados para a sociedade sejam alcançados, a SESA definiu 03 perspectivas: de processos, de gestão e financeira. Os processos a serem desenvolvidos espelham as principais propostas de Governo, que têm como bases a vigilância em saúde e a regulação:

- Implantar o Plano Diretor da Atenção Primária (APSUS) como eixo estruturante das Redes de Atenção à Saúde.
- Implantar o HOSPSUS - Projeto Estruturador de Qualificação da Assistência Hospitalar no SUS Paraná.
- Implantar a Rede de Urgência e Emergência do Estado do Paraná.
- Implantar a Rede Mãe Paranaense.
- Implantar a Rede de Atenção à Saúde do Idoso.

- Implantar a Rede da Pessoa com Deficiência.
- Implantar a Rede de Saúde Mental, incluindo os Centros de Tratamento e Recuperação para Usuários de Drogas.
- Desenvolver Programa de Enfrentamento às Violências no Estado do Paraná articulado com outras áreas do governo.

Para a operacionalização dos processos, serão implementados:

- Uma gestão pública voltada para Resultados, em consonância com o Governo do Estado.
- A reestruturação organizacional da SESA, para cumprimento de seu papel de gestor estadual do SUS.
- O desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias de gestão da saúde.
- A descentralização e o desenvolvimento regional da saúde, articulado com outros setores governamentais e não governamentais.
- A democratização da gestão do trabalho na SESA, valorizando o servidor público da saúde.
- O desenvolvimento da política estadual de formação e de educação permanente, de acordo com as necessidades de saúde da população e voltada para os trabalhadores da saúde.
- A ampliação e fortalecimento dos espaços de participação da sociedade e do controle social.
- A implantação do Plano de Qualificação dos Pontos de Atenção das Redes.

Para que a gestão seja efetiva, em termos de financiamento, buscar-se-á: otimizar e racionalizar os recursos orçamentários e financeiros disponíveis, redefinindo sua alocação conforme planejamento estratégico; prestar contas de forma transparente da aplicação dos recursos orçamentários e financeiros; garantir a aplicação integral da Emenda Constitucional nº 29 e ampliar a captação de recursos dentro da área governamental e externa.

O alcance dos objetivos assumidos está relacionado ao planejamento e ao desenvolvimento de ações, algumas já materializadas em 2011 ou programadas e inseridas no Programa Saúde para todo o Paraná, dentro do Plano Plurianual 2012-2015 e na Proposta Orçamentária 2012, para efetiva implantação.

20.2 Ações Estruturantes do Programa Saúde Para Todo Paraná

Em 2011, as principais propostas do Plano de Governo para a Saúde implantadas foram: o Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná (HOSPSUS), o Plano Diretor da Atenção Primária (APSUS) - como eixo estruturante das Redes de Atenção à Saúde; e a Farmácia do Paraná.

Lançado em julho, o HOSPSUS é um Programa inovador do governo estadual, que modifica a lógica da relação entre o Estado e os hospitais públicos e filantrópicos que prestam serviços pelo Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da qualificação e estruturação da assistência hospitalar. Com base nos pré-requisitos e critérios definidos para adesão, foram selecionados 49 hospitais para participarem do Programa HOSPSUS. Desses hospitais:

- 40 estão recebendo recursos de custeio, sendo que os recursos mensais totalizam R\$ 4,8 milhões.
- 22 estão recebendo ou receberão, por meio de convênio, recursos financeiros para aquisição de equipamento e/ou obras. O investimento total é de R\$ 21,6 milhões, sendo R\$ 4,0 milhões para equipamentos e R\$ 17,6 milhões para obras. As obras serão realizadas nos seguintes hospitais: Hospital São Vicente de Paulo (Guarapuava), Universitário de Londrina, Universitário de Maringá, Hospital Regional do Litoral, Hospital Regional de Francisco Beltrão, Hospital Regional de Ponta Grossa, Santa Casa de Irati e Santa Casa de Campo Mourão.

Com o objetivo de qualificar a gestão hospitalar, em setembro, iniciou-se o Curso de Especialização em Gestão Hospitalar, em parceria com a Federação das Misericórdias do Paraná (FEMIPA) e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o qual acontece na PUC - Curitiba e Londrina, contando com 70 participantes de hospitais.

O APSUS, lançado dia 14 setembro, em Cascavel, na abertura do XXVII Congresso do COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Paraná, desenvolve-se como uma política inovadora do governo estadual, instituindo uma nova lógica para a organização da Atenção Primária à Saúde (APS), com estreitamento das relações entre o Estado e os municípios e fortalecimento da capacidade de assistência e de gestão, com vistas à implantação das Redes de Atenção à Saúde (RAS). Assim, está estruturado em 03 eixos: Qualificação das Equipes da Atenção Primária e Estratégia Saúde da Família (ESF); Custeio das equipes da APS; Investimentos em infraestrutura de serviços por meio de reforma, ampliação e alocação de equipamentos, que ampliem o acesso e a resolutividade da atenção à saúde.

O processo de qualificação das equipes da APS e ESF iniciou-se em setembro, com o primeiro módulo da Oficina APSUS, cujo tema foi “As redes de Atenção à Saúde no Paraná”, com a participação de 158 tutores, 1.600 facilitadores e aproximadamente 37 mil profissionais alunos. A proposta das oficinas é a reorganização do processo de trabalho nas equipes de Atenção Primária para o exercício do seu papel ordenador do cuidado, e a responsabilização pela saúde da população em cada município do Paraná.

Quanto aos recursos para custeio, a SESA repassa aos fundos municipais de saúde um valor total médio de R\$ 1,4 milhão/mês, para 356 municípios, como incentivo à Estratégia Saúde da Família (ESF), com caráter suplementar ao incentivo do Ministério da Saúde. Para fortalecimento também da Atenção Primária à Saúde no Paraná e ampliação da cobertura das ESF, foram implantadas 80 Unidades de Atenção Primária Saúde da Família (UAPSF) que recebem incentivo total de R\$ 640,0 mil/mês em repasse de recursos estaduais aos municípios. No exercício, foram concluídas quatro unidades novas e encontram-se em construção outras 68 novas unidades.

Foi lançado o Programa Farmácia do Paraná, visando promover o acesso da população a medicamentos seguros, eficazes e de qualidade, assegurando a adequada dispensação dos mesmos. O Programa prevê três ações estratégicas: a Estruturação das Farmácias e dos Almojarifados das 22 Regionais de Saúde; a Qualificação da Assistência Farmacêutica, com foco

nas áreas de gestão do medicamento e no desenvolvimento de habilidades clínicas; e o Custeio da Assistência Farmacêutica. Isto por meio de repasse de recursos financeiros ao Consórcio Paraná Saúde e a municípios não consorciados, para compra de medicamentos destinados à Atenção Primária em Saúde; aquisição pela SESA de medicamentos dos Componentes Especializado e do Estratégico da Assistência Farmacêutica; e implantação, a partir de 2012, de um Incentivo Financeiro Estadual para municípios de pequeno porte, com população abaixo de 20 mil habitantes, a ser aplicado no custeio da Assistência Farmacêutica.

Dentre as ações realizadas no Programa Farmácia do Paraná, destaca-se:

- Inauguração da Farmácia do Paraná da 5ª Regional de Saúde, em Guarapuava, em dezembro.
- Regularização do repasse do recurso financeiro de contrapartida ao Consórcio Paraná Saúde, incluindo parcelas do ano de 2010, no valor total de R\$ 11,8 milhões.
- Repasse do recurso financeiro referente à contrapartida estadual do Componente Básico da Assistência Farmacêutica aos municípios não consorciados, no valor de cerca de R\$ 5,0 milhões.
- Regularidade nas aquisições de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e dos Programas Especiais da SESA/PR. De janeiro a novembro, foram encaminhados 1.109 processos de compras, no valor estimado de R\$ 200,4 milhões, com a finalização de 951 processos e os demais em fase de conclusão. Das despesas com aquisição de medicamentos por todas as fontes, R\$ 112,3 milhões encontram-se empenhadas e liquidadas (até novembro).
- Regularidade na distribuição dos medicamentos e insumos adquiridos pelo Ministério da Saúde (Componente Estratégico) às Regionais de Saúde, que os repassam aos seus municípios de abrangência.

No que se refere à urgência e emergência, no ano de 2011, foi definida a tipologia dos hospitais para fazerem parte da Rede de Urgência e Emergência; implantados dois SAMU Regionais em Apucarana e Londrina; aprovados os projetos de 44 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no Estado pelo Ministério da Saúde, que se encontram em diferentes etapas de construção, bem como realizado o pleito de 52 novas UPAs; e o Grupo Condutor Estadual de Urgências realizou três reuniões. Os Serviços de Atendimento Móvel de Urgências (SAMU - Regional) irão melhorar o atendimento à saúde da população das regiões beneficiadas e a SESA contribuirá no custeio e em investimentos.

20.3 Enfrentamento da Dengue

Destaca-se, como intervenção integrada da vigilância em saúde e da atenção primária, a redução dos casos e da letalidade por dengue: 32.594 casos novos em 2010 para 28.039 em 2011; e 8,1% de casos que foram a óbito em 2010 para 6,4% em 2011 (dados preliminares). Isto resultante, em especial, da instituição de um Programa Estadual de Controle da Dengue com enfrentamento permanente da doença, a partir de abril.

As ações desenvolvidas envolveram:

- Capacitações na área de vigilância e assistência.
- Reestruturação do Sistema de Informação e instalação da Sala de Situação na SESA para monitoramento da situação epidemiológica.
- Constituição do Comitê Gestor Intersetorial para o Controle da Dengue no Estado do Paraná, formado por organizações governamentais e não governamentais.
- Repasse de recursos do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde de Londrina e Jacarezinho (municípios mais críticos), nos valores de R\$ 500,0 mil e R\$ 50,0 mil respectivamente, da fonte tesouro, para realização de ações e serviços ambulatoriais e hospitalares de enfrentamento da dengue.
- Repasse de R\$ 1,2 milhão para 67 municípios contratarem emergencialmente 434 agentes de controle de endemias e R\$ 1,5 milhão para 24 municípios que contrataram agentes de endemias em 2010 para atuarem integrados à Estratégia da Saúde da Família.

20.4 Reestruturação Organizacional da SESA

Para a operacionalização dos processos, a SESA promoveu e participou de discussões sobre gestão pública voltada para resultados, em consonância com o Governo do Estado, que culminará na Minuta de Contrato de Gestão para 2012. Foram elaboradas propostas de reestruturação organizacional da Secretaria para adequação aos objetivos da atual gestão, bem como de regulamentação do Fundo Estadual de Saúde, em substituição à Lei Complementar Estadual nº 132/2010, que não atendia às necessidades dessa gestão.

Na busca da incorporação de novas tecnologias de gestão da saúde, foi realizado processo licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviços para implantação de solução tecnológica integrada de gestão da regulação assistencial, que proporcionará a SESA implementar a regulação das consultas, exames e internações prestados pela rede de serviços contratados pelo SUS no Paraná.

20.5 Educação Permanente

Com o objetivo de fortalecer a educação permanente e a formação para o SUS, foram integradas em uma só estrutura a Escola de Saúde Pública e o Centro Formador de Recursos Humanos que passaram a funcionar em uma única sede, com uma mesma direção e com readequações técnico-administrativas.

Do ponto de vista formativo, foram realizadas três oficinas conceituais sobre educação permanente em saúde e ensino-aprendizagem para adultos, com a participação de 73 técnicos da Escola e Regionais de Saúde; capacitação técnico-pedagógica para implementação da Biblioteca de Saúde Pública do Paraná (BVS); implantação da Estação Observatório de Recursos Humanos em Saúde; e elaboração dos Projetos Telessaúde e Educação Permanente em Saúde 2012.

Eventos de educação permanente e de formação realizados:

- 16 Oficinas de Trabalho, capacitando e/ou apoiando tecnicamente cerca de 1.000 participantes.
- 24 Webconferências com 1.040 conexões, com aproximadamente 1.700 presentes e com estimativa de público on line de 6.000 pessoas.
- 49 ações de Assessoria Técnica às Capacitações ligadas às áreas técnicas das Superintendências e Regionais de Saúde da SESA, com aproximadamente 2.500 participantes.
- Formação de profissionais de nível médio/técnico do SUS, atendendo aos municípios do Estado do Paraná, por meio dos seguintes cursos:

CURSO	Nº DE TURMAS E DE ALUNOS	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Formação Inicial para Agentes Comunitários de Saúde	42 turmas e 1.075 alunos formados	
Técnico em Saúde Bucal - Módulo III	53 turmas em andamento com 1.440 alunos matriculados	200
Técnico em Enfermagem - Módulo III	13 turmas em andamento, com 382 alunos matriculados	130
Técnico em Análises Clínicas	11 turmas em andamento com 302 alunos matriculados	130
Capacitação Pedagógica para docentes	02 turmas em andamento com 50 alunos matriculados	Curitiba e RMC
	11 turmas com 367 profissionais de nível superior dos serviços do SUS	

Nos Cursos de Qualificação Profissional de nível superior, foram formados ou estão em processo de formação 478 profissionais do SUS:

CURSO	Nº DE TURMAS E DE ALUNOS	MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
Especialização em Saúde Mental e Atenção Psicossocial a Crianças e Adolescentes	02 turmas em andamento com 30 alunos cada	Cascavel e Curitiba
Especialização em Assistência Farmacêutica	01 turma em andamento com 30 alunos	Curitiba
Especialização em Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/PROGESUS	01 turma em andamento com 32 alunos	
Aperfeiçoamento em Gestão/EAD – Curso Nacional de Qualificação de Gestores do SUS II/CNOGS II	386 profissionais formados em todo o Estado do Paraná	

20.6 Gestão de Pessoas

Durante o ano, foram nomeados 915 servidores concursados para a SESA, com a posse de 795. As nomeações mais importantes referem-se à substituição dos contratos temporários em unidades hospitalares e de novos servidores para a função de farmacêutico bioquímico nas farmácias especiais, hemorrede pública estadual e laboratórios.

Atualmente a SESA dispõe de 9.659 servidores, sendo: 3.246 de nível superior, 2.952 de nível médio e 3.461 de nível elementar.

Visando a democratização das relações de trabalho, instituiu-se a Comissão Interinstitucional de Recursos Humanos composta por representantes da SESA, SEAP, Conselho Estadual de Saúde e SINDSAÚDE.

20.7 Participação da Sociedade

No que se refere à ampliação e fortalecimento dos espaços de participação da sociedade e do controle social, a SESA reestruturou a sua Ouvidoria Estadual e as Ouvidorias Regionais, dando apoio também aos municípios.

Realizou, em conjunto com o Conselho Estadual de Saúde, a 10ª. Conferência Estadual de Saúde em Curitiba de 17 a 19 de outubro, com a participação de 963 delegados e 168 observadores.

20.8 Investimentos na Infraestrutura da Rede Própria da SESA

Considerando que a Secretaria não dispunha de recursos do tesouro para aplicação em investimentos, foram negociados e captados recursos de receitas recolhidas da Assembleia Legislativa - R\$ 10,0 milhões destinados a obras e equipamentos para as unidades hospitalares próprias. Os hospitais próprios beneficiados com esse recursos foram: Regional de Ponta Grossa, Regional de Francisco Beltrão, do Litoral/Paranaguá e de Guaraqueçaba, Infantil de Campo Largo, Zona Norte e Zona Sul de Londrina, Adauto Botelho/Piraquara, Centro Hospitalar de Reabilitação e Hospital do Trabalhador em Curitiba.

Em relação aos hospitais próprios, ocorreram também reformas nas instalações físicas do Oswaldo Cruz – Curitiba, São Sebastião - Lapa e Regional de Ponta Grossa. Instalou-se o Comitê de Qualidade Inter hospitalar das Unidades Próprias, além da implantação do Sistema de Informações Gerenciais, visando o acompanhamento das unidades e otimização de sua capacidade.

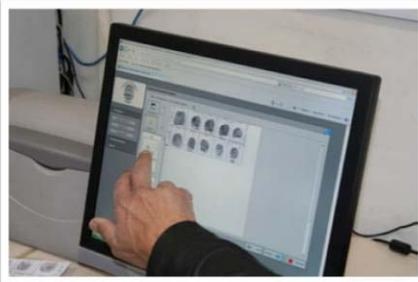
Foram adquiridos e entregues 139 veículos no valor total de R\$ 7,2 milhões, para uso pelas unidades técnicas e administrativas da SESA em nível central e nas regionais de saúde. Adquiridos também equipamentos de informática no valor aproximado de R\$ 1,0 milhão entre microcomputadores, impressoras e notebooks , que serão distribuídos para todas as Regionais de Saúde do Estado e permitirão a renovação de 40% dos equipamentos em uso.

20.9 Cumprimento da Emenda Constitucional nº 29

Em 2011, o Governo do Estado encaminhou Anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias à Assembleia, que definia as despesas com ações e serviços públicos de saúde, compatível com a Emenda Constitucional nº 29/2000, sendo a mesma aprovada (Lei Estadual nº 16.889, de 02 de agosto de 2011).

Com os valores de R\$ 197,6 milhões (crescimento de receita) e R\$ 142,4 milhões (retirada da clientela fechada), a saúde contará no Orçamento de 2012 com cerca de R\$ 340,0 milhões a mais de recursos do tesouro.

Segurança Pública



21 Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP)

A SESP constitui a organização base da administração estadual para orientação, planejamento, direção, execução, coordenação, fiscalização e controle das atividades do setor de segurança pública.

Seu campo de atuação compreende a manutenção da ordem, da segurança e da tranquilidade pública, pela prevenção, apuração e repressão das infrações penais e dos atos antissociais; a identificação humana, civil e criminal, nos termos da lei; o registro e controle das informações criminais, garantindo os direitos individuais, o cumprimento da lei e o exercício dos poderes constituídos; a realização de exames de corpo de delito; a prevenção e a extinção de incêndios e a realização de buscas e salvamentos.

Em 2011, foram definidas as estratégias de ação para a execução do Programa Paraná Seguro, que propõe o estabelecimento de políticas transformadoras para o cumprimento dos ditames constitucionais de estabelecimento de uma sociedade justa, livre e solidária.

As estratégias de ação abrangem o uso da inteligência e da gestão de informações, o conhecimento dos problemas e anseios da sociedade, o aperfeiçoamento do Sistema de Segurança Pública e o respeito às instituições que o compõem.

A criação do Fundo Especial de Segurança Pública (FUNESP), pela Lei nº 16.944, em 10 de novembro de 2011, constituiu um grande avanço no sentido de prover os recursos necessários à modernização das unidades da SESP, priorizando o reequipamento e a reestruturação física e tecnológica, para garantir a eficiência e eficácia dos serviços prestados ao cidadão.

As ações realizadas pelas unidades executoras, além daquelas pertinentes às suas competências legais, constituíram-se nos primeiros passos para a implementação das propostas do Programa Paraná Seguro, tendo sido desenvolvidas de forma harmônica pela Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Científica, utilizando, também, a informação e a inteligência para atingir os objetivos propostos. Além dessas unidades, a SESP conta com uma estrutura descentralizada para a execução de ações de segurança de trânsito, por meio do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR).

A **Polícia Civil do Paraná** é responsável pela atividade de polícia judiciária em todo o Estado, pelo desenvolvimento de ações do governo de tutela da ordem jurídica, assegurando a tranquilidade pública e a proteção da sociedade contra violações e malefícios. A Polícia Civil entra em cena, geralmente, depois de concretizado o crime ou contravenção e o sucesso de sua atuação se mede pela solução dos crimes e prisão dos criminosos.

Dentre as ações desenvolvidas em 2011, destaca-se:

- Contratação e controle de exercício de 695 policiais civis nomeados, sendo 25 vagas de escrivão de polícia, 03 de papiloscopista e 667 de investigador de polícia.
- Projeto de Lei para a definição de número de vagas de delegado de polícia, para ampliação do quadro existente, estabelecido na Lei Complementar nº 14/82.

- Curso de Formação Técnico Profissional - ministrado pela Escola Superior de Polícia Civil (ESPC), com a capacitação de 81 escrivães, 132 investigadores e 28 papiloscopistas e o ciclo de palestras de terrorismo para 229 alunos.
- Curso de Uso Legal da Arma de Fogo e Operação Policial para 215 policiais.
- Estudos para reestruturação da Polícia Civil e adequação da mesma aos novos padrões de polícia judiciária.
- Inauguração da Delegacia da Mulher de Apucarana.
- Estudo para a implementação, dentro da estrutura da Polícia Civil, da Divisão de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP), com a finalidade de reestruturar toda a cadeia de combate aos crimes contra a vida.
- Implementação do Grupo Honre – Homicídios Não Resolvidos, cuja finalidade é a redução de número de homicídios não resolvidos, em conformidade com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).
- Criação da Delegacia Eletrônica, em setembro, que registrou 22.231 serviços até o final de novembro, resultando em 11.884 boletins de ocorrência e 373 denúncias encaminhadas.
- Funcionamento ininterrupto, desde o início de novembro, de quatro Distritos Policiais da Capital, para fins de elaboração de boletins de ocorrência: o 3º Distrito Policial, no Bairro Mercês, o 6º Distrito Policial, no Bairro Cajuru, o 7º Distrito Policial, no Bairro Vila Hauer e o 10º Distrito Policial, no Bairro Sítio Cercado.
- Operação Liberdade – realizada com o objetivo de livrar o centro da cidade do julgo dos entorpecentes, onde foram apreendidas armas e drogas, tendo sido presas diversas pessoas envolvidas com o narcotráfico; foi constatado também, o envolvimento de menores, que foram encaminhados aos órgãos estaduais competentes.
- Operação Centro - realizada com a finalidade de combater o tráfico de drogas no centro da cidade.
- Operação Água Verde - realizada pelo 2º Distrito da Capital, com a finalidade de redução de furtos e roubos de veículos no bairro.
- Operação Conexão - realizada com a finalidade de comprovar a relação dos delitos praticados no 4º Distrito da Capital com os presos da Casa de Custódia de São José dos Pinhais.
- Operação Favela do Papelão - realizada com o objetivo de combater o tráfico de drogas na área do Cajuru.
- Operação Gêneses - realizada para combater o tráfico de drogas na região do Sítio Cercado e Pinheirinho. Nessas operações foram presas 43 pessoas, apreendidas armas, munições, drogas e veículos.
- Realização de operações diversas no Interior do Estado, com apreensão de drogas, armas e prisões. A Operação Litoral Seguro teve a finalidade de manter a população litorânea protegida no feriado de 15 de novembro, com reforço no policiamento. Com relação ao combate aos crimes patrimoniais, a Polícia Judiciária realizou a Operação

Ilusão de Ótica, que resultou na prisão de 40 pessoas em quatro estados, além de 110 mandados de busca e apreensão, expedidos pelo Poder Judiciário. Essa operação visou desarticular uma quadrilha que sonegou mais de R\$ 50,0 milhões do fisco, tendo sido realizada a Operação Ilusão de Ótica 2, que deu continuidade a primeira, culminando com a prisão de mais 20 pessoas. A Operação Cristóvão teve a finalidade de desarticular uma quadrilha de roubo de cargas no eixo Paraná - Santa Catarina, onde foram presas 12 pessoas. Durante a Operação Nemesis, realizada com o objetivo de coibir os crimes de estelionato que estavam ocorrendo com membros do Poder Judiciário do Estado, foram cumpridos 20 mandatos de prisão.

- Ações dos grupos operacionais: Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) e Tático Integrado de Grupos de Repressão Especial (TIGRE) - foram ministrados diversos cursos visando à preparação para a Copa de 2014, como o uso da arma não letal TASER e o curso anti tumulto, ambos pelo COPE. Foi ministrado o curso de Táticas Especiais do Grupo TIGRE, onde foram matriculados 62 alunos e durante quatro semanas formaram-se 21 policiais. O TIGRE foi designado pelo Secretário de Segurança Pública para ser, em todo o Estado, o grupo responsável pelo contra terrorismo, para isto foi ministrada aula na Guarda Nacional Espanhola, por 45 dias.
- Apreensão de 4.515 armas de fogo em todo o Estado (até outubro).
- Apreensão, em diversas ações pelo Estado, principalmente em operações policiais do Centro de Operações Policiais Especiais (COPE) e da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC) de: 1,44 toneladas de cocaína, 508 kg de crack, 17,120 toneladas de maconha, sendo estas as mais importantes entre outras drogas também apreendidas, como haxixe, LSD e extasy.
- Apreensão de 15.000 CDs em estabelecimentos comerciais de Curitiba.
- Realização de operação conjunta do Núcleo de Repressão a Crimes Econômicos (NURCE) e a Delegacia de Crimes Contra a Economia e Proteção ao Consumidor (DELCON), com a prisão de 06 pessoas, por empréstimos ilegais feitos nos consignados de aposentados e pensionistas.
- Autuação de 14 estabelecimentos farmacêuticos que estariam comercializando medicamentos vencidos, medicamentos de venda controlada sem NRB, medicamentos originados do Paraguai e medicamentos de venda proibida no comércio.
- Aquisições com recursos do Fundo Especial de Reequipamento Policial (FUNRESPOL): 1.000 pares de algema de pulso, despesas com combustíveis para a Capital e Região Metropolitana, no valor de R\$ 2,4 milhões; despesas com a manutenção da frota da Polícia Civil, no valor de R\$ 1,1 milhão.
- Em fase de licitação com recursos do FUNRESPOL a compra de 16 automóveis sedan, um caminhão guincho com guindaste, 1.200 coletes balísticos nível 2.

A **Polícia Militar do Paraná (PMPR)** está presente em todo o Estado, atuando ostensiva e preventivamente com todo seu efetivo, seja nas cidades, estradas, matas, rios e mar. Com a

moderna filosofia do Policiamento Comunitário a PMPR trabalha para garantir a paz, a proteção de vidas e de bens de toda a comunidade paranaense.

No ano de 2011, por meio do Fundo de Modernização da Polícia Militar (FUMPM), foram realizados investimentos com a aquisição de: 03 veículos Ford/ Fusion, no valor total de R\$ 191,0 mil; 02 veículos sport utility, no valor de R\$ 207,2 mil. Foram investidos ainda: R\$ 110,6 mil em algemas; R\$ 976,3 mil em coletes; R\$ 3,7 milhões em cinto guarnição; R\$ 14,5 milhões em armamento; R\$ 766,8 mil em embarcações, R\$ 39,4 mil em selas, R\$ 404,4 mil em equipamentos de informática.

As operações policiais realizadas em 2011 pela Polícia Militar em todo o Estado foram as seguintes:

- Operação Safra - com início no mês de março, com o objetivo de intensificar as ações e operações de policiamento ostensivo na faixa externa do cais dos Portos de Paranaguá e Antonina, dos terminais privados de Contêineres de Paranaguá e do Terminal da Ponta do Félix. Foi empregado o efetivo da PMPR, da Polícia Rodoviária Federal e outros órgãos estaduais e federais.
- Operação Carnaval - realizada no período de 04 e 09 de março, com o envolvimento dos Comandos Regionais e do Corpo de Bombeiros, com o objetivo de estabelecer formas de coordenação e de atuação conjunta e integrada dos efetivos policiais militares e bombeiros militares, com integrantes de outros órgãos de segurança pública, de proteção e defesa comunitária e de fiscalização das esferas federal, estadual e municipal, principalmente o Poder Judiciário, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Guardas Municipais, Conselhos Tutelares, DETRAN e órgãos municipais de trânsito. Foi realizado o policiamento ostensivo geral e de trânsito nas áreas e locais de concentração popular, vias, ruas, logradouros, espaços abertos destinados aos festejos carnavalescos.
- Disponibilização de helicópteros pelo governo estadual para apoiar as operações policiais e auxiliar o esforço primário, na atividade de policiamento preventivo, na busca da redução da criminalidade. O policiamento realizado pela Operação Aeronave está sendo aplicado nos locais, datas e horários de maior incidência de delitos e tem por finalidade aumentar a eficácia da PMPR durante a execução das atividades de preservação da ordem pública, prestar o apoio à tropa empenhada em terra, participar de ações de socorrimento público, propiciar aumento na sensação de segurança da comunidade, melhorando a operacionalidade e o tempo de resposta da corporação.
- Operação Verão 2010/2011 - realizada entre 17/12/2010 e 14/03/2011, com o envolvimento das Unidades Operacionais dos Comandos Regionais, além do Corpo de Bombeiros, bem como, dos órgãos de Direção e Apoio da PMPR. Foram desenvolvidas ações isoladas, ou em conjunto com outros órgãos de segurança pública, de fiscalização e de proteção e defesa comunitária afins das esferas federal, estadual e municipais, com a finalidade de realizar o policiamento ostensivo, preventivo e repressivo fardado, nas áreas urbana, rural, rodoviária e florestal, para garantir o exercício dos poderes

constituídos, atuar preventivamente como força de dissuasão nos locais onde seja presumível a perturbação da ordem e repressivamente, realizar atividades de busca, salvamento e socorrimento público, prevenção e combate a incêndios, prevenir a ocorrência de acidentes de trânsito urbano e rodoviário e propiciar o máximo de segurança e tranquilidade aos veranistas, desenvolvendo campanhas preventivas junto à população. Foram realizadas outras atividades sociais como a participação no evento Blitz da Cidadania. Os efetivos designados para atuação nas áreas de operação estabelecidas foram constituídos em “Forças Tarefa” distintas, formadas por policiais militares e bombeiros militares, com responsabilidade territorial, onde se desenvolveram as ações e operações. A Operação subdividiu-se territorialmente em Operação Verão Costa-Norte, Operação Verão Costa Noroeste, Operação Verão Costa Sudoeste, Operação Verão Costa Oeste e Operação Verão Costa Leste.

Nas Operações dos Comandos Regionais foram realizadas operações específicas por meio dos 06 Comandos Regionais, compreendendo as ações das Unidades Operacionais dos Batalhões da Polícia Militar, que utilizam o emprego temporário de meios operacionais, em eventos previsíveis que exijam esforço específico: policiamento em jogos de futebol profissional e amador, festas regionais e municipais, festas e eventos religiosos, culturais, populares, festas cívicas, eleições, convenções político-partidárias, exposições feiras, provas automobilísticas e motociclísticas; ciclísticas; de pedestrianismo, shows artísticos e promocionais.

Houve atuação em eventos especiais tais como: Festa de Emancipação Política de Municípios da Região Metropolitana, Festa do Milho e Artesanato no município de Balsa Nova, Circuito Skate Amador, Campeonato Paranaense de Futsal, Jogos Colegiais do Paraná, Campeonatos Municipais de Futsal, concursos e processos seletivos diversos, Show Lupa Luna, Evangelismo – Cultos Evangélicos, Shows Católicos, Festa de Padroeiros(as), Festa Nossa S. do Carmo, Procimotos, Festa do Pinhão, Festa da Cidade de São José dos Pinhais, Festas Juninas e Julinas, Festa do Vinho em Colombo, São José dos Pinhais e Santa Felicidade, Etapa Paranaense de Arrancada, Feiras e Bazares Beneficentes - Desfile Cívico Pinheirinho, Rally Internacional da Graciosa (WTCC).

Os Comandos Regionais utilizaram seu efetivo disponível, em ações preventivas, durante as Operações Páscoa e Corpus Christi, intensificando o policiamento naquelas vias que dão acesso ao Litoral e Interior do Estado, no início e final da operação, garantindo segurança e fluidez nas vias públicas. Além disso, disponibilizou o efetivo necessário, garantindo a segurança na Pedreira Paulo Leminski, tendo em vista, a encenação conhecida por Paixão de Cristo.

Executada pelas unidades operacionais, conforme a tabela divulgada pela Federação Paranaense de Futebol, a Operação Futebol atuou nas partidas do Campeonato Paranaense e Campeonato Brasileiro, séries A e B.

Outras operações ordinárias desenvolveram-se com a aplicação de efetivo específico em Rondas Ostensivas Tático-Móveis (ROTAM), para recobrimento da malha protetora, como segundo esforço operacional, em apoio às ações anteriores; aplicação de efetivo integrado e conjugado conforme resultados dos índices de criminalidade e violência obtidos pela análise dos bancos de

dados existentes; aplicação de efetivo integrado e conjugado em operações que exijam emprego rotineiro para prevenção a delitos de maior repercussão, tais como Operação Proteção ao Trabalhador, executada nos períodos de pagamento dos funcionários das empresas em geral, Operações de Fiscalização Integradas, etc.

As Unidades Operacionais de Área, com apoio das organizações especializadas da PMPR, realizaram policiamento ostensivo mediante operações “batida policial” (abordagens) a estabelecimentos comerciais, veículos de transporte de passageiros, veículos de particulares e busca pessoal em pessoas com fundada suspeita, direcionamento de policiamento ordinário em “operações presença”, utilizando-se de “cartão programa” cobrindo eixos comerciais (postos de vendas de combustíveis, farmácias, bares, lojas, lojas de conveniência, panificadoras, pequenos e grandes mercados, mercearias, locadoras de vídeo e lanchonetes, visando proporcionar a necessária segurança e tranquilidade pública, inibindo os crimes contra a vida.

Por meio de esforços conjugados e individuais das unidades subordinadas aos Comandos Regionais, foram executadas as atividades de polícia ostensiva, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a preservação da ordem pública, o exercício dos poderes constituídos, atuando de maneira preventiva e repressiva quando da constatação do cometimento de ilicitudes ou perturbação da ordem, garantindo o cumprimento de mandados de reintegração de posse, em todo o Estado do Paraná.

O policiamento no Estado, foi intensificado no final do ano nos eventos: Natal no Palácio Avenida, Maratona de Curitiba, Operação Papai Noel, com aplicação de um maior número de policiais militares nos locais e horários comerciais até às 23 horas, quando cresce o número de pessoas em circulação.

O Comando do Regionais (CRPMs), por meio de suas Unidades Operacionais de Área (UOpA), realizou diversas operações, merecendo destaque a Operação Vida, desenvolvida em Curitiba e Região Metropolitana, as operações integradas com a Polícia Civil e Polícias Militares dos estados vizinhos, bem como, operações com o Exército Brasileiro, sob a coordenação do Centro de Operações Conjuntas (COC). Foram executadas no ano de 2011 as seguintes operações: Operação Sul, em conjunto com as Polícias Civil e Militar de Santa Catarina, Operação Divisa, que cobriu a fronteira com a Argentina e Paraguai, bem como a divisa com Santa Catarina, em conjunto com o Exército Brasileiro, a Operação Agata Oeste, que desenvolveu ações em toda a fronteira do Brasil com o Paraguai.

Foi executada, também, a operação ENEM, além das operações de reintegração de posse, visando a retirada de invasores de áreas rurais ligados a movimentos sociais, como Movimento dos Sem-Terra (MST), Movimentos dos Agricultores Sem-Terra (MAST) e Confederação Nacional dos Agricultores Sem Terra (CONTAG).

Somam-se a estes resultados as atividades das Unidades Especializadas (UEsp), como o Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) e o Batalhão de Polícia Ambiental (Força Verde BP Amb FV).

O Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), desenvolveu ações preventivas, como a participação em 19 edições do Paraná em Ação, atingindo um público estimado de 80 mil cidadãos.

Objetivando a diminuição de acidentes, foi intensificada a fiscalização em operações baseadas em estudos dos pontos críticos, em locais mensurados de acordo com o número de acidentes, mortos e feridos. Com base nessas informações, os 58 postos fixos de fiscalização realizaram, diariamente, operações permanência e radar fotográfico, aumentando o número de notificações com o objetivo de diminuir acidentes.

De janeiro a outubro, foram fiscalizados, nas rodovias do Paraná, 608.859 automóveis dos quais 129.518 autuados; 182.588 caminhões dos quais 31.523 autuados; 9.433 ônibus dos quais 944 autuados, sendo que, mesmo com todo o esforço despendido, o número de acidentes atendidos foi de 9.632.

As ações de fiscalização contribuíram para a apreensão de armas e entorpecentes, sendo 74 armas de fogo, 8.856,296 kg de maconha, 81,944 kg de cocaína, 292,431 kg de crack, 24,750 kg de haxixe e 1.539 frascos de lança perfume.

Em cada cidade sede de Companhia da Polícia Rodoviária há uma Escola de Trânsito, em ação conjunta com o DER, com vistas à divulgação de conhecimentos de segurança no trânsito para crianças do ensino fundamental, da rede estadual de ensino, tendo sido atendidas 785 escolas, proporcionando conhecimento a 40.235 alunos.

Outra atividade preventiva realizada pelo BPRV foram as palestras e ações educativas, tendo sido realizadas 19 campanhas educativas, alcançando um público de 1.140 pessoas, bem como, 105 palestras, com 7.991 participantes.

O Batalhão de Polícia Ambiental (BPAmb) executou atividades de policiamento ambiental, em todas as localidades do Estado, sendo expedidas 114 ordens de serviço de ações e operações. Foram atendidas 7.400 ocorrências, das quais, 3.586 relacionadas às atividades lesivas ao meio ambiente. Foram lavrados 2.281 autos de infração aplicados por infrações ambientais, o que corresponde a aproximadamente R\$ 40,0 milhões em multas. As atividades de fiscalização de flora resultaram na apreensão de 2.425 m³ de madeiras nativas, 1.743 vidros de palmito, 6.676 unidades de palmito *in natura*, 5.341 m³ de lenha nativa e 3.424 Kg de carvão. Nas atividades voltadas à fauna, foram apreendidas 2.843 aves e 1.310 animais. A fiscalização de pesca resultou em 66.091 metros de redes apreendidas e 2.073 kg de pescados. Ainda foram apreendidas 354 armas e 3.215 munições, bloqueios de via e abordagens resultaram na apreensão de 13,9 kg de maconha. Foram presos e autuados criminalmente 1.342 infratores.

O Comando do BPAmb realizou um trabalho de educação ambiental, junto às escolas e entidades públicas e privadas, levando à população, principalmente às crianças, a importância da proteção ambiental, atingindo aproximadamente 6.100 pessoas em atividades como palestras e exposição de materiais apreendidos, por meio de blitz educativas, Paraná em Ação, Programas Força Verde Mirim, e de Proteção a Flora e demais ações de Educação Ambiental.

Essas ações são fundamentais para mostrar à comunidade um pouco do trabalho executado pela Polícia Ambiental, bem como, para difundir a legislação ambiental vigente, com a formação de 590 alunos do Força Verde Mirim.

A realização de blitz educativas, por ocasião de bloqueios de vias nas pequenas localidades do interior do Paraná, visam a conscientização das pessoas mais humildes e que normalmente desconhecem a ilicitude de alguns de seus atos frente ao meio ambiente, como a derrubada de uma árvore ou abate de um animal.

A Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), no cumprimento de suas metas de ensino, nas áreas de formação, especialização, aperfeiçoamento, habilitação e capacitação de recursos para a Polícia Militar, em 2011, realizou cursos para 964 policiais, entre os quais: Curso de Especialização de Polícia Judiciária Militar para Praças; de Aperfeiçoamento de Sargentos; de Especialização de Instrutores de Educação Física; de Formação de Oficiais; de Habilitação de Oficiais; de Formação de Sargentos, com 183 alunos em fase inicial de curso; Curso Especial de Formação de Cabos, em fase inicial. Dos novos soldados incluídos na corporação, 134 se formaram em abril, 79 em fase final de curso e 275 estão iniciando a primeira fase do Curso de Formação de Soldados, em andamento.

O Corpo de Bombeiros do Paraná, no ano de 2011, teve grandes conquistas com referência principalmente ao lançamento do Programa Paraná Seguro, o qual assegurou importantes medidas relacionadas a Corporação. Como destaque tem o anúncio da inclusão de 500 novos soldados bombeiros militares os quais, a partir de 2012, farão parte dos quadros funcionais do Corpo de Bombeiros.

Nesta mesma esfera houve significativos avanços em investimentos na Corporação, por meio do Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros (FUNCVB), criado com a finalidade de prover recursos para aplicação em despesas correntes e de capital, nas ações administrativas e operacionais de bombeiro.

O trabalho desenvolvido por meio do FUNCB, possibilita grande melhoria nas condições em que são desenvolvidas as atividades de prevenção no Estado do Paraná pois a abrangência do mesmo leva em conta, principalmente, o potencial de risco das atividades do contribuinte, visando à manutenção da tranquilidade e salubridade pública.

No ano de 2011, destaca-se as seguintes realizações:

- Aquisição de 30 viaturas tipo Auto Busca e Salvamento, no valor de R\$ 2,9 milhões.
- Aquisição de 60 viaturas tipo Auto Transporte de Pessoal, no valor de R\$ 2,2 milhões.
- Aquisição de 1.033 conjuntos de roupas de proteção individual, no valor de R\$ 3,1 milhões.

O montante investido na Corporação com recursos do FUNCB desde a sua criação em 2003 já ultrapassa a cifra de R\$ 110,0 milhões, valor bastante significativo, o qual propiciou que as ações de bombeiro, executadas em todo o Estado, pudessem ser padronizadas a partir da aquisição de modernos equipamentos que muito auxiliam os gloriosos militares da Corporação no desenvolvimento das mais diversas atividades operacionais.

A **Polícia Científica do Paraná** é responsável por reconstituir a materialidade do delito, ou, em palavras mais simples, descobrir a verdade sobre como o crime aconteceu, orientando a investigação policial e o processo criminal. É a prova pericial que demonstrará, por exemplo, se o acusado por um determinado crime realmente o praticou ou não, ou se agiu em legítima defesa.

Hoje, o Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC) compõem a Polícia Científica do Estado do Paraná, sendo que anteriormente, os dois órgãos pertenciam à Polícia Civil.

O IML presta serviços de Polícia Científica na área de medicina legal. Realiza perícias médico-legais em cadáveres, partes de corpos, ossadas completas ou não, e em pessoas vivas, além de exames complementares laboratoriais nas áreas de anatomia patológica, toxicologia, química legal e sexologia forense, requisitadas por autoridades policiais e judiciárias, necessárias ao esclarecimento dos processos policiais, judiciários e administrativos.

Por ser um serviço técnico-científico à disposição da polícia e do Poder Judiciário, especialmente, o IML emite laudos sigilosos que representam peças fundamentais nas investigações, inquéritos policiais e demais encaminhamentos jurídicos.

O IML cobre todos os municípios do Estado, com 17 seções médico-legais, sendo a sede em Curitiba e as seções do interior localizadas em Apucarana, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Londrina, Maringá, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, Ponta Grossa, Toledo, Umuarama e União da Vitória.

No ano de 2011, o IML realizou as seguintes ações:

- Emitidos mais de 60 mil laudos em todo o Estado, sendo mais de 20 mil somente na sede em Curitiba.
- Foram contratados, para as todas as seções médico-legais do Estado, por Processo Seletivo Simplificado (PSS), 38 médicos, 52 motoristas e 30 auxiliares de perícia.
- Adquirido um novo cromatógrafo à líquido, equipamento indispensável para a realização de análises toxicológicas, mobiliou e equipou as seções médico-legais de Paranaíba e Toledo, incluindo a seção de União da Vitória, inauguração em dezembro. A inauguração da seção técnica de Paranaguá está prevista para junho de 2012.
- Licitação para a contratação da empresa que construirá a nova sede do IML de Maringá, estando em fase inicial a contratação dos projetos arquitetônicos e complementares para o IML de Foz do Iguaçu.
- Substituição total da frota de veículos para remoção de cadáveres, por contrato de locação, com previsão de manutenção e substituição.

As competências do Instituto de Criminalística (IC) estão expressas na legislação penal vigente, sendo imprescindível na formação do Corpo de Delito, materializado no laudo pericial, atendendo ainda, aos procedimentos administrativos da esfera estadual. Nas áreas de fronteiras internacionais, atende, também, as solicitações das Superintendências da Polícia Federal e Receita Federal.

Além da Capital, o IC conta com mais nove seções técnicas no interior do Estado: Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, Umuarama, Ponta Grossa, Paranaguá e Francisco Beltrão.

Em 2011, realizou de mais de 17 mil atendimentos, tais como: exames de locais de morte, acidentes de trânsito com morte, crimes contra o patrimônio, DNA, exames de armas e confrontos balísticos, exames grafotécnicos, engenharia legal, identificação de veículos, entorpecentes,

fonética forense com exames audiovisuais e de pedofilia, exames em equipamentos eletrônicos envolvidos em delitos, retrato falado, entre inúmeros outros.

- Participação de Peritos Criminais no seguintes eventos: 25 Peritos no Congresso Nacional de Criminalística na cidade de Gramado-RS; 03 Peritos no VIII ICCYBER - Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos em Florianópolis-SC; 02 Peritos no 19º Congresso Brasileiro e 8º Congresso Internacional de Fonoaudiologia em São Paulo-SP; 02 Peritos na Conferência Internacional de Vítimas de Desastres no Rio de Janeiro-RJ; 02 Peritos em Reunião Técnica do Grupo Ibero-Americano de Trabalho em Análises de DNA e 1º Encontro Internacional de Identificação Humana – Life Technologies em Salvador-BA.
- Participação no Primeiro Simpósio Brasileiro em Ciências Forenses e Reconstituição da Dinâmica em Atropelamento de Pedestre, em Brasília- DF.
- Visita técnica de um Perito Criminal na Empresa Bertin Technologies and Bioamerica Ins., em Paris - França, fabricante do equipamento Precellys, fundamental para análises de identificação humana em cadáveres putrefeitos, esqueletizados ou carbonizados, com vistas ao desenvolvimento de pesquisas (em andamento).
- Participação de Peritos Criminais da área de informática nas operações do GAECO, tanto na capital como no interior do Estado.
- Investimentos da ordem de R\$ 400,0 mil na Seção Técnica de Ponta Grossa, para a construção de muro de arrimo, possibilitando uma área ampliada de terreno em mais de 470 m².
- Recebimento de 50 maletas para atendimento de local de crime e um microscópio comparador balístico para a Seção de Balística Forense da Capital, oriundos da SENASP, no valor de R\$ 1,1 milhão.
- Inaugurações: a) da nova sede da Seção Técnica de Francisco Beltrão, em outubro; b) do 1º Laboratório de Hipnose Forense do Brasil em Curitiba, em dezembro.
- Validação do processo de identificação de autores de crimes pelo DNA das impressões papilares.
- Participação na Operação Verão, com instalação de Sede operacional no município de Matinhos, com toda a infraestrutura material e de pessoal, integrado com as demais instituições policiais, bem como outros órgãos governamentais envolvidos.
- Participação de representante do IC nas reuniões de planejamento de segurança da COPA/2014.

O **Departamento de Trânsito do Estado do Paraná (DETRAN/PR)**, na sua missão de cumprir e fazer cumprir a legislação de trânsito, coordenando e executando as políticas e diretrizes do Sistema Nacional de Trânsito, por meio de 108 unidades diretamente vinculadas e 211 unidades conveniadas, e é gerido por recursos próprios pela prestação de serviços de trânsito. Em 2011, como principais realizações, destaca-se a seguir.

Serviços realizados:

- Desenvolvimento e implantação de serviços online como recurso de multa, comunicação de venda de veículo, atualização de dados, sendo referência nacional entre os demais órgãos de trânsito.
- Implantação do Programa DETRAN Fácil, com oferta de serviços como a 2ª via do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, a 2ª via da Carteira Nacional de Habilitação, a emissão da CNH definitiva e a permissão internacional para dirigir, serviços estes que devem reduzir em até duas horas o tempo, por processo presencial, e atender aproximadamente 19 mil pessoas todos os meses.
- Reformulação da página na internet, com oferta de uma série de facilidades para os usuários, permitindo a realização de serviços online, agilizando o atendimento presencial.
- Parceria com o Instituto de Identificação do Paraná (IIPR), com a integração de serviços na mesma estrutura física.
- Implantação do Posto Avançado na Rua da Cidadania da Fazendinha, primeira parceria com o Instituto de Identificação.
- Implantação dos serviços de exames teórico e prático, para obtenção da primeira habilitação, na Circunscrição Regional de Trânsito de Guaratuba – 99ª CIRETRAN, no Litoral do Paraná.
- Intensificação da fiscalização aos Centros de Formação de Condutores (CFCs), com a penalização de 22 CFCs.
- Ampliação do Curso de Reciclagem, com novas turmas abertas em Laranjeiras do Sul.
- Implantação de controle biométrico em cursos especializados.
- Implantação, em Curitiba, na Sede Tarumã, de sistema modular para o Curso de Reciclagem de Condutores Infratores, que permite ao usuário a escolha das disciplinas separadamente, nas datas e horários mais adequados aos seus compromissos.

Principais serviços prestados (até outubro):

SERVIÇO	QUANTIDADE
Frota de Veículos (atualização e manutenção sistêmica)	5.355.039
Veículos Licenciados	2.722.317
Processos Atualizados área de veículos	3.125.150
Documentos CRV emitidos	1.596.211
Condutores Cadastrados (atualização e manutenção sistêmica)	4.448.624
Documentos de CNH emitidos	906.384
Infrações de Trânsito autuadas no Paraná	2.119.595

FONTE: Assessoria de Planejamento/Estatística - Detran/PR

Nas ações de Educação para o Trânsito, destaca-se:

- Participação na Operação Verão 2010-2011.
- Reuniões do Projeto Vida no Trânsito, em Curitiba.
- Campanha Educativa contra rachas de rua e do Dia da Cidadania Especial.
- Programa Paraná em Ação.

- II Seminário de Saúde e Segurança, Qualificação e Educação do Profissional Motofretista de Curitiba - 2011.
- Reuniões do Comitê Nacional de Mobilização pela Saúde, Segurança e Paz no Trânsito, bem como do Grupo de Trabalho Intersectorial de Enfrentamento das Violências – Paraná na 32ª edição da EXPOVEL, em Cascavel.
- Realização de 1.497 Cursos de Reciclagem para cerca de 47.179 condutores infratores à legislação de trânsito.
- Realização de eventos na Semana Nacional de Trânsito, entre 15 a 23 de setembro – Blitze e Abordagens Educativas para pedestres, motociclistas, ciclistas e condutores, em parceria com a URBS, BPTTran e demais órgãos do Estado.
- Lançamento da Operação Lei Seca, em Curitiba, parceria DETRAN/PR e BPTTran.
- Realização de Palestras Educativas para Adolescentes em Conflito com a Lei, em parceria com a 3ª Vara da Infância e Juventude.

Com relação aos Recursos Humanos:

- Captação de 26 novos docentes para curso de reciclagem.
- Realização de pesquisa de clima organizacional, com todo o quadro de servidores.
- Qualificação de 51 profissionais para captura biométrica, 55 instrutores de trânsito e 104 vistoriadores de veículos.

Outras atividades:

- Desenvolvimento de Proposta de Realinhamento Institucional do DETRAN/PR.
- Ações de combate à dengue, o DETRAN/PR é considerado exemplo de órgão público no desenvolvimento desta ação.
- Inauguração e início das atividades da 101ª CIRETRAN, no município de Reserva.
- Instituição do Centro de Formação de Condutores Militares do Paraná, voltado exclusivamente para motoristas com funções ligadas à segurança pública, com capacitação de 40 oficiais para formação da primeira autoescola militar do Brasil.
- Em parceria com o Conselho Estadual de Trânsito (CETRA), foi realizado em Curitiba, o I Seminário Paranaense de Municipalização do Trânsito, reunindo prefeitos do Estado, presidentes das Câmaras de Vereadores e diretorias de órgãos ligados ao tema, debatendo um novo modelo de gestão, mais adequado às necessidades das pequenas cidades.
- Pesquisa de satisfação com os usuários que passam pelos exames práticos de direção, com objetivo de avaliar a qualidade dos testes, a gentileza e técnica dos examinadores e o cumprimento dos horários agendados.
- Realização de 12 leilões, onde 11.848 veículos foram leiloados nas modalidades sucata e circulação, com arrecadação de R\$ 11,6 milhões.
- Realização da I Oficina Integrada do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN) e Polícia Militar do Paraná (PMPR), visando a padronização de procedimentos e debatendo a autuação de motoristas infratores à legislação de trânsito.

Investimentos:

- Construção de sede própria para 3ª CIRETRAN de Paranaguá, complementação de recursos financeiros de R\$ 432,1 mil.
- Reforma, reparos e manutenção de CIRETRANs (Cornélio Procópio, Cianorte, Cruzeiro do Oeste, Prudentópolis, Capanema, Terra Boa) e sede no Tarumã com valores empenhados, totalizando R\$ 1,0 milhão.
- Empenhos realizados para aquisição de equipamentos diversos para sede em Curitiba e demais CIRETRANs, na importância de R\$ 1,7 milhão.
- Autorização de R\$ 10,0 milhões, para licitação e execução de projetos de sinalização viária urbana, em municípios paranaenses.
- Repasse de cerca de R\$ 1,0 milhão, de valores arrecadados com infrações de trânsito autuadas, a cerca de 160 municípios paranaenses, pendentes desde 2009.
- Doação de 120 veículos, 240 computadores e 120 impressoras a prefeituras que possuem Postos de Serviços do DETRAN/PR, para ampliação da base de serviços oferecidos nos municípios.
- Repasse ao DER, previsto de R\$ 180,0 milhões, para manutenção das rodovias estaduais paranaenses.
- Repasse à Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social (SEDS), por força da Lei nº 7.812/83, previsto de R\$ 36,0 milhões.

Na área de saúde, o Hospital da Polícia Militar (HPM) tem por missão prestar assistência médico-hospitalar aos policiais militares e seus dependentes, com excelência de qualidade, tendo realizado no ano, em média 72.490 consultas médicas, 2.534 cirurgias e 160.000 exames no Laboratório de Análises Clínicas.

Dentre as ações realizadas no ano, merece destaque:

- Autorizada a contratação de 42 enfermeiros e 120 Técnicos de Enfermagem para atuarem no Hospital, mediante concurso público.
- Implantado o serviço de medicina preventiva nos Batalhões da Capital e Região Metropolitana, com a permanência de um médico em cada Batalhão.
- O Hospital da Polícia Militar passou a atender os servidores civis do Estado, por meio de convênio com o DAS/SEAP.
- Foram investidos no Hospital R\$ 824,8 mil em material de consumo e R\$ 289,7 mil em serviços de manutenção e conservação; além de investimento do FUMPM com aquisição de equipamentos odontológicos, no valor total de R\$ 519,2 mil.

Infraestructura e Logística



22 Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL)

A SEIL, criada pela Lei nº 16.841, de 28 de junho de 2011 e que extinguiu as Secretarias de Estado dos Transportes (SETR) e de Obras Públicas (SEOP).

A Secretaria tem como missão a promoção de ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, centrada no desenvolvimento sustentável e na priorização de investimentos.

Em atendimento a sua finalidade de promover ações eficazes, com os objetivos de possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança; reduzir custos operacionais; e ofertar infraestrutura rodoviária, ferroviária, aeroviária, aquaviária e dutoviária, condizentes com a demanda da sociedade paranaense, a SEIL é composta por: a) Unidades Programáticas: Coordenação de Gestão Planos e Programas de Infraestrutura e Logística (CGPP), Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO); b) Unidades Vinculadas: Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) e Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A (FERROESTE).

22.1 Gestão de Programas e Projetos de Infraestrutura e Logística (GPP)

Com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implantar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, a CGPP desenvolveu as seguintes atividades:

- Elaboração do Programa de Ligação das Sedes Municipais à Rede Rodoviária Estadual, que compreendeu ações de estadualização de rodovias municipais, com posterior adequação das mesmas, bem como a pavimentação de trechos que conectam sedes de municípios a malha estadual. Os municípios beneficiados foram: Arapuã, Ariranha do Ivaí, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Coronel Domingos Soares, Mato Rico, Guaraqueçaba, Dr. Ulysses, Reserva do Iguaçu e Itaipulândia.
- Revisão anual do Sistema Rodoviário Estadual (SRE), mediante a atualização do cadastro que compõe a rede rodoviária estadual.
- Elaboração do Mapa Político Rodoviário 2011 do Estado do Paraná, com a impressão de 20 mil cópias.
- Assessoramento técnico à FERROESTE para elaboração de cadastro georreferenciado dos bens daquela Ferrovia, para atender à demanda da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), baseado na experiência adquirida por esta CGPP no georreferenciamento da malha rodoviária estadual. Os trabalhos envolveram levantamentos de campo bem como serviços de escritório, além de dois deslocamentos à sede da ANTT, em Brasília.
- Estudo sobre a interferência da PRC-487 em áreas indígenas, com vistas à conclusão do processo de federalização daquele corredor, o qual envolveu pesquisa de campo.

22.2 Infraestrutura Rodoviária

O Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) tem como missão garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual.

A malha rodoviária de jurisdição federal e estadual dentro do Estado do Paraná é composta por 15.777,98 km de rodovias, das quais 13.886,79 km são pavimentadas, conforme o quadro a seguir.

MALHA RODOVIÁRIA FEDERAL E ESTADUAL NO ESTADO DO PARANÁ

RESPONSABILIDADE	NÃO PAVIMENTADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL
		Pista Simples	Pista Dupla	Total Pavim.	Pista Simples	Pista Dupla	Total em Obras	
Federais mantidas pelo DNIT								
Totais DNIT	88,00	1.344,73	116,80	1461,53	122,40		122,40	1.671,93
Federais concedidas pelo Gov. Fed.								
Totais Concessões Federais		93,60	202,00	295,60	-	-	-	295,60
Estaduais mantidas pelo DER	1.680,79	9.415,85	68,58	9.484,43	-	-	-	11.165,22
Federais delegadas ao Paraná e mantidas pelo DER		158,70	15,00	173,70	-	-	-	173,70
Totais DER	1.680,79	9.574,55	83,58	9.658,13	-	-	-	11.338,92
Estaduais concedidas pelo DER		472,63	198,60	671,23				671,23
Federais delegadas ao Paraná e concedidas pelo DER		1.428,30	372,00	1.800,30	-			1.800,30
Totais Concessões Estaduais		1.900,93	570,60	2.471,53	-	-	-	2.471,53
Totais Rodovias Federais	88,00	3.025,33	705,80	3.731,13	122,40	-	122,40	3.941,53
Totais Rodovias Estaduais	1.680,79	9.888,48	267,18	10.155,66	-	-	-	11.836,45
TOTAL GERAL	1.768,79	12.913,81	972,98	13.886,79	122,40	-	122,40	15.777,98

FONTE: Rodovias Federais - PNV 2009, consulta site DNIT em 28/out/2010.

Rodovias Estaduais - S.R.E. - 2010

Obs. A malha rodoviária municipal, conforme cadastro da SEIL, é de aproximadamente 102.700 km, sendo 6.350 km pavimentados.

O histórico da condição da malha rodoviária é:

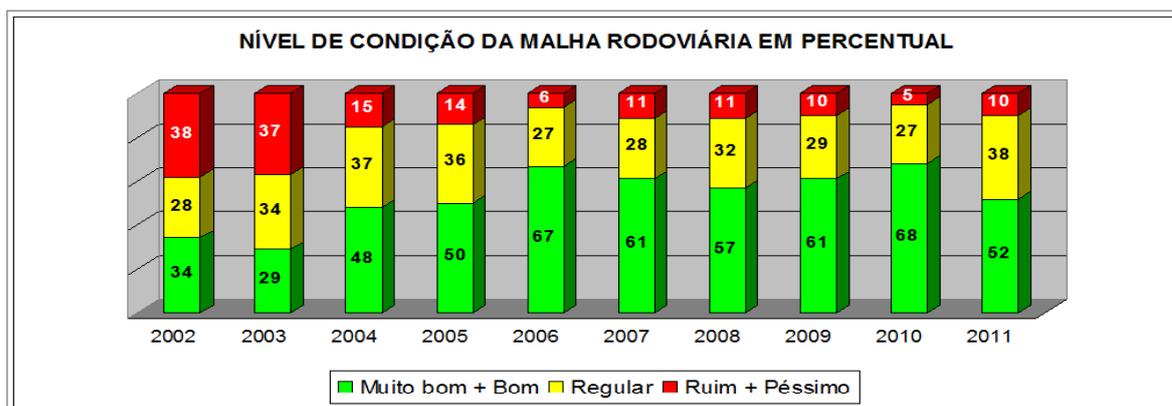
MALHA RODOVIÁRIA DE CONSERVAÇÃO - 2011

DESCRIÇÃO	NÃO PAVIMENTADA (km)	PAVIMENTADA (km)	TOTAL (km)
Rodovia Estadual	1.680,79	9.484,43	11.165,22
Rodovia Federal Delegada		173,70	173,70
TOTAL	1.680,79	9.658,13	11.338,92

FONTE: DER/PR - Sistema Rodoviário Estadual (2010)

NÍVEL DE CONDIÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA

CONDIÇÃO (%)	ANO									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Muito bom + bom	34	29	48	50	67	61	57	61	68	52
Regular	28	34	37	36	27	28	32	29	27	38
Ruim + Péssimo	38	37	15	14	6	11	11	10	5	10
TOTAL	100									



NOTA: A condição de malha rodoviária do ano de 2011 encontra-se em fase de atualização, sendo até o momento, avaliados em torno de 65% dos trechos rodoviários pavimentados.

Obras Executadas

OBRAS POR TIPO DE SERVIÇO - 2011

PRODUTO	QUANTIDADE (km)	VALOR
Implantação de Pavimento	9.061	14.612.596,22
Obras de Arte Especial	89.091	5.317.063,23
Restauração de Pavimento	21.308	14.490.654,19
Conservação Periódica de Pavimentos	188.03	27.930.934,98
TOTAL		62.361.248,65

Os programas existentes têm como objetivo oferecer melhores condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, serviços de conservação, restauração e adequação.

Em 2011, o Governo do Estado investiu R\$ 107,3 milhões, distribuídos conforme demonstrado a seguir:

PRODUTO	QUANTIDADE (%)	VALOR
Construção e Recuperação de Rodovias	58	62.361.248,65
Conservação e Recuperação de Rodovias	41	44.238.401,49
Operação de Rodovias	1	790.485,30
TOTAL	100	107.390.135,44

22.2.1 Programa Estadual de Atendimento às Estradas Rurais Municipais - Patrulhas Mecanizadas

Nesse Programa, o DER em parceria com as prefeituras realiza os serviços de melhorias e cascalhamento de rodovias municipais, com o objetivo de assegurar permanente escoamento da produção aos centros de comercialização e proporcionar transporte rápido e seguro de pessoas da comunidade rural aos centros de serviços médico-hospitalares e educacionais.

Foram celebrados convênios com 13 municípios - Altamira do Paraná, Antonina, Barracão, Cândido de Abreu, Corbélia, Cornélio Procópio, Honório Serpa, Lapa, Lindoeste, Mandaguari, Paranaguá, Renascença e Santa Tereza do Oeste, totalizando 249,79 Km, com um valor de R\$ 2,2 milhões.

Atividades desenvolvidas pelo DER em convênios com municípios:

22.2.2 Programa de Conservação e Manutenção do Sistema Rodoviário Estadual

São executadas obras e serviços de conservação e recuperação das rodovias estaduais e federais delegadas, pavimentadas e não pavimentadas.

Encontra-se em desenvolvimento o Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas, composto pela conservação rotineira de pavimento (Programa COP – Conservação de pavimentos); conservação periódica de pavimento (Programa CREMEP – Conservação e recuperação descontínua com melhoria do estado do pavimento); além dos serviços de Conservação Rotineira da Faixa de Domínio, com serviços de roçadas e limpezas.

Por ser a conservação de rodovias, uma atividade permanente, foi dado andamento aos serviços de conservação rotineira de pavimentos, de sinalização rodoviária, de conservação, recuperação e construção das obras de arte especiais, de recuperação das rodovias não pavimentadas, bem como o de conservação rotineira de faixa de domínio, mediante contratações novas e dos contratos que se encontravam em andamento.

22.2.3 Ações Emergenciais

22.2.3.1 Emergência Litoral

Após a ocorrência de chuvas intensas no mês de março, de aproximadamente 518 mm entre os dias 10 e 11, segundo informações obtidas junto ao Instituto das Águas do Paraná, diversos pontos de rodovias estaduais e municipais foram afetados. Muitas obras estão sendo executadas e outras foram concluídas, na tentativa de minimizar os efeitos causados pelo fenômeno natural, nos municípios afetados - Antonina, Morretes, Guaratuba e Paranaguá.

PLANILHAS DE OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS E A EXECUTAR NOS MUNICÍPIOS DO LITORAL PARANAENSE

ÓRGÃO: Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR				
DATA: 17/11/2011				
MUNICÍPIO	OBRAS/SERVIÇOS	VALOR (R\$)		FASES PARA EXECUÇÃO
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Guaraqueçaba	Conservação rotineira e periódica na PR-405		963.372,66	Concluído
Guaraqueçaba	Patrulha rodoviária na Estrada do Itaquí e Batuva - extensão 28,88km. Solicitação da Câmara Municipal: Protocolo 07.917.859-4		246.189,44	Aguardando Convênio
Custo dos Serviços e Obras		0,00	1.209.562,10	
Custo Total dos Serviços e Obras		1.209.562,10		

MUNICÍPIO	OBRAS/SERVIÇOS	VALOR (R\$)		FASES PARA EXECUÇÃO
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Antonina	Elaboração de projetos de engenharia e acompanhamento de obras (vários trechos)		305.517,60	Concluído
Antonina	Projeto de Estabilização de talude de corte (Av. Leovegildo de Freitas)	73.414,60		Licitação nº C0006/2011
Antonina	Execução de Estabilização de talude de corte (Av. Leovegildo de Freitas)	1.017.323,25		Aguardando projeto
Antonina	Patrulha Rodoviária em estrada municipal no trecho: PR-405 - Porto das Moças (Faisqueira)		1.040.173,60	Concluído
Antonina	Patrulha Rodoviária na estrada municipal do Limoeiro		71.441,60	Concluído
Antonina	Recomposição de corte, pista e OAE na PR-340 (km 00+900 e 03+400)	1.383.696,29		Em execução
Antonina	Estabilização de talude na PR-340 (km 01+853)		215.683,33	Licitação nº C0008/2011
Antonina	Estabilização de talude na PR-340 (km 03+600)		296.298,69	Licitação nº C0008/2011
Antonina	Construção de bueiro na PR-340 (km 03+840)		266.319,44	Licitação nº C0008/2011
Antonina	Estabilização de talude na PR-340 (km 03+940)		592.150,15	Licitação nº C0008/2011
Antonina	Obras nas rodovias estaduais por administração direta		101.122,09	Concluído
Antonina	Recuperação Ponte Rio São Joãozinho Feliz na PR-408 (km 22+000)		1.432.020,34	Licitação nº C0010/2011
Antonina	Recomposição de pista na PR-408 (km 19+800)	1.497.767,72		Licitação nº C0009/2011
Antonina	Recuperação emergencial de pista na PR-408 (km 19+800)		30.105,81	Concluído
Custo dos Serviços e Obras		3.972.201,86	4.350.832,65	
Custo Total dos Serviços e Obras		8.323.034,51		

MUNICÍPIO	OBRAS/SERVIÇOS	VALOR (R\$)		FASES PARA EXECUÇÃO
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Guaratuba	Patrulha Rodoviária em estrada municipal		1.099.370,25	Concluído
Guaratuba	Elaboração de projetos de obras de arte especiais e obras de arte correntes em rodovias municipais	272.360,26		Licitação nº C0006/2011
Guaratuba	Ponte sobre o rio do Pimenta (Limeira)	135.311,91		Aguardando projeto
Guaratuba	Ponte sobre o rio Berta (Limeira - BR-277)	309.532,44		Aguardando projeto
Guaratuba	Ponte sobre o rio Arariba (Limeira - BR-277)	222.422,18		Aguardando projeto
Guaratuba	Ponte sobre o Afluente III do rio Cubatãozinho	135.311,91		Aguardando projeto
Guaratuba	Ponte sobre o Afluente II do rio Cubatãozinho	135.311,91		Aguardando projeto
Guaratuba	Bueiro - Afluente I do rio Cubatãozinho	29.091,39		Aguardando projeto
Guaratuba	Bueiro - Afluente IV do rio Cubatãozinho	29.091,39		Aguardando projeto
Custo dos Serviços e Obras		1.268.433,40	1.099.370,25	
Custo Total dos Serviços e Obras		2.367.803,65		

MUNICÍPIO	OBRAS/SERVIÇOS	VALOR (R\$)		FASES PARA EXECUÇÃO
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Morretes	Elaboração de projetos de engenharia e acompanhamento de obras (vários trechos)		1.273.804,62	Concluído
Morretes	Patrulha Rodoviária em estrada municipal		1.068.186,41	Concluído
Morretes	Recuperação Ponte Rio Sambaqui e Ponte Rio Sagrado na PR-408 (km 00+600 e 00+800)	3.447.610,42		Em execução
Morretes	Recomposição de talude e de pista na PR-408 (km 06+800 e 15+200)	1.196.319,73		Em execução
Morretes	Recuperação Ponte Rio Sapitanduva na PR-408 (km 16+000)	2.151.421,92		Concluído
Morretes	Recomposição de pista na PR-408 (km 15+400)		410.305,36	Licitação nº C0009/2011
Morretes	Recomposição de pista na PR-410 (km 27+700)		275.049,75	Licitação nº C0007/2011
Morretes	Recomposição de taludes de corte e aterro na PR-410 (km 26+600)		395.391,71	Licitação nº C0007/2011
Morretes	Estabilização de talude na PR-410 (km 21+074)		594.719,38	Licitação nº C0007/2011
Morretes	Execução de aterro na PR-410 (km 03+300)		20.922,99	Editais para licitar material
Morretes	Estabilização de talude de corte na PR-410 (km 25+865)		42.486,51	Editais para licitar material
Morretes	Execução de aterro na PR-410 (km 27+000)		17.981,83	Editais para licitar material
Morretes	Execução de aterro na PR-410 (km 27+500)		32.585,53	Editais para licitar material
Morretes	Obras nas rodovias estaduais por administração direta		3.693,84	Concluído
Morretes	Elaboração de projetos de obras de arte especiais em rodovias municipais	277.130,75		Licitação nº C0006/2011
Morretes	Ponte Canhembora	221.740,68		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Candonga (rio Sagrado)	570.181,72		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Pitinga (rio Bom Jardim)	221.740,68		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Pindaúva	221.740,68		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Morro Alto I	221.740,68		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Morro Alto II	221.740,68		Aguardando projeto
Morretes	Ponte Morro Alto III	221.740,68		Aguardando projeto
Custo dos Serviços e Obras		8.973.108,64	4.075.127,93	
Custo Total dos Serviços e Obras		13.048.236,57		

MUNICÍPIO	OBRAS/SERVIÇOS	VALOR (R\$)		FASES PARA EXECUÇÃO
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Paranaguá	Patrulha Rodoviária em estrada municipal		1.137.485,60	Concluído
Paranaguá	Elaboração de projetos de obras de arte especiais em rodovias municipais	319.458,59		Licitação nº C0006/2011
Paranaguá	Ponte sobre rio Miranda (Casa do Nelson - Colônia Sta Cruz)	477.024,63		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre rio Santa Cruz (Casa do Sr. João Baiano - Colônia Sta Cruz)	302.804,11		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre o rio Cachoeira (Casa do Sr. Nivaldo - Colônia Morro Inglês)	128.583,58		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre rio Miranda (Casa Valdir - Colônia Sta Cruz)	302.804,11		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre o rio Brejatuba (Casa do Sr. Josias - Colônia Quintilha)	651.245,16		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre o rio Miranda (Bambú - Colônia Sta Cruz)	215.693,85		Aguardando projeto
Paranaguá	Ponte sobre o rio Veríssimo (Casa Juvenal - Colônia Morro Inglês)	128.583,58		Aguardando projeto
Custo dos Serviços e Obras		2.526.197,60	1.137.485,60	
Custo Total dos Serviços e Obras		3.663.683,20		
		VALOR (R\$)		
		GOV. FEDERAL	GOV. ESTADUAL	
Custo Geral dos Serviços e Obras		16.739.941,50	11.872.378,53	
Custo Total Geral dos Serviços e Obras (Verba Gov. Federal + Gov. Estadual)		28.612.320,03		

22.2.3.2 Emergência - Região de Londrina

As obras emergenciais da região, ocorreram na Rodovia Estadual PR-218, no trecho do Distrito de Maravilha – Entr. PR-445 (Três Marcos).

Foram executadas no período de janeiro a novembro, com a reconstrução de pavimentos e outros serviços como reperfilagem, escavação, dreno profundo do solo e regularização de acostamento, com o custo de R\$ 891,5 mil.

22.2.4 Programa de Concessões

O Programa é composto pelos seguintes sistemas: a) Rodovias Concessionadas; b) Travessia da Baía de Guaratuba; e c) Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros.

Encontram-se em execução as seguintes obras nas Rodovias concessionadas:

- Restauração de 166,3 km de rodovias.
- Recuperação estrutural e alargamento em 06 pontes e 04 viadutos.
- Implantação de 5,4 km de extensão de terceiras faixas na BR-277 - entre Relógio e Guarapuava.
- Implantação de 8,3 km de extensão de acostamentos na PR-427 - entre Porto Amazonas e Lapa.
- Duplicação de 1,3 km de extensão na BR-277 no perímetro urbano de Guarapuava.
- Duplicação da BR-277 - trecho Medianeira – Cascavel, segmento de 14,4 km de extensão do km 674,9 ao km 660,5 - início dos serviços em novembro.
- Contorno de Mandaguari, com 10,8 Km de extensão em pista dupla - início dos serviços em novembro.

22.2.5 Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística

Por meio do Departamento de Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL), foram executadas obras e repasses de recursos para prefeituras, visando melhorias no transporte dos usuários e dos produtos agrícolas, com consequente redução de custos.

22.2.5.1 Programa de Construção de Pontes

Cabe à SEIL o fornecimento, transporte até o local da obra e orientação técnica para montagem das vigas, lajotas e guarda rodas. Como contrapartida, as prefeituras devem executar a infraestrutura e mesoestrutura das pontes, além da concretagem da superestrutura.

Para entrega das vigas, foram utilizados em 2011, os saldos das vigas executadas e não entregues do contrato anterior, que teve vigência até 31/12/2010. Portanto, não foram utilizados recursos para este fim. Há uma licitação em fase de homologação, no valor de R\$ 1,4 milhão.

Foram lavrados 44 Termos de Cooperação (24 pela SETR 24 e 20 pela SEIL), em parceria com prefeituras, para confecção de pontes em rodovias municipais; tendo sido atendidos 30 municípios com a execução de 39 pontes.

22.2.5.2 Programa de Pavimentação Poliédrica

Deu-se continuidade ao Programa, em parceria com as prefeituras, no qual foram firmados convênios, cada um no valor máximo de R\$ 150,0 mil, sendo 50% de contrapartida do município.

Em 2011, foram concluídas obras em 36 municípios e lavrado um novo convênio para pavimentação em Três Barras do Paraná, que encontra-se em andamento.

22.3 Infraestrutura Aeroportuária

Atividades realizadas:

- Concluídas, em novembro, as obras de pavimentação asfáltica do aeroporto de Castro, iniciadas em 2009, com custo de R\$ 3,7 milhões. Com isso, a pista do aeroporto passou a ser de 1.400 metros de comprimento, por 30 metros de largura com pavimento em asfalto.
- Conclusão de Convênio com a União por meio do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA), objetivando a ampliação de 13.000 m² do pátio de estacionamento de aeronaves do Aeroporto Regional de Maringá. A obra foi iniciada em junho de 2010, com término em 24 de dezembro de 2011. O custo da obra foi de R\$ 2,9 milhões, sendo R\$ 2,0 milhões (70%) da União e R\$ 881,8 mil (30%) de contrapartida do Estado (dividido pagamento em R\$ 781,8 mil pelo município e R\$ 100,0 mil pelo Estado).
- Celebrado Convênio com o município de Toledo, para o qual serão repassados recursos na ordem de R\$ 550,8 mil para aquisição de ligantes betuminosos e agregados destinados à execução de 3.787 toneladas de Concreto Betuminoso usinado à Quente (CBUQ), para reforçar o pavimento do aeroporto municipal.
- Elaborado o processo de desapropriação para construção da terceira pista do Aeroporto Afonso Pena, por meio da realização de levantamento topográfico da área a ser desapropriada e de medições das respectivas áreas construídas, levantamento cadastral dos proprietários, registros fotográficos dos imóveis e realização de processo de avaliação das propriedades analisadas em campo.

22.4 Infraestrutura Ferroviária

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. (FERROESTE) é uma sociedade de economia mista, com sede em Curitiba e tem por objeto a construção, operação, administração e exploração comercial de vias ferroviárias nacionais, de terminais ferroviários, de silos e demais sistemas de armazenagem de produtos agrícolas e manufaturados em geral, com unidades operacionais em

Cascavel e Guarapuava. Detém concessão conforme Decreto Federal nº 96.913/1988, para construção, uso e gozo de estrada de ferro na direção geral leste-noroeste, estendendo a malha ferroviária do Estado do Paraná a partir da região de Guarapuava até a região de Cascavel, de um ramal ferroviário partindo da região de Cascavel até a região de Dourados, no Estado de Mato Grosso do Sul, e de ramais necessários à viabilidade da ferrovia.

Teve sua construção iniciada em 1991, com a implantação do trecho Guarapuava-Cascavel, com 248 km. A empresa contabiliza bens operacionais próprios de aproximadamente R\$ 358,9 milhões compreendendo, entre outros, terrenos, benfeitorias, infraestrutura (leito da linha), superestrutura da linha, obras de arte especiais, máquinas, equipamentos, instalações, edifícios e dependências próprias, ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente somente até 1995. Há necessidade de avaliação dos ativos do imobilizado da empresa determinando o seu justo valor.

22.4.1 Produção

A empresa sofre com os altos custos de manutenção do material rodante e excessivo consumo de combustível, falta de vagões próprios e baixa confiabilidade da obsoleta frota de locomotivas, objeto de requisição pelo Governo do Estado conforme Decreto Estadual nº 010/2007 e renovações.

A linha da FERROESTE, localizada entre Cascavel e Guarapuava, possui capacidade anual de transporte da ordem de 5 milhões toneladas/ano. Nos últimos três anos teve considerável redução na oferta de vagões à Região Oeste, conduta em desacordo com as obrigações previstas no Contrato de Concessão da América Latina Logística S/A (ALL), evidenciando possível desinteresse em atender não só a FERROESTE, mas também os produtores do oeste, conforme tabela abaixo.

PRODUTO	2009		2010		2011	
	TU	Vagões	TU	Vagões	TU	Vagões
Grãos a granel	549.562,45	10.569,00	353.008,47	6.789,00	118.852,05	2.223,00
Contêiner	90.757,00	3.361,00	95.653,65	3.543,00	57.901,30	2.066,00
Óleo vegetal	5.908,50	236,00	23.600,37	944,00	5.854,58	234,00
Fertilizantes	437.349,49	8.099,00	233.098,99	4.317,00	101.182,92	1.904,00
Cimento	176.299,20	3.265,00	186.541,57	3.454,00	142.157,01	2.783,00
Combustível	97.456,92	1.805,00	53.969,78	999,00	9.558,44	207,00
Cevada	35.605,48	685,00	3.119,04	60,00	17.922,79	349,00
Outros	,00	,00	247,08	5,00	,00	,00
TOTAL	1.392.939,04	28.020,00	949.238,95	20.111,00	453.429,09	9.766,00

*TU = Toneladas Úteis

**Valores estimados para o campo número de vagões

***Valores de 2011 com base nos meses de janeiro a setembro

PERÍODO	TU	VAGÕES		VARIAÇÃO %
2009	1.392.939,04	28.020	2008/2009	-23,11
2010	949.238,95	20.111	2009/2010	-28,22
2011	453.429,09	9.766	2010/2011	-51,44

FONTE: Faturamento

22.4.2 Ações

- Manutenção da via permanente não realizada desde o término da construção.
- Realização de reforma da Estação de Cascavel.
- Execução de serviços na oficina - manutenção interna em motores de tração, pintura de duas locomotivas, manutenção preventiva e corretiva em geradores principais, manutenções específicas em motores diesel, recuperação de radiadores, e preventivas em compressores, melhoria da condição dos areiros das locomotivas, recuperação e revisão de vagões.
- Implantação de vigilância eletrônica no Terminal de Guarapuava e tanques de contenção de resíduos, além de melhorias e procedimentos na oficina.
- Revitalização do Terminal de Cargas de Cascavel, em trâmite, para ocupação de áreas ociosas por grandes empresas com aumento de demanda de cargas e implementação de investimentos que reverterão à FERROESTE ao final dos contratos.
- Reinício das atividades no Terminal da CLASPAR/CODAPAR/PORTO SECO (Estação Aduaneira Interior - EADI), no Terminal da FERROESTE em Cascavel, atendendo às necessidades logísticas da região, que permitirão à ferrovia movimentar 200 mil toneladas de grãos a mais, por ano, a partir de 2012, podendo chegar a 400 mil toneladas.

22.4.3 Ações Integradas

- Convênio com a SEED para a formação de técnicos em mecânica e eletromecânica, para preparar mão de obra especializada na área ferroviária, mediante estágio supervisionado nas oficinas da FERROESTE, em Guarapuava.
- Termo de cooperação com a SEJU para utilização de mão de obra de presos, com finalidade educativa e produtiva, permitindo a redução das penas e a ressocialização mediante sua reintegração na sociedade.

22.5 Infraestrutura Aquaviária

Em 2011, houve a contratação, em caráter emergencial, de travessia por balsa no rio Ribeira ligando os municípios de Cerro Azul e Dr. Ulysses, pelo período de 08/08/2011 à 03/02/2012, tendo os serviços de travessia, sido iniciados em 16/09/2011, no valor de R\$ 362,0 mil.

A SEIL celebrou também Convênio com o município de Lupionópolis para transferência de recursos na ordem de R\$ 640,0 mil, para aquisição de balsa para travessia do Rio Paranapanema, ligando ao Estado de São Paulo.

22.5.1 Porto Público

22.5.1.1 Uma nova era

O Porto de Paranaguá aprimorou seu papel estratégico, tendo como objetivo principal oferecer aos operadores portuários, agentes marítimos e a comunidade em geral, alternativa de movimentação de suas cargas, seja em terminal público ou privado, garantindo assim a isonomia a todos os usuários do Complexo Portuário do Paraná.

Está em constante procura de melhoria, oferecendo um sistema moderno e eficaz com infraestrutura e segurança às cargas e aos navios, transparência na gestão e nas operações e buscando melhoria em seu sistema portuário para atingir a excelência na administração portuária.

22.5.1.2 Principais investimentos

O Porto de Paranaguá tem se demonstrado eficiente na execução de suas ações visando o cumprimento de um papel estratégico no cenário nacional, onde disponibiliza um aparato de infraestrutura suficientemente adequada, garantindo aos produtos nacionais, que passam pelos Portos do Paraná, um grau de competitividade e qualidade exigível pelo mercado internacional.

Nesse sentido, a APPA lançou o edital de Concorrência Pública para contratação de empresa especializada para execução da dragagem nos canais de acesso e bacia de evolução dos Portos de Paranaguá e Antonina, no montante de R\$ 47,0 milhões. Outros grandes projetos encontram-se em desenvolvimento, com destaque para:

- Repotenciamento do Corredor de Exportação - valor estimado de R\$ 175,0 milhões.
- Novo berço/pátio para terminal de contêiner - valor estimado de R\$ 108,0 milhões.
- Ampliação do Cais de Inflamáveis com dois berços - valor estimado em R\$ 303,0 milhões.

Dentre os investimentos em andamento, destaca-se:

- Serviços de recuperação das defensas de borracha no píer de inflamáveis e cais comercial – R\$ 1,8 milhão.
- Ampliação e remodelação do cais do Porto de Paranaguá – licitado - R\$ 95,7 milhões.
- ISPS – CODE – R\$ 34,0 milhões.
- Aperfeiçoamento e integração de todos os sistemas operacionais/ administrativos da APPA – em licitação – R\$ 4,0 milhões.

22.5.1.3 Movimentação de cargas

A estimativa de movimentação para o ano de 2011, resume-se em: granel sólido contribuiu com 65% da tonelagem total movimentada, seguido da carga geral com 25% e do granel líquido com 10%.

Denota-se um acréscimo do total previsto a ser movimentado em 2011, frente ao ano de 2010, devido ao aquecimento da economia global, recuperando-se do impacto da recessão econômica de anos anteriores.

22.5.1.4 Receita cambial

Na Balança Comercial, os Portos do Paraná participaram com US\$ 17,1 bilhões de receita cambial - dados consolidados até outubro. A planilha a seguir contém a comparação anual, desde 2007, bem como estimativas para 2011, consolidada até outubro.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA SEGUNDO OS ANOS DE 2007-2011*

(Em milhões toneladas)

ANO	PORTO DE PARANAGUÁ			PORTO DE ANTONINA	TOTAL
	Carga Geral	Granéis Sólidos	Granéis Líquidos		
2007	8.550	25.154	3.895	626	38.225
2008	8.122	20.404	4.210	269	33.005
2009	7.991	19.317	3.877	88	31.273
2010	9.520	24.296	4.032	314	38.162
2011*	9.846	25.783	3.895	1.910	41.434

FONTE: APPA/SEIL

RECEITA CAMBIAL 2007-2011*

PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA - (US\$ MIL)

MERCADORIA	2007	2008	2009	2010	2011*
CARGA GERAL	5.638.814	8.437.019	7.879.722	9.318.129	10.250.613
Algodão	105.043	175.193	144.392	229.022	290.258
Café em grão	1.493	544	217	10.549	222
Congelados	1.915.380	2.840.783	2.922.763	3.239.464	3.571.739
Madeira/manuf.	935.619	788.138	539.601	522.653	495.593
Papel	163.760	252.156	205.184	235.862	281.719
Outros	2.517.519	4.380.205	4.067.563	5.091.118	5.611.083
GRANÉIS SÓLIDOS	3.321.699	3.874.449	3.893.831	4.408.896	5.747.546
Farelos	1.285.538	1.707.830	1.666.483	1.777.702	1.901.176
Milho em grão	793.440	413.232	308.059	614.317	820.731
Soja em grão	1.242.721	1.753.387	1.919.288	2.016.877	3.025.639
GRANÉIS LÍQUIDOS	1.128.789	1.716.153	719.715	760.356	1.167.760
Derivados de petróleo	170.522	135.325	84.484	37.943	211.554
Óleos vegetais	958.267	1.580.828	635.231	722.413	956.206
TOTAL	10.089.302	14.027.621	12.493.268	14.487.381	17.165.919

FONTE: APPA/SEIL

VALOR DAS MERCADORIAS POR TONELADA 2006-2010*

PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA (US\$)

MERCADORIA	2007	2008	2009	2010	2011*
Café em grão	2.300	2.379	2.716	2.803	5.031
Soja em grão	276	419	399	370	479
Farelos	245	361	349	329	406
Algodão	1.235	1.303	1.380	1.484	2.037
Madeira/manuf.	589	657	554	647	670
Óleos vegetais	734	1.202	787	829	1.220
Congelados	1.537	2.035	1.673	1.914	2.297
Deriv. petróleo	428	543	353	418	589
Papel	546	682	515	727	775
Outras	1.274	685	1.123	793	689

FONTE: APPA/SEIL

IMPORTAÇÃO DE LONGO CURSO, EM TONELADAS, PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA 2007-2011*

TIPO DE CARGA	2007	2008	2009	2010	2011*
CARGA GERAL	1.913.807	2.199.118	2.362.807	2.684.512	3.304.466
Containerizadas	1.312.497	1.364.549	1.704.474	2.244.026	2.775.752
Diversas	601.310	834.569	658.333	440.486	528.715
GRANÉIS SÓLIDOS	8.122.879	6.555.452	4.527.175	6.637.683	8.934.198
Cevada	189.782	271.564	182.036	191.968	261.877
Fertilizantes	7.600.086	6.019.554	4.044.096	6.173.064	8.371.167
Milho em grão	-	-	-	-	-
Minérios	10.696	4.775	-	-	-
Soja em grão	-	-	-	-	-
Arroz	-	-	-	-	-
Sal	120.209	117.851	135.329	197.890	156.117
Trigo	202.106	141.780	165.714	74.761	145.036
GRANÉIS LÍQUIDOS	449.155	797.342	890.246	1.134.446	1.095.740
Deriv. de petróleo	300.888	451.639	579.024	735.690	583.901
Produtos químicos	120.044	341.936	304.453	362.977	258.649
Óleos vegetais	11.051	3.767	4.298	35.683	70.862
Álcool	17.172	-	2.471	96	182.328
TOTAL	10.485.841	9.551.912	7.780.228	10.456.641	13.334.404

FONTE: APPA/SEIL

EXPORTAÇÃO DE LONGO CURSO, EM TONELADAS, PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA 2007-2011*

TIPO DE CARGA	2007	2008	2009	2010*	2011*
CARGA GERAL	5.154.654	4.367.761	4.614.702	4.993.396	5.030.157
Açúcar	290.543	169.223	423.824	691.847	518.252
Café em grão	-	-	-	-	-
Madeira/manuf.	541.843	770.297	725.787	534.802	244.328
Algodão	-	102.400	85.206	47.360	61.603
Congelados	280.097	735.614	1.360.941	1.247.542	1.278.419
Cerâmicas	386	4.477	1.029	2.081	15.820
Papel	59.853	268.115	377.451	305.042	222.116
Diversas	3.981.932	2.317.635	1.640.464	2.164.722	2.689.619
GRANÉIS SÓLIDOS	17.023.444	13.746.456	14.567.190	17.547.988	18.216.870
Soja em grão	4.498.270	4.172.447	4.768.690	5.354.513	6.455.385
Farelos	5.597.942	4.867.194	4.751.765	5.140.096	4.531.753
Milho	4.720.527	1.881.669	1.782.980	3.154.818	2.820.659
Açúcar	2.206.705	2.825.146	3.263.755	3.898.561	4.409.073
GRANÉIS LÍQUIDOS	2.202.548	2.108.393	1.700.325	1.703.529	1.599.990
Óleos vegetais	1.320.395	1.242.948	785.882	834.403	728.226
Deriv. de petróleo	366.222	283.894	264.898	197.409	381.855
Combust. p/ navios	434.205	510.685	522.067	551.578	330.008
Água p/ navios	68.544	35.400	22.786	33.763	32.609
Produtos químicos	13.182	-	104.692	86.376	127.292
TOTAL	24.380.646	20.222.610	20.882.217	24.244.913	24.847.017

FONTE: APPA/SEIL

Obs.: A soja exportada engloba a movimentação do Paraguai.

SOJA PARAGUAIA

2007 – t | 2008 – t 2009 – t 2010 – t 2011 – t

FONTE: APPA/SETR

Obs.: não houve movimentação de soja paraguaia em 2011

EXPORTAÇÃO POR CABOTAGEM, EM TONELADAS, PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA – 2007-2011*					
TIPO DE CARGA	2007	2008	2009	2010	2011*
CARGA GERAL	1.113.317	1.121.007	1.068.328	1.088.649	918.809
Diversas	1.113.317	121.007	1.068.328	1.088.649	918.809
GRANÉIS SÓLIDOS	30.936	-	31.300	-	80.000
Milho	30.936	-	31.300	-	80.000
Farelos	-	-	-	-	-
GRANÉIS LÍQUIDOS	452.029	648.799	776.178	390.477	457.911
Óleos vegetais	-	-	1.011	17.026	24.766
Deriv. de petróleo	452.029	648.799	775.167	373.451	433.145
Gás liq. petróleo	-	-	-	-	-
TOTAL	1.596.282	1.769.806	1.875.806	1.988.496	1.456.720

FONTE: APPA/SEIL

IMPORTAÇÃO POR CABOTAGEM, EM TONELADAS, PELOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA, SEGUNDO O TIPO DE CARGA – 2007-2011*					
TIPO DE CARGA	2007	2008*	2009	2010	2011*
CARGA GERAL	791.032	589.376	551.106	935.764	845.362
Diversas	791.032	589.376	551.106	935.764	845.362
GRANÉIS SÓLIDOS	180.229	216.303	191.478	241.142	209.175
Minérios	65.060	61.216	29.266	39.441	56.905
Sal	115.169	155.087	162.212	201.701	152.270
Triço em grão	-	-	-	-	-
GRANÉIS LÍQUIDOS	791.358	655.263	510.348	803.050	740.359
Deriv. petróleo	751.613	564.546	391.226	579.656	640.420
Gás liq. petróleo	29.991	46.647	41.056	172.602	63.990
Produtos químicos	9.754	44.070	78.066	50.792	35.950
Óleos vegetais	-	-	-	-	-
TOTAL	1.762.619	1.460.942	1.252.932	1.979.956	1.794.896

FONTE: APPA/SEIL

VEÍCULOS	2007	2008	2009	2010	2011
Exportação (unid.)	105.326	81.913	70.912	88.003	79.651
Importação (unid.)	59.546	80.503	68.605	93.456	156.818

* Estimativa

FONTE: APPA/SEIL

22.6 Edificações de Prédios Públicos

- Obras de edificações - por meio da Lei Estadual nº 16.841/2011, o DER assumiu os contratos, acordos, convênios e termos de ajustes e saldos existentes no balancete de verificação 215 e 215-A, que se encontravam em execução na extinta SEOP, bem como assumiu as funções de padronização, monitoramento e gestão das obras civis; e excepcionalmente, a execução e fiscalização dessas obras.

- Obra executada com orçamento SEOP e DER/SEIL - dos contratos em execução da extinta SEOP, permaneceu em andamento no exercício apenas a obra da Reforma do Palácio do Iguazu, no montante de R\$ 34,0 milhões, que encontra-se com execução física de 98,43%, faltando apenas ajustes finais para sua conclusão, sendo o prazo contratual a data de 01/02/2012.
- Sistema de Acompanhamento de Custos de Edificações – SEIL - em parceria com o IPARDES e TECPAR, encontra-se em desenvolvimento no Departamento de Gestão do Plano de Obras de Infraestrutura e Logística (DGPO), a implantação de uma nova sistemática de elaboração das Tabelas de Custos Referenciais Insumos e Serviços de Edificações do Governo do Paraná. As Tabelas passarão a contar com atualização mensal de custos de insumos, por meio de pesquisas realizadas pelo IPARDES e composições unitárias de serviços aferidas e/ou desenvolvidas pelo TECPAR.

Meio Ambiente e Recursos Hídricos



23 Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

A SEMA tem como finalidade formular e executar as políticas de meio ambiente e recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária – fundiária, controle da erosão, gestão de resíduos sólidos e de saneamento ambiental.

No exercício de 2011, executou a coordenação da proposição e elaboração de políticas, normas, estratégias, programas e projetos relacionados a sua atuação específica, contribuindo para a definição e implementação da política ambiental do Estado.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto das Águas, Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITC), estão detalhadas a seguir.

23.1 Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná

A Agenda 21 é o principal documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano - Rio-92, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Assinada por 179 países, inclusive o Brasil, é um programa estratégico universal para alcançar o desenvolvimento sustentável no Século XXI.

As ações da Agenda 21 Paraná se dão a partir do Fórum Permanente, criado pelo Decreto nº 2547/2004, composto por representantes do Governo e da Sociedade, considerando as disposições da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, a Agenda 21 Brasileira, Carta da Terra e a Rio+10 Joanesburgo – África do Sul 2002, com a finalidade de construir e implementar a Agenda 21 Paraná. Em 2011, contou com o envolvimento de 63 instituições, das quais 25 são governamentais e 38 não governamentais, além de 22 participantes ativos (cidadãos que não representam nenhuma instituição juridicamente constituída).

Fundamenta-se em 10 temas norteadores, indicados pela sociedade paranaense a partir de consultas regionais, em um processo amplo, participativo e democrático de troca de ideias e experiências. Os temas norteadores da Agenda 21 Paraná são: Agricultura Sustentável/Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão Social e Terceiro Setor, Biodiversidade, Gestão dos Recursos Hídricos, Diversidade Espacial e Integração Regional, Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida, Produção Científica e Tecnológica, Padrões de Produção e Consumo e Educação.

Principais atividades realizadas:

- 05 reuniões ordinárias; 02 reuniões extraordinárias, com a aprovação do Plano de Ações 2011/2014, baseados em 04 eixos: fortalecimento do Fórum, resgate das ações realizadas pelos diversos setores, interiorização das ações e ações gerais.
- *Workshop* “Agenda 21 e Rio+20 – preparando o Paraná para a Conferência Rio+20”, em maio.

- Oficina Juventude e a Agenda 21, em junho.
- Plenária do Fórum Permanente da Agenda 21 – propostas de ações para cumprimento do Pacto Paraná Sustentável, em julho.
- Reuniões mensais dos 10 Grupos de Trabalho Temáticos (GTT).
- GT Boas Práticas - tem por finalidade elaborar critérios para reconhecimento de programas, projetos e planos nos diversos setores da sociedade paranaense, alinhados com a Agenda 21, ponto de referência para análise de ações que visam o desenvolvimento sustentável.
- Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) - relativos a cada tema norteador da Agenda 21 Paraná, para cumprimento das ações de curto, médio e longo prazos do Pacto Paraná Sustentável, resultado do Seminário Internacional: Experiências de Agendas 21 – Os Desafios do Nosso Tempo.
- Plano de Resgate de Animais em Desastres - participação conjunta com a Defesa Civil para inserir, nos Planos existentes, ações de prevenção e ajuda aos animais vitimados em situações de desastre, iniciando-se pelo Plano de Mitigação de Desastres para o Litoral do Paraná.
- GT Rio+20 - tem por finalidade propor e fundamentar a participação do Paraná na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.
- Pacto Paraná Sustentável - resultado do Seminário Internacional: Experiências de Agendas 21 – Os Desafios do Nosso Tempo. Tem por objetivo mudar os cenários da atualidade para criar um futuro norteado pelo princípio do desenvolvimento sustentável.
- Agenda 21 Local – Identificando processos: atividade continuada de identificação de processos de Agenda 21 Locais nos municípios do Paraná, bem como de incentivo à implantação de processos novos.

Atividades em início de planejamento:

- Coordenação do Comitê Paranaense Rio+20 - o Fórum Permanente da Agenda 21 deve coordenar as atividades do Comitê, por meio do GT Rio+20, visando a integração dos vários segmentos da sociedade civil paranaense e dos órgãos do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, a fim de organizar a participação do Paraná nos eixos da Conferência Rio+20.
- Agenda 21 em Movimento - divulgação itinerante da Agenda 21 em todo o Estado, contribuindo para a mobilização da sociedade visando despertar o interesse para a construção de processos de Agenda 21 Local.
- Conferência Agenda 21 Paraná - processo de mobilização da sociedade paranaense mediante realização de Consultas Públicas Regionais e uma Conferência Estadual planejada para abril de 2012, com o objetivo de elaborar e dar publicidade ao documento Agenda 21 Paraná, visando sua adoção como referência à construção de uma sociedade com justiça social, preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, com participação e controle exercidos pela sociedade.

- Pacto 21 Universitário - visa mobilizar as Instituições de Ensino Superior (IES) para o compromisso de: institucionalizar os princípios da Agenda 21 Paraná por meio de práticas de ensino, pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas; divulgar o contexto da Agenda 21 Paraná mediante formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos; e promover o pensamento reflexivo para tomada de atitudes transformadoras, com vistas à sustentabilidade.

23.2 Educação Ambiental e Jardins Botânicos

Busca em suas ações atividades e ideias que motivem o indivíduo e a sociedade a conhecer e adotar comportamentos de defesa e conservação do meio ambiente, tendo como princípio o respeito à cultura, valorizando a história, usos, costumes, raízes, arte e sabedoria.

Dentre as atividades realizadas, destacaram-se:

- Ações de Educação Ambiental em Microbacias para a qualidade de água e solo - realizadas 12 reuniões com as instituições envolvidas, para a conclusão do documento com as atividades 2011/2014 (convênio com a COPEL).
- Seleção e produção de materiais no Sistema SEMA para publicação (convênio COPEL) e para o Programa Parque Escola, com análise dos materiais didáticos produzidos para reedição em outro formato.
- Projeto Caiçara - 08 reuniões para a definição das ações e atividades a serem realizadas no verão.
- Seminário Mata Atlântica - organização e coordenação do evento, realizado em Curitiba, em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, Agência de Cooperação Técnica Alemã e COPEL, com aproximadamente 400 participantes.
- Operação Verão - 05 reuniões para avaliação de projetos de educação ambiental para capacitação de agentes multiplicadores nas questões do lixo, produção de materiais (cartazes, cartilha), entre outras.
- Cartilha do Meio Ambiente - elaboração de textos com conteúdos teóricos.
- PNC RURAL 2011 - com a organização e coordenação de curso à distância e presencial para 38 gestores ambientais (05 prefeituras, IAP, SEMA e EMATER), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.
- Regulamentação da Lei Nacional de Educação Ambiental - participação na definição das alterações da proposta de regulamentação feita pelo CCE no que se refere à Educação Ambiental Não-Formal.
- Produção da Agenda Ambiental para 2012 e publicação de material institucional para divulgação do Sistema Estadual de Meio Ambiente – elaborados textos com conteúdos por eixos temáticos.
- Jardim Botânico de Londrina - acompanhamento do projeto de construção e das atividades de manutenção.

- Programa Parque Escola - coordenação, execução e produção de materiais de campanha para sua implantação.
- Curso de capacitação - Educação Ambiental em Mudanças Climáticas - elaboração de projeto para captação de recursos.
- Projeto Ônibus de Educação Ambiental – unidade móvel - negociações com parceiros para sua viabilização.
- Apoio à realização do Encontro de Meio Ambiente do Trabalhador - promovido pela CTB-PR, em Curitiba, no mês de outubro.
- Participação em 05 reuniões com membros do Conselho Estadual de Educação objetivando a regulamentação da Lei Federal e estratégias para regulamentar a política estadual de educação ambiental; e no Encontro Estadual de Educação Ambiental.

23.3 Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEMA)

Colegiado composto por Secretários de Estado, Procurador Geral do Estado, Diretores-presidentes de órgãos ambientais, representantes de entidades ambientalistas, representantes das instituições de ensino superior, das categorias patronais e de trabalhadores e representantes dos Secretários Municipais do Meio Ambiente, tem como objetivo fundamental a participação na formulação da Política Estadual do Meio Ambiente, propondo e estabelecendo diretrizes e medidas necessárias à proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, visando garantir o desenvolvimento sustentável.

Em 2011, realizou três reuniões ordinárias e uma extraordinária da Plenária do Conselho, além de seis reuniões com as Câmaras Temáticas para discutir e apresentar proposições para encaminhamento dos temas prioritários.

23.4 Mudanças Climáticas e Qualidade Atmosférica

A Coordenadoria tem a função de prestar apoio técnico e administrativo ao Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, teve como principais atividades:

- Palestras: a) Fórum Catarinense de Mudanças Climáticas - apresentação e debate com 50 pessoas sobre os impactos e as ações para mitigar as mudanças climáticas e interação entre os Fóruns; b) Congresso latino Americano de Sustentabilidade na Agricultura e Energias Renováveis, Biomassa e Metanização em ITAIPU - palestra sobre Política de incentivo à economia de Baixo Carbono, com a participação de 1.300 pessoas, de todas as regiões do Brasil e de cinco países da América do Sul; c) UTFPR: Mudanças Climáticas - apresentação das atividades e principais projetos da Coordenadoria para 60 alunos de Química e Mestrandos de Qualidade Ambiental.
- Missão sobre o tema Energias Renováveis - Cooperação Técnica Paraná e Rhône-Alpes: organização e mediação de reuniões de técnicos parceiros da FIEP, ITAIPU, COPEL, SANEPAR, SETI, LACTEC e TECPAR e visitas técnicas de 30 de junho a 04 de julho.

- Constituição de Grupos de Trabalho: a) Inventário Estadual de GEE no PR - para elaboração do Termo de Referência para elaboração do inventário Estadual de GEE; b) Política Estadual de Mudanças Climáticas - com 10 membros do Fórum para atualizar e atender ao Programa BIOCLIMA na minuta de Lei da Política Estadual de Mudanças Climáticas; c) Apoio Técnico ao Programa BIOCLIMA no tema Mudanças Climáticas - com 22 pessoas, entre técnicos de diversas instituições, ONGs, empresários, professores universitários e pesquisadores, para elaborar o texto base do componente 2 do Programa BIOCLIMA.
- Participação no workshop Energias Renováveis e Tributos Verdes, para discussão sobre incentivos fiscais e econômicos que fomentem o uso da energia solar no Brasil e no Estado do Paraná; além de participação na Oficina Pegada de Carbono das Olimpíadas de Londres 2012, em Brasília.
- Participação na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas no Rio de Janeiro, com representantes dos fóruns de diversos estados para atualizar e nivelar as ações globais sobre as mudanças climáticas e divulgar suas atividades à população.
- Reunião junto ao IPPUC - Oficina Pegada de Carbono da COPA do Mundo de 2014, com 50 participantes, na qual foi discutida a preparação da COPA em Curitiba, procurando utilizar materiais de baixa emissão de carbono e a elaboração do inventário de GEE do evento.
- Programação para o lançamento do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas - minutas de ofícios para despacho junto ao Secretário.
- Projeto Estradas com Araucárias - apresentação do projeto para: o Secretário do Meio Ambiente, empresários e Associação de Indústrias, em Araucária; os alunos do Colégio Agrícola, na Lapa; os empresários das lojas MM Mercado Móveis de Ponta Grossa; compensação da emissão de GEE da empresa Loga Logística por meio do plantio de araucárias feito pelos agricultores que aderirem ao projeto; palestras à UTFPR; e *workshop* para os secretários municipais do meio ambiente de algumas regiões do Estado e dirigentes públicos.
- Cartilhas: Ecodicas, Ações Municipais e Entendendo as Mudanças Climáticas – elaboradas e encaminhadas para análise da Coordenadoria de Educação Ambiental e Jardins Botânicos.
- Programa BIOCLIMA Paraná - preparação para o seu lançamento; elaboração de minuta de Decreto do Programa; participação nas discussões da minuta de Lei de Pagamento por Serviço Ambiental e apresentação para FIEP, OCEPAR, Casa Civil, entre outros.
- Participação na Câmara Controle e Qualidade Ambiental do CEMA; Conselho do SIMEPAR; Conselho das Cidades; Grupo Gestor Estadual do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono; Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – Plano ABC no Paraná.
- Em fase de planejamento - a elaboração de Metodologia para Inventário Municipal; o Plano Estadual de Prevenção de Riscos e Desastres Climáticos, como forma de preparação dos setores econômico, ambiental e social aos potenciais efeitos causados pelas mudanças climáticas; e a apresentação do Projeto Estradas com Araucária aos empresários da região de Ponta Grossa (ACIPG).

23.5 Recursos Hídricos e Atmosféricos

Atividades realizadas pela Coordenadoria de Recursos Hídricos e Atmosféricos (CRHA):

- Apoio no desenvolvimento do Programa Bioclima; e para implantação do Comitê Federal do Rio Paranapanema, em parceria com Governo do Estado de São Paulo. A Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema é composta por 247 municípios em uma área de 105.921 Km².
- Revisão e Publicação do Plano de Controle de Poluição Veicular – encontram-se em desenvolvimento estudos técnicos que subsidiarão a implantação do PCPV.
- Participação, em parceria com a SEDU, na coordenação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Litoral Paranaense.

23.6 Saneamento Básico

- Apoio à realização da Audiência Pública do Plano Nacional de Resíduos Sólidos referente ao Sul do Brasil, com participação de cerca de 400 pessoas.
- Contratação do Plano de Regionalização de Resíduos Sólidos do Estado do Paraná.
- Elaboração da minuta da Política Estadual de Resíduos Sólidos.
- Negociação com a FIEP de Termo de Convênio para o Plano Estadual de Resíduos gerados na Indústria.
- Realização de 03 cursos de Plano Municipal de Saneamento.

23.7 Biodiversidade e Florestas

A Coordenadoria de Biodiversidade e Florestas (CBIO) tem como atribuição liderar junto à sociedade paranaense, ações estratégicas manifestadas por meio de projetos, programas, parcerias e marcos legais que tenham por objetivo proteger, conservar e recuperar a biodiversidade no Estado, realizou as seguintes atividades.

- Participação na Câmara Técnica de Medidas Compensatórias – IAP; Conselho Estadual do Meio Ambiente - Câmara Técnica de Biodiversidade; Mata Atlântica; Câmara Temática do Meio Ambiente e Sustentabilidade para COPA 2014; equipe técnica do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Paraná (ZEE); discussão para implantação de Sistema de Monitoramento da Vegetação e Uso do Solo do Paraná.
- Seminários Participativos de Planejamento - Concepção e Elaboração do Programa Bioclima Paraná: realizados 10 seminários para a elaboração de planejamento estratégico para a conservação da biodiversidade, que resultou na proposição de um novo programa denominado Bioclima Paraná, aprovado pelo Governador e em processo de detalhamento técnico (leis e decretos complementares e a criação e elaboração de material de instrução e divulgação). Além disso, foram realizadas

apresentações e palestras em eventos e reuniões técnicas para dar conhecimentos das metas e projetos do Programa.

- Elaboração de normativas para efetivação das políticas estaduais de biodiversidade - propostos o anteprojeto de lei para pagamento por serviços ambientais e o Decreto que institui o Programa Bioclima Paraná; e de materiais informativos e de divulgação, tais como folder, cartaz, banners, roteiro de vídeo institucional e outdoors para a campanha educativa Bioclima Paraná.
- Assembleia Geral nrg4SD – em Quebec, no Canadá: o Paraná foi formalmente aceito como membro efetivo da nrg4SD e convidado a coordenar o Grupo de Trabalho do hemisfério Sul sobre Biodiversidade WG_BIO.
- Rede de Autoridades Ambientais para a América Latina e Caribe, realizado em novembro, em Curitiba.

23.8 Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral do Paraná (COLIT)

Sua principal atribuição é assessorar a administração estadual no desenvolvimento do litoral paranaense e no cumprimento dos princípios legais referentes ao parcelamento, uso e ocupação do solo, à prevenção e controle da poluição, à gestão dos recursos naturais, à proteção das áreas e locais declarados de interesse e proteção especial, do patrimônio histórico, paisagístico, arqueológico ou pré-histórico e outros de interesse regional, definidos em Lei Federal, Estadual e Municipal. Dentre suas principais realizações, destaca-se:

- Instrução de 57 processos.
- Articulação com municípios para cronograma da revisão dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado (PDDIs) - a) Antonina - 05 reuniões técnicas; b) Guaratuba - 08 reuniões e articulação para instalação de GT no município; c) Matinhos - 06 reuniões e articulação instalação de GT no município; d) Morretes - duas reuniões; e) Pontal do Paraná - 15 reuniões e articulação instalação de GT no município, e realização de duas Reuniões Ordinárias do Conselho, com apreciação do andamento da revisão dos PDDIs desses municípios.
- Apresentação das diretrizes para o Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Litoral (Decreto nº 2.647 de 14/09/11) - realizadas sete reuniões com os órgãos afins visando reunir informações sobre projetos previstos para a Bacia Litorânea até 2020.
- Organização do Seminário Gerenciamento Costeiro no Litoral do Paraná - realizadas duas reuniões preparatórias com vistas a estabelecer o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro (PECG).
- Participação em workshop institucional e reuniões preparatórias do Subprojeto Gerenciamento de Riscos e Desastres – Banco Mundial (vulnerabilidade CAPRA).
- Revisão da Coletânea de Legislação Litoral do Paraná.
- Participação no Conselho Gestor da APA Guaratuba – GT Floresta e GT Palmito.

23.9 Planejamento e Projetos

- Sistema de Gestão de Riscos e Desastres (SGRD) - objetiva reestruturar o sistema de governança, criando uma base institucional sustentável e robusta, com o envolvimento efetivo de diversos atores sociais na concepção de uma Política Pública que expresse o desejo coletivo. Ao mesmo tempo, assegurar providências imediatas para reduzir riscos, agilizar e melhor qualificar tecnológica e cientificamente a capacidade de resposta a desastres. Contempla as seguintes atividades: a) Eixo Governança - Plano de Gestão de Riscos e Desastres; Cenários Ambientais – Paraná 2030. b) Eixo Gestão de Riscos - Modelos de Avaliação de Risco; Modelo Chuva Vazão; sistema de Alerta Precoce; Prospecção de Risco de Desastres; Radar do Leste; Estações Hidrometeorológicas; Sala de Situação; Sistemas de Informação; Mapeamento de Riscos e Geração de Precipitação Integrada. c) Eixo Respostas a Desastres - Salas de Gerenciamento; Capacitação da Defesa Civil; Plataforma VANT e Planos de Contingência.
- Modernização do Licenciamento, Outorga, Fiscalização e Monitoramento Ambientais - o projeto propõe a modernização dos seguintes instrumentos de promoção da conformidade com a lei: licenciamento ambiental; outorga do direito de uso da água; fiscalização; e monitoramento ambientais. A modernização é traduzida pelos objetivos simultâneos de reduzir prazos e aumentar a qualificação dos processos e dos produtos. As Atividades e Indicadores de Desempenho estão detalhados a seguir.

ATIVIDADE	TOTAL R\$ 10 ⁶	FLUXO FINANCEIRO (R\$ 10 ⁶)			TOTAL US\$ 10 ⁶
		Ano 1	Ano 2	Ano 3	
Apoio à implantação do Projeto	0,30	0,15	0,09	0,06	0,18
Reengenharia de Processos	1,00	1,00			0,59
Reestruturação dos Sistemas de Informações	3,00	1,20	1,80		1,76
Descent. Compartilhada Lic./Fisc.	2,00	0,20	0,90	0,90	1,18
Dim. Monitoramento Qualidade do Ar	0,25	0,13	0,12		0,15
Sistema de Fiscalização Veicular	0,50	0,50			0,29
Equip. Monitoramento e Fiscalização	9,83	3,50	6,33		5,78
Equip. Monitoramento do Ar	6,00		6,00		3,53
Balcão Único	4,00		0,40	3,60	2,35
Reestruturação Canais de Comunicação	0,50		0,50		0,29
Consolidação da Legislação Ambiental	0,15	0,15			0,09
TOTAL	27,53	6,83	16,14	4,56	16,19

	EIXO	ATIVIDADE	TOTAL R\$ 10 ⁶	FLUXO FINANCEIRO			TOTAL US\$ 10 ⁶
				Ano 1	Ano 2	Ano 3	
Assistência Técnica us\$ 5,0 (R\$ 8,5)	Governança	Plano de Gestão de Riscos e Desastres	3,16				1,86
		Cenários Ambientais – Paraná 2030	1,43	0,71	0,72		0,84
	Gestão de Riscos	Modelos de Avaliação de Risco	0,85				0,50
		Modelo Chuva Vazão	0,34				0,20
		Sistema de Alerta Precoce	0,17				0,10
Bens e Serviços US\$ 16,33 (R\$ 27,76)	Gestão de Riscos	Prospecção de Risco de Desastres	2,55				1,50
		Radar do Leste	8,58	6,10	1,88	0,60	5,05
		Estações Hidrometeorológicas	4,78	0,30	2,34	2,14	2,81
	Resposta a Desastres	Sala de Situação	0,94	0,60	0,22	0,12	0,55
		Sistema de Informação	0,61	0,00	0,41	0,20	0,36
		Mapeamentos de Riscos	4,00	1,00	1,68	1,33	2,35
		Geração de Precipitação Integrada	1,30	1,00	0,15	0,15	0,76
		Salas de Gerenciamento	6,00	3,00	3,00	0,00	3,53
		Capacitação da Defesa Civil	1,20	0,50	0,70	0,00	0,71
		Plataforma VANT	0,35	0,25	0,10	0,00	0,21
Planos de Contingência							
TOTAL		36,26	13,46	11,20	4,54	21,33	

INDICADOR	2011	META		
		Ano 1	Ano 2	Ano 3
Prazo médio de resposta para pedidos de licença (dias)	180			90
% de licenciamentos fiscalizados <i>ad hoc</i>	0			50
Municípios com plena descentralização Licenciamento/Fiscalização	0	8	15	23

23.10 Instituto Ambiental do Paraná (IAP)

Entidade autárquica que tem como finalidade básica a formulação, a execução e a coordenação das políticas de meio ambiente, recursos hídricos, cartográfica e agrário fundiária, assim como a promoção da formação do pessoal especializado para a sua consecução em todo o Estado do Paraná.

Sua estrutura organizacional compreende a Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI), a Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM), a Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM), a Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF), a Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP) e a Procuradoria Jurídica, as quais realizaram as seguintes atividades.

23.10.1 Diretoria Administrativa e Financeira (DIAFI)

- Dispêndios dos recursos, por espécie de despesa e dos recursos arrecadados, conforme quadro:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS (R\$ 1,00)

ORÇAMENTO 2011	RECEITA PRÓPRIA/ TESOURO + OUTRAS FONTES + MCO	TOTAL
ORÇAMENTO INICIAL	65.420.891	65.420.891
Pessoal	41.427.803	41.427.803
Custeio	22.199.068	22.199.068
Capital	1.794.020	1.794.020
ORÇAMENTO ATUAL = LIBERADO	71.932.691	71.932.691
SALDO RECURSOS A PROGRAMAR = RAP	8.609.955	8.609.955
DESPESA EMPENHADA	60.672.144	60.672.144
SALDO PROGRAMADO (liberado – despesa empenhada)	11.260.547	11.260.547
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA	12.746.233	

23.10.2 Fundo Estadual do Meio Ambiente (FEMA)

Tem por finalidade concentrar recursos destinados a financiar planos, programas ou projetos que objetivem o controle, a preservação, a conservação e/ou a recuperação do meio ambiente. Os recursos previstos na Lei Orçamentária Anual e arrecadados pelo FEMA estão condicionados a aprovação do 6º Plano de Aplicação, com as seguintes metas:

META	DISCRIMINAÇÃO	VALOR DA APLICAÇÃO (R\$ 1,00)
Meta 1 - Despesas Correntes da SEMA e de seus programas de Governo	Realizados seminários e simpósios tais como: <i>Workshop</i> de Planejamento Estratégico; Exposição Agropecuária de Londrina; e execução dos diversos serviços voltados as ações das políticas ambientais.	72.845
Meta 4 - IAP - Infraestrutura	Realizados serviços de reparos no telhado do almoxarifado do IAP, na Vila Izabel, em Curitiba; convênio com a Prefeitura de Morretes para execução de obras na localidade de Porto de Cima – saldo residual.	379.336
Meta 06 - Gestão da Qualidade do Ar	Manter oito estações de monitoramento da qualidade do ar da Região Metropolitana de Curitiba, divulgar informações sistemáticas sobre a qualidade do ar, a contratação de técnico para a elaboração do Plano de Controle de Poluição Veicular e de consultoria técnica por meio da Fundação para Desenvolvimento Tecnológico da Engenharia para a implantação do Plano de Controle de Poluição Veicular (responsabilidade da DEPAM).	213.365
Meta 07 - Mata Ciliar	Incentivar o isolamento e o plantio de espécies arbóreas ao longo de cursos d'água com a finalidade da proteção dos recursos hídricos, bem como a integração dos corredores da biodiversidade, por meio da produção de mudas, aquisição de sementes, mudas, insumos e a manutenção de estufas e dos 21 viveiros florestais (responsabilidade da DIDEF).	438.392
Meta 09 - Recuperação de Áreas Degradadas	Firmados convênios com as Prefeituras de Querência do Norte e de Bom Sucesso do Sul visando a recuperação de áreas degradadas – Fundo de Vale.	137.864
Meta 10 - Polícia Ambiental	Execução integrada da fiscalização preventiva e corretiva envolvendo o IAP e o Batalhão de Polícia Ambiental, sobre quaisquer atividades, potencial ou efetivamente poluidoras, degradadoras ou modificadoras. Despesas com diárias, combustíveis e manutenção da frota de veículos (responsabilidade da DIRAM).	387.401
Meta 13 - PASEP e Despesas Bancárias	Despesas com recolhimento obrigatório de encargo do PASEP e pagamento de tarifas bancárias pela autenticação de guias e boletos de arrecadação de multas ambientais.	30.000
Meta 14 - Monitoramento da Qualidade da Água	Despesas com a manutenção do programa de monitoramento da qualidade da água para conhecer a situação real de degradação da qualidade das águas para definir medidas de controle e manejo visando a recuperação das águas (responsabilidade da DEPAM).	86.796
Meta 15 - Unidades de Conservação	Despesas com a regularização, ampliação e criação de novas Unidades de Conservação (UCs). Estruturar, manter, fiscalizar, monitorar e recuperar áreas degradadas nas UCs propiciando a conservação da biodiversidade no Estado. Implementação de planos de manejo para as UCs, parques. Execução das atividades na área de turismo nos terminais de Paranaguá, praia de Brasília e Encantadas – Ilha do Mel, por meio da Fundação Municipal do Turismo (responsabilidade da DIBAP).	61.800
Meta 17 - Despesas Correntes do IAP	Despesas destinadas a dar suporte administrativo a manutenção das ações gerais de natureza administrativa no IAP, prevendo gastos com diárias, combustíveis, manutenção da frota de veículos, aquisição de materiais diversos, prestação de serviços envolvendo a sede, os escritórios regionais e almoxarifado.	696.846
Meta 18 - Programa de Reversão de Passivo Ambiental	Suporte técnico para procedimentos de licenciamento ambiental nas atividades minerárias, aterros sanitários e postos de combustíveis por meio de contrato firmado com a MINEROPAR.	254.400
Meta 21 - Apoio aos Faxinais	Despesas com o incentivo aos faxinais – apoio a realização da I Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento.	2.352
Meta 25 - Laboratórios de Curitiba, Londrina e Toledo	Despesas com a manutenção e atualização de análises ambientais, garantindo a confiabilidade e credibilidade dos resultados analíticos que apoiam e sustentam as decisões no âmbito do licenciamento e da fiscalização ambiental, assim como o monitoramento da qualidade ambiental. Contratação da 2ª e 3ª auditoria externa para manutenção da ISO 9001 (responsabilidade da DEPAM).	22.186

23.10.3 Diretoria de Controle de Recursos Ambientais (DIRAM)

Responsável pelo gerenciamento do licenciamento e fiscalização ambiental no Estado do Paraná, tem como uma de suas atribuições mais importantes dar suporte técnico as 21 regionais no tocante a fiscalização e licenciamento, além de conduzir licenciamentos mais estratégicos e complexos no nível estadual.

O quadro a seguir demonstra em números as atividades realizadas até novembro:

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE
Protocolos de processos administrativos em 2011	19.727
Licenças ambientais emitidas	16.046
Licenças ambientais indeferidas	1.112
Autos de Infração Ambiental – AIA emitidos	3.263
AIA deliberados	4.876
AIA inscritos em dívida ativa	3.963
Atendimento a acidentes ambientais	106
Arrecadação relativa a AIA	R\$ 4.907.486,04

23.10.4 Diretoria de Estudos e Padrões Ambientais (DEPAM)

- Atividades de monitoramento - avaliação das condições ambientais: fragilidades, comprometimento, tendências e do resultado das ações.
- Licenciamento - orientação quanto a localização e limites de empreendimentos e análises de Planos de Controle Ambiental (PCA).
- Fiscalização – verificação junto aos empreendimentos quanto ao respeito das condições legais e do licenciamento; amostragem e análise de efluentes industriais para apoio aos trabalhos de fiscalização, e principalmente de monitoração, avaliação e classificação da qualidade das águas de rios e reservatórios do Estado do Paraná. Para tanto, executou inspeções e medições de campo, coleta de amostras em várias estações de monitoramento, realização de ensaios laboratoriais, tabulação e a interpretação dos resultados.
- Coordenação dos Programas – de Monitoramento da Qualidade do Ar; de Controle de Poluição Veicular (PCPV); de Balneabilidade das Águas do Litoral; ISO 9001-2008; além de atividades do Programa de Modernização e Fiscalização do Banco Mundial.

As atividades realizadas por Departamento que compõe a Diretoria estão apresentadas a seguir.

23.10.4.1 Departamento de Análises Ambientais (DAA)

Os Laboratórios de Curitiba Londrina e Toledo realizam ensaios laboratoriais em amostras ambientais, os setores de amostragens coleta de amostras realizam ensaios em campo, para atender a demanda do IAP, Águas Paraná e outros órgãos do Estado nos Projetos/Contratos/Convênios: Monitoramento da Qualidade da Água de Rios e Represas; Monitoramento da Qualidade do Ar; Monitoramento da Balneabilidade - Litoral, Costa Oeste e Norte; Licenciamento e Fiscalização; CEAA – Acidentes Ambientais; Atendimento ao Ministério Público e Realização de análises para Clientes Externos.

AMOSTRAS E ENSAIOS REALIZADOS			
Período de 01/01/2011 à 18/11/2011			
REGIONAIS	AMOSTRAS	ENSAIOS EM LABORATÓRIO	ENSAIOS EM CAMPO
Curitiba	5.943	18.766	5.943
Londrina	874	3.446	1.012
Toledo	915	2.619	1.350
TOTAL	7.732	24.831	8.305

VALORES DAS AMOSTRAS E ENSAIOS REALIZADOS PELA DEPAM		
Período de 01/01/2011 à 18/11/2011		
TIPO DE CLIENTE	VALORES EM R\$	%
Clientes Internos (Atendimento interno)	945.248,73	89,25
Clientes Externos (Mediante pagamento)	113.803,55	10,75
TOTAL	1.059.052,28	100,00

23.10.4.2 Departamento de Tecnologia Ambiental

Responsável pelo sistema de monitoramento da qualidade do ar do Estado do Paraná, que controla a Rede de Monitoramento da Região Metropolitana de Curitiba e um banco de dados das Fontes Fixas, baseado no automonitoramento. Atualmente, são doze estações de amostragem do ar, das quais oito são automáticas. Quatro delas estão localizadas em Curitiba, analisando de 30 em 30 segundos O₃, SO₂, NO, NO₂, CO, PTS e PI. As estações automáticas e as manuais constituem uma rede de monitoramento que possibilita a real avaliação das condições da qualidade do ar de Curitiba e Região Metropolitana, com os resultados do monitoramento publicados.

AMOSTRAS E ENSAIOS REALIZADOS PELA DEPAM			
Período de 01/01/2011 à 18/11/2011			
TIPO DE CLIENTE	AMOSTRAS	ENSAIOS EM LABORATÓRIO	%
Clientes Internos (atendimento interno)	6.901	29.574	89,25
Clientes Externos (mediante pagamento)	831	3.562	10,75
TOTAL	7.732	33.136	100,00

Dentre as atividades realizadas, destaca-se:

- Manutenção de quatro estações qualidade do Ar manual.
- Implantação do monitoramento do poluente PI – Partículas Inaláveis, na estação de monitoramento da qualidade do ar em Colombo - maio.
- Acompanhamento e manutenção de oito Estações Qualidade do Ar Automática.
- Relatório Anual da Qualidade do Ar da Região Metropolitana de Curitiba (agosto).
- Elaboração e divulgação semanal dos Boletins de Qualidade do Ar na página do IAP (desde maio).
- Participação em reuniões do CONAMA com trabalhos apresentados no auxílio a elaboração de legislação na área de Emissões Atmosféricas (agosto e setembro).
- Atendimento a solicitação de dados para trabalhos acadêmicos.

- Revisão e cadastro do Relatório de Emissões Atmosféricas no Banco de dados das fontes fixas.
- Análise e parecer em processo de licenciamento ambiental na área de Emissões Atmosféricas - emitidos 146 pareceres até outubro.
- Implementação e revisão do PCPV.
- Estudo de Implantação e relocação de Estação de Monitoramento da Qualidade do Ar - início da relocação de uma estação em outubro.
- Acompanhamento do Estudo do Modelo de dispersão de emissões atmosféricas a ser adotado pelo Estado, de outubro a dezembro.
- Acompanhamento do Estudo de Redimensionamento da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar, de outubro a dezembro.

23.10.4.3 Departamento de Pesquisa e Qualidade (DPQ)

- Monitoramento de qualidade de água em rios e reservatórios do Estado do Paraná - realizados monitoramentos nas seguintes estações de amostragem: 72 estações da Região Metropolitana de Curitiba; 39 estações da Região Metropolitana de Londrina; 07 estações da Bacia do Rio Tibagi; 29 estações dos Reservatórios do Estado; 30 estações da Bacia do Paraná III (reservatório de Itaipu e afluentes da margem esquerda). O monitoramento da Bacia do Paraná III faz parte do Convênio IAP/Itaipu Binacional e no ano foram repassados ao IAP R\$ 160,9 mil, para cobrir custos de análises laboratoriais e coleta de amostras.
- Emissão de Pareceres técnicos - 74 pareceres referentes a licenciamento ambiental, fiscalização, automonitoramento, EIA/RIMA e acidentes ambientais.
- Publicação - Relatório Técnico Microbacias urbanas de Londrina, Norte do Estado do Paraná, no período de 2007 a 2009.
- Participação em atividades técnicas junto à CEMA, SEMA, IAP, Ministério Público Estadual de Meio Ambiente e ABNT.

23.10.5 Diretoria de Desenvolvimento Florestal (DIDEF)

- Produção de 3,5 milhões de mudas de espécies nativas para a restauração de áreas degradadas (áreas de preservação permanente, reserva legal, etc.).
- Aquisição de insumos e equipamentos, no valor de R\$ 560,4 mil, destinados à produção de mudas nativas em 20 Viveiros Regionais e 178 Viveiros Municipais conveniados.
- Realização de 178 Convênios com municípios do Estado do Paraná para produção de mudas de espécies nativas e monitoramento das áreas em processo de restauração.

- Realização da campanha Plantio da Primavera 2011, com a participação dos 399 municípios, EMATER/SEAB, tendo como meta o plantio de 3,99 milhões de mudas de espécies nativas até dezembro de 2011.
- Resultados parciais do Programa Mata Ciliar:

AÇÕES REALIZADAS	QUANTIDADE ⁽¹⁾
Produtores atendidos	4.644
Nº mudas plantadas	2.785.215 mudas
Área de semeadura	265 ha
Área de recuperação - abandono	1.867,67 ha

(1) Dados até 22.11.11

- Elaboração de 40 Convênios com Entidades públicas e privadas (COPEL, Cooperativas, APAE, Usinas, Penitenciárias e Universidades) - tramitação inicial.
- Implantação do Novo Sistema GMS – Gestão de Materiais e Serviços (fase I), visando à organização de materiais desde sua aquisição, estocagem e distribuição.
- Realização de 35 Visitas Técnicas aos Regionais, visando orientar, acompanhar as atividades de produção e destinação de mudas nos Viveiros do IAP.
- Realização de Curso de Coleta e Beneficiamento de Sementes Florestais Nativas para os viveiristas do IAP.
- Operação do Sistema DOF – Documento de Origem Florestal, que controla o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais de origem nativa:

DOF	Nº LANÇAMENTOS EM 2011
DIDEF/IAP	1.907
IBAMA	323
REGIONAIS DO IAP	1.487
TOTAL	3.394

DOFs válidos em 17/11/2011 – Origem Paraná: existem 1.217 DOFs emitidos por usuários do Paraná e que ainda não foi confirmado recebimento pelo destinatário.

DOFs/GFs válidos em 17/11/2011 – Destino Paraná: existem 1.512 DOFs e GFs emitidos por usuários de outros estados com destino ao Paraná e que ainda não houve a confirmação do recebimento.

- Sistema Estadual de Reposição Florestal Obrigatória (SERFLOR)

PRODUTO	QUANTIDADE	VOLUME
1. Pessoas físicas e jurídicas cadastradas	973 cadastros	
2. Projeto Técnico de Reflorestamento	01	
3. Recolhimento CREDIFLOR	27.464 cotas	R\$ 27.464,00
4. Planos de Corte lançados(Form. E)	67	2.811,45 m ³
5. Informações de Corte lançadas (Form. D)	1065	252.000,00 m ³
6. Informações de Desbaste (Form. G)	02	11.104,00 m ³
7. Autorizações de Manejo de Bracatinga lançadas (Form. D1)	236	241.201,00 m ³
8. Análise de Projetos de Substituição de Exóticas por Nativas na DIDEF/IAP	45	
9. Baixa de averbação de Projeto de Reflorestamento junto ao CRI	38	

23.10.6 Diretoria de Biodiversidade e Áreas Protegidas (DIBAP)

Tem como objetivo principal a conservação da biodiversidade *in situ*, ou seja, a preservação das espécies em seu meio natural. Por meio de seus Departamentos foram realizadas as atividades a seguir.

23.10.6.1 Departamento de Unidades de Conservação (DUC)

- Apoio à criação e gestão das unidades de conservação de âmbito municipal; a criação, ampliação, planejamento, fomento a pesquisa e gestão das unidades de conservação estaduais; gestão do ICMS Ecológico por Biodiversidade, do Programa Estadual de RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural e do Programa de Voluntariado nas Unidades de Conservação VOU.
- Implementação e Manutenção das UCs - realização de diagnósticos para levantar problemas e sugerir soluções nas unidades de conservação; manutenção das UCs mediante reparos e reestruturação (trilhas, estradas, centro de visitantes, residências, alojamentos, pontes, portais, passarelas, pontos de ônibus, quiosques, torres de monitoramento, sistemas de energia elétrica, sistemas de tratamento de água, sistemas de tratamento de efluentes, sinalização interna e externa, etc.); implantação de projetos padrões de obras sustentáveis e com acessibilidade total aos deficientes físicos para as UCs (Centro de Visitantes, Alojamentos, Residências, Centro Administrativo, Sanitários e Portal). Estes Projetos deverão ser implantados nas Unidades de Conservação estaduais.

PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO EXECUTADOS

LOCAL	SERVIÇO	ACUMULADOS	VALOR PREVISTO (R\$ 1,00)
UCs	Caminhões		460.000,00
Implementação das UCs	Serviços	Serviços Extracontratuais/ Rio Guarani	101.045
		Manutenção do Caminho do Itupava	45.000
		Desenvolvimento de pesquisa nas UCs	200.000
		Manutenção Veículos	80.000
		Combustível	70.000
		Central de Viagens	90.000
		Limpeza e Conservação	2.248.214
		Diversos	530.000
		3.364.259	
Vila Velha	elevadores p/ ônibus		30.000
UCs	Convênio ITCG		566.000
Vila Velha/Horto Geraldo Russi	Erradicação de Exóticas		140.000
UCs	Serviços gráficos		185.000
TOTAL			4.745.259

PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO EM ANDAMENTO

LOCAL	SERVIÇO	ACUMULADOS	VALOR PREVISTO (R\$ 1,00)
UCs	Aquisição de veículos - pregão		5.403.384
Parque Estadual e E.E/ Ilha do Mel	Barco 21 pés c/ motor 150hp		95.000
UCs	Aquisição de motocicletas		110.000
PE Mata São Francisco	Elaboração de Plano de Manejo		240.000
RF de Amaporã	Elaboração de Plano de Manejo		240.000
PE Rio da Onça	Elaboração do Plano de Manejo		240.000
PF de Ibiporã	Revisão de Plano de Manejo		230.000
PE de Ibicatu	Revisão de Plano de Manejo		220.000
Implementação das UCs	Serviços	Equipamentos Informática	220.000
UCs	Placas de Identificação		185.000
TOTAL			7.183.384

PROCEDIMENTOS DE OBRAS EXECUTADOS

LOCAL	SERVIÇO	CONTRATO	SITUAÇÃO ATUAL	VALOR PREVISTO (R\$ 1,00)
Pico do Marumbi	Adequação e Reforma	assinado	Obra em andamento	830.539
Rio da Onça	Reforma	assinado	Obra em andamento	185.000
Monge	Levantamento Plunialtimetrico	assinado	Projeto entregue	48.400
Vila Velha	Projetos Complementares	assinado	Projeto entregue	24.770
Monge	Obras de Revitalização	contratado	Obra em andamento	2.140.006
Vila Velha	Construção de Alamedado	contratado	Obra executada	172.949
Vila Velha	Melhorias e Reparos	contratado	Obra executada	59.355
				40.899
Palmito	Projetos Complementares	contratado	Entregue	24.970
TOTAL				3.526.888

23.10.6.2 Departamento de Biodiversidade (DBIO)

- Sistema Estadual de Proteção à Fauna Silvestre (SISFAUNA) - com este sistema, a Política Estadual de proteção à fauna silvestre está sendo implantada com objetivos que vão desde a normatização, pareceres para autorizações de estudos, coletas, monitoramento de fauna necessários para o licenciamento de empreendimento com significativo impacto ambiental até a articulação entre as instituições, formando uma "Rede de Parceiros Para a Proteção da Fauna Silvestre" (Rede Pró Fauna).
- Programa de Erradicação e Controle de Espécies Exóticas das Unidades de Conservação de Proteção Integral - cujo objetivo geral é estabelecer uma agenda e desenvolver atividades necessárias para o controle e erradicação de espécies exóticas invasoras nas UCs do Paraná.
- Pesquisa em Unidades de Conservação: autorizadas 121 pesquisas em UCs do Estado, conforme quadro a seguir:

UCS	Nº PESQUISA 2011	Nº PESQUISA RENOV.	TOTAL
P.E Vila Velha	4	4	8
P.E Mata dos Godoy	12	1	13
P.E Marumbi	4	7	11
P.E Guartelá	6	1	7
E.E Caiua	5	5	10
P.E Vila Rica do Esp. Santo	7	1	8
P.E Mata São Francisco	3	1	4
P.E São Camilo	2	3	5
P.E Cerrado	1	1	2
P.E Cabeça do Cachorro	3	1	4
P.E Pico Paraná	1	1	2
P.E Ilha do Mel	2	0	2
P.E Pau Oco	1	0	1
P.E Santa Clara	1		1
P.Eco Klabin		1	1
F.E Palmito	2	0	2
Pesq. em todas as UCs	9	6	15
Pesq. Em 5 Unidades	1	1	2
Pesq. Em 4 Unidades	1		1
Pesq. Em 3 Unidades	3		3
Pesq. Em 3 Unidades	7	2	9
RPPN	1		1
APAs	7	2	9
TOTAL	83	38	121

- Programa de Erradicação e Controle de Espécies Exóticas Invasoras: treinamento de 140 pessoas em 04 cursos para controle de EEI aos gerentes e guardas parque de UCs e coordenadores de mata ciliar, viveiristas e agentes municipais; realização de palestra para 250 professores em Rio Negro; palestra para 80 pessoas no Conselho Consultivo da APA Serra da Esperança; palestra para 80 pessoas na Assembleia Legislativa; elaboração do Projeto de Lei de EEI, em discussão na comissão de meio ambiente; elaboração de três publicações de EEI – Guia Técnico, Relatório e Cartaz; realização de oito reuniões técnicas de Comitê; apresentação de trabalhos em técnicos em congressos internacionais de Cuba, México e Argentina; retirada de Exóticas em UCs que estão sendo recuperadas: acompanhamento e suporte técnico no Monge, Cerrado, PEVV, Maria Flora e PELA; elaboração e coordenação de Coletânea de Pesquisas dos Parques do Cerrado, Guartelá e PEVV.
- Sistema Estadual de Recuperação e Manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente (SISLEG) - análise de processos e emissão de 358 pareceres sobre Reserva Legal; realização de 11 reuniões de Câmara Técnica, com 173 processos analisados; realização de seis palestras em Curitiba (UFPR e PUC) para 200 pessoas sobre procedimentos do SISLEG; elaboração de editais de compensação de reserva legal no Parque Nacional de Ilha Grande, reserva Biológica de Perobas e Reserva Biológica de Araucárias (ICMBIO); cem atendimentos a usuários ambientais: esclarecimentos referentes a desmembramentos, unificações de imóveis rurais e averbação de reserva legal; cadastro de 9.582 imóveis no SISLEG para averbação de reserva legal.

23.10.6.3 Departamento Sócio Ambiental (DAS)

- Apresentação de palestra em Curso Técnico em Meio Ambiente - Legislação Ambiental e Gestão de Florestas no Paraná, para 200 alunos e 10 professores.
- Realização de 03 Encontros Municipais das Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR - Prudentópolis, Boa Ventura de São Roque e Rio Azul, com 90 pessoas treinadas.
- Realização do I Encontro de Turismo Integrado da APA de Serra da Esperança, com 30 pessoas treinadas.
- Reunião sobre Alteração do Plano de Manejo da APA da Escarpa Devoniana.
- Orientações e entrevistas para TCC, monografias, dissertações e teses.
- Participação em reuniões para discussão de encaminhamentos do IAP e Ministério Público para os Faxinais.
- Realização de vistorias em áreas de conflitos em Faxinais: Água amarela de Cima (1), Campestre dos Paula (2), Lapa (Faxinal Paiol - Mato Preto (1), Boa Ventura, Prudentópolis e Rebouças.
- Vistoria em conflito de uso de terra na APA da Serra da Esperança, com esclarecimentos sobre a possibilidades de uso da terra, a requerimento da FETAEP.
- Reuniões com comunidades da APA Serra Esperança; com Promotor da Fazenda Rio Grande e CAOPDC sobre Faxinais de Mandirituba, com encaminhamentos sobre ação do Ministério Público; e com BPamb e DFA sobre fiscalização nos Faxinais, com encaminhamentos sobre fiscalização e necessidade de treinamento dos policiais.
- Realização de 04 reuniões do CEDRAF; participação em 03 reuniões do Conselho da APA Guaratuba, com apresentações referentes à Legislação Ambiental e outras; e em 02 reuniões do BIOCLIMA.
- Participação na Oficina Programa Paraná Agroecológico, com inclusão de propostas/projetos.
- Reunião sobre a criação do Parque Nacional Guaricana, com deliberação sobre diretrizes para criação do Parque, compatibilizando com comunidades tradicionais; e participação em reuniões do Conselho da APA Serra Esperança, em Cruz Machado, Paulo Frontin, Guarapuava e Inácio Martins.
- Palestra sobre Conselhos Gestores de UCs na reunião do Conselho Gestor da APA Serra da Esperança, em Cruz Machado.
- Reunião de orientação socioambiental no Faxinal Serra Bonita, em Prudentópolis.
- Realização de Dia de Campo para definição de metodologia de levantamento de solos em Ortigueira.
- Reuniões com municípios de Rio Azul, Rebouças, Antonio Olinto. Prudentópolis, Boa Ventura de São Roque e Irati sobre a aplicação do ICMS Ecológico das ARESUR.
- Reuniões com Ministério Público - Centro de Apoio às Comunidades Indígenas, sobre problemas de luz e pontes e aplicação de ICMS Eco e Tábua de Avaliação.
- Consulta pública para cadastramento de Faxinais como Aresur.

- Reuniões Articulação Puxirão, realizadas em Guarapuava e Irati, com encaminhamentos sobre a gestão dos Faxinais.
- Palestra para Comissão Rhône-Alpes sobre APA Serra da Esperança e Faxinais; e Missão com Comissão Rhône-Alpes em campo, com apresentação técnica ao Conselho da APA da Serra da Esperança, visita a Faxinal Emboque, em São Mateus do Sul, a agricultor agroecológico em São João do Triunfo.
- Elaboração de minuta de Termo de Cooperação Técnica entre a SEMA e o Serviço Florestal Brasileiro para cooperação nas ações dos faxinais.

23.11 Instituto das Águas do Paraná

O Instituto é um órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR), cuja finalidade é oferecer, em sua esfera de competência, suporte institucional e técnica à efetivação dos instrumentos da Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH/PR), observando seus fundamentos, objetivos e diretrizes gerais de ação.

No exercício de suas funções compete a regulação e fiscalização do serviço de saneamento básico, integrado pelos serviços público de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais e demais determinações legais.

Atividades realizadas:

- Foram concluídas obras de Gestão de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental, conforme relação abaixo:

CONTROLE DE EROSIÃO E CHEIAS

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Rede de galerias pluviais	Ivaté	160m	205.087,01
Rede de galerias pluviais	Cidade Gaúcha	750m	262.500,00
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Pinhais	10.010m	586.217,23
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Piraquara	3.800m	393.359,32
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	S. J. dos Pinhais	2.500m	250.699,00
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Colombo	14.800m	688.858,00
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Morretes	9.648m	374.714,80
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Pontal do Paraná	38.215m	925.932,26
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Matinhos	33.235m	788.648,33
Limpeza e desassoreamento de rios e canalização	Guaratuba	39.650	265.816,17

ATERROS SANITÁRIOS

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Implantação de aterro sanitário	Ariranha do Ivaí	2.520m ²	75.118,42
	Godói Moreira	12.000m ²	111.882,59
	Ventania	10.00m ²	217.954,37

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Atualização da Elaboração do Projeto Executivo (observação: o valor total = R\$ 92.477,00, sendo pago 67.777,00 somente em 2011).	Paranaguá	01	67.777,00

OPERAÇÃO VERÃO 2010-2011

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Limpeza e varrição do litoral paranaense da fronteira norte à -fronteira sul Temporada: 01/12/2010 a 13/03/2011	Antonina	7	9.084.301,80
	Matinhos		
	Morretes		
	Paranaguá		
	Ilha do Mel		
	Pontal do Paraná		
	Guaraqueçaba		

TOTAL DE COLETA DE LIXO RECOLHIDO - OPERAÇÃO VERÃO 2010-2011

MUNICÍPIOS	TONELADAS
Matinhos (apoio a Morretes, Antonina e Guaraqueçaba)	6.773,24
Pontal do Paraná (Ilha do Mel/Paranaguá)	5.476,65
Guaratuba	7.065,88
TOTAL	19.315,78

- Contratação emergencial de serviços de engenharia, em razão da ocorrência de enxurradas e inundações bruscas nos municípios do litoral paranaense de Antonina, Guaratuba, Morretes e Paranaguá de diversas horas de equipamentos variados e de mão de obra operária (dentre operadores, coletadores de resíduos, guardas, etc.), pelo período de 31 dias, para ações emergenciais de restabelecimento da infraestrutura e atendimento à população, conforme segue:

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Serviços de Engenharia referente às ações emergenciais de restabelecimento de infraestrutura e atendimento a população nos Municípios de Morretes e Antonina	Morretes	3.344 h/máquina	623.787,17
	Antonina	2.072 h/máquina	493.098,42
		2.088 h/máquina	301.516,26

- Realização em caráter emergencial, em agosto, das obras a seguir discriminadas, com recursos transferidos à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística, que procedeu os pagamentos das obras, com contribuição do Instituto. A seguir, os serviços licitados:

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Serviços de Engenharia referente às ações emergenciais de restabelecimento de infraestrutura e atendimento a população.	Morretes	5,9 Km	483.660,29
		9,0 Km	274.291,66
		21,1 Km	535.298,41

- Fabricação de Tubos – Unidade Industrial de Cruzeiro do Oeste:

PRODUTO/SERVIÇO	MUNICÍPIO	QUANTIDADE	VALOR R\$
Os tubos de concretos são fabricados para obras de drenagem e controle de erosão para o atendimento de obras de saneamento ambiental, com matéria-prima fornecida pelas Prefeituras Municipais, para que estes executem suas obras – através de Termo de Cooperação Técnica.	Assis, Palotina, Tapejara, Maria Helena, Boa Esperança, Cidade Gaúcha, Ivaté, Icaraima, Altonia, Araruna, Rancho Alegre do Oeste Umuarama.	27.890 metros	1,919.243,00

23.12 Instituto de Terras, Cartografia e Geociência (ITC)

23.12.1 Diretoria de Terras

É responsável pelo levantamento dominial (a quem pertence a terra), delimitação de perímetros, levantamento ocupacional (vistoria) e levantamento cadastral (fichas cadastrais, coletores de dados, GPS, fotografias, elaboração de croquis das edificações e sua localização espacial no terreno, a preparação do Cadastro Jurídico e a documentação da propriedade), para as ações de usucapião ou titulação de domínio.

Dentre as atividades executadas, destacaram-se:

- Regularização Fundiária nos municípios: a) Candói – mediante usucapião coletivo foram beneficiadas 104 famílias (convênio com a prefeitura; b) embasado na lei nº 7.055/78, em convênio com o INCRA, foram beneficiadas 76 famílias em Curiúva, 46 famílias em Pirai do Sul, 170 famílias em Itaperuçu (concluídos todos os levantamentos ocupacionais, o processo encontra-se em fase de final, restando a formalização da discriminatória que culminará na emissão dos títulos de domínio); 66 famílias em Jaguariaíva (também em fase final), e 80 famílias em diversos municípios; c) Goioxim – efetuados levantamentos ocupacionais e georreferenciamento, beneficiando 115 famílias, em convênio com o MDA (resta somente o ajuizamento das ações de usucapião a serem encaminhadas à Defensoria Pública); d) Região do Vale da Ribeira – convênio com o MDA, foram efetuados levantamentos ocupacionais beneficiando 200 famílias (resta somente o ajuizamento das ações de usucapião, com a documentação a ser enviada à Defensoria Pública); e) diversos municípios – mediante processo de usucapião foram beneficiadas 1.250 famílias (PGE – análise de interesse do Estado no processo); f) Ilha do Mel – realizado trabalho que possibilitará ao IAP emitir concessão de uso dos imóveis a 664 famílias; g) Faixa de Fronteira – em elaboração o Cadastro Gráfico Digital, com a localização gráfica dos imóveis, e levantamento da documentação emitida pelo Estado do Paraná (convênio com o INCRA) visando ratificar títulos ainda pendentes, tendo sido cadastrados aproximadamente 1.000 imóveis.
- Levantamento Cadastral – em parceria com o IAP, realizados trabalhos de levantamento ocupacional nos parques do Estado do Paraná (UCs).
- Realização de dois Seminários de Regularização Fundiária - um em Goioxim e outro em Rio Branco do Sul.

23.12.2 Diretoria de Geociências

23.12.2.1 Departamento de Zoneamento Ecológico Econômico

Reiniciado o Programa de Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), tendo sido estabelecida a Região Litorânea como área geográfica de atuação para 2011.

Destacam-se as seguintes atividades:

- Indicação dos membros da Comissão Coordenadora do ZEE e formação da Comissão Executora com técnicos indicados pelas instituições membro da Comissão Coordenadora e de outras que aderiram ao programa (SEMA, SEPL, SEAB, SEIM, SEDU, ITC, IAP, AGUASPARANÁ, SEIL, IPARDES, EMATER, IAPAR, MINEROPAR, EMBRAPA, SIMEPAR, SETU, COPEL, SANEPAR, SFB).
- Reuniões mensais com a Comissão Executora do ZEE para estabelecimento de metodologia e elaboração do ZEE Litoral.
- Revisão da classificação da Cobertura e Uso do Solo da 20 folhas do mapeamento, ajuste de bases temáticas, elaboração de textos e tabelas referente aos temas definidos pela comissão.
- Oficina Institucional de apresentação do Programa ZEE, fase região litorânea.

23.12.2.2 Departamento de Cartografia

- Retomada do convênio entre SEMA, ITCG, SEPL e IBGE para desenvolvimento do Projeto Nomes Geográficos do Paraná, com publicação dos dados já levantados no Banco de Nomes Geográficos do Brasil e levantamento de campo em 05 folhas da carta 1:50.000 para certificação dos nomes.
- Revisão de 25 trechos de divisas municipais.
- Digitalização do aerolevante na escala 1:25.000 do ano de 1980 e publicação para download no site do ITC.
- Retomada do convênio com a Universidade Estadual de Maringá para digitalização do acervo fundiário.
- Estudos para adoção de soluções de geoprocessamento para gestão das informações fundiárias e cartográficas do acervo do ITC.
- Especificação técnica e acompanhamento da contratação do georreferenciamento e vetorização de 18.000 lotes do cadastro gráfico de imóveis rurais da faixa de fronteira, convênio com o INCRA.

23.10.2.3 Departamento de Geodésia e Reordenamento Territorial

- Regularização Fundiária de aproximadamente 1.700 lotes em terras públicas localizados nas regiões: Centro Expandido, Leste, Oeste, Litoral, Região dos Campos Gerais/Norte Velho, Vale do Ribeira, Noroeste e Região Metropolitana de Curitiba, totalizando 63 municípios - convênio INCRA/ITC nº 13.800.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	Nº DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
Vários	Itaperuçu	concluído	20	concluído	concluído
Vilinha	Campo Largo	concluído	40	concluído	concluído
Xaxim Bairro Alto	Antonina	concluído	15	concluído	a iniciar
Três Córregos	Campo Largo	concluído	7	a concluir	a iniciar
TOTAL			82		

- Regularização fundiária de 315 imóveis, sendo 200 ocupações no Vale da Ribeira e 115 em Cantuquiriguaçu para agricultores familiares - convênio MDA/ITCG.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	Nº DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
Juquía de Cima	Goioxim	concluído	140	a concluir	A iniciar
TOTAL			140		

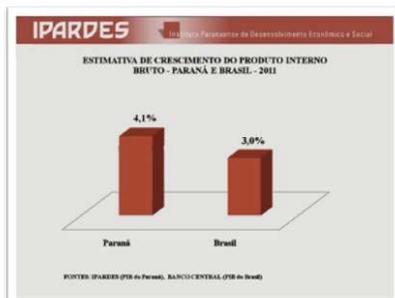
- Unidades de Conservação (Ucs) - normatizar a descentralização de crédito com referência a execução dos trabalhos de medições georreferenciadas do perímetro de 55 UCs estaduais e dos imóveis que as compõem, bem como a elaboração de cadastro ocupacional e dominial e o apoio na criação de novas UCs e na ampliação de áreas das já existentes - convênio IAP/ITCG.

IMÓVEL	MUNICÍPIO	TRABALHOS DE CAMPO	Nº DE LOTES	PROCESSAMENTO DOS MARCOS	PLANTA GERAL
PE Lancinha	Rio Branco do Sul	concluído	1	concluído	concluído
PE Monge	Lapa	concluído	1	concluído	concluído
Parque M Rio São João	Prudentópolis	concluído	1	concluído	concluído
PE do Cerrado	Jaguariaíva	concluído	1	a iniciar	a iniciar
PE Vale do Codó	Jaguariaíva	concluído	1	concluído parcial	a iniciar

23.10.2.4 Diretoria Jurídica

- 14 Manifestações em Autos Judiciais, em cumprimento a despachos interlocutórios proferidos por Juízes em Processos Judiciais em que o ITC e IAP são partes interessadas.
- 01 Contestação e várias manifestações, tais como indicação de assistente de perito e elaboração de quesitos na Ação de Interdito Possessório da Comarca de Rio Negro.
- 01 Recurso de Apelação com a apresentação das Contrarrazões.
- 17 Audiências de Ações Discriminatórias Administrativas realizadas sobre 09 Imóveis, com a conclusão de 09 processos de Regularização Fundiária.
- 187 Pareceres Jurídicos emitidos em Processos Administrativos de Licitação, Convênios, Contratos, Termo de Ajuste, Requerimentos de Plantas e Memoriais Descritivos, Requerimentos de Certidões e 11 Informações emitidas em Processos Administrativos.

Planejamento e Coordenação Geral



24 Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL)

A SEPL desenvolveu ações com o objetivo de prestar assessoramento ao Governador do Estado na coordenação das ações governamentais.

Por meio de suas unidades e de suas entidades vinculadas, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR), foram desenvolvidas as ações detalhadas a seguir.

24.1 Coordenação de Modernização Institucional (CMI)

Responsável pela promoção do planejamento institucional por meio da realização de estudos relativos à criação, transformação, ampliação, fusão e extinção de entidades da administração indireta e de órgãos e unidades administrativas no âmbito da administração estadual.

Atividades realizadas:

- Reestruturação - das Secretarias de Estado da Família e Desenvolvimento Social; do Trabalho, Emprego e Economia Solidária; da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; do Sistema de Meio Ambiente integrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Instituto Ambiental do Paraná, Instituto de Terras, Cartografia e Geociências e Instituto das Águas do Paraná.
- Criação - da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística; da Defensoria Pública do Paraná; da Secretaria de Estado do Esporte; da Agência de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná; da Agência Paraná de Desenvolvimento; e instituição - do Fundo de Segurança Pública; do Fundo de Incentivo à Cultura; do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira no Estado do Paraná.
- Regulamentação - da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná; do Departamento de Imprensa Oficial do Estado; do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; do Fundo Estadual de Saúde; do Gabinete do Vice-Governador; do Departamento de Polícia Civil; da Secretaria de Estado da Segurança Pública.
- Estudos para adequação dos seguintes órgãos e entidades – Conselho Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; incorporação da Empresa Paranaense de Classificação de Produtos (CLASPAR) pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná – (CODAPAR); transformação da sociedade de economia mista Minerais do Paraná (MINEROPAR) em autarquia.
- Implantação e manutenção Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (e-ORG) - facilita a localização dos itens da estrutura do Estado por meio de consultas públicas por município, por palavra-chave, por ato formal além da consulta pela estrutura propriamente dita; e possibilita consulta a ex-titulares de cargos em comissão.
- Outros - participação em conselhos.

24.2 Coordenação de Monitoramento e Avaliação (CMA)

Os trabalhos da Coordenação estiveram voltados à melhoria das metodologias, tecnologias e fluxos de informações estratégicos para o monitoramento e acompanhamento das ações de governo, bem como a gestão dos instrumentos de avaliação dos programas que integram o Plano Plurianual (PPA).

A partir do exercício de 2011, a CMA ficou responsável pela coordenação da elaboração do Plano Plurianual (PPA). Merece destacar a adoção de um novo modelo para o PPA 2012-2015, incorporando parte das novas orientações do Governo Federal, adaptando-o às especificidades do Estado do Paraná. O sentido geral das mudanças é a busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas. Além disso, definiu-se os espaços de atuação do Plano e do Orçamento. As categorias a partir das quais o Plano se organiza foram redesenhadas, sendo estruturado em Programas, Indicadores, Iniciativas e Metas, além das Principais Propostas definidas nas Metas de Governo e suas atualizações.

O Plano tem foco na organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, e o Orçamento responde pela organização no nível operacional.

Ações realizadas:

- Sistema de Controle, Acompanhamento e Avaliação de Resultados (e-CAR) – manutenção da ferramenta destinada ao acompanhamento da execução do PPA 2008-2011.
- Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME) - a partir da proposta de evolução do Sistema e-CAR, foi estruturado pela CMA e desenvolvido pela Companhia Paranaense de Informática (CELEPAR), visando atender as novas diretrizes de governo voltadas à gestão pública para resultados. A ferramenta destina-se à gestão efetiva dos Programas e Iniciativas de governo, integrada com o sistema de orçamento, mediante a realização de monitoramento quantitativo e qualitativo do PPA e de seus indicadores.
- Plano Plurianual (PPA 2008-2011) – a) realizado o acompanhamento do exercício de 2010, com a elaboração de pareceres e gráficos, execução física e orçamentário-financeira; b) atualização das metas físicas com base na Lei Orçamentária Anual de 2011 e suas alterações.
- Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa - coordenação, elaboração, consolidação e revisão do documento, com base nos relatórios de atividades das diversas unidades, encaminhada à Assembleia Legislativa por ocasião da abertura da sessão legislativa.
- Gestão do Plano Plurianual (PPA) para o período 2012 a 2015: a) definição de nova estrutura para o Plano Plurianual do Estado; b) coordenação, orientação e supervisão da elaboração do Plano, em articulação com as unidades do Sistema Estadual de Planejamento; c) estudo de metodologias para o monitoramento e avaliação.

- Plano Plurianual Municipal – manutenção do sistema PPA Municipal que disponibiliza acesso ao software que auxilia aos municípios na elaboração do Plano Plurianual.
- Outras – participação em grupos de trabalho, Conselho, palestras e diversas reuniões.

24.3 Coordenação de Orçamento e Programação (COP)

A Coordenação é responsável pela elaboração das leis de diretrizes orçamentárias anuais e dos orçamentos fiscal e próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista estaduais, em consonância com os planos plurianuais e com os princípios constitucionais e legais vigentes.

Durante o exercício de 2011, a COP desenvolveu as seguintes atividades:

- Adaptação da Lei Orçamentária Anual (Lei Estadual nº 16.739/2010) de acordo com alterações decorrentes das emendas aprovadas pela Assembleia Legislativa do Estado (relativas à despesa, ao conteúdo programático, ao texto de lei e de cancelamento de despesas).
- Emissão dos Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD) de todos os Órgãos e Unidades da Administração Pública Estadual e dos Quadros de Detalhamento de Receita (QDR) das Unidades da Administração Indireta, após a introdução das alterações decorrentes das emendas aprovadas pelo Legislativo, dando início a execução orçamentária do exercício de 2011.
- Elaboração das Programações Orçamentário-financeiras para o exercício de 2011.
- Elaboração do Anteprojeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012, aprovada pela Lei nº 16.889 de 02 de agosto de 2011.
- Participação na elaboração e apresentação dos Relatórios do Programa de Ajuste Fiscal do Estado do Paraná para a Secretaria do Tesouro Nacional.
- Elaboração do Relatório de Execução Física do Orçamento de 2010 para encaminhamento ao Poder Legislativo.
- Elaboração do Manual Técnico do Orçamento de 2012, dentro da nova metodologia do Sistema de Elaboração da Proposta Orçamentária.
- Atualização e manutenção do módulo de Consultas Gerenciais Orçamentárias e Financeiras, objetivando a agilização na geração de informações necessárias a tomada de decisão.
- Elaboração da Proposta da Lei Orçamentária para o exercício de 2012 baseada nas Metas do Governo 2011-2014, alterando-se a forma de sua apresentação, bem como os ajustes necessários segundo as orientações normativas do Governo Federal.
- Mudança no cadastro de projetos e atividades na Proposta da Lei Orçamentária para o exercício de 2012 em conjunto com a CMA que elaborou a Proposta do Plano Plurianual 2012-2015.

- Desenvolvimento do processo de elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2012, envolvendo coleta de informações, elaboração do cenário de receita e despesa, estabelecimento e distribuição dos tetos orçamentários, introdução dos dados das propostas orçamentárias no sistema de elaboração, análise e conferência das informações introduzidas no sistema, fechamento da proposta orçamentária e montagem do documento para encaminhamento à Assembleia Legislativa.
- Elaboração de controles sobre: a) os percentuais de autorizações de ajustamentos orçamentários concedidos ao Poder Executivo pela Lei nº 16.739, de 29/12/2010 – Lei Orçamentária Anual do exercício de 2011; b) as despesas mensais de pessoal, custeados com recursos do tesouro; c) a Receita Corrente Líquida (RCL), Receitas Vinculadas para os Outros Poderes, para Ações e Serviços Públicos de Saúde, para Ensino Público e para Ciência e Tecnologia.
- Assistência técnica a todos os Órgãos da Administração Pública Estadual referente à elaboração, execução, acompanhamento e controle orçamentário.
- Foram procedidas além dos créditos orçamentários normais, as alterações orçamentárias decorrentes das mudanças institucionais envolvendo diversos Órgãos/Unidades, tais como: SEIL, SEJU, SEDS e SETS.

24.4 Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG)

Coube à CDG, no ano de 2011, como principal atribuição, a coordenação, elaboração e negociação de novos projetos, sendo estes tanto operações de crédito interno quanto externos, que resultaram nos seguintes projetos de maior relevância: a) quatro pleitos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) - Programa de Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO), Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Urbana - Família Paranaense, Programa Paraná Seguro e Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (PROFSM); b) um junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) denominado Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná-BIRD; c) um junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também denominado Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná-BNDES.

Os conteúdos relacionados com toda a gama de compromissos que a CDG perseguiu ao longo do ano, estão a seguir detalhados.

24.4.1 Projetos e Programas em Desenvolvimento e Negociação

As novas operações de crédito que estão sendo pleiteadas pelo Paraná, incluídas no Programa de Ajuste Fiscal 2011-2013, buscam apoiar a execução de programas prioritários previstos nas Metas de Governo 2011-2014.

A descrição das operações de crédito pleiteadas pelo Estado do Paraná, estão a seguir:

- Em Tramitação – a) PROFISCO/BID: Carta Consulta aprovada pela Comissão de Financiamento Externo (COFIEIX) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; b) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná-BIRD: Carta Consulta aprovada pela COFIEIX; c) Programa de Apoio ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná - foi dada entrada da Carta Consulta na COFIEIX, aguardando aprovação; d) Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná-BNDES: Consulta Prévia aprovada, encontra-se em fase de preparação das informações financeiras e orçamentárias para dar entrada na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a mesma autorizar a operação entre o Estado e o BNDES; e) Programa Integrado de Inclusão e Requalificação Urbana - Família Paranaense/BID: Carta Consulta entregue a COFIEIX em novembro; f) Paraná Seguro/BID: Carta Consulta entregue a COFIEIX em novembro.
- Em Desenvolvimento e Negociação – em estudo mais duas operações de financiamento junto ao BNDES: Programa BNDES PSI – Bens de Capital (para financiamento de itens para produção e a aquisição isolada de máquinas e equipamentos novos, de ônibus, caminhões, chassis, caminhões-tratores, carretas, cavalos-mecânicos, reboques, semirreboques, de fabricação nacional); e Programa BNDES de Arenas para a Copa do Mundo de 2014 – BNDES ProCopa Arenas (apoio a projetos de construção e reforma das arenas que receberão os jogos da Copa do Mundo de 2014 e de urbanização do seu entorno).

24.4.2 Parcerias Público-Privadas

É notório o fato que a Administração Pública muitas vezes se ressentida de condições técnicas e financeiras que lhe permita executar projetos e programas destinados ao pleno atendimento das necessidades de seus administrados.

Por conta disto, a SEPL, visando retomar o desenvolvimento social e econômico do Estado de forma eficiente e objetiva, deu início a elaboração de uma lei de Parcerias Público-Privadas (PPPs), juntamente com a criação de um corpo técnico capaz de constituir, monitorar e avaliar as PPPs estratégicas para o Estado do Paraná. A CDG participou da formatação da Lei e do estabelecimento da estratégia de sua implantação.

Cabe ressaltar que as PPPs têm plenas condições de promover o desenvolvimento social no Estado, poupando-o de despender significativos recursos que, por isso, podem ser aplicados de outra maneira, sempre tendo como fim o interesse público e o administrado.

24.4.3 Acordo de Cooperação Internacional

Para dar continuidade à parceria assumida entre o Estado do Paraná e a Região de Rhône-Alpes - República Francesa, em outubro de 2005, foi realizado Acordo de Cooperação, que tem como objeto ampliar e aprofundar os elos de cooperação (nos eixos institucional, humano, econômico e cultural), baseados na reciprocidade e no interesse mútuo, visando ao desenvolvimento sustentável e

integrado de seus povos e seus territórios nas seguintes áreas: relações institucionais; desenvolvimento econômico e inovação tecnológica; agricultura e produção de alimentos; turismo e turismo rural; ensino superior e pesquisa; educação e formação profissional; cultura; inclusão social; meio ambiente e energias renováveis e desenvolvimento territorial durável.

O Plano de Ação Rhône-Alpes 2011-2014 possui oito temas, cada um dividido em diversas ações e objetivos. O Estado do Paraná aguarda manifestação da região de Rhône-Alpes prevista para o início de 2012 para a assinatura do documento final, iniciando assim, a operacionalização do Plano de Ação.

24.4.4 Projetos e Programas em Execução

- Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial – PRÓ-RURAL – Cidadania e Renda no Campo (anteriormente denominado de PROTERRITÓRIO) - foi lançado dia 08 de novembro, em Irati e é voltado ao desenvolvimento regional. Por sua representatividade, destaca-se a elaboração e negociação, junto ao Banco Mundial, das definições técnicas do projeto, delineadas pela CDG, que orientam as ações no sentido de se conhecer e ordenar as iniciativas focadas no desenvolvimento regional, promovendo a convergência das ações programadas pelas instituições envolvidas. Engloba 131 municípios do Centro Expandido, devendo propiciar a aplicação, ao longo de três anos, do montante de R\$ 130,9 milhões (sendo R\$ 43,4 milhões captados junto ao Banco Mundial) para atendimento direto de 50 mil agricultores familiares. Todo o suporte técnico necessário ao desenvolvimento e negociação do projeto vem sendo prestado pela CDG à SEAB para a efetivação do acordo.
- Termo de Cooperação Técnica da Usina de Mauá - firmado entre a SEPL, a SEAB, o EMATER, a COPEL e as prefeituras de Ortigueira e Telêmaco Borba, por um período de cinco anos, tem por objeto a conjunção de esforços para a promoção e apoio às ações voltadas ao desenvolvimento sustentável daqueles municípios, no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Mauá. Em 2011, as principais realizações foram: criação e organização do Comitê Gestor e do Grupo de Trabalho Executivo do Termo; articulação dos atores governamentais e da sociedade civil organizada local; apoio para a formação, fortalecimento e organização de arranjos institucionais locais; levantamento, avaliação e sistematização de oportunidades; apoio para a formulação de um Diagnóstico Participativo da realidade econômica, social e ambiental local; e monitoramento e das avaliações das ações implementadas.
- Rede Paranaense de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais – Rede APL PR: coordenada pela CDG, reorganizou o grupo de trabalho e retomou as reuniões mensais visando o desenvolvimento dos APLs. O Governo Federal, por meio do Plano Brasil Maior, deu maior ênfase aos APLs com o lançamento da 2ª Geração de APLs, em agosto. Ações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em parceria com a

RedeSist, BNDES, Núcleos Estaduais e outras 33 instituições, focaram os esforços no fomento ao desenvolvimento sustentável dos APLs. A Rede APL PR, começou a estruturar os trabalhos para consideração da 2ª Geração de APLs, envolvendo outros atores no processo, visando aproximar as aglomerações produtivas, promovendo capacitação e elevando o nível de produção para aumento de competitividade, geração de renda e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Participou também de reuniões técnicas e videoconferências realizadas pelo MDIC. Em relação à Rede de Cooperação de Apoio aos APLs e Cadeias Produtivas do CODESUL, a CDG teve um papel importante na estruturação da Rede, além de participar das reuniões promovidas.

- Articulação na atração de novas empresas – a CDG participou, em conjunto com a SEIM, na prospecção para atração e instalação de novas empresas ou na expansão das existentes no Estado, com foco na prospecção de áreas passíveis de instalação de grandes empresas, análise e viabilidade física dos locais de implantação ofertados pelos municípios e os possíveis benefícios financeiros concedidos pelo Estado.
- Programa Leite das Crianças e Leite Paraná - a CDG continuou a participar das Unidades Gestoras dos Programas, porém o arranjo institucional está passando por reformulação, onde a CDG deverá repassar suas tarefas às demais unidades executoras dos programas.
- Programa Luz para Todos – Parceria entre a União e o Governo Estadual, com a participação das concessionárias de energia elétrica, em especial a COPEL, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - LUZ PARA TODOS, foi prorrogado até 2014. Coordenado por um comitê gestor, com a representação estadual a cargo da SEPL, foram beneficiados cerca de 73.467 domicílios do meio rural paranaense.
- Programa Luz Fraterna – responsável pela elaboração do arranjo institucional do Programa, a CDG apoia os agentes executores SETS e COPEL no cumprimento de suas responsabilidades. Encontra-se em estudo alterações no programa, após o que poderão ser repassadas as atribuições da CDG às outras executoras.
- Desenvolvimento Regional - a CDG desenvolveu um arranjo institucional voltado à identificação e ordenamento das iniciativas em fase de planejamento e implantação realizadas pelos órgãos públicos municipais, estadual e federal. Assim, o planejamento do Estado passa a contar com uma ação disciplinadora das intervenções regionais, permitindo sinergias e potencialização de seus resultados. No ano, a CDG coordenou a revisão de seis Planos de Desenvolvimento Territorial que, após a validação das ações propostas, parte destas foram incluídas no Plano Plurianual 2012-2015 do Estado. Também orientou sua ação no sentido de conhecer e ordenar as iniciativas focadas no desenvolvimento regional, promovendo a convergência das intervenções programadas pelas instituições envolvidas, considerando que essas sejam precedidas da abertura de um canal de diálogo entre governo e sociedade.

24.5 Unidade de Coordenação Estadual do Programa Nacional de Apoio à Modernização do Planejamento e Gestão dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE)

Responsável pela execução e implementação do PNAGE junto as Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SEPL) e da Administração e da Previdência (SEAP).

No decorrer do exercício desenvolveu as seguintes ações:

- Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Serviços e Materiais (GSM) - produto em construção, com recursos de contrapartida, para atender as necessidades dos órgãos estaduais na área administrativa. Os módulos de Gestão de Almoxarifados e Fase Interna encontram-se em implantação, e demais módulos em desenvolvimento, com previsão de conclusão para 2012.
- Desenvolvimento do Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (e-ORG) - viabilizado com recursos de contrapartida, encontra-se com cerca de 70% dos produtos concluídos e homologados e em fase de implantação, com previsão de conclusão para 2012. Demais produtos com desenvolvimento e homologação prevista para meados de 2012 com a liberação dos módulos de consultas públicas disponibilizados no site da SEPL.
- Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Certificação Cadastral dos Imóveis Próprios do Estado – a Fase I encontra-se em execução, tendo sido realizado o levantamento cadastral de 385 imóveis da Capital e RMC; com aditivo de prazo de 90 dias e em andamento novo aditivo para prorrogação de prazo para dezembro de 2012 visando a conclusão do levantamento de 2.000 imóveis em todo território paranaense.
- Contratação de empresas prestadoras de serviços de planejamento, execução e avaliação de cursos de desenvolvimento para os servidores da SEAP - procedimento licitatório homologado e adjudicado dos vencedores por lotes. A contratação das empresas vencedoras está prevista para 2012.
- Aquisição de Solução de Fitoteca de Segurança e Virtualização de Tapes para Ambiente Open System – contratada empresa, os equipamentos foram instalados e encontram-se em operação, contrato executado.
- Procedimentos licitatórios em fase de execução – a) aquisição de equipamentos e softwares para o IPARDES e a SEPL; b) contratação de empresas prestadoras de serviços de planejamento, execução e avaliação de cursos de desenvolvimento para os servidores da SEPL.

24.6 Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES)

Autarquia vinculada a SEPL, o IPARDES produz estatísticas e estudos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar as ações governamentais e acrescentar elementos às discussões relativas à sociedade paranaense. A instituição é responsável também pela Base de Dados do Estado (BDE), que integra o Sistema Estadual de Informações.

24.6.1 Diretoria de Pesquisa

Tem entre suas atribuições o desenvolvimento de estudos e pesquisas socioeconômicos, com foco no Estado do Paraná; elabora e disponibiliza à sociedade estudos sobre conjuntura econômica, setores produtivos (indústria e agricultura), demografia e políticas públicas, entre outros. Além disso, presta apoio técnico e realiza trabalhos diversos em atendimento aos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Atividades realizadas:

- Publicações: a) seis números do Boletim de Análise Conjuntura; b) dois primeiros números do Caderno IPARDES – Estudos e Pesquisas; c) dois números da Revista Paranaense de Desenvolvimento (RPD) e seleção de artigos para a composição de cinco futuros números da RPD.
- Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Paraná e de seus 399 municípios, referente ao ano de 2009.
- Projeção da taxa de crescimento do PIB do Paraná no ano de 2011.
- Participação em trabalhos relativos à infraestrutura econômica.
- Elaboração de relatórios: a) sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná; b) para o Programa de Desenvolvimento Produtivo (PDP) do Estado do Paraná; c) socioeconômicos para subsidiar a contratação de financiamentos externos pelo Estado do Paraná.
- Elaboração de cenários econômicos para a COPEL.
- Realização de evento para a divulgação dos resultados dos trabalhos entre o IPARDES e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).
- Negociação para a realização de futuros trabalhos conjuntos entre o IPARDES e o IPEA, nas áreas demográfica, urbana, social, econômica, ambiental e de gestão pública.
- Elaboração de textos sobre a economia paranaense para: a) o Plano Plurianual 2012-2015 do Estado do Paraná; b) a Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa.
- Apresentações sobre a economia do Paraná para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- Participações técnicas: a) nas atividades da Rede APL; b) em encontros das Contas Regionais do IBGE; c) em trabalhos relacionados aos Programas Leite das Crianças e Família Paranaense.
- Apresentação dos resultados da pesquisa Centros da Juventude, encomendada pela SEDS.
- Fornecimento de subsídio ao processo decisório do reajuste do Salário Mínimo Regional.
- Elaboração de Notas técnicas sobre a pobreza nos domicílios paranaenses e sobre o bônus demográfico.
- Realização de Estudos sobre as mudanças demográficas e sociais, a partir dos primeiros resultados do Censo Demográfico 2010.
- Elaboração de proposta metodológica para o estudo do turismo rural no Paraná.
- Participação em atividades do Programa Paraná Agroecológico.

- Desenvolvimento, em conjunto com a SETI, do Sistema de Indicadores de C&T.
- Realização de atividades relacionadas ao acompanhamento e avaliação de programas governamentais.
- Participação na elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Litoral do Paraná.
- Realização de discussões iniciais sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) do Estado do Paraná (exclusive litoral).
- Atualização dos indicadores ambientais do Paraná.
- Desenvolvimento de trabalhos de geoprocessamento.
- Conclusão do relatório para o Programa de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) da COHAPAR, bem como participação em eventos da COHAPAR para a apresentação do Programa.
- Fornecimento de subsídio ao processo decisório do Comitê Técnico Operacional do Programa Paraná Competitivo.

24.6.2 Centro Estadual de Estatística (CEE)

O CEE tem por objetivo o levantamento, organização e disponibilização de estatísticas socioeconômicas relativas ao Estado do Paraná, sendo ainda responsável pelo levantamento e geração mensal do Índice de Preços do município de Curitiba; pelo levantamento e disponibilização mensal da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba, em conjunto com o IBGE; e pela elaboração do Índice Paraná de Desenvolvimento Municipal.

Presta apoio na área de informática e em métodos estatísticos à Diretoria de Pesquisa do Instituto, desenvolvendo soluções em software e em métodos quantitativos, aplicados a temas socioeconômicos diversos. Em muitas oportunidades, atendendo a demandas da estrutura do Estado.

Em 2011, o CEE, desenvolveu ainda algumas atividades de maior dimensão, voltadas tanto à reestruturação de atividades no âmbito do Instituto, bem como ao atendimento de pedidos de outras instâncias do Governo do Estado, conforme segue:

- Área de Pesquisas Periódicas: a) renovação do convênio com o IBGE para levantamento da taxa de desemprego da Região Metropolitana de Curitiba; b) renovação de equipe de campo área de Pesquisas Periódicas, incluindo treinamento com apoio do IBGE, no caso da Pesquisa Mensal de Emprego (PME); c) levantamento em campo de informações da PME, pelo convênio IBGE-IPARDES, para estimativas de indicadores do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Curitiba; d) levantamento em campo de preços e cálculo do Índice de Preços ao Consumidor de Curitiba (IPC); e) proposta de metodologia, em conjunto com a Diretoria de Pesquisa, do desempenho das atividades econômicas do setor da indústria de transformação do Paraná, para atender o Programa de Desenvolvimento Produtivo; f) cálculo da Cesta Nutricional para Curitiba, em aproveitamento das informações coletadas para o IPC; g) elaboração e disponibilização de boletins mensais da PME e do IPC; h) disponibilização mensal da Cesta Nutricional de Curitiba.

- Área da Base de Dados: a) manutenção da BDE, compreendendo levantamento e atualização de dados, disseminação de informações e geração de produtos; b) conclusão e disponibilização no site do IPARDES, do Anuário Estatístico do Paraná – 2010 e respectiva elaboração de 700 unidades de mídia eletrônica; c) apoio técnico para elaboração de estudo sobre a Região Centro-oeste do Estado do Paraná e com dados estatísticos, mapeamento do Estado em atendimentos a demandas da SEPL no desenvolvimento do Plano de Governo; d) apoio na implantação de sistema de informação socioeconômica para a Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia; e) elaboração de nota estatística para a Assembleia Legislativa do Paraná, sobre o tema Mulher; f) apresentação da BDE às universidades estaduais (UEL, UEPG, UEM); g) revisão do Perfil das Regiões Administrativas do Estado do Paraná; h) disseminação do Uso da Base de Dados em ambiente web, no Ministério Público do Estado do Paraná; i) discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE, em implementação pela CELEPAR (versão 2.0).
- Área de Métodos Quantitativos: a) desenvolvimento de nova Pesquisa de Materiais de Construção, em atendimento a SEIL; b) encontra-se em fase inicial o processo de reponderação do IPC de Curitiba; c) desenvolvimento de modelos de previsão; d) aprimoramento metodológico, construção e cálculo do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM); e) avaliação/acompanhamento qualitativo das pesquisas periódicas do IPARDES.
- Área de Informática – a) apoio na implantação de sistema de informação socioeconômica da Secretaria de Planejamento do Estado de Rondônia; b) realização de discussões técnicas, testes e revisões do desenvolvimento de melhorias no sistema BDE; c) desenvolvimento de sistemas: para administração de recursos humanos do IPARDES, de consulta de base de dados do mercado de trabalho, de sistemas de informações para a BDE; d) desenvolvimento do novo portal do IPARDES; e) desenvolvimento de recurso tecnológico para projetos e sistemas de gestão de atividades.

24.7 Companhia de Informática do Paraná (CELEPAR)

Sociedade de economia mista, com capital fechado, vinculada à SEPL, é a mais antiga Empresa Pública de Informática no país. Sua estrutura organizacional é composta por uma Assembleia Geral, um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. O Conselho de Administração da CELEPAR é integrado por sete membros, sendo um deles escolhido por votação secreta entre os empregados da empresa.

Fiel aos objetivos propostos no Plano de Governo, está focada na inovação como fator de competitividade e desenvolvimento, dispendendo esforços na coordenação do provimento das condições mínimas necessárias para o avanço da tecnologia no Estado.

Dentro dessa premissa e da busca em prover soluções de TIC que permitam melhorar o desenvolvimento da gestão pública e a qualidade de vida do cidadão, apresenta como principais realizações no ano de 2011.

24.7.1 Serviços Voltados ao Governo

- Adequação do Sistema EADI – Porto Seco – Cascavel: a pedido da Receita Federal e da CODAPAR, foram realizadas adequações no sistema de controle da estação aduaneira de Porto Seco, implantado em setembro, visando a sua reabertura e permitindo o desembarço aduaneiro na própria unidade.
- SIGAME (Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual) versão 1 - para a SEPL, implantado em setembro, permitiu a elaboração do Plano Plurianual 2012-2015 e foi disponibilizada para todas as secretarias/órgãos do Estado.
- Sistema de Elaboração do Orçamento 2012 - para a SEPL, implantado em setembro.
- Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional (e-ORG) - para a SEPL, implantado em agosto, o sistema visa maior controle e melhoria no processo de manutenção das informações da estrutura organizacional do Paraná com seus cargos em comissão, seus titulares e a integração com os atos formais.
- Controle de Emendas Orçamentárias - para a ALEP, implantado em outubro, o sistema permite o cadastro das Emendas Orçamentárias pelos deputados estaduais, sua avaliação pela Comissão de Orçamento da ALEP e a integração com o sistema da COP/SEPL.
- ImprensaNet - envio de matérias Avulsas - para o DIOE, implantado em setembro, o módulo possibilita o envio de matérias avulsas para o sistema de envio e publicação de Diários Oficiais. A unificação no sistema propiciou maior controle e agilidade nos processos.
- Sistema de Controle Interno - para a Coordenação de Controle Interno, implantado em janeiro, foi desenvolvido para levantamento das informações relacionadas à despesa com pessoal, outros custeios, investimentos, pagamento de amortização e serviços da dívida do Estado e restos a pagar, possibilitando agilidade no levantamento e análise das informações e a transparência no diagnóstico das contas públicas no início da gestão.
- GSUS – Módulo de Atendimento do Corpo Clínico - Hospital Infantil Waldemar Monastier (Campo Largo) e Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier – para a SESA, implantado em outubro, realiza o registro eletrônico do prontuário do paciente (avaliação, evolução, diagnóstico, prescrição e acompanhamento), de forma integrada, compartilha a informação no próprio hospital e nas unidades de saúde da SESA, proporcionando satisfação do cliente, qualidade e agilidade no diagnóstico, além de otimizar os recursos de assistência disponibilizados.
- GSUS – Módulo de Internação - Hospital Infantil Waldemar Monastier (Campo Largo) e Hospital Regional do Litoral de Paranaguá – para a SESA, implantado em novembro, permite o controle de leitos, registro de internações e altas, emissão de documentos e

relatórios estatísticos de censo hospitalar. Pelas funcionalidades disponibilizadas, o hospital poderá organizar e controlar os processos referentes a internação, proporcionando maior qualidade e agilidade no acompanhamento do paciente aumentando a credibilidade do serviço prestado.

- Gestão de Autorização para Divulgação e Veiculação (GADV) – para a SECS, implantado em janeiro, o sistema permite o cadastramento, tramitação, gestão, controle e acompanhamento dos Pedidos de Autorização de Divulgação e Veiculação (PADV), que são gerados para cada ação de divulgação/veiculação de publicidade ou propaganda dos órgãos do Estado.
- Acolhimento – para a SEDS, implantado em novembro, o sistema permite: a) fazer o levantamento de pessoas com deficiência acolhidas por instituições e em fila de espera aguardando acolhimento; b) o mapeamento da situação no Estado; c) facilita o planejamento de ações para abrigar e atender este público.
- Projeto Merenda Escolar – para a SEED, módulo implantado em julho, controla o recebimento e o estoque na escola. Possibilita o gerenciamento da utilização dos produtos na escola melhorando a aceitabilidade.
- Melhorias nos sistemas de Notas Fiscais – para a SEFA, implantada em fevereiro a atualização de versão de sistemas informatizados; em março o compartilhamento de documentos fiscais eletrônicos; e em novembro o módulo offline das Notas fiscais de produtores rurais.

24.7.2 Serviços Voltados ao Cidadão

- Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) – para a Corregedoria e Ouvidoria Geral, implantado em agosto, tem como objetivo possibilitar ao Cidadão cadastrar diretamente nos sites das Ouvidorias reivindicações, reclamações e sugestões permitindo o acompanhamento dos trâmites e providências tomadas referentes aos registros efetuados. A proposta desta implantação, além da integração de todas as Ouvidorias do Estado e de facilitar a interação entre Ouvidor e Cidadão, é gerar indicadores de desempenho para avaliação das diversas áreas do Poder Executivo Estadual.
- Delegacia Eletrônica – BO Eletrônico – para a SESP, implantado em setembro, o sistema para registro de boletim de ocorrência de perda ou extravios de documentos, eletrônicos e financeiros e possibilidade de registro de denúncias diversas. Possibilita, desde que com o número do protocolo, a emissão da cópia *online* da ocorrência. Estes serviços refletiram diretamente na redução do volume de atendimentos presenciais nas delegacias.
- Boletim de Acidentes de Trânsito Unificado (BATEU) – para a SESP, implantado em abril, padroniza e informatiza os procedimentos de registro de acidentes de trânsito urbanos e rodoviários no Estado do Paraná. Possibilitou a coleta de dados estatísticos para melhorar a atuação dos batalhões de trânsito.

- Mobile Fazenda – para a SEFA, implantado em dezembro, com a disponibilização de acesso móvel à população dos seguintes serviços prestados pela Fazenda/PR: confirmação de certidão negativa, consulta ao cadastro de contribuintes, PAF, Agências da Receita Estadual e débitos do IPVA.
- Detran Fácil – para o DETRAN, o serviço permite ao próprio cidadão solicitar pela internet, a segunda via do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, segunda via da Carteira Nacional de Habilitação e CNH definitiva. O objetivo é ampliar a oferta de serviços *online*, diminuindo o fluxo de pessoas e o tempo de espera nas unidades. De maio a outubro, foram registrados 48.498.373 acessos a nova página.

24.7.3 Tecnologia

AÇÃO	BENEFÍCIOS	INVESTIMENTO APROXIMADO (R\$ 1,00)	DATA
Aquisição de "Virtual Tape Library – VTL"	Modernização dos recursos de cópias de segurança (backup) do ambiente central	1.000.000	1º semestre
Ampliação dos recursos de armazenamento no ambiente central	Crescimento de 150TB passando de 180TB líquidos para mais de 330TB	3.300.000, sendo em torno de 90% aportado pela SEFA	1º semestre
Disponibilização de Infraestrutura	Capacidade de internalização de mais de 70 novas aplicações		1º semestre
Atualizações de softwares	Atualizações de versões de softwares, entre eles: banco de dados SQL-Server, banco de dados ADABAS, servidor de aplicação JBOSS e linguagem de programação Natural.		1º semestre
Implementação de sistemas de segurança	Melhoria no sistema de segurança contra invasores digitais.		1º semestre
Readequação e ampliação do ambiente de bancos de dados Oracle	Ganhos diretos para sistemas da SEFA e SEAP	8.000.000	2º semestre Concretização até dez
Aquisição de servidores para bancos de dados e serviços de rede	Melhora de infraestrutura no ambiente corporativo	500.000	2º semestre Concretização até dez
Aquisição de ferramentas	Monitoramento de aplicações no ambiente central	1.000.000	2º semestre Concretização até dez
Aquisição de software de gestão de portfólios e projetos da CELEPAR	Aumento da eficiência na Gestão	2.000.000	2º semestre Concretização até dez

24.7.4 Internet

- Novo Portal do Governo do Paraná - o Portal é um grande centralizador de informações e serviços do interesse do cidadão na condição de pessoa física, empresário, turista e servidor. Desenvolvido em 2011, adota uma gestão de comunicação padronizada no desenvolvimento Web para todos os órgãos e entidades da administração estadual. Tem como objetivos garantir a acessibilidade aumentando o rol de serviços oferecidos e a satisfação do Cidadão. De março a outubro foram registrados 6.581.994 acessos ao novo Portal.

24.7.5 Projetos Especiais

- COPA 2014 - tem como objetivo estratégico auxiliar na qualidade de gestão dos projetos relacionados à COPA 2014, no âmbito do Estado do Paraná. Permite acompanhar com eficiência as diversas fases dos projetos e garante a qualidade e integridade dos dados, o que facilita os aspectos relacionados à transparência. É composto por nove Câmaras Temáticas, formadas por cerca de 200 representantes do Estado, do município de Curitiba e entidades da sociedade civil, divididas em: Turismo; Segurança; Meio Ambiente e Sustentabilidade; Educação; Cultura e Ação Social; Comercial e Tecnologia; Infraestrutura; Saúde; Estádios e Transparência. Além de atuar como facilitadora disponibilizando a ferramenta de Gestão de Projetos - e treinar seus usuários - a CELEPAR elaborou seminários para capacitar as Câmaras Temáticas em Planejamento e desenvolveu o Portal da Copa 2014-Paraná, pelo qual os participantes podem acessar os projetos, criar fóruns para discussão de propostas e facilitar o seu relacionamento.
- Sala de Situação do Governo - em fase de implantação, o projeto emprega o conceito de Business Intelligence (BI) como mecanismo de suporte. É um ambiente construído para concentrar informações estratégicas que ficarão à disposição para consulta do poder executivo em tempo real, com condições de orientar a agenda do governante, manter uma central de relacionamento com a sociedade, realizar pesquisas e fornecer dados atualizados de todo o Estado, melhorando os processos decisórios dos administradores públicos. As principais tecnologias adotadas são BI, Geoprocessamento, Inteligência Artificial, aplicações cliente/servidor e Web, tecnologia VOIP e estrutura de comunicação de dados wireless (tecnologia sem fio).
- Rede Executiva de Gestão - tem como principal objetivo disponibilizar aos gestores públicos, em tempo real e em um único sistema, informações estratégicas sobre os aspectos social, político, econômico e financeiro do Estado para apoiar a tomada de decisão. Tem como missão transformar a Rede Executiva de Gestão na principal ferramenta de trabalho dos Gestores Públicos do Estado. Na primeira etapa, estão sendo atendidos: Governador, Vice-governador, Secretários de Estado, Secretários Especiais e Entidades Vinculadas, Diretores Gerais e Chefes de Gabinete. O acesso se dá pelo Portal da Rede Executiva (www.redeexecutiva.pr.gov.br) que conta com 26 usuários respondendo por uma média diária de 10 acessos. Os participantes do projeto receberão um Kit de Gestão, composto por 1 All-In-One, 1 IPAD e 1 Iphone. Em 2011 foram disponibilizados 10 IPADs de um total de 130 equipamentos.
- Mutirão da Cidadania - Paraná em Ação - a CELEPAR é a principal parceira do Secretário Especial de Relações com a Comunidade no projeto. Em 2011, além de prover a infraestrutura lógica e elétrica do evento, bem como a configuração e assistência técnica dos computadores de todos os parceiros que levam serviços gratuitos à população, inovou disponibilizando um estande com 10 computadores para acesso gratuito a internet e redes sociais, estimulando a cidadania por meio dos recursos da tecnologia da informação.

24.7.6 CELEPAR em Números

• Internet

AÇÃO	OUTUBRO/2010	OUTUBRO/2011	% CRESCIMENTO
Sites Produzidos	76	104	36,0%

• Sistemas Ativos

AÇÃO	2010	2011	% CRESCIMENTO
Sistemas ativos	527	(1)886	68,0%

(1) Atendem diretamente a 92 órgãos.

• Expresso – Ferramenta de Correio Eletrônico

AÇÃO	2010	2011	% CRESCIMENTO
Quantidade contas de e-mail	138.656	157.898	13,5%

• Central de Atendimento

AÇÃO	OUTUBRO/2010	OUTUBRO/ 2011	% CRESCIMENTO
Quantidade atendimentos	279.316	299.629	7,3%

• Impressões

AÇÃO	OUTUBRO/2010	OUTUBRO/2011	% CRESCIMENTO
Impressões - Total	32.426.769	35.382.381	9,0%
Produção CI	388.973	390.624	1,0%
Impressões de grande porte	25.224.637	25.188.903	-0,0%
Impressões de multas da trânsito	1.552.736	2.025.077	30,0%
Impressões Aviso de Licenciamento anual GRLAV	2.706.445	2.886.082	7,0%
Impressões Certificado Registro de Veículos - CRV	1.485.033	1.601.264	8,0%

• Contratos

AÇÃO	2010	2011	% CRESCIMENTO
Número contratos	71	86	15,0%
Valor Contratos	R\$ 167.754.591,19	R\$ 180.418.441,52	6,0%

Trabalho, Emprego e Economia Solidária



25 Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS)

A SETS, por meio do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, do Departamento de Economia Solidária e do Departamento das Relações do Trabalho, baseou suas ações nas diretrizes governamentais, buscando assegurar que a missão de inclusão social atendesse conjuntamente aos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os principais Programas desenvolvidos e os resultados alcançados durante o ano de 2011, estão a seguir relatados.

25.1 Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (DETER)

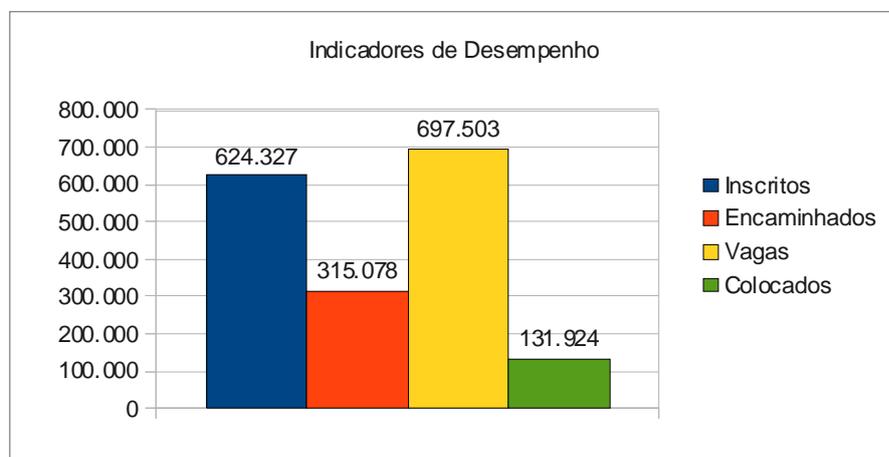
Realizou ações de aprimoramento e integração dos programas, destacando-se a iniciativa de credenciar todas as Agências do Trabalhador existentes no Paraná junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, o que permitirá receber recursos, por meio de Convênio do Fundo do Amparo ao Trabalhador (FAT). Atualmente, dos 399 municípios do Paraná, 223 municípios possuem Agências do Trabalhador.

25.1.1 Programa Intermediação de Mão de Obra

As Agências do Trabalhador tem como objetivo a colocação do trabalhador no mercado de trabalho e o suprimento de força de trabalho adequada aos empregadores, com qualidade e rapidez.

O Programa realizou a colocação de 131.924 trabalhadores no mercado formal de trabalho, representando 11,1% do total de admitidos registrado pelo CAGED (gráfico 1). Esta taxa é superior a verificada para o Brasil, que alcançou 7,7% do total de admitidos no país, segundo o Ministério do Trabalho.

GRÁFICO 1 - RESULTADOS DO PROGRAMA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA - PARANÁ



FONTE: Simo Internet/SETS e MTE

Dentre os trabalhadores que buscam uma colocação no mercado de trabalho, há alguns segmentos que têm maior dificuldade de inserção e são considerados como público prioritário do Programa (jovens, idosos e portadores de deficiência), verificando-se que 56,8% do total de colocados (131.924) correspondem a esses segmentos prioritários (gráfico 2).

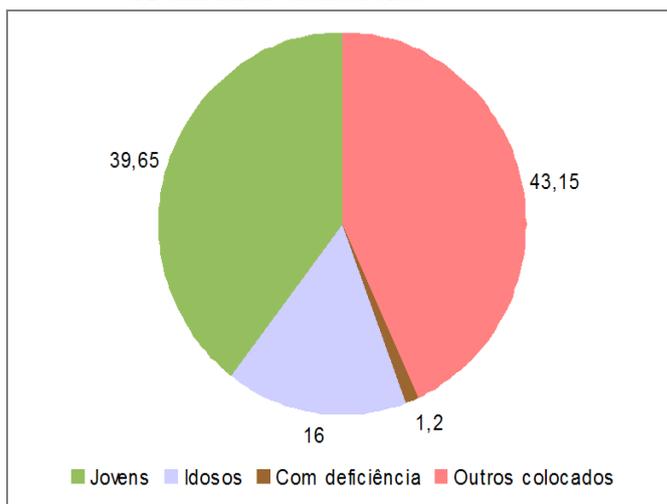
TABELA 1 - NÚMERO DE COLOCADOS EM SEGMENTOS PRIORITÁRIOS PELO PROGRAMA

PÚBLICO PRIORITÁRIO	TOTAL DE COLOCADOS (A)	TOTAL DO PÚBLICO PRIORITÁRIO (B)	B/A (%)
Jovens entre 16 e 24 anos	131.924	52.308	39,6
Pessoas com idade superior a 40 anos		21.107	16,0
Pessoas com deficiência		1.577	1,2

FONTE: Simo Internet/SETS e MTE.

O fator que mais contribuiu para a baixa inserção das pessoas com deficiência é a pouca escolaridade. A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 10% da população mundial possui algum tipo de deficiência, no entanto, o índice de alfabetização dessa população não passa de 3%.

GRÁFICO 2 - PARTICIPAÇÃO DOS SEGMENTOS PRIORITÁRIOS NO TOTAL DE COLOCADOS - JAN A OUT/2011



Para atender ao público prioritário, além do atendimento rotineiro prestado nas Agências do Trabalhador, foram realizadas ações adicionais:

- Treinamentos e oficinas de orientação para o trabalho, incluindo jovens, trabalhadores com mais de 40 anos e mulheres chefes de família com até segundo grau incompleto.
- Oficinas em todo o Estado, em parceria com a SEED, visando a inclusão no Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda dos estudantes com deficiência intelectual e/ou múltipla, matriculados nas Escolas Básicas - Modalidade Educação Especial.
- Parceria com o Ministério Público do Trabalho e a Superintendência Regional do Trabalho, para cumprimento da Lei de Cotas, por meio de Termo de Ajuste de Conduta com as empresas que possuem mais de 100 funcionários.

25.1.2 Programa Habilitação ao Seguro-Desemprego

Promoveu a concessão do benefício ao trabalhador desprovido de renda ou de emprego, e que busca nova colocação, acessando para tanto a intermediação de mão de obra, a orientação e a qualificação social e profissional.

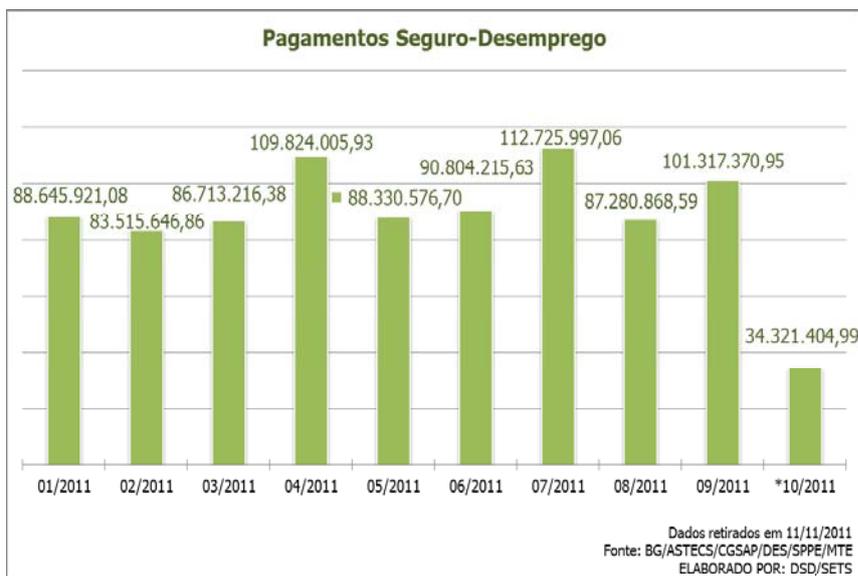
Foram habilitados ao benefício 290.614 trabalhadores (figura1), o que representou 80% das habilitações do Estado, considerando que também são executores da política no Paraná, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e as prefeituras de Londrina, Curitiba, Ponta Grossa e Maringá. O Programa atendeu também outros Estados, principalmente, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Santa Catarina.

FIGURA 1 - NÚMERO DE TRABALHADORES HABILITADOS AO SEGURO DESEMPREGO



A assistência financeira disponibilizada aos beneficiários do Seguro-Desemprego foi na ordem de R\$ 883,5 milhões, volume expressivo de recursos que movimentou a economia paranaense no período (figura 2).

FIGURA 2 - VALOR TOTAL DOS BENEFÍCIOS REPASSADOS AOS TRABALHADORES HABILITADOS AO SEGURO DESEMPREGO



25.1.3 Programa de Microcrédito Orientado e Assistido – Banco Social

Buscando combater a pobreza e o desemprego, por meio do fortalecimento das atividades econômicas de pequeno porte, o Programa Banco Social é uma alternativa não assistencialista no atendimento à população de menor poder aquisitivo.

Foram realizadas, em todo Estado, 1.467 operações com valor contratado de R\$ 8,9 milhões a uma taxa variando de 0,67% a 0,95% a.m. (tabela 1).

TABELA 1 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR REGIONAL NO PERÍODO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2011

ESCRITÓRIO REGIONAL	OPERAÇÕES REALIZADAS	VALOR EMPRESTADO (R\$)
Curitiba	81	448.655,12
Campo Mourão	109	662.904,19
Cascavel	127	736.895,14
Cianorte	2	7.800,00
Cornélio Procopio	28	149.562,49
Foz do Iguaçu	76	484.966,80
Francisco Beltrão	131	994.627,06
Guarapuava	22	120.029,99
Irati	15	105.022,15
Ivaiporã	4	17.429,20
Jacarezinho	157	1.011.922,00
Londrina	141	796.695,31
Maringá	20	145.382,31
Paranavaí	124	636.829,49
Pato Branco	345	2.118.494,85
Ponta Grossa	15	85.189,26
Umuarama	48	292.278,81
União da Vitória	22	142.056,00
TOTAL ANUAL	1467	8.956.740,17

25.1.4 Operação Litoral

Atingido por uma forte chuva, o litoral paranaense foi beneficiado pelo Programa de Recuperação do Litoral (Decreto nº 836 de 15/03/2011). Na recuperação, houve deslocamento de três Agentes de Crédito capacitados para o desempenho da função na região atendida.

Foram concedidos créditos a juros especiais de 0,66% a.m., beneficiando os municípios de Antonina, Morretes, Paranaguá e Guaratuba; e realizadas 105 operações, liberando R\$ 710,1 mil (tabela 2).

TABELA 2 - OPERAÇÕES DE MICROCRÉDITO - PERÍODO 29/04 A 06/09/2011

AÇÕES	MUNICÍPIOS				TOTAL
	Antonina	Paranaguá	Morretes	Guaratuba	
Atendimentos	652	74	493	61	1280
Operações	42	9	88	12	151
Contratos/Concedidos	30	4	62	10	106
Valor Liberado (R\$)	172.949,53	29.260,57	440.798,94	67.115,99	710.125,03

25.1.5 Programa de Qualificação Social e Profissional

- Implementação do Plano Territorial de Qualificação (PlanTeQ/2010) - com a qualificação de 2.056 trabalhadores, envolvendo recursos de R\$ 1,6 milhão, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e pelo Governo Estadual.
- Encaminhamento do Projeto de Lei de criação do Fundo Paranaense de Apoio ao Trabalho - FAT Paraná, destinado a garantir recursos para o desenvolvimento de políticas públicas de trabalho, emprego e renda no Estado.
- Elaboração do Plano de Implementação e do Termo de Referência do Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, convênio que prevê, para 2012, a qualificação de 7.000 jovens e recursos no montante de R\$ 13,0 milhões, sendo R\$ 10,4 milhões do MTE e R\$ 2,6 milhões do TGE.
- Participação no II Fórum Mundial de Educação Profissional Tecnológica; e da seleção e encaminhamento de trabalhadores para os cursos do PRONATEC, em parceria com a SEED, SEDS e entidades do Sistema “S”.
- Organização do Seminário Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego – PRONATEC.

25.1.6 Programa Orientação Profissional do Trabalhador

- Assinatura do Convênio de Cooperação Técnica entre a SETS e o IFPR, tendo como objeto a implantação das Telessalas do Trabalhador, que servirão como uma importante ferramenta para o Programa de Orientação Profissional. Com a implantação de 125 Telessalas e capacitação de 125 tutores locais.
- Oficinas para a Melhoria das Competências para o Trabalho.
- Oficinas de Marketing Pessoal e Profissional - via satélite e ao vivo, com a participação de 1.200 trabalhadores.

25.1.7 Programa Certificação Profissional

- Oficinas de Planejamento – realizadas com a participação da SEED e IFP.
- Desenvolvimento, adaptação e publicação do Manual do Candidato para a certificação do Perfil Pedreiro.
- Implantação do Projeto Piloto na área da Construção Civil para o público da Capital e Região Metropolitana, encaminhando 139 trabalhadores pedreiros.

25.1.8 Programa Central do Empreendedor Individual

- Reestruturação da política de apoio aos profissionais autônomos, compatibilizando com as determinações da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008.
- Elaboração de apostilas e treinamento de agentes públicos em empreendedorismo na operacionalização dos Programas Federal e Estadual.

- Central do Profissional Autônomo - elaboração de relatórios mensais de produção do programa embrionário em execução.
- Inscrição de 1.941 profissionais, realizando um total de 1.895 serviços (tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO DE PROFISSIONAIS INSCRITOS E DE SERVIÇOS COLETADOS E REALIZADOS

MÊS	PROFISSIONAIS INSCRITOS	SERVIÇOS	
		Coletados	Realizados
Janeiro	302	209	213
Fevereiro	337	196	186
Março	293	223	328
Abril	190	186	153
Maio	246	259	227
Junho	184	197	213
Julho	140	179	141
Agosto	122	143	124
Setembro	47	154	183
Outubro	80	141	127

FONTE: SETS

25.1.9 Programa do Artesanato Paranaense

- Desenvolvimento do Projeto Estrutural do site do Programa do Artesanato Paranaense e Credenciamento do Setor Artesanal no Paraná.
- Apoio à comercialização e à participação de 157 artesãos com total de vendas no stande paranaense de R\$ 64,2 mil.

25.2 Departamento de Economia Solidária (DESOL)

Instituído em junho de 2011, desenvolveu ações pelas áreas do Desenvolvimento Institucional dos Empreendimentos de Economia Solidária (DIES) e de Estudos e Projetos (DEPS).

A área do Desenvolvimento Institucional operacionalizou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mediante a compra e doação de alimentos provindos da agricultura familiar com o objetivo de apoiar, estimular e fomentar iniciativas de produção, bem como promover o desenvolvimento local, resultando na geração de trabalho, renda e inclusão social da parcela da população sob risco nutricional.

O Paraná executa o Programa desde 2004, desde então, vem aumentando gradativamente a participação do número de municípios e de famílias de agricultores. Do início do programa até 2011, houve um acréscimo significativo de pessoas beneficiadas e agricultores familiares envolvidos. Em 2004, eram 33 municípios atendidos, em 2011 são 274, o que representa 68,7% de todos os municípios do Estado. As ações foram realizadas no sentido de apoiar estratégias solidárias de organização em rede para a produção, comercialização e consumo de alimentos.

Principais resultados do PAA entre as entidades sociais:

- Complementação da alimentação ofertada nas instituições sociais - na maioria a alimentação passou do conjunto chá/bolacha para a refeição completa arroz/feijão/verduras/carne.
- Qualidade do alimento da agricultura familiar - é avaliado como sendo superior aos alimentos industrializados e ou adquiridos em mercados locais.
- Aproximação do meio urbano com o rural - influenciando na compreensão e entendimento sobre a forma e funcionamento do meio rural.
- Desconstrução de preconceitos - entre eles o de que crianças não aceitariam frutas, verduras e outros alimentos, em suas refeições.
- Investimentos na estrutura física e de pessoal das cozinhas das instituições - o alimento in natura necessita de mais profissionais no preparo e de espaços adequados para armazenagem e preparação.

Principais resultados e impactos do PAA entre os agricultores:

- Aumento da renda familiar - em muitos casos, conquista de renda familiar.
- Garantia de mercado e de preço no período em que participa do Programa.
- Aumento na diversificação da produção de alimentos comercializados.
- Abertura de novos canais de comercialização - venda direta nas residências, pequenos mercados, feiras livres, entre outros.
- Melhoria da infraestrutura, da embalagem e do transporte.
- Envolvimento dos jovens na produção da propriedade.
- Elevação da autoestima dos agricultores, pois sentem-se valorizados quando seus alimentos são consumidos pela comunidade.

QUADRO EVOLUTIVO DO PAA NO ESTADO - 2004/2011

ANO EXECUÇÃO	MUNICÍPIOS PARTICIPANTES	CONVÊNIOS FIRMADOS	AGRICULTORES BENEFICIADOS	ENTIDADES ATENDIDAS	PESSOAS BENEFICIADAS	RECURSO APLICADO
2004	33	40	935	306	92289	R\$ 1.635.000,00
2005	81	91	2864	964	367374	R\$ 5.008.000,00
2006	204	230	5658	1995	791567	R\$ 10.631.000,00
2007	215	227	5662	2354	828488	R\$ 10.433.000,00
2008	-	-	-	-	-	-
2009	236	243	5058	2362	799008	R\$ 15.086.000,00
2010/2011	274	287	6932	2950	980289	R\$ 22.702.000,00

A área de Estudos e Projetos do Departamento de Economia Solidária participou na elaboração e/ou negociação dos seguintes projetos:

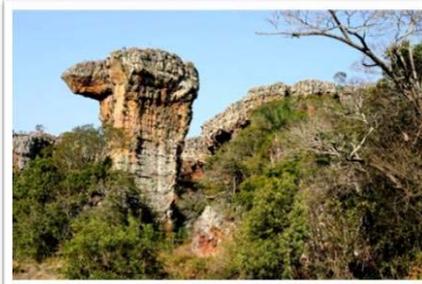
- Projeto Tecnologias para o Desenvolvimento Social - financiado pela FINEP, empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia, em parceria com a SETI, visa a constituição do Arranjo Produtivo Solidário na área da alimentação no Território da Cidadania do Cantuquiriguaçu para estruturar 10 empreendimentos econômicos solidários.
- Programa Integrado de Ações de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial Sustentável Solidário no Estado - em parceria com MTE, por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), visa desenvolver ações integradas

de Economia Solidária em cinco Territórios da Cidadania (Centro-Sul, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Ribeira, Vale do Ivaí), que envolvem 90 municípios no Estado, prevendo a constituição de 50 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e a constituição da Rede Solidária de Comercialização. Objetivando promover a inserção cidadã e a geração de renda dos trabalhadores no mundo do trabalho, desde 2009 fomenta-se a criação do Arranjo Produtivo Solidário, na área de alimentação, nos Escritórios Regionais de Cascavel (Campo Bonito e Guaraniaçu), de Campo Mourão (Iretama e Roncador) e Guarapuava (Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Candói, Goioxim, Laranjal, Laranjeiras do Sul, Marquinho, Palmital, Pinhão, Porto Barreiro, Prudentópolis, Quedas do Iguaçu, Reserva do Iguaçu e Turvo), com a qualificação de 520 trabalhadores, onde estão sendo constituídos os EES. Organizados em torno da cadeia produtiva da alimentação, geram uma renda anual de R\$ 4,5 mil por agricultor na entrega de alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos, a exemplo dos municípios de Marquinho, Goioxim, Reserva do Iguaçu, Porto Barreiro, Quedas do Iguaçu, Boa Ventura de São Roque, Laranjal e Palmital.

25.3 Departamento de Relações do Trabalho

Instituído em junho, desenvolveu suas ações visando promover a democratização e a modernização do sistema de relações de trabalho, por meio do diálogo e da negociação tripartite entre trabalhadores, governo e empregadores. Alcançou os seguintes resultados:

- Negociação do Piso Mínimo Regional, considerado o maior do Brasil.
- Criação do Grupo Executivo do Trabalho Decente.
- Realização de seis Conferências Macrorregionais com a participação de 1.700 pessoas, eleição de 600 Delegados para a Conferência Estadual, de 55 Delegados e 25 suplentes para a Conferência Nacional.
- Intermediação de conflitos trabalhistas, tais como URBS e SINDIMOC; nas greves da Volkswagen e da Renault do Brasil; e na Convenção Coletiva das empregadas domésticas. Além de acordo, em conjunto com a SESA, visando a proteção do trabalhador, operador de máquinas.
- Negociação com empresas fornecedoras, entre elas, Nippo Denso do Brasil.

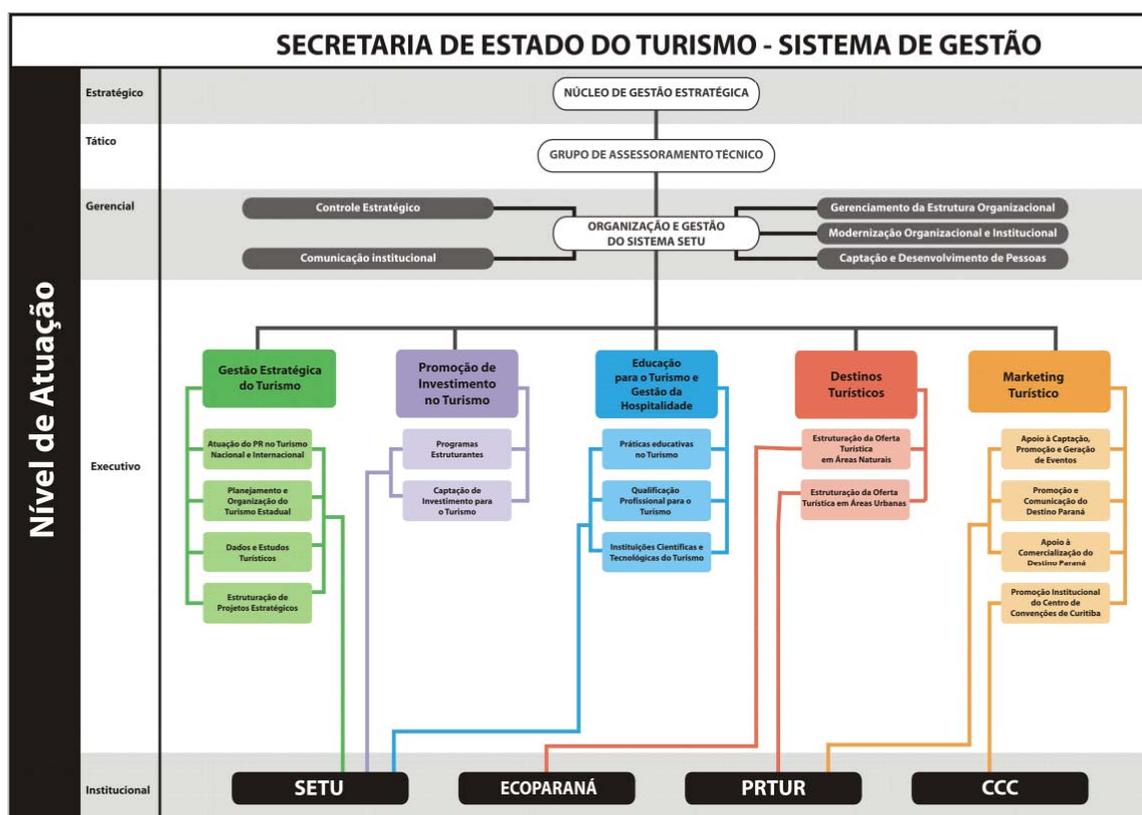


26 Secretaria de Estado do Turismo (SETU)

A SETU tem como missão “Fomentar e promover a atividade turística, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná e para a satisfação de seus visitantes”.

Atua a partir de um Sistema de Gestão pró-ativo, horizontal e integrado, orientado para a identificação de oportunidades e alcance de resultados efetivos com a otimização de recursos, composto por sua administração direta e por suas unidades vinculadas Paraná Turismo, Centro de Convenções de Curitiba e ECOPARANÁ, além dos escritórios de Londrina, Cascavel e Foz do Iguaçu, no nível regional, dentro de um modelo de estrutura matricial que visa o alinhamento sistêmico entre seus componentes, de forma a garantir integração e direcionamento comuns, além de clareza na atuação institucional.

A representação gráfica a seguir (figura 1 - Sistema de Gestão), permite visualizar os diferentes níveis de atuação – estratégico, tático, gerencial, executivo, institucional, assim como os eixos estratégicos e programas vinculados a cada instituição, que orientaram as principais atividades realizadas em 2011.



FONTES: Secretaria de Estado do Turismo (2011)

O Sistema SETU está orientado para desempenhar sua gestão de forma inovadora, a partir de alianças estratégicas com as organizações dos setores públicos, privado e academia, de forma transversal, ou seja, compreendendo que o Turismo deve ser trabalhado dentro do conceito de

Sistema, onde o resultado que se espera para a atividade no Paraná depende do conjunto de atores da sociedade e da economia, vindo a conformar a visão do Pacto Paraná para o Turismo, trazendo seu reconhecimento como setor estratégico, facilitador da integração institucional e promotor de negócios e inclusão social.

26.1 Administração Direta

A SETU tem por finalidade as atividades relativas à definição de diretrizes, à proposição e à implementação da política de governo na área do turismo, em todas as suas modalidades de gestão, promoção, normatização, hospitalidade e incentivo ao turismo, como fator de desenvolvimento econômico e social. É responsável pelos Eixos Estratégicos de Gestão Estratégica do Turismo; Promoção de Investimentos no Turismo; e, Educação para o Turismo e Gestão da Hospitalidade.

Atividades realizadas:

- Gestão Estadual do Turismo - realização do Plano de Ações do Sistema SETU para o período 2011-2014, como também a coordenação de 05 reuniões ordinárias e das ações e Grupos de Trabalho do Conselho Estadual de Turismo, com a definição do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2012-2015 e estudos para constituição do Fundo Estadual de Turismo. O diagrama a seguir mostra os instrumentos utilizados.

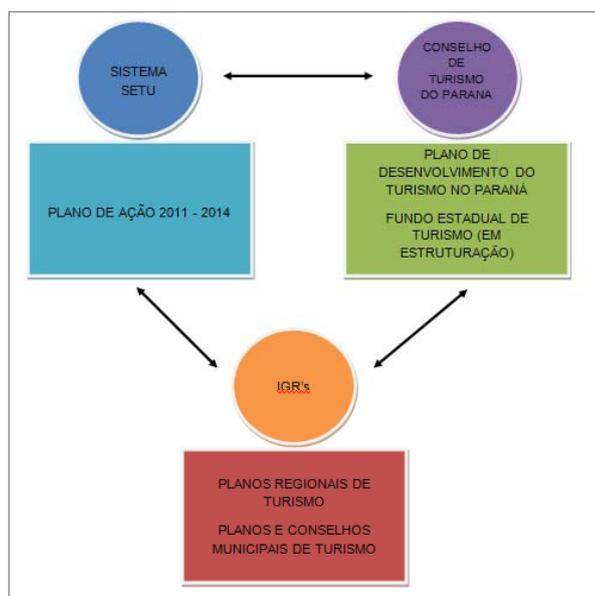


FIGURA 2 - DIAGRAMA INSTRUMENTOS DE GESTÃO ESTADUAL /PR
FONTE: SETU (2011)

- Gestão Regional e Municipal - realização de ações para fortalecimento das Instâncias de Governança Regional (IGRs) das 10 regiões turísticas do Estado, por meio da estruturação de legislação com definição de critérios para certificação das mesmas e da realização de missão técnica, utilizando metodologia de benchmarking, em parceria com o SEBRAE, para o Circuito Turístico Caminhos Sul de Minas/MG, entre os dias 21 e 23 de novembro, com a participação de 19 representantes das IGRs. Assessoramento

na realização de inventários da oferta turística em 19 municípios e na análise de equipamentos e atrativos em diferentes municípios do Estado, como também a finalização da análise e definição do nível de desenvolvimento turístico de 192 municípios do Paraná.

- PRODETUR - conclusão dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos três Pólos Turísticos selecionados no Paraná: Foz do Iguaçu e municípios Lindeiros, Litoral Paranaense e Curitiba, Região Metropolitana e Campos Gerais, e consolidação dos mesmos dentro de um documento único totalizando investimentos previstos no valor de R\$ 92,0 milhões.
- Ordenamento dos Segmentos Turísticos – a) Turismo Religioso: realização de Convênio com o Instituto Gaudium de Proteção à Vida, vinculado a CNBB, com ações de promoção e divulgação nas regiões turísticas, assim como Acordo de cooperação entre esse Instituto, a PROMOCAT Marketing e a Agenzia Puglia Promocione da Itália, para inserir o Paraná como um dos cinco destinos brasileiros junto aos operadores mundiais do segmento, dentre outras ações; b) Turismo Rural: articulação e estruturação do GT de Turismo em Áreas Rurais junto com a SEAB, visando o desenvolvimento do segmento no Paraná; c) Turismo Náutico: criação e coordenação do Grupo de Trabalho do Paraná e articulação com entidades que atuam no setor; d) Turismo em Áreas Naturais: Acordo de Cooperação entre SETU/ECOPARANÁ e SEMA/IAP visando o uso público de unidades de conservação estaduais, que resultará na construção de uma política de desenvolvimento para o turismo em áreas naturais do Paraná. Dentro deste tema iniciou-se debates e estruturação de propostas para a Ilha do Mel entre SETU/SEMA/prefeitura, visando a estruturação e implementação de um Plano de Desenvolvimento do Turismo, com ações voltadas à qualificação e certificação de serviços e equipamentos turísticos.
- COPA FIFA 2014 - coordenação GT Temático do Turismo, no âmbito da SECOPA, com a estruturação, articulação e acompanhamento das ações previstas pelas diferentes entidades do setor, dentro de áreas como qualificação, recepção turística, hotelaria e marketing.
- Atuação no Sistema Nacional de Turismo - participação no Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR), ocupando a Vice-presidência da Região Sul e na Comissão de Turismo do CODESUL – Turismo Brasil Sul (MS, PR, SC, RS), com ações de gestão e promoção integradas.
- Atuação no Turismo Internacional - ações de parceria com a Organização Mundial do Turismo, União Europeia e BID para a melhoria da gestão do Sistema e do setor. Destaca-se como ação efetiva e articulação com a ABIH e o SEBRAE para a implementação do Projeto de Transferência Tecnológica para pequenos hotéis (Amadeus) em empreendimentos de pequeno porte existentes no Estado.

- Estatísticas do Turismo - criação de um grupo de pesquisas interinstitucional para a realização de diferentes estudos e ações com vistas a monitorar a atividade turística no Paraná: fluxo turístico, receita gerada, empregos, empreendimentos, impactos econômicos (PIB estadual, Conta Satélite do Turismo) etc. Como resultado inicial deste trabalho foi realizado em Foz do Iguaçu o 2º Encontro do Programa de Cooperação para Harmonização dos Sistemas de Estatísticas Turísticas dos países do Cone Sul, entre os dias 5 a 8 de novembro, promovido pelo BID, ARALDI e MTur, como também a Pesquisa de Demanda Turística de Foz do Iguaçu entre os dias 27 de novembro e 02 de dezembro. A seguir seguem os gráficos com dados do Paraná de 2010.

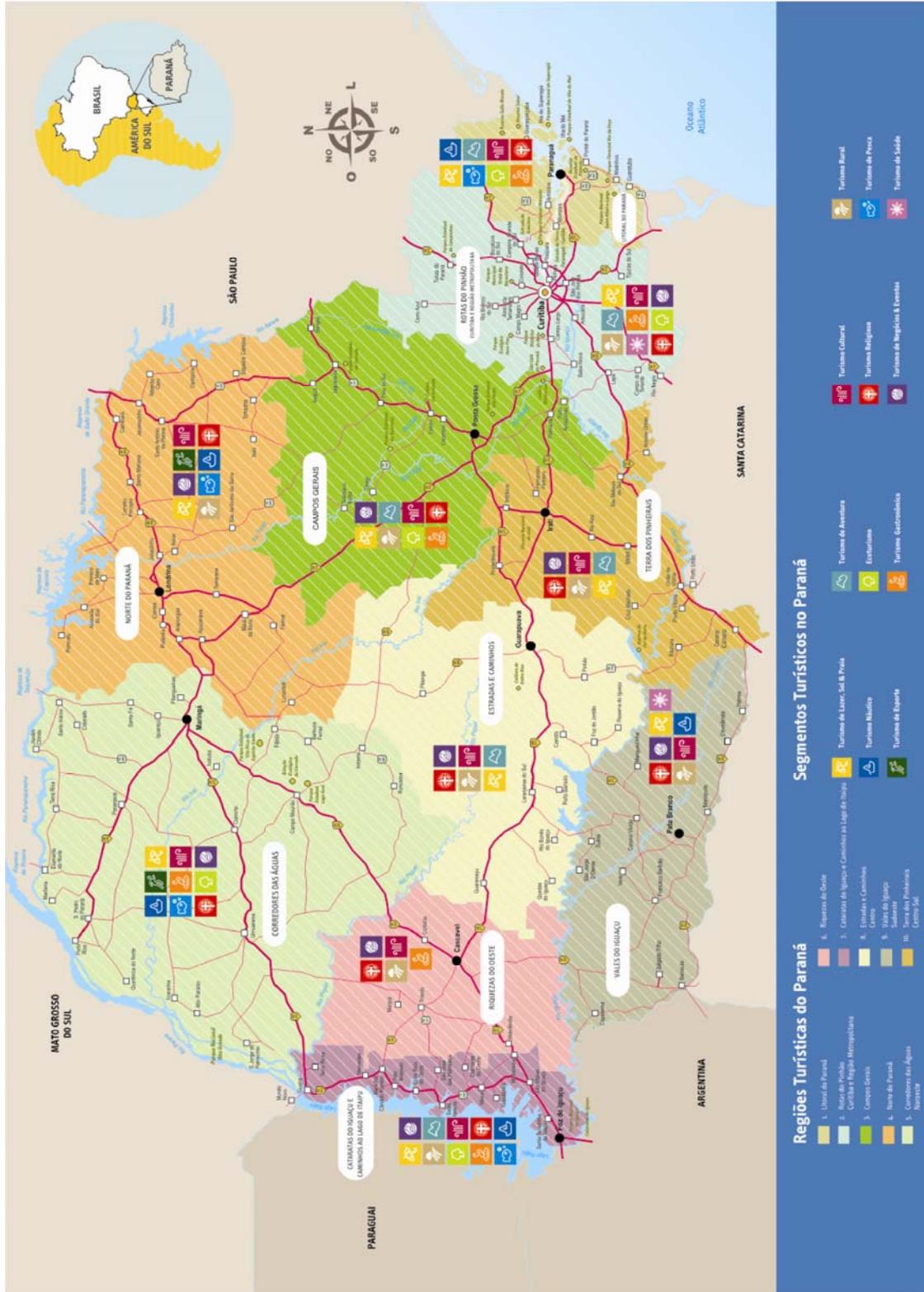


FONTE: Secretaria de Estado do Turismo (2011)

- DNA Turístico do Paraná - estruturação do projeto que tem por objetivo levantar informações que evidenciem a singularidade do território paranaense, as quais serão utilizadas para incrementar e diversificar - de forma criativa - os atrativos e serviços turísticos existentes, com a finalidade de valorizar a essência e hospitalidade do povo paranaense, de proporcionar experiências únicas aos visitantes e despertar nos mesmos a cultura da viagem, além de consolidar a imagem da Marca Paraná.

- Unidades de Inteligência Competitiva (UICs) - articulação com entidades públicas e privadas nas 10 regiões turísticas do Estado, como também do Instituto Internacional de Inteligência do Turismo (3IT).
- Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado do Paraná (NFPR) - arranjo institucional, criação, coordenação e operacionalização do NFPR, dentro do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, coordenado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, reunindo 139 municípios, principalmente das regiões oeste e sudoeste do Paraná.
- Financiamentos e Investimentos - estruturação de um programa de Fomento ao Turismo, a partir de parcerias com o Banco do Brasil e o BRDE. Inserção do setor turismo no Programa Bom Negócio Paraná, que viabiliza recursos de financiamento para a iniciativa privada, por meio da Agência de Fomento do Paraná.

MAPA 1 - REGIÕES TURÍSTICAS DO PARANÁ AUMENTAR



FONTE: SETU (2011)

26.2 Paraná Turismo (PRTUR)

Tem o papel de executar a Política Estadual de Turismo buscando promover o turismo no Estado do Paraná, no que se refere as atividades relativas a eventos e promoções turísticas, publicidade e propaganda, apoio aos municípios na área de turismo e ao registro e fiscalização de empreendimentos turísticos.

É responsável pelo Eixo Estratégico de Marketing Turístico, atua também no de Destinos Turísticos, especificamente em seus programas de Estruturação da Oferta Turística em Áreas Urbanas e Legislação e Fiscalização Turística.

Atividades realizadas:

- Consolidação da Marca Paraná - a partir da realização de arranjo institucional voltado à gestão do marketing turístico do Paraná, com a construção do Plano de Marketing estadual em conjunto com o Conselho Estadual de Turismo, profissionais renomados da área e representantes das IGRs.
- Participação em eventos de promoção do turismo - coordenação e viabilização de estandes em nove eventos no mercado nacional (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná) e um no mercado internacional (Espanha), visando aumentar o fluxo turístico e a receita gerada com o turismo no Estado, atingindo um público aproximado de 386.207 pessoas.



FIGURA 3 - FEIRA INTERNACIONAL DE TURISMO EM BUENOS AIRES



FIGURA 4 - 6º SALÃO DO TURISMO - ROTEIROS DO BRASIL



FIGURA 5 - 36ª FEIRA DAS AMÉRICAS - ABAV 2011
 FONTE: SETU (2011)

- Captação de recursos da verba descentralizada no Ministério do Turismo e da EMBRATUR - visando o desenvolvimento das ações de promoção do turismo paranaense no mercado nacional no valor de R\$ 389,7 mil e no mercado internacional no valor de R\$ 1,2 milhão (em fase final de transferência).
- *Website* - o sistema de Turismo do Paraná passou a contar com dois portais atrativos e funcionais, desenvolvidos pela CELEPAR, cujo conteúdo é gerido pela SETU e suas vinculadas: um institucional, revitalizado para atender o novo protocolo de comunicação do Governo Estadual e outro voltado a serviços para turistas e profissionais da área.
- Apoio à realização de eventos - 101ª Festa do Divino de Guaratuba; II Encontro Nacional, IV Encontro Regional Sul e Sudeste da Associação Brasileira dos Clubes da Melhor Idade; XI Congresso Bras. de Identificação Perícias Papiloscópicas e Necropapiloscópica; Encontro Nacional dos Diretores dos Institutos de Identificação - I Congresso do Sul do Brasil; Folder para cidade de Santana do Itararé.

TABELA 1 - DEMONSTRATIVO DE RECURSOS - 2011

MARKETING TURÍSTICO		
Produto	Quantidade	Valor
17º Salão Paranaense de Turismo e VII Mostra Regiões Turísticas	1 Evento	150.000,00
15º AVIRP - Associação das Agencias de Viagens de Ribeirão Preto e Região	1 Evento	28.122,00
BRITE - Brazil Internacional Tourism Exchange	1 Evento	
BNT Mercosul - Bolsa de Negócios Turísticos Mercosul	1 Evento	57.053,28
6º Salão do Turismo - Roteiros do Brasil	1 Evento	
1º Festival de Turismo do Litoral	1 Evento	35.000,00
Festival de Turismo das Cataratas	1 Evento	67.000,00
36ª Feira das Américas 2011 - ABAV - Nacional	1 Evento	120.000,00
35º Encontro Comercial Braztoa	1 Evento	
FIT - Feira Internacional de Turismo - Argentina	1 Evento	
FITUR - Feira Internacional de Turismo - Espanha	1 Evento	
23º Festival de Turismo de Gramado	1 Evento	31.076,75
TOTAL	12 Eventos	488.252,03

PRODUTO	QUANTIDADE
Confecção de Folders Clube da Melhor Idade	800 folders
Tradução da Revista Paraná Surpreendente	1 Revista
Confecção de Material para o Festival de Turismo do Litoral	10.000 Folhetos
TOTAL	5.333,00

FONTE: GPS/Paraná Turismo (2011)

- Conclusão do Projeto Executivo de Sinalização de Orientação Turística para Usuários de Veículos - das áreas denominadas Caminhos do Turismo Integrado ao Lago de Itaipu, Litoral do Paraná e Rota dos Tropeiros, a partir de Convênio com o MTur no valor de R\$ 78,2 mil; e início do processo de licitação para contratação de empresa para a execução no valor de R\$ 911,7 mil.
- Realização de ações de assessoramento, cadastro e fiscalização de pessoas físicas e jurídicas que atuam na cadeia produtiva do turismo - agências de turismo, acampamentos turísticos, meios de hospedagem, transportadoras turísticas, parques temáticos, guias de turismo, organizadora de eventos, conforme Convênio firmado entre o Ministério do Turismo, SETU e Paraná Turismo com recursos de R\$ 366,3 mil.
- Elaboração do Calendário Oficial de Eventos 2012 - com coleta de dados e informações junto aos órgãos municipais de turismo, promotores, entidades de classe, organizadoras de eventos, entre outros. Com inserção de 939 eventos de 225 municípios.
- Acompanhamento das obras de reforma e restauro do Palácio Mathias Bonn - com recursos do IPHAN, estudos de utilização futura.
- Informações Turísticas - realizados 270 atendimentos na Sala Paraná, além de 462 atendidas via telefone e 858 via Fale Conosco, somando um volume de 1.590 atendimentos.

26.3 ECOPARANÁ

Serviço Social Autônomo, tem a responsabilidade de idealizar projetos e ações relacionadas à promoção da atividade turística com foco no desenvolvimento sustentável do turismo em áreas naturais.

Atua no Eixo Estratégico de Destinos Turísticos, especificamente em seus programas de Estruturação da Oferta Turística em Áreas Naturais e de Uso Público das Unidades de Conservação.

Atividades realizadas:

- Parceria SEMA/IAP-SETU/ECOPARANÁ - assinatura do Protocolo de Intenções com a SEMA e IAP para implantação de parceria visando a melhoria da gestão das áreas de uso público nas unidades de conservação do Estado do Paraná, a exemplo do Parque Estadual de Vila Velha, Monge e Ilha do Mel.
- Turismo Náutico–Navega Paraná - articulação, criação, estruturação e operacionalização do Grupo Técnico do Turismo Náutico do Paraná, com o objetivo de fomentar o segmento náutico a partir de discussões de assuntos como a capacidade estrutural de

operacionalização, o aproveitamento turístico dos recursos hídricos, a legislação pertinente, e a agenda de parada de cruzeiros marítimos na temporada 2011/2012 e a articulação de operacionalização. Teve início com a primeira parada de cruzeiros marítimos ocorrida em alta temporada no Paraná, com a recepção ao navio Aida Cara, com paradas em novembro, dezembro, e duas previstas para janeiro e fevereiro de 2012.



FIGURAS 6 E 7 - NAVIO AIDA CARA NO PORTO DE PARANAGUÁ 2011
FONTE: Agência de Notícias do Paraná (2011)

- Unidades de Conservação do Estado do Paraná – a) Parque Estadual do Monge, na Lapa: acompanhamento das obras de revitalização do Parque, com previsão de conclusão em 2012; b) Ilha do Mel: elaboração de minuta de alteração da Lei Estadual nº 16.037/2009, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo da Ilha, para encaminhamento à Assembleia Legislativa.

26.4 Centro de Convenções de Curitiba S/A (CCC)

Empresa pública que tem como missão oportunizar a comunidade o acesso à cultura, à arte e ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de infraestrutura adequada e equipada, fomentando o turismo de eventos e movimentando a economia local.

Atua no Eixo Estratégico de Marketing Turístico, especificamente em seu programa de Promoção Institucional do Centro de Convenções de Curitiba.

Atividades realizadas:

- Captação de eventos - total de 235 eventos, com um público de 136.533 pessoas.
- Divulgação do equipamento nos mercados estadual, nacional e internacional - participação em debates e visitas a outros Centros de Convenções em eventos como: 9ª Feira de Profissionais de Eventos–SP; 6º Salão Brasileiro de Turismo–SP; Brasil Inf. Tourism Exchange-RJ; reunião com Centros de Convenções do Brasil-SE; Festival de Turismo de Foz do Iguaçu e do Litoral, além de visita ao Centro de Convenções de Foz do Iguaçu.
- Modernização da estrutura física - reformas e melhorias, com a realização de obras como reforço estrutural das divisórias, mudança de piso, pintura, instalação de sistemas de digitalização, segurança, comunicação, informática etc.



FIGURA 8 - AUDITÓRIO PARANÁ
FONTE: Centro de Convenções de Curitiba (2011)

Copa do Mundo de Futebol 2014



27 Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo de Futebol de 2014

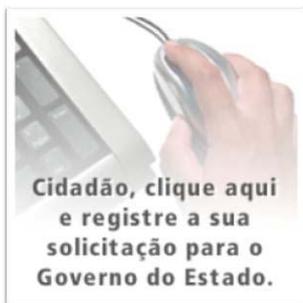
Com a realização da Copa do Mundo da FIFA 2014 no Brasil e a definição de uma das sedes em Curitiba, o Governo do Estado designou um Secretário Especial, objetivando a coordenação das ações que envolvem a estratégia para a organização do mundial.

Ações mais relevantes:

- Câmaras Temáticas - criação, pela Resolução nº. 001/2011, de nove Câmaras Temáticas: Segurança; Turismo; Saúde; Infraestrutura; Estádios; Transparência; Comercial e Tecnologia; Meio Ambiente e Sustentabilidade; e Educação, Cultura, Esporte e Ação Social, com o objetivo de propor políticas e soluções eficientes e transparentes que garantam a formação de um legado para a sociedade paranaense, além de acompanhar as ações dos preparativos para o mundial no Paraná.
- Qualificação de trabalhadores para atuar na Copa do Mundo - atuação em cursos presenciais ou à distância de mais de 25 mil profissionais, com 500 cursos voltados à capacitação em idiomas e atendimento ao turismo, com o apoio de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH) e a Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL).
- Identificados, em parceria com a Secretaria de Estado do Turismo (SETU), cerca de 30 destinos indutores do turismo no Paraná, sendo três de referência internacional: Foz do Iguaçu, Curitiba e Paranaguá, cujo objetivo é fazer com que 25% dos turistas que vierem ao Estado fiquem no Paraná após a Copa.
- Ações junto com a ABIH - visando reforçar o número de leitos em Curitiba foi criada uma linha de crédito especial junto ao Banco do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para os empresários do setor. Existem 18.500 leitos nos 138 hotéis e até a realização da COPA, o projeto prevê um total de 20 mil leitos.
- Acompanhamento de nove projetos financiados pela Caixa Econômica Federal (CEF), via Ministério das Cidades - PAC DA COPA, alguns compartilhados com a Prefeitura de Curitiba. São eles: Corredor Aeroporto – Rodoferroviária (Av. das Torres), Corredor da Av. Cândido de Abreu, Requalificação da Av. Marechal Floriano, Terminal da Santa Cândida, Extensão da Linha Verde Sul, Reforma da Rodoferroviária, Sistema Integrado de Monitoramento, Corredor Metropolitano e as Vias Radiais. Estes projetos de Mobilidade Urbana são coordenados pelo Governo do Paraná por meio da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e pela Prefeitura de Curitiba por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).

- Acompanhamento da liberação de recursos e projetos de obras nos aeroportos do Paraná, incluindo os quatro aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) - Afonso Pena, Bacacheri, Londrina e Foz do Iguaçu - com investimentos que alcançam R\$ 300,0 milhões.
- Indicação de 14 equipamentos, entre Centros de Treinamentos e Estádios para acomodações de seleções estrangeiras de futebol para a Copa do Mundo. Realizadas visitas aos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina, Cascavel, Maringá, Paranaíba, Ponta Grossa, Paranaguá, São José dos Pinhais e Curitiba que contemplavam as exigências da Fédération Internationale de Football Association (FIFA) para os Team Base Camps.
- Atuação em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) para treinamento de policiais, operações especiais de “varreduras” antiexplosivos e antiterrorismo.
- Desenvolvimento conjunto com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) de um programa para a Copa, envolvendo hospitais de alta complexidade, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Serviço Integrado de Atendimento ao Trauma em Emergência (SIATE) e equipamentos, incluindo helicópteros e ambulância.
- O Brasil terá um total de 18 mil voluntários, cujo recrutamento para atuar na Copa será feito somente em 2012, pelo próprio Comitê Organizador Local (COL) da FIFA.
- Para garantir um risco zero em energia elétrica na Copa, a COPEL vai investir R\$ 228,0 milhões em 2012, somando um total de R\$ 480,0 milhões até 2014. São novas subestações, ampliação da rede subterrânea e geradores móveis. O Programa de Desenvolvimento de Distribuição (PDD) vai atingir Curitiba, Região Metropolitana, Litoral e pontos turísticos no Estado do Paraná.

Corregedoria e Ouvidoria Geral



Fale com a Ouvidoria
0800-411113
A ligação é gratuita.



28 Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral

As ações desenvolvidas em 2011 estão descritas a seguir.

28.1 Corregedoria Geral

- Auditoria relativa à execução dos contratos de fornecimento de refeições e de transporte de servidores do sistema penitenciário, cujas conclusões, encaminhadas à Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SEJU), apontaram que:
 - a) os procedimentos de fiscalização e de controle não se materializam de forma eficiente; b) os problemas suscitados pelas unidades prisionais no tocante à qualidade e entrega das refeições, em regra, não são equacionados pelo Departamento Penitenciário do Estado do Paraná (DEPEN) de forma ágil e eficaz; c) os itens e os ingredientes dos cardápios são alterados de forma unilateral por servidores da SEJU, descaracterizando, assim, as cláusulas contratuais, e propiciando, com isso, o fornecimento de produtos de qualidade inferior.
- Aferição da regularidade nos pagamentos de gratificações de atividade penitenciária - os resultados ficarão na dependência de uma prévia reformulação total no sistema de registro de frequência dos servidores das unidades penais e do DEPEN, inclusive no que tange à necessidade de organizar, otimizar e controlar a movimentação interna desses funcionários.
- Realizadas duas visitas técnicas em conjunto com a Coordenação de Controle Interno objetivando verificar as medidas adotadas pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) em decorrência de operação desencadeada pela Polícia Federal, que revelou a existência de indícios de graves irregularidades praticadas ao tempo do governo anterior no âmbito daquela Superintendência.
- Atualização do banco de dados para viabilizar a composição das comissões de processo administrativo disciplinar (Decreto nº 2.144, de 14/02/2008), com a inclusão dos nomes de 131 servidores.
- Análise e encaminhamento de 67 processos administrativos disciplinares instaurados e a indicação dos componentes de 42 novas comissões processantes.
- Formulação de proposta de expedição de decreto governamental restabelecendo as diretrizes da legislação de regência (Lei Estadual nº 6.174/1970) alusivas à instauração, acompanhamento e conclusão dos processos administrativos disciplinares sob a supervisão deste Secretário Especial.

- Parceria com a SEJU, mediante a designação de equipe do Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral para conferir apoio técnico àquela Secretaria de Estado (Resoluções nº 002 e 004/2011): a) acompanhamento das obras de construção da Unidade Penal de regime semiaberto de Paiçandu e da Penitenciária de Cruzeiro Do Oeste; b) participação nos Grupos de Trabalho constituídos para tratar da instalação de futuras unidades penais; c) elaboração de relatórios técnicos sobre a viabilidade econômica de empreendimentos produtivos destinados aos presos e egressos do sistema penal; d) elaboração de relatórios técnicos sobre o projeto de instalação de atividade industrial no Complexo Penitenciário de Piraquara, objetivando, inicialmente, a recuperação do mobiliário utilizado pelas unidades de ensino do Estado; e) elaboração de editais de processos licitatórios; f) participação em certames licitatórios na modalidade pregão presencial; g) coordenação do grupo de discussão para ajuste de conduta no fornecimento de alimentos às unidades penais; h) análise das informações referentes às gratificações concedidas aos servidores do DEPEN; i) coordenação dos procedimentos do Programa Passe Livre, inclusive com o exame de 3.200 pedidos de inserção, que se encontravam paralisados; e j) atuação junto aos Conselhos Estaduais dos Direitos Humanos, com destaque para o Conselho do Idoso.
- Curso de Capacitação em Processo Administrativo Disciplinar - planejamento e realização, em conjunto com a Escola de Governo e as Universidades Estaduais de Maringá, Cascavel e Londrina, com a participação de 215 servidores.
- Realização de inspeção nos procedimentos administrativos disciplinares em trâmite na SEED, em abril e maio, e na SEJU, em junho. Os relatórios foram concluídos e entregues aos titulares das Pastas, tendo o Secretário de Estado da Educação, de imediato, determinado providências para a criação de um sistema que permita um acompanhamento mais eficiente desses processos.
- Constituição da Comissão Setorial de Avaliação (CSA) - Resolução GS nº 003/2011 - objetiva a seleção de documentos antigos suscetíveis de eliminação: a) instauração do expediente nº 10.895.060-9, atendendo as determinações do Manual de Gestão de Documentos do Estado do Paraná; b) publicação do Edital de Ciência de Eliminação de Documentos, bem como da Listagem de Eliminação de Documentos; c) eliminação de 880 Kg de documentos que integravam o acervo desde 1990.
- Atuação do titular da Pasta na presidência da Câmara Temática da Transparência para a Copa do Mundo FIFA Brasil 2014, com participação nas reuniões promovidas pelo Ministério do Esporte, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo (COL).
- Sugestão de revisão dos procedimentos de aferição da eficiência dos serviços relativos à manutenção da frota, prestados ao Estado do Paraná, junto ao Departamento de Transporte Oficial (DETO).

28.2 Ouvidoria Geral

- Implantação do Sistema Integrado de Ouvidorias, também conhecido como “Sistema OUV”, na Ouvidoria da SEED, em parceria com a CELEPAR, na perspectiva de, dentre outras inovações, aprimorar o atendimento das demandas dos cidadãos – especialmente no que tange à celeridade do retorno com a utilização de mídias mais eficientes – e integrar todos os Núcleos Regionais e os principais Departamentos daquela Secretaria de Estado.
- Proposta encaminhada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP) visando incluir nas metas a serem estabelecidas em contrato de gestão: a) a implantação do Sistema OUV em todos os órgãos de governo, propiciando um controle mais efetivo na gerência das demandas dos cidadãos, especialmente com os prazos de resposta; e b) obrigatoriedade de comunicação ao Secretário Especial da Corregedoria e Ouvidoria Geral das medidas implementadas.
- Recadastramento dos funcionários dos órgãos e entidades que integram a Rede de Ouvidores.
- Análise pormenorizada de todas as demandas acolhidas pela Ouvidoria Geral, no período de 02/01 a 22/05/2011, objetivando subsidiar o Secretário Especial para Assuntos Estratégicos na proposta que institui o Comitê Estadual de Desburocratização, contribuir para a melhoria do atendimento ao público nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual. Desse trabalho, resultou a elaboração de documento, encaminhado àquele Secretário Especial, com diversas sugestões de aprimoramento nas áreas de educação, meio ambiente, fluxo de documentos e agilização de procedimentos administrativos.
- Desenvolvimento, homologação e implantação definitiva, junto com a Casa Civil e a CELEPAR, do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) que, além de agilizar o atendimento às demandas da população, permite a integração de toda a Rede de Ouvidores e cria um ambiente corporativo de comunicação entre os cidadãos e o governo, com a geração de indicadores sobre o desempenho das várias áreas do Poder Executivo Estadual.
- Substituição do atendimento denominado “Fale Conosco” pelo Sistema SIGO na Casa Civil, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Ouvidoria da Polícia do Estado, SEED e SEJU, com as adaptações necessárias às peculiaridades de cada órgão.
- Transferência das instalações físicas do Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral para a Rua Mateus Leme, nº 2018, propiciando, a um só tempo, maior facilidade de acesso à população – especialmente em função da proximidade da nova sede com pontos de parada de coletivos do tipo estações tubo e com o Palácio Iguaçu, Palácio das Araucárias, Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas e

Prefeitura Municipal de Curitiba - significativa redução de despesas com os frequentes deslocamentos de servidores da unidade aos demais órgãos da Administração.

- Realização do Encontro de Integração de Ouvidores objetivando promover o debate dos principais temas relacionados às atividades de Ouvidoria Pública, na perspectiva de permitir a valorização do cidadão no sentido de colaborar, fiscalizar e avaliar as ações de governo.
- No período de janeiro a novembro, foram realizados 5.823 atendimentos, assim distribuídos: 2.150 denúncias, 2.050 reclamações, 1.389 solicitações, 150 sugestões e 84 elogios, conforme quadro a seguir.

ÁREA DEMANDADA	JAN		FEV		MAR		ABR		MAI		JUN	
	Nº	%										
Administração Geral	215	32,6	165	25,2	159	26,2	166	32,0	185	31	159	33,1
Agricultura	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Cidadania	12	1,8	7	1,0	8	1,3	3	0,6	10	1,7	5	1,0
Cultura	1	0,2	0	0,0	1	0,2	5	1,0	1	0,2	3	0,6
Educação	72	10,9	172	26,3	76	12,5	62	11,9	78	13,1	67	14,0
Energia Elétrica	3	0,5	10	2,0	10	1,7	5	1,0	6	1	15	3,1
Fazenda	6	0,9	8	1,0	17	2,8	13	2,5	21	3,5	6	1,3
Habitação	0	0,0	2	0,3	0	0,0	0	0,0	1	0,2	0	0,0
Meio Ambiente	32	4,8	32	5,0	10	1,7	13	2,5	17	2,8	18	3,8
Outros - (ausência de atribuições)	119	18,0	51	8,0	57	9,4	49	9,4	44	7,4	34	7,1
Assuntos Internos	36	5,5	17	3,0	27	4,5	18	3,4	18	3	17	3,5
Previdência Estadual	2	0,3	4	0,6	4	0,7	7	1,3	5	0,8	9	1,9
Saneamento	21	3,2	17	3,0	15	2,5	13	2,5	14	2,3	20	4,2
Saúde	13	2,0	23	2,8	31	5,1	18	3,4	46	7,7	30	6,3
Segurança	107	16,2	88	13,5	126	20,8	117	22,4	105	17,6	67	14,0
Insuficiência de elementos	7	1,1	48	7,0	44	7,3	18	3,4	21	3,5	12	2,5
Trabalho e Ação Social	2	0,3	3	0,4	3	0,5	3	0,4	4	0,7	1	0,2
Transporte - Trânsito	12	1,8	7	1,0	18	3,0	12	2,3	21	3,5	17	3,5
Total Geral	660	100	654	100	606	100	522	100	597	100	480	100

ÁREA DEMANDADA	JUL/11		AGO/11		SET/11		OUT/11		NOV/11	
	Nº	%								
Administração Geral	158	36,4	156	31,4	93	28,0	148	26,3	167	37,0
Agricultura	3	0,0	1	0,0	2	0,6	1	0,2	0	0,0
Cidadania	9	2,1	5	1,0	5	1,5	3	0,5	7	1,6
Cultura	5	1,2	3	0,6	2	0,6	2	0,4	0	0,0
Educação	40	9,2	77	15,5	35	10,1	57	10,1	45	10,0
Energia Elétrica	5	1,2	9	1,8	5	1,5	5	0,9	3	0,7
Fazenda	8	1,8	6	1,2	9	2,8	11	2,0	6	1,3
Habitação	1	0,2	2	0,4	0	0,0	1	0,2	1	0,2
Meio Ambiente	16	3,7	15	3,0	14	4,2	20	3,6	14	3,1
Outros - (ausência de atribuições)	23	6,0	35	7,1	33	10,2	160	27,1	59	8,6
Assuntos Internos	22	5,1	29	5,9	21	5,9	24	4,3	18	4,0
Previdência Estadual	6	1,4	5	1,0	4	1,2	2	0,4	1	0,2
Saneamento	16	3,7	14	2,8	11	3,4	21	3,7	16	3,5
Saúde	27	6,2	20	4,0	10	3,0	7	1,3	22	4,9
Segurança	75	17,3	105	21,2	68	20,4	88	15,7	96	21,2
Insuficiência de elementos	9	2,1	4	0,8	2	0,6	6	1,1	3	0,7
Trabalho e Ação Social	1	0,2	3	0,6	3	0,9	4	0,7	3	0,7
Transporte - Trânsito	10	2,3	7	1,4	15	4,6	10	1,8	11	2,4
Total Geral	434	100	496	100	332	100	570	100	472	100



29 Secretaria de Estado do Esporte (SEES)

Criada pela Lei n.º 17.014, de 16 de dezembro de 2011.

29.1 Paraná Esporte

Passou a denominar-se Instituto Paranaense de Ciência do Esporte (IPCE), nos termos do artigo 2.º, da Lei 17.014/2011.

Na execução do Plano Estadual de Desenvolvimento do Esporte e Lazer em todo o Estado, as principais ações desenvolvidas foram:

- Jogos Abertos do Paraná (JAPs) - em sua 54ª edição, no período de 12 a 18 de setembro, as fases regionais foram realizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Castro, Rolândia, Marialva, Jussara, Corbélia, Pato Branco e Palmital, com 7.243 participantes entre atletas e dirigentes. A fase final, realizada de 11 a 19 de novembro, em Toledo, com 4.169 participantes, totalizando 11.412 nas fases regionais e final. O público espectador foi de aproximadamente 134.860 pessoas, considerando os 1.454 jogos das modalidades coletivas e os 08 individuais. O investimento total foi de R\$ 1,8 milhão, com alimentação, pagamento de arbitragem, convênios com os municípios sede, diárias aos servidores, premiação e material esportivo.
- Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPs) – em sua 25ª edição, no período de 19 a 27 de agosto, as fases regionais foram realizadas nos municípios de São José dos Pinhais, Prudentópolis, Cornélio Procópio, Astorga, Goioerê, Santa Helena, Manguaerinha e Ivaiporã, com 11.626 participantes entre atletas e dirigentes. A fase final, realizada de 07 a 16 de outubro, em Campo Mourão, com 5.555 participantes, totalizando 17.181 nas fases regionais e final. O investimento total foi de R\$ 2,4 milhões, com alimentação, pagamento de prestadores de serviços, material esportivo, premiação, diárias aos servidores e convênios com as prefeituras.
- Jogos Universitários do Paraná (JUPs) - competição realizada pela Federação Paranaense dos Desportos Universitários (FPDU) em parceria com a Paraná Esporte. A 51ª edição foi realizada em Curitiba, no período de 03 a 09 de setembro, com a participação de 1.900 atletas e dirigentes. A Paraná Esporte efetuou o pagamento dos prestadores de serviços da competição, no valor total de R\$ 33,0 mil.
- Olimpíadas Escolares Brasileiras – oportuniza a participação da delegação de atletas paranaenses que conquistaram o 1º lugar na fase final dos Jogos Escolares. Tem por objetivo fomentar a prática do esporte para fins educativos e possibilitar a identificação de talentos desportivos das Instituições de Ensino. a) 1ª Etapa - para alunos de 12 a 14 anos, realizada em João Pessoa, de 09 a 18 de setembro; b) 2ª Etapa - para alunos na faixa de 15 a 17 anos, realizada em Curitiba, de 02 a 11 de dezembro cidade sede.

Realizada pela primeira vez na capital paranaense, o evento reúne cerca de 4 mil atletas, de 1.129 escolas, de 24 estados e do Distrito Federal, em 12 modalidades. O Governo do Paraná é parceiro na realização das Olimpíadas, organizadas pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), com o apoio também da prefeitura de Curitiba. Os jogos acontecem em 13 praças e ginásios esportivos da cidade, que receberão competições de atletismo, basquete, ciclismo, futsal, ginástica rítmica, handebol, judô, natação, tênis de mesa, vôlei e xadrez, além do badminton, que é novidade no torneio. No total, as comissões contarão com mais de 200 dirigentes e 400 técnicos esportivos. O Paraná está representado em todas as modalidades pelas equipes campeãs dos Jogos Escolares do Paraná. São 153 atletas, além dos representantes de Curitiba, nas mesmas modalidades. Assim, o número de paranaenses competindo será de aproximadamente 300 atletas. Nas modalidades coletivas (basquetebol, futsal, handebol e vôlei), o Paraná integra a Divisão Especial com os estados que formam a elite da competição. Os representantes de disputam a Primeira Divisão com as demais unidades da Federação. As disputas individuais (atletismo, ciclismo, ginástica rítmica, judô, natação, taekwondo, tênis de mesa e xadrez) ocorrem em divisão única.

- Paraolimpíadas Escolares – visa estimular a participação dos estudantes com deficiência física, visual e intelectual em atividades esportivas de todas as escolas em âmbito nacional. Os competidores são os campeões dos Jogos Escolares do Paraná, na categoria de Necessidades Educativas Especiais (NEE). Em 2011, foi realizada em São Paulo, com a participação de 82 pessoas.
- Talento Olímpico do Paraná - objetiva tornar o Paraná uma referência no Brasil para o esporte olímpico e paraolímpico, valorizando os atuais talentos esportivos e resgatando atletas paranaenses que treinam representando outros estados. Consiste na concessão de bolsas mensais para 250 atletas (R\$ 500,00 mensais para cada), pelo período de cinco meses. Tem um custo total de R\$ 625,0 mil patrocinado pelas Companhias Paranaense de Energia (COPEL) e de Saneamento do Paraná (SANEPAR).
- Encontro de Lazer do Paraná – a 5ª edição, realizada de 07 a 09 de setembro, em Curitiba, teve como finalidade promover um encontro entre pesquisadores, profissionais, acadêmicos e gestores de diferentes áreas, para reflexão, debate, troca de experiências e vivências sobre o lazer e sustentabilidade, buscando aproximar conhecimentos técnicos e científicos com a realidade. Investimento total de R\$ 4,5 mil.
- Curso de Administração Esportiva (CAE) - realizado de 08 a 12 de agosto, com as iniciativas dos Programas da Sociedade Olímpica do Comitê Internacional (COI) para o desenvolvimento administrativo dos Comitês Olímpicos Nacionais. Oferecido pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o CAE possui a chancela do Instituto Olímpico Brasileiro (IOB) e caracteriza-se por visar a promoção e expansão de habilidades e conhecimentos necessários ao gerenciamento de organizações esportivas.
- Paraná em Ação - em parceria com diversas Secretarias de Estado, a Paraná Esporte realizou o trabalho de avaliação física, em quatro etapas, com o pagamento de

monitores. Foram atendidas em média 600 pessoas etapa, nos municípios de Sarandi (26 a 28 de agosto), Cascavel (16 a 18 de setembro), Paranaíba (21 a 23 de outubro), Maringá (04 a 06 de novembro) e Curitiba (02 a 04 de dezembro).

- Programa Segundo Tempo - parceria com o Ministério do Esporte, convênio nº 217/2007-ME/PRES, atendeu 20.800 crianças no desenvolvimento de atividades esportivas e recreativas. O valor total do convênio é de R\$ 7,5 milhões, sendo R\$ 5,9 milhões do Governo Federal e R\$ 1,6 milhão do Governo do Estado do Paraná. Os professores que prestaram atendimento são profissionais de educação física do regime Processo Seletivo Simplificado (PSS).
- Viva o Verão com Mais Energia - realizado em parceria com a Fundação Cultural de Curitiba e com o patrocínio da COPEL, de 26 de dezembro de 2010 a 31 de janeiro de 2011, ofereceu programação diária aos veranistas e aos moradores do Litoral Paranaense, envolvendo eventos esportivos, atividades culturais e artísticas e programas de atividades físicas e saúde. As ações foram desenvolvidas por profissionais e acadêmicos de Instituições de Ensino de Superior do Paraná das áreas de Educação Física e de Artes. O atendimento em postos fixos foi realizado em Guaratuba, Caiobá, Matinhos, Ipanema e Shangrilá, além de programações itinerantes de avaliação física, promoções, linha do tempo livre, eventos, shows e tenda artística, com aproximadamente 689.698 pessoas atendidas.

Com a finalidade de incentivar os Jogos Regionais e de Participação, promovendo e expandindo a prática esportiva no Estado, a Paraná Esporte apoiou algumas competições, dentre elas pode-se citar:

- Jogos da Primavera - em Ponta Grossa, de 23 de setembro a 01 de outubro, com o pagamento da arbitragem no valor de R\$ 38,1 mil.
- Jogos Abertos do Vale do Ivaí - em Faxinal, de 21 a 29 de outubro, com o pagamento de arbitragem e alimentação, no valor total de R\$ 101,1 mil.
- V Torneio Sulamericano de Basquetebol - em Curitiba, de 20 a 26 de junho, com público atendido de cerca de 1.200 pessoas (média de 200 pessoas por dia). Participaram da competição 12 equipes, totalizando mais de 120 atletas, teve como objetivo coroar o novo ciclo do basquetebol nas categorias de base no Brasil.
- II Olimpíadas dos Servidores do MERCOSUL - Tribunal de Contas do Paraná - em Foz do Iguaçu, de 08 a 15 de outubro, com o pagamento da arbitragem, no valor total de R\$ 40,1 mil.
- 2º Open do MERCOSUL de Badminton - em Foz do Iguaçu, nos dias 16 e 17 de julho, com aproximadamente 400 atletas atendidos do Brasil, Paraguai e Peru.
- Campeonato Paranaense de Ginástica Rítmica Pré-infantil - em Curitiba, de 04 a 07 de agosto, prestando atendimento a 113 atletas.

- Campeonato Estadual da Juventude - realizado em etapas, nos municípios da Lapa, Marechal Cândido Rondon e Castro. O público atendido total foi de 7.400 e contou com a participação de 456 atletas.
- Campeonato de Ciclismo de Pista - a 6ª etapa do evento, realizada em Maringá, no período de 29 de setembro a 02 de outubro. O custo total com o pagamento de arbitragem foi de R\$ 3,3 mil.
- Campeonato de Skate - promovido pela Igreja Força Missionário Pentecostal, realizado nos dias 10 e 11 de setembro, com o pagamento da arbitragem no valor total de R\$ 4,6 mil. Contou com a participação de 120 atletas e um público 2.500 pessoas por dia.
- 1ª Copa Capital FM/CBN de Futsal - em Cascavel, no período de 16 de maio a 08 de agosto, com a participação de 675 atletas e um público estimado de 4.200 pessoas, teve como objetivo tornar-se um marco na história.

A Paraná Esporte desenvolveu projetos externos de atividades esportivas para as comunidades locais, tais como:

- Academia de Ginástica - aberta à comunidade, de forma gratuita, conta com a colaboração espontânea de donativos (lata de leite) mensais, que são repassados a instituições carentes. O número médio de atendimentos é de 500 alunos por mês, distribuídos em horários fixos de aulas.
- Academia ao ar livre - destinada à prática do exercício físico e alongamento, atendeu uma média mensal de 500 pessoas com o acompanhamento profissional de educação física.
- Aulas de Futebol, Taekwondo e Tênis - atende crianças e adolescentes com idade entre 07 e 14 anos, com a finalidade de promover a iniciação esportiva.
- Aulas de Ginástica para a 3ª idade - atividades esportivas, de lazer e alongamentos, adaptadas às necessidades específicas deste público, com turmas de no máximo 25 alunos, a fim de preservar a qualidade no atendimento.

Relações com a Comunidade



30 Secretário Especial de Relações com a Comunidade

Tem por objetivo fortalecer a integração dos povos, comunidades e lideranças do Paraná, por meio da promoção e qualificação dos direitos constitucionais e originários, destacando o direito a terra, a identidade étnica e cultural, própria no caso de povos indígenas, e as condições de autossustentabilidade, em prol da autonomia na definição do futuro.

Para tanto, realiza a integração com os órgãos municipais, estaduais e federais, para que projetos de extensão às comunidades possam ser desenvolvidos, garantindo serviços gratuitos a essa população, bem como, a efetivação das políticas públicas no Estado.

Em 2011, efetuou atendimento aos povos e comunidades tradicionais, entre eles os Povos Indígenas, tendo realizado as seguintes ações:

- Participação em reuniões: a) com os Presidentes dos Conselhos Indígenas do Estado do Paraná, para dialogar sobre as demandas de cada comunidade; b) na COHAPAR, para discutir questões referentes a levantamento e especificidades das moradias indígenas, com encaminhamento dos dados de quantidade de construções a serem previstas para 2012; c) com MP/CAOP Indígena e SEEC para discussão do projeto cultural RAONI para 2012; d) na Universidade Federal do Paraná (UFPR) junto a Comissão Universidade para os Índios (CUIA) para discussão sobre o vestibular indígena/2011; e) com a Rede Puxirão e com Secretarias de Estado, convocadas pela Vice Governadoria para discutir as demandas dos PCT; f) com a SEPPIR e SECAD para tratar de eventos, projetos e programas referentes a população Negra; g) reunião e mobilização acerca da saúde das comunidades indígenas, cujo órgão competente pela saúde indígena é a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) do Ministério da Saúde; h) diversas reuniões junto ao Ministério Público do Estado do Paraná, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção às Comunidades Indígenas (CAOP), e demais órgãos voltados a integração das ações para as comunidades indígenas.
- Encontros: a) II Encontro dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT), para debater Políticas Públicas para esses povos; b) Lideranças Indígenas do Paraná para discussão de Políticas Públicas; c) dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT) onde o Secretário Especial de Relações com a Comunidade entregou a Resolução Conjunta com a SEJU para constituir um Grupo de Trabalho com a finalidade de discutir e elaborar projeto de lei para criação do Conselho dos PCT; d) 4º Encontro de Organizações de Abordagem e Atendimento à População em Situação de Rua; e) com Embaixadas para captar verbas em interesse do Estado.
- Promoveu encontros, debates, seminários com todos os Povos das Comunidades Tradicionais; e encontros estadual e regionais com entidades do Movimento Negro para discussões e implementações de políticas para essa população.
- Visitas técnicas: a) em 10 aldeias do Oeste do Paraná para levantamento e diagnóstico das comunidades indígenas; b) na aldeia Pindoty, na Ilha da Cotinga em Paranaguá,

para diagnóstico da realidade local; c) as 36 comunidades de remanescentes de Quilombos para diagnóstico que servirá de base para a implementação do Programa Brasil Quilombola no Estado; d) estadual das comunidades de remanescentes de Quilombos do Estado do Paraná; e) as 30 comunidades tradicionais negras do Estado para certificação ou não como comunidades de remanescentes de Quilombo; f) a aldeia Araçaí em Piraquara, para auxiliar no evento do Dia das Crianças e acompanhamento do Programa desenvolvido pelo MP/CAOP Indígena na aldeia.

- Paraná em Ação – a) na região Oeste do Estado, nos dias 08 e 09 de outubro, em Guaíra, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e o Poder Judiciário, com cerca de 340 atendimentos para confecção de documentos da população das Terras Indígenas Tekohá Añetete, Tekohá Itamarã, de Diamante D'Oeste; Tekohá Araguaju, Tekohá Nhemboete de Terra Roxa; Tekohá Vy'a Renda Poty de Santa Helena; Tekohá Okoy de São Miguel do Iguaçu e Tekohá Marangatu, Tekohá Porá, Tekohá Karambey, Tekohá Y'Hovy e Tekohá Jevy de Guaíra. A ação resultou na expedição de 180 documentos de Cadastro de Pessoa Física e 151 Registros de Identificação das populações indígenas, porém, houve dificuldade na expedição dos Registros Cíveis de Nascimento Tardio, tendo em vista a sua não liberação pelo judiciário local, que argumentou pela necessidade de procedimento judicial de competência da Justiça Federal; b) nos municípios de Sarandi, Cascavel, Paranavaí, Maringá, Curitiba e em Pontal do Paraná simultaneamente com a Ilha do Mel, com o objetivo de promover cidadania e inclusão social da população, por meio de serviços gratuitos, tais como, saúde, documentação, lazer, recreação, oficinas de geração de renda, atendimentos judiciários, entre outros benefícios. Alcançando aproximadamente 185 mil atendimentos nessas localidades.
- Seminário Articulações de Políticas Públicas para os povos indígenas - contou com a participação de todos os caciques das terras indígenas do Paraná.
- Participou de Audiência Pública em Guaíra com os Povos Indígenas do Oeste do Paraná, para articular as demandas com os órgãos municipais, estaduais e federais.
- Promoveu a 2ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, em Maringá, em parceria com a SEED.
- Atendeu às entidades do Movimento Social Negro Urbano.
- Pesquisas de campo e diagnósticos das comunidades.
- Acompanhou projetos e programas voltados à população negra ou quilombola em outros Estados da Federação que possam contribuir para articulações com a população negra do Paraná.
- Organizou eventos alusivos ao Dia Nacional das Comunidades Quilombolas (07 de novembro) e ao Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro).
- Firmou convênios com as Universidades Públicas do Paraná, com objetivo de criar extensões da SERC e usar a estrutura das universidades para melhor atender a comunidade paranaense.

Assuntos Estratégicos



31 Secretário Especial para Assuntos Estratégicos

As principais ações desenvolvidas durante o ano de 2011, estão a seguir relatadas.

31.1 Telecentros

Os Telecentros estão pautados em seis eixos estratégicos: a) Inclusão Digital, que além de democratizar o acesso a Internet, correio eletrônico e pesquisas leva à população os serviços de governo eletrônico; b) Qualificação Profissional, com foco no aprimoramento das habilidades do cidadão; c) Educação e Cultura, com o desenvolvimento de atividades culturais e de lazer; d) Empreendedorismo, preparar empreendedores e pequenos empresários para o desenvolvimento econômico; e) Liderança Comunitária; e f) Articulação e Gestão, assegurando a participação de parceiros que virão contribuir de maneira essencial para o sucesso do projeto.

A partir do exercício de 2011, os Telecentros passaram a ser vistos como uma grande oportunidade de crescimento dos paranaenses que desejam iniciar e investir na sua carreira profissional, por meio de cursos de reciclagem e capacitação.

- Parcerias - firmadas com várias Secretarias de Estado e instituições voltadas à profissionalização, tais como SETS, SEED, SEEC, SEDU, Vice-Governadoria, UTFPR, SEBRAE, SENAI, SESI e SENAC, e realizados treinamentos com monitores dos telecentros preparando-os para a nova realidade desses espaços. O comprometimento e a busca por novas ações foram o foco dos encontros de capacitação. Além disso, também foram firmadas parcerias para o exercício de 2012: Programa Oficina Volante para qualificação na área de modelagem e costura (TECPAR); Programa Estadual de Água e Solo - Projeto de Gestão Socioambiental de Microbacia; e com o PROVOPAR e a SEDS.
- Web conferências – atingiram um público total estimado de 6.000 participantes, com os seguintes temas: Certificação como Entidades Beneficentes de Assistência Social; Perspectiva de Formação Profissional na Área de Eletroeletrônica; Curriculum Vitae: O Mistério por Trás do Mito; Como se portar em entrevista de emprego; Cursos a distância, na área de empreendedorismo - SEBRAE; e Semana Global de Empreendedorismo - Cátedra Oziris Silva/ISAE. Realizados cursos presenciais de Elétrica Predial – SENAI e Pedicure e manicure – SENAC, no telecentro do município de Cantagalo.
- Programa de rádio intitulado “Carreiras e Profissões” – programa semanal na Rádio Educativa AM 630, com dicas e orientações sobre o tema, levando à população paranaense orientações e práticas para aqueles que buscam melhorias e crescimento no mercado de trabalho.

Situação dos telecentros:

- Telecentros Comunidades - dos 42 telecentros instalados foi reduzido para 23, considerando a avaliação e a gestão da utilização desses espaços.

- Telecentros em Bibliotecas Cidadãs - instalados em parceria com a SEEC e Prefeituras, visando a concentração de esforços para viabilizar equipamentos e atender a demanda. São 134 unidades em funcionamento e outras 148 unidades com necessidade de equipamentos e links, além das que se encontram em construção.
- Estagiários - revista a forma de atuação, solicitando que as instituições assumissem o monitoramento. Com isso, dos 86 estagiários iniciais foram mantidos somente 10, proporcionando uma redução de R\$ 247,0 mil comparativamente a 2010.
- Internet - revisão da forma de contratação da comunicação de dados utilizados, que passou a ser atendida por uma Rede Privativa Virtual (RPV), que permite a disponibilização de conteúdo, cursos e outros aplicativos, trazendo um retorno significativo para o desenvolvimento e inclusão das comunidades.
- Solicitado migração dos serviços da OI Telecom para a COPEL Telecom - essa mudança de solução apresenta significativa economia mensal, além da melhoria da velocidade de acesso e uso compartilhado, foi obtida também a isenção dos valores relativos às taxas de acesso.

31.2 Desburocratização

Encaminhada proposta de instituição do Programa Estadual de Desburocratização, que tem por objetivo revisar e simplificar os fluxos dos procedimentos administrativos, aumentando a eficiência, eficácia e agilidade do Estado, interagindo com entidades, entes federativos e principalmente com os cidadãos que utilizam serviços públicos. Além disso, foi iniciada a apresentação de um plano de ação para implementação do processo de simplificação.

Criado Grupo de Trabalho, composto pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Coordenação da Região Metropolitana (COMEC), Instituto das Águas do Paraná, Comando do Corpo de Bombeiros, CELEPAR e Vice-Governadoria, visando ao atendimento da demanda recebida do Sindicato da Construção Civil (SINDUSCON) para conhecer as dificuldades e entraves do setor na obtenção de licenças. O Grupo tem por objeto a revisão de processos, evitando a morosidade e a duplicidade de exigências e informações, criando sistemas tecnológicos que permitam simplificação dos procedimentos.

Concomitante a isso, tem sido feito estudos específicos no que se refere à legislação, com busca e análise de toda a legislação referente ao tema, bem como pareceres técnicos de áreas afins para subsidiar a tomada de decisões e encaminhamentos.

31.3 Outras Ações

- Encontros com Prefeitos e Vereadores – realizados dois encontros com prefeitos, vereadores e lideranças municipais das Regiões Sudoeste e de Campo Mourão para uma conversa direta e esclarecedora com vários Secretários de Estado.

- Projeto “Mostra Paraná”- projeto piloto, implantado durante a Expovizinhos/2011, que compreende um espaço montado nas principais feiras e eventos do Estado com o objetivo de reunir autoridades, entidades e empresários para fomentar e incrementar as relações comerciais e, desta forma, estabelecer alianças estratégicas aproximando Governo do Estado dos municípios e da população paranaense.
- Participação em Conselhos e Comitês - membro dos Comitês de Gestão; do Paraná Competitivo, dos Conselhos de Tecnologia do Estado (COSIT); de Administração da CELEPAR; da Cátedra Ozires Silva de Empreendedorismo e Inovação Sustentáveis – ISAE/FGV – representando o governo; e Núcleo Regional da Faixa de Fronteira.
- Protocolos de Intenções – firmados com: a) Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e a Prefeitura de Ponta Grossa, visando a utilização de modernas tecnologias de informática, eletrônica e telecomunicação para integrar as equipes de saúde das diversas regiões do Estado com centros regionais de referência, para a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população; e b) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Paraná (SEBRAE), visando ao desenvolvimento de ações a serem executadas no âmbito dos Telecentros implantados pelo Estado do Paraná.